



REVISTA BRASILEIRA

Diretora/Editora

Rosiska Darcy de Oliveira

Conselho Editorial

Carlos Diegues

Zuenir Ventura

Joaquim Falcão

Antonio Cicero

Produção Editorial

Monique Cordeiro Figueiredo Mendes

Editora Assistente

Cristina Aragão

Pesquisa Iconográfica

Anselmo Maciel

Revisão

Carolina Kuhn Facchin

Direção de Arte

Felipe Taborda

Projeto Gráfico

Felipe Taborda

Augusto Erthal

Editoração Eletrônica

Estúdio Castellani

Apoiadores

Armínio Fraga

BMA Advogados

FAPERJ

Opportunity

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS 2024

Diretoria

Presidente

Merval Pereira

Secretário-Geral

Antonio Carlos Secchin

Primeiro-Secretário

Geraldo Carneiro

Segundo-Secretário

Antônio Torres

Tesoureiro

Paulo Niemeyer Filho

Membros Efetivos

Ailton Krenak, Alberto Venancio Filho, Ana Maria Machado, Antonio Carlos Secchin, Antonio Cicero, Antônio Torres, Arnaldo Niskier, Arno Wehling, Carlos Diegues, Carlos Nejar, Celso Lafer, Cicero Sandroni, Domício Proença Filho, Edmar Lisboa Bacha, Eduardo Giannetti, Evaldo Cabral de Mello, Evanildo Cavalcante Bechara, Fernanda Montenegro, Fernando Henrique Cardoso, Geraldo Carneiro, Geraldo Holanda Cavalcanti, Gilberto Gil, Godofredo de Oliveira Neto, Heloísa Teixeira, Ignácio de Loyola Brandão, João Almino, Joaquim Falcão, Jorge Caldeira, José Paulo Cavalcanti Filho, José Sarney, Lília Moritz Schwarcz, Marco Lucchesi, Marcos Vinícios Vilaça, Merval Pereira, Paulo Coelho, Paulo Niemeyer Filho, Ricardo Cavaliere, Rosiska Darcy de Oliveira, Ruy Castro, Zuenir Ventura.

REVISTA **BRASILEIRA**

Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.

Machado de Assis



Avenida Presidente Wilson 203 / 4º andar
Centro
20030-021 Rio de Janeiro RJ

Telefones
Geral +(55-21) 3974 2500
Setor de Publicações +(55-21) 3974 2525
publicacoes@academia.org.br
www.academia.org.br

Esta *Revista* está disponível
em formato digital no *site*
www.academia.org.br/revistabrasileira

ISSN 0103707-2

Sumário

ABRIL MAIO JUNHO 2024
FASE X • ANO III • N.º 119

EDITORIAL

Rosiska Darcy de Oliveira

A FORÇA DA PALAVRA

Joaquim Falcão

Censura invisível 8

José Castello

Na cabeça do agressor 13

Rodrigo Lacerda

O poder das palavras 17

Cármem Lúcia Antunes Rocha: Entrevista a Rosiska Darcy de Oliveira 22

MACHADIANAS

Machado de Assis

Memórias Póstumas de Brás Cubas 44

Jeferson Tenório

Machado de Assis: o devir negro na literatura brasileira 47

POESIA

Antonio Cicero

A poesia em si 52

IDEIAS

Ailton Krenak: Entrevista a Rosiska Darcy de Oliveira 65

RETRATO DE JOÃO CABRAL DE MELO NETO

João Cabral de Melo Neto

Depoimento de vida 87

João Almino

A geografia da pedra na obra de João Cabral 98

Antonio Carlos Secchin

A ética do corte 102

O caderninho de Cabral 112

Bob Wolfenson

Um bom retrato é um milagre 115

ESCRITAS

Cidinha da Silva

Ebó de boca 118

ACHADOS

Francisco de Assis Joffily

Fascismo – na política e mais além 120

Márcio Pinheiro

Moacyr Scliar, um militante da utopia 126

Ruy Castro

O assassinato do *Correio da Manhã* 128

Cristina Aragão

Língua é pensamento 132

CIÊNCIA

J.J. Camargo

Envelhecer com sabedoria 138

Ricardo Cavaliere

Ensinar Português 142

ABL: PORTAS ABERTAS | MITOS DA MÚSICA BRASILEIRA

Geraldo Carneiro

Antônio Carlos Jobim 149

CELEBRAÇÃO

Ailton Krenak

Trechos do discurso de posse do Acadêmico Ailton Krenak em 5 de abril de 2024 160

LIVROS

Arnaldo Niskier

Fundamentos da História e Filosofia da Educação 168

Heloisa Teixeira

Rebeldes e marginais 170

Lilia Moritz Schwarcz

Imagens da branquitude: A presença da ausência 172



Editorial

Rosiska Darcy de Oliveira

Ocupante da Cadeira 10 na Academia Brasileira de Letras.

A palavra assusta. O medo da literatura vem de longe. Todos os autoritários temem a força da palavra. Temem a imaginação que transita soberana pelos territórios livres do sonho e do pensamento. A imaginação e o pensamento são, de natureza, rebeldes.

Autoritários têm uma versão própria do que seja o mundo que acreditam correta e indiscutível. Organizam a história segundo sua lógica e constroem assim sua própria ficção que chamam de verdade, enquanto os romancistas escrevem as verdades que chamam de ficção. É então que são censurados.

A literatura é mesmo subversiva. Se assim não fosse, os aiatolás do Irã não teriam lançado uma *fatwa* contra Salman Rushdie e seu *Os versos satânicos*, cujo pecado maior foi ter dito literariamente o que outros já tinham dito em ensaios e artigos teóricos. O talento do escritor tece o mundo que deseja e, pior, serve de exemplo e excita o sonho de olhos abertos com que se faz a vida real.

Quem queima livros não percebe a força da metáfora viva que cria. Quer reduzir a cinzas o que existiu como se cinzas fossem sinônimo de aniquilamento. Só que cinzas, modernamente chamadas censura, são bom adubo. Livros, queimados ou censurados, fertilizam novos sonhos que nascem ainda mais frondosos.

Mas foi então que a mentira autoritária encontrou seu instrumento ideal, as *fake news*, mentiras de longo alcance. A infocracia está corroendo por dentro a democracia. Como defendê-la? Como apagar essa fronteira em que a censura é invisível e todos, sem saber, obedecem a ela? Um caminho estreito, balizado pelas supostas

A infocracia está corroendo por dentro a democracia. Como defendê-la? Como apagar essa fronteira em que a censura é invisível e todos, sem saber, obedecem a ela? Um caminho estreito, balizado pelas supostas escolhas do sim ou não, que viciam o cérebro em um raciocínio sem nuances, sem dúvidas, e desaprendem a pensar.

escolhas do sim ou não, que viciam o cérebro em um raciocínio sem nuances, sem dúvidas, e desaprendem a pensar.

Mais uma vez, contra essa censura invisível que encolhe o pensamento, a poesia encontra suas veredas, a poesia em si, única e irrepetível. A poesia da pedra ou da faca de João Cabral de Melo Neto.

Em prosa, o infinito Machado de Assis, imprevisível, ensina a complexidade humana e a sua própria.

A *Revista Brasileira* desde sempre trabalhou com a imaginação: o defunto Brás Cubas, no fim do século XIX, escreveu aqui suas memórias póstumas. Atualíssimas, ei-las de volta às nossas páginas.

A multiplicidade de pontos de vista, que é a vocação da *Revista*, recusa os caminhos estreitos e traz depoimentos sobre a sensibilidade de várias culturas que formaram e continuam dando forma, cada dia uma forma diferente, à sociedade brasileira. Com a palavra os escritores e artistas indígenas e negros, suas línguas e pensamentos.

A força da palavra não se extingue. Há uma ameaça quando a tecnologia usada contra a liberdade reduz e desintegra a palavra e o pensamento. Mas os que lidam com palavras têm também seus instrumentos pacíficos. A imaginação artística e a literatura em todas as suas formas resistem. Como escreveu o poeta João Cabral, em *Uma faca só lâmina*,

Porém quando a maré
já nem se espera mais,
eis que a faca ressurgue
com todos seus cristais.



Censura invisível

Joaquim Falcão

Ocupante da Cadeira 3 na Academia Brasileira de Letras.

- 1** A censura mudou. Muda sempre. Adapta-se sempre aos novos tempos. Antes era física e visível. Tinha padrão consensual do censor: a força do Estado, da Igreja e das oligarquias. Separadas ou aliadas. Os censores eram identificáveis. Hoje tudo mudou. A censura pode vir pelo ar que respiramos. Não sentimos. Vivemos na era em que a comunicação da informação — inclusive da não comunicação — é o vento da censura. Quase rotina do viver coletivo. Na *infocracia*, respiramos a censura invisível.
- 2** Censura é interação. Concretiza o desprezo que um tem pelo outro. Censurar não é mais entre poucos. Somos potencialmente livres e censurados pelo mercado, empresas, mídia, indivíduo, comunidade, tantos mais.
- 3** Não é mais — sem deixar de ter sido — única e objetivada situação comunicativa limitada a emissor e receptor. A censura, na História, avança cumulativamente. Mais que o censor visível de ontem, importa é o invisível censor de hoje. Que nem se reconhece como tal. Inexiste sistema comunicativo sem nele habitar a poluição da nova censura.
- 4** Na maioria das vezes, sua invisibilidade se expressa na seleção de uma escolha arbitrária, que o usuário desconhece, distribuída pela rede social: o filtro que seleciona opinião ou notícias. O direcionamento e redirecionamento de uma busca. Um estímulo sedutor ao compartilhamento. A captura dos dados pessoais para proveito próprio. A estética prioritária na tela. A engenharia da atenção. O cancelamento.
- 5** A censura se embute na escolha do uso da tecnologia digital de informação. Perceptível a poucos diante do mar de usuários das múltiplas e competidoras plataformas. Ganham o mundo. Mas não há filtro sem edição. Sem curadoria. Sem vieses. Ao participarmos das redes, somos todos censores ou censurados *avant la lettre*. É preciso cautela. Muito diagnóstico para identificar, regular, conter, vigiar e punir as manipulações coletivizadas das liberdades individualizadas.
- 6** No Brasil Colônia, em Carta Régia de 1706, D. João V, rei de Portugal, exercia controle do conteúdo impresso circulante no Brasil. Proibia o meio tecnológico que fazia livros: as prensas — “computadores” da época. Mandava confiscar. Censurava tecnologia visível e palpável. Feita de madeira, ferro, cola e pregos.

- 7 Após a transferência da capital para o Rio de Janeiro, foram permitidas as tipografias. Primeiro, a Imprensa Régia. Veiculava apenas o oficial, o chancelado. Uma das primeiras tipografias civis foi Pinheiro, Faria & Cia, na Rua do Amparo nº22, em Olinda, na década de 1830. Afinal, Pernambuco era um importante centro econômico e cultural do Brasil.
- 8 O mesmo D. João V proibia a importação de livros. As alfândegas eram o *longa manus* do Reino. Mesmo assim, muitos livros chegaram dentro de caixas de bacalhau. Proibia-se o acesso aos conteúdos. Livro era contrabando. Ou melhor: o conteúdo, a informação. O estímulo ao pensamento era contrabando. Proibia-se o acesso — excitação ao desejo de pensar. Livro era como cocaína.
- 9 O alvará de 18 de maio de 1767, que instituía a Real Mesa Censória em Portugal, estabelecia dezessete tipos de censuras. Suficientemente específicas para a interpretação dos censores. Genéricas para os censuráveis.
Primeira Regra: *Serão irremissivelmente prohibidos todos os Livros de Authores Atheístas, ou ainda daqueles homens ímpios [...].*
Segunda Regra: *Serão da mesma sorte prohibidos os Livros de Hereziarcas condemnados por taes pela Igreja [...].*
Quarta Regra: *Serão da mesma sorte prohibidos todos os Livros, que ensinarem a Astrologia Judiciária, a Magia, a Chiromancia, e as mais espécies das artes, e sortilegios divinatorios praticados por impostores, condemnados pela Igreja [...].*
Sexta Regra: *Serão da mesma sorte prohibidos todos os Livros que contiverem obscenidades e torpezas, que possam corromper a pureza dos costumes e escandalizar a honestidade das pessoas modestas e pias [...].*
- 10 Tinha razão D. João V. Tudo começa com uma ideia. Que preenche

A censura se embute
na escolha do uso
da tecnologia digital
de informação.
Perceptível a poucos
diante do mar de
usuários das múltiplas
e competidoras
plataformas.
Ganham o mundo.
Mas não há filtro
sem edição.
Sem curadoria.
Sem vieses.
Ao participarmos
das redes, somos
todos censores ou
censurados *avant
la lettre*. É preciso
cautela. Muito
diagnóstico para
identificar, regular,
conter, vigiar e punir
as manipulações
coletivizadas
das liberdades
individualizadas.

necessidade civilizatória. Seduz, expande e a mobiliza como desejo coletivo. Se não é contida, vira força. Capaz de derrubar o regime e seus censores. O processo secular de coletivização do desejo tomou a forma da defesa da liberdade do homem, de expressão, dos direitos humanos. O Reino se desfez. A independência foi feita. A República também. Criou-se a Constituição e o constitucionalismo.

11 Deste ponto de vista, mais psicológico ou jurídico-psicológico, constitucionalismo é o processo de viabilização do desejo de liberdade. O constitucionalismo liberal chega ao Brasil amarrado a uma crença de que a Constituição, com coerção, pena, prisão, polícia e exército, protegeria a liberdade de expressão. Protegeria os cidadãos, moradores da cidade. Não seríamos mais metecos. Sem voz ou ação. Seríamos o que já quase éramos: brasileiros livres.

12 Será esta crença congênita ao constitucionalismo possível? Factível? A Constituição é, realmente, limite eficiente para o poder arbitrário? Com altos e baixos, nunca tivemos tanta liberdade de comunicação, informação e expressão. Não há como negar. Vivemos um processo cumulativo de liberdades. Mas como continuar diante da nova censura digital, invisível e instantânea?

13 Norberto Bobbio já dizia:

Não há nem uma liberdade perdida para sempre nem uma liberdade conquistada para sempre: a história é uma trama dramática de liberdade e opressão, de novas liberdades que se deparam com novas opressões, de velhas opressões derrubadas, de novas liberdades reencontradas, de novas opressões impostas e de velhas liberdades perdidas.

14 A censura é vírus mutante. Adoece liberdades.

15 Será mesmo que o Estado democrático de direito é capaz de identificar, vigiar e punir a censura invisível dos novos tempos? A tempo? Ou assistimos a sua naturalização? Censurar prensas e acesso aos livros é fácil. Censurar filtros, cancelamentos, opiniões, *fake news*, e tanto mais, não é não.

16 Partindo de Byung-Chul Han,¹ diríamos que a censura mudou porque a sociedade mudou. Não estamos mais na sociedade disciplinar, mas na sociedade do desempenho. A força está na eficiência do desempenho, que todos buscam em todas as áreas: política, econômica, judicial, profissional, desportiva, literária, sexual, e por aí vamos. A força vitoriosa está no desempenho. Até cansar. Sociedade do cansaço. E cair no *burnout*.

17 Desempenho é *performance*. Performar na internet. Criar uma persona virtual na vitrine informática. A internet permite que você escolha quem quer ser. O que quer dizer sobre você. Mas até isso cansa. O marketing pessoal que isso demanda é carrasco. É limitante. É amedrontador. É autocensurador.

18 Na sociedade do desempenho, da *performance*, a *infocracia* cria a nova censura. Parodiando Ortega y Gasset: “Eu sou eu e minha comunicação”. E quando me cortam, me censuram a comunicação? Quem seria eu?

19 A nova censura não é ato. É processo. É cadeia de produção de decisões, ações e omissões humanas, voluntárias ou involuntárias, sobre o uso instrumental das tecnologias digitais. O seu cerne é desconhecer, desprezar o outro como pessoa em si e para si. Cadeia integrada por vários elos e sub-processos: atores, públicos ou privados, nacionais ou globais. Cada qual

¹ Cf. HAN, Byun-Chul. *Infocracia: Digitalização e a crise da democracia*. Petrópolis: Vozes, 2022, p. 112; e HAN, Byun-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 136.

com diferentes objetivos. Elos coordenados ou concorrentes. Competidores. Legais, ilegais, paralegais, translegais. O que torna a regulação constitucional extremamente complexa. Sem um diagnóstico mínimo de como funciona esta cadeia de produção é difícil criar e aplicar normas de proteção às liberdades de comunicação.

- 20** Esta cadeia de decisões tecnológicas pode ser usada para o bem ou para o mal. Santos Dumont inventou a tecnologia do avião para a paz. Quando o viu utilizado para a guerra, seu espírito depressivo se agravou. Sua autorresponsabilização foi ao extremo. Suicidou-se.
- 21** A regulação da comunicação digital é a grande tarefa das democracias. É a pauta prioritária do poder. Mas como fazer numa sociedade onde o disciplinar, mesmo constitucionalizado, é cada vez mais ameaçado pelo desempenho que lhe foge ao controle?
- 22** Essa cadeia é integrada por diversas redes sociais em competição: Instagram, X, antigo Twitter, Facebook, TikTok, YouTube e outras. Em sua maioria, elas são controladas por poucas empresas, as chamadas *big techs*: Meta Platforms, Inc., X Holdings Corp., Alphabet Inc., ByteDance Ltd. Todas geridas e controladas por poucos indivíduos globais e seus *shareholders*, como Mark Zuckerberg, Elon Musk, Larry Page e Sergey Brin, entre outros. Por detrás das decisões tecnológicas existe um decisor humano. Este é o início da cadeia de produção da verticalização da censura. Começa no próprio desenvolvimento do algoritmo. Nas decisões dos CEOs, CFOs e tantos mais. Na própria diretriz do capital mais inovador e globalizado.
- 23** Essas empresas, quando captam sua atenção, visam o lucro. Lucro que permite a inovação, o poder e a *performance*. Fomenta o ciclo: mais inovação, mais *performance*, mais lucro. Nesse jogo, vale tudo. Vale o que valer mais.
- 24** Diz Silvio Meira:
- A desinformação não é mais uma questão de dados incorretos ou enganosos, mas de narrativas cuidadosamente construídas que exploram nossos preconceitos e emoções. As redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram, bem como plataforma de compartilhamento de vídeos como YouTube e TikTok, são terrenos férteis para a proliferação de boatos, teorias das conspirações, fraudes. [E de censuras, acresço eu.]
- 25** A paranoia que se criou, bem descrita na entrevista de Luiz Alberto Oliveira por Rosiska Darcy de Oliveira aqui mesmo na Revista Brasileira da ABL, criou falsa ideia de que a inteligência artificial iria além do apenas humano. Seria autônoma, controladora do futuro humano, que caberia nas linhas de código do Chat GPT. E não vice-versa. É cedo para falar. Entretanto, uma analogia histórica demonstra a prevalência do humano sobre algo que a IA ainda não consegue lidar: o imprevisível, as áleas, as nuances.
- 26** Em 26 de setembro de 1983, os sistemas informáticos russos detectaram uma ofensiva surpresa dos EUA. Cinco mísseis atômicos estariam indo em direção à URSS. Os computadores foram checados: não aparentavam falhas. Tudo indicava o ataque. Nessa situação, o protocolo normativo era claro: retaliar. Os mísseis russos estavam prontos. Bastava a ordem. Stanislav Petrov, o coronel à frente do sistema, hesitou. Achou estranho que os EUA lançassem apenas cinco mísseis.
- 28** Por que não *all-in*? Por que dar aos russos tempo para retaliar? Não fazia sentido. Colheu outras evidências. Considerou. Refletiu. Ponderou. Decidiu.

Não reportou o incidente aos superiores. Contra-ataque nuclear era caminho sem volta. Fim do mundo. Intuiu a falha que não poderia estar prevista. Nunca acontecera a investida. O sistema era novo e era o primeiro alarme. Não confiou na máquina, apesar de estar ali o padrão que se esperava. No fim, estava certo. O sistema tinha *bugs*, como posteriormente se esclareceu.

- 29** Mas e uma máquina que não sente medo? Que não reflete ou pondera? Que não consegue acessar outras informações, cruzar dados de outra base? Provavelmente seguiria o protocolo embutido em suas linhas de código. Olharia para o padrão. Não ponderaria. Não hesitaria. Não teria medo. Viraria a chave. Apertaria o “botão”. Stanislav talvez tenha salvado o mundo da guerra nuclear. A IA não salvaria.
- 30** Esta cadeia de produção do controle possível de nossas liberdades começa também com o desejo humano do censor de controlar o que temos de mais escasso: o tempo. Nossa matéria prima mais preciosa. Só temos vinte e quatro horas por dia para as redes capturarem nosso maior patrimônio: a atenção. E usar nossa atenção para fortalecer os detentores do poder estatal e financeiro. Quando a captam, ocorre uma transferência de renda e cidadania.
- 33** Gustavo Binenbojm qualifica a censura de hoje como “colateral”. Uma decisão, fruto da disputa, associação, negociação entre o Estado e os principais atores das novas tecnologias de comunicação: internet, redes sociais e inteligência artificial. Uma colateralidade entre o estado disciplinar e a nova oligarquia tecnológica de desempenho. Onde, se possível, ninguém ganha de outro. O vencedor é o empate mutuamente compensatório.
- 34** A cadeia de produção necessita da verticalização, multiplicação e diluição da decisão. São túneis, canos de ferro invisíveis, condutores. Transformam-se leis, benefícios, inovações. A informação flui, dá voltas, sai e reentra, encara políticas públicas, segue em frente pelas diversas redes, até você, leitor, acessá-la. Dar-lhe atenção. Não importa como. *Like* ou *dislike*, compartilhamento ou comentário. Seu pensar e — se possível — sua fidelidade. Aí você entra na cadeia. Vira também editor, curador, filtro e... censor. Como diz Fernanda Montenegro, “quando aperta o botão, tudo acaba”. E tudo começa também.
- 35** Capturar a atenção individual é quase inevitável, porque você é seduzido pelos dados que você permitiu voluntária e inevitavelmente possuírem. Sedução personalizada. Como se fosse você seduzindo-se a si próprio. Captura sedutora. O seu *feed* é retroalimentação. A cadeia de produção vira cadeia de autoprisão e liberdade ao mesmo tempo. Na era da informática, temos liberdades tuteladas.
- 36.** Na década de 1850, o muito jovem Joaquim Nabuco vivia no Engenho Massangana, Zona da Mata de Pernambuco. Vivia isolado com sua madrinha, Ana de Barros Falcão. Um dia vai a cavalo ver o mar. Nunca o vira. Mais de dez quilômetros de distância. Aventura. Diante do mar, espanto. Tem uma epifania. “De repente a terra ficou líquida!”. Muito antes de Zygmunt Baumann.
- 37** A censura invisível é líquida também.
- 38** Será que a Constituição é capaz de restituir o livre arbítrio aos cidadãos? A liberdade de fazer suas próprias escolhas? Elegar suas próprias prioridades? Buscar suas próprias informações vitais? Como não sermos pré-moldados?
- 39** Não sei. Talvez. Mas isto é outro capítulo.

Na cabeça do agressor

José Castello

Escritor

Quando um homem comete um atentado, ele ultrapassa todas as regras morais e limites humanos para se entregar, como um bicho, à fúria da vingança. Por que ele faz o que faz? O que o leva a chegar a esse extremo? Quando um homem saca uma faca com a intenção de des-trinchar o corpo de outro homem, como se estivesse se preparando para devorar o interior de um bicho, ou de um demônio, de que ele tem fome? Foi sobretudo para decifrar essa fome, e também para entender o instinto louco que a move, que o escritor britânico-americano nascido na Índia, Salman Rushdie, escreveu o atordoante *Faca*, reflexões sobre o atentado de que foi vítima em agosto de 2022, em Chautauqua, no estado de Nova York.

Rushdie subia ao palco do anfiteatro de Chautauqua, em um evento do projeto Cidade Asilo de Pittsburgh, para falar justamente a respeito dos perigos que ameaçam os escritores quando eles se deslocam pelo mundo para falar de si e da obra que constroem. Na noite anterior, em uma premonição, ele sonhou que era atacado por um gladiador que, com uma lança, o esfaqueava em um anfiteatro da Roma Antiga. Ao acordar, chegou a vacilar, pensou a sério em cancelar a viagem. Chegou até a dizer à esposa, a poeta Rachel Eliza Griffith: “Não quero ir”. Mas, pouco depois, se lembrou das pessoas que o esperavam com ansiedade e fervor em Chautauqua, e decidiu que iria, sim, que era preciso enfrentar o medo, porque ele, afinal, não era um bicho acuado, era um homem. Era um escritor. E foi.

A vingança e a violência física já o rondavam desde o ano de 1989, quando o aiatolá Ruhollah Khomeini, do Irã, emitiu contra ele uma *fatwa* — sentença de morte por motivos religiosos — pela autoria de *Os versos satânicos*, livro de 1988. A sentença se consumava agora, mais de trinta anos depois, em 12 de agosto de 2022. Mesmo após levar quinze facadas, Rushdie conseguiu escapar com vida do atentado. A agressão lhe roubou, para sempre, a mobilidade da mão esquerda e a visão do olho direito. Passou a carregar o ódio alheio em seu corpo.

A parte mais audaciosa de *Faca*, livro em que Rushdie conta a história do atentado de que foi vítima, me parece, é aquela em que ele — guiado unicamente pela força da ficção — reescreve um diálogo imaginário que tem com seu agressor, o jovem muçulmano Hadi Matar, de 24 anos, de origem libanesa. Nessa conversa fictícia, o escritor busca os motivos secretos — a fome desesperada e infernal — que levou o jovem Hadi a atacá-lo e, não fosse a defesa corajosa de um grupo de leitores, quase matá-lo. *Os versos satânicos*, que publicou em 1988 e que motivaram a *fatwa* expedida por Khomeini, é um romance de cerca de quinhentas páginas, inspirado em um ataque real contra um avião da Air India,

em 1985. Nele, Rushdie conta a saga de dois atores indianos que supostamente estariam a bordo do avião explodido e que, em um efeito imaginário, caem do céu em plena Inglaterra da premier Margaret Thatcher. Em solo inglês, um deles se torna um diabo e o outro, um anjo. Apesar da aparência religiosa, *Os versos satânicos* é um relato fantástico.

Acontece que o romance se inspira diretamente e reconta uma velha lenda que envolve o profeta Maomé, e esse é o ponto que mobilizou a indignação do aiatolá do Irã. Diz a controversa lenda islâmica que Maomé teria incluído “versos pagãos” no interior do Alcorão, o livro sagrado do Islã, mas que depois ele mesmo, Maomé, tratou de excluir esses versos, convencido de que eles seriam uma obra do diabo. No romance de Rushdie, em que a lenda se repete, o escritor credits os versos excluídos ao anjo Gabriel, que os teria sussurrado ao ouvido de Maomé. *Os versos satânicos*, o romance de Rushdie, foi imediatamente proibido não só na República Islâmica do Irã, mas em quase todos os países islâmicos.

Em um ousado diálogo imaginário com seu agressor, Salman Rushdie tenta ir além dos motivos religiosos que teriam levado o jovem Hadi a atacá-lo — e esse é o aspecto mais fascinante e desafiador do livro. Muito além da religião, o escritor britânico busca encontrar a fome e o desespero que levaram o esfaqueador a agir. A conversa imaginária com o homem da faca é surpreendente, já que a vítima, o próprio Rushdie, recusa qualquer posição de hostilidade e vingança para, ao contrário do que fez seu agressor, tentar compreender a alma de seu quase assassino. Se não a alma, pelo menos os instintos e as obsessões — as fomes — que, abrigadas em sua cabeça, o empurraram para o ataque em Chautauqua. No terreno da ficção, Salman Rushdie — como qualquer escritor — é o dono absoluto de suas palavras e faz o que bem entender com elas. “Ele realmente não quer falar comigo”, escreve Rushdie, referindo-se ao jovem Hadi, “mas, como a imaginação é minha, ele não tem escolha”. E, sem escolha, Hadi fala.

Mesmo com os recursos afiados da literatura, não é fácil entrar na cabeça de alguém. Explica Salman Rushdie: “Tenho de imaginar como entrarei em sua cabeça. Tenho de tentar inventá-lo, torná-lo real”. Pergunta-se, primeiro, se o jovem Hadi se vê como um herói, ou apenas como um rapaz qualquer de Nova Jersey “que fez o que achava que deveria fazer”. Tenta separar, assim, do religioso, o humano. Para se aproximar o mais possível da verdade, o escritor começa seu diálogo imaginário pelo tema da “dissimulação” — pois a ficção não deixa de ser, ela também, um fingimento. Pergunta então a seu agressor o que ele entende por dissimulação. “Significa que você só finge dizer a verdade”, Hadi, o imaginado, lhe responde. Admite que, no passado, sua própria família vivia muito distante dos preceitos islâmicos e presa a mentiras. Mas isso mudou. Pararam de dissimular.

Quando Rushdie tenta um outro caminho para dele se aproximar, o jovem Hadi reage: “Sua mente não presta. É como uma borboleta. Não consegue se concentrar no que importa. É a mente de um americano”. Na cabeça de Hadi, o imaginado, o “mundo americano” se define pela inconstância e volatilidade. É um mundo que não consegue se fixar na Verdade que, segundo ele, é sempre férrea e imóvel. Lembra-lhe Salman Rushdie que, ao planejar o atentado, o rapaz não estava apenas arruinando a vida de um escritor que ele julgava demoníaco, mas arruinava sua própria vida. Era um jovem de 24 anos, tinha toda uma vida pela frente, que o atentado à faca destruiu também. “Estou querendo entendê-lo”, Rushdie insiste. “Por que estava tão disposto a arruinar sua vida? Não a minha. A sua.”

O jovem Hadi imaginado por Rushdie justifica seus atos com uma fórmula supostamente sagrada, que teria aprendido de certo imane, Yutubi, a quem seguia na internet: “Aqueles que são contra Deus não têm direito de viver”. Lutando para entrar na cabeça de seu agressor, um insistente Salman Rushdie se esforça para argumentar, se esforça para levar o rapaz a pensar, mas ele, ao contrário, vê esse esforço como uma armadilha e dele escapa. “Está tentando me confundir. Percebo. Está usando truques, como um demônio faz”, Hadi — na boca de Rushdie — resume. Pergunta-lhe Rushdie, ainda, por que matar um estranho — por que atentar contra um homem que ele desconhecia. De novo, é direta a resposta que recebe: “Se você acreditasse no Céu, entenderia”. Em vez de ser uma elevação em direção ao divino, a fé se torna um grande depósito de ideias e objetos fixos e imutáveis, a que devemos apenas nos submeter.

Afirma o jovem Hadi, na boca de Salman Rushdie, que Deus está muito acima da linguagem, “como está acima de tudo o que é meramente humano”. Diante disso, resta perguntar: se Deus está acima da linguagem, como se formaram as palavras do Alcorão? Responde o rapaz: “O Anjo compreendeu Deus e passou a Mensagem de uma maneira que o Mensageiro pudesse entender, e o Mensageiro a recebeu”. Para ele, essa explicação deve bastar, nada mais deve ser perguntado. Depois das palavras sagradas, só o silêncio. Se Deus não se expressa por palavras, se tudo o que lemos é uma interpretação das palavras divinas, argumenta Rushdie, devem existir muitas outras interpretações sagradas. Hadi é categórico: “Você é uma serpente”. Em outras palavras: pensar é uma faculdade das serpentes.

Ataca o jovem Hadi, o imaginado, toda a ficção de Salman Rushdie, não apenas *Os versos satânicos*. “Você diz

Afirma o jovem Hadi,
na boca de Salman
Rushdie, que Deus
está muito acima da
linguagem, “como
está acima de tudo
o que é meramente
humano”. Diante disso,
resta perguntar: se
Deus está acima
da linguagem,
como se formaram
as palavras do
Alcorão? Responde
o rapaz: “O Anjo
compreendeu Deus e
passou a Mensagem
de uma maneira
que o Mensageiro
pudesse entender,
e o Mensageiro a
recebeu”. Para ele,
essa explicação deve
bastar, nada mais
deve ser perguntado.
Depois das palavras
sagradas, só o silêncio.

que o que escreve são *ficções*. É outra palavra para *mentiras*". As ficções — a literatura — seriam, por essência, satânicas, ele pensa. Em contraste, o Hadi imaginado guarda, ainda, uma lembrança pura de seu passado familiar, no interior do Líbano, quando as palavras eram limpas e verdadeiras. Sobre as pessoas entre as quais cresceu, e pela boca de Rushdie, ele diz: "Eram fortes. Poderosas. Compreendiam o mundo. Enxergavam o que ele realmente é". Ali estavam a perfeição e a força. Ao contrário de Salman Rushdie, que não passaria de um fraco.

Rushdie alerta seu interlocutor imaginado a respeito do perigo das ilusões. Lembra então da história de Hans Christian Andersen sobre uma sombra que se separa de um homem e que, por fim, se torna mais real que o homem. Contudo, o jovem Hadi se recusa a ouvi-lo: "Não interessa o que você tem a me dizer. Sabemos quem você é. Se você achar que consegue nos convencer, não passa de um tolo". Vê-se Rushdie diante de um pensamento que se assemelha a uma pedra, compacta, inabalável, desprovida de brechas pelas quais possam passar feixes de luz. A ficção, imensa rede de furos e vazamentos, em contraste, é insuportável para os que aceitam apenas a perfeição.

Também quando tenta saber da vida pessoal do jovem Hadi, Rushdie esbarra em uma espécie de muro. "Só tenho amor a Deus", ele resume, fechando a conversa. E ainda reclama: "Você é intruso e rude". Com o recurso potente da fantasia, Salman Rushdie nos apresenta o embate, fracassado, entre dois mundos incommunicáveis. A rigor, a posição do Hadi imaginado não é tão imaginária assim. Basta olhar em torno de nós e verificar que, para além dos dogmas e preceitos do islamismo, habitamos um mundo empedrado por fundamentalismos de todas as espécies. Um mundo que se paralisa e se enrijece.

Em dado momento do diálogo imaginário entre Salman Rushdie e seu agressor, o jovem Hadi, exausto, declara sua desistência em conversar: "Essa conversa acabou", ele determina. Aqui se impõe, porém, a supremacia da ficção sobre o real. Constata Rushdie: "Não, não. A questão aqui é que isso está acontecendo na minha cabeça, então não acaba enquanto minha cabeça não disser que acabou". E, com um sutil (e demoníaco) ar de deboche, o escritor conclui: "Você não precisa nem pensar no que dizer. Eu ponho as palavras na sua boca".

De que cabeça se trata afinal? Da cabeça do agressor, o libanês Hadi Matar, que a ficção se esforça em destrinchar, ou da cabeça do escritor, Salman Rushdie, que imagina e, enquanto imagina, escreve e, assim, persevera em seu ofício de escritor? Os cortes que o jovem Hadi produziu no corpo de Salman Rushdie, apesar de dolorosos, inaceitáveis, deixaram vaziar o sangue da verdade que hoje temos, a duras penas, que enfrentar. É no corte que aflora a ficção — nos lembra sempre a poeta Suzana Vargas. É no corte que escorre uma verdade de pedra, avessa às contradições e às dúvidas, onipotente, absoluta, que justifica os piores atos. É esse sangue transformado em pedra que Rushdie, com o bisturi da fantasia, luta para desvendar. Nas fendas desse diálogo imaginário, ecoam as palavras do trovador armênio, do século XVIII, Harutyn Sayatyan: "Vi tudo claro e extremamente nítido, e compreendi que a vida tinha me abandonado".



A força da palavra

O poder das palavras

Rodrigo Lacerda

Escritor, tradutor e editor, autor dos romances *Outra vida*, *Vista do Rio* e *Fazedor de Velhos*, entre outros.

Romain Rolland e Stefan Zweig entre a literatura, a política e a psicanálise

No Brasil e no mundo, as palavras continuam tendo muita força na arena pública, e circulam por todos os meios de comunicação. Já incorporadas ao nosso jargão político, as chamadas “narrativas” são um bom exemplo do poder das palavras. Quando interpretam a realidade com boa fé e civilizadamente, embora com visões discordantes, ou quando resultam de negociações democráticas, as narrativas são construtivas e necessárias. Nunca se pode esquecer, contudo, que as palavras também podem ser usadas para enganar e para seu autoenganar. E assim, quando negam os fatos mais evidentes e demonizam quem delas discorda, as narrativas sequestram a consciência crítica dos seus apoiadores, submetendo-os aos interesses de um grupo, de um líder, ou a um projeto de poder que já nasce autoritário. Daí, talvez, a máxima segundo a qual todo líder é um manipulador, mas nem todo manipulador é um líder, e para diferenciar um do outro é preciso entender se a manipulação visa beneficiar aos manipulados ou ao suposto líder.

Não só na política as palavras têm força, é claro. Na literatura, têm também. Pode ser uma força de várias naturezas: estética, filosófica, existencial e, inclusive, política. Desde a Antiguidade, muitas obras de arte engajadas nesta ou naquela causa tornaram-se clássicas (isto é, continuam, na essência, muito atuais), e até hoje a combinação entre palavras políticas e literárias continua produzindo livros da maior importância.

A história a seguir ilustra um momento em que uma terceira dimensão foi acrescentada ao poder das palavras. Por mais ou menos quatro décadas (1900-40), na obra e na vida de dois escritores — um francês, Romain Rolland, e um austríaco, Stefan Zweig —, criou-se um campo comum entre a palavra política, a literária e uma nova aliada, a palavra psicanalítica.

* * *

Em um de seus livros, o escritor Stefan Zweig usou como epígrafe a seguinte citação de Schiller:

Quanto mais o jogo secreto da força do desejo se esconder à luz mais suave das afeições comuns, mais acentuado, colossal e ruidoso se torna no estado da paixão violenta:

o refinado pesquisador da alma humana, que sabe quanto se pode contar com o mecanismo trivial do livre-arbítrio e até que ponto é permitido deduzir por analogia, transportará muitas experiências deste domínio para a sua ciência da alma e as processará para a vida moral [...].

O texto que vinha a seguir, lançado em 1931, era um longo perfil de Sigmund Freud.¹ A frase do poeta clássico, para Zweig, funcionava como um convite, feito ainda no século XVIII, à descoberta da psicanálise e, com ela, do “jogo secreto da força do desejo”.

Freud, quando seu perfil foi publicado, tinha já 75 anos. Zweig tinha cinquenta. Apesar da diferença de idade, os dois se correspondiam há quase 25 anos. As cartas que trocaram foram sempre mais do que amistosas. Uma admiração mútua era evidente, com direito a leituras e comentários de parte a parte. Eles continuariam se correspondendo até a morte de Freud, em 1939. Segundo Alberto Dines, grande biógrafo de Zweig, foi esse perfil sobre Freud que deu ao inventor da psicanálise o nível de celebridade mundial que tem desde então.² E, neste caso, Zweig estava pagando uma dívida.

Desde o começo da carreira, ele fora influenciado pela chamada *Nervenkunst*, a “arte psicológica”, utilizando seus preceitos tanto em biografias e perfis, ou na composição dos personagens de seus contos, novelas e peças de teatro, quanto em seus textos memorialísticos e ensaios. E Freud, em Viena, era uma referência óbvia para todos que seguiam esta linha de trabalho.

Ao longo dos anos 1920, o sucesso dos livros de Zweig não parara de crescer em toda a Europa, e não só lá, no mundo todo. Seu faro para *best-sellers* não o impedia de ser, em seus melhores momentos, um escritor refinado, capaz de conferir grande densidade psicológica a personagens e narrativas. Ao final da década, ele estava quase no auge. Em 1931, ano em que publicou o retrato de Freud, Zweig já trabalhava a pleno vapor em sua obra-prima, um marco da aliança política-literatura-psicanálise, a biografia *Maria Antonieta: retrato de uma mulher comum*.³

Se para entender o homem por dentro o escritor austríaco servia-se das teorias freudianas, para sua atuação social, na arena política, o modelo de Zweig era outro: Romain Rolland. O musicólogo, dramaturgo e romancista quinze anos mais velho, que alcançara a glória mundial após uma descida ao inferno.

Nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, Rolland havia sido a Cassandra da Europa. Entre 1904 e 1912, publicou a saga cujo personagem-título, Jean-Christophe, era um libelo ambulante pelo entendimento entre as grandes potências, um ponto de união encarnado daquelas que, no entender do escritor, eram as grandes matrizes culturais europeias, a francesa, a alemã e a italiana. Apesar do relativo sucesso de público e de crítica, o livro passou longe de conter as hostilidades crescentes. No limiar da guerra, por suas declarações pacifistas, por seu antinacionalismo, por seus manifestos contra o uso da força, Romain Rolland foi acusado de traidor e de covarde, na França e fora dela, inclusive por muitos colegas do meio literário.

1 Zweig, Stefan. *A cura pelo espírito: em perfis de Franz Mesmer, Mary Baker Eddy e Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Zahar, 2017. A citação de Schiller vem da obra *Der Verbrecher aus verlorener Ehre* [O criminoso da alma perdida].

2 Idem, no posfácio “Stefan Zweig e Sigmund Freud: guerras ou a generalizada sensação de desordem” (p. 288). Para a biografia de Zweig: Dines, Alberto. *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*. Rio de Janeiro, Rocco, 2013 (4ª edição).

3 Zweig, Stefan. *Maria Antonieta: retrato de uma mulher comum*. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

Iniciado o conflito, porém, as notícias da carnificina puseram a consciência europeia do avesso. Estava aberto o caminho para que, em 1915, uma reunião dos textos antibelicistas do autor francês, *Au-dessus de la mêlée* [Pairando sobre a confusão], transformasse Rolland não apenas em um escritor conhecido, mas em uma voz política muito respeitada.⁴ Com atraso, mas com entusiasmo, finalmente o escutavam. No mesmo ano, o escritor recebeu o prêmio Nobel de literatura e, com ele, sua influência transcendeu a Europa. O romance *Jean-Christophe* e seus manifestos políticos passaram a ser lidos pelo mundo afora.⁵

Ao longo dos anos 1930, enquanto o novo conflito mundial se armava no horizonte, Stefan Zweig tentou ser o que Romain Rolland havia sido para o conflito anterior: uma voz humanista de grande alcance, que usava as palavras para denunciar a brutalidade e os descaminhos da civilização europeia. Ambos trabalharam a serviço da paz e contra o totalitarismo, escrevendo livros, palestras, cartas e manifestos. Eram igualmente contrários ao nacionalismo exacerbado, dizendo-se internacionalistas, ou universalistas, por acreditarem no elo mais profundo entre todos os povos, o sentimento comum de humanidade.⁶

Se Zweig foi quem ecoou a obra de Freud e de Rolland uma geração depois, duas figuras de tamanha estatura não haveriam de ter em comum apenas o admirador austríaco mais jovem que ambos. Como seria de se esperar, pois estavam no topo dos seus respectivos mundos, eles também mantiveram ativa correspondência (diz-se que foi uma observação de Rolland, feita ao livro *O futuro de uma ilusão*, de 1927, que serviu a Freud como premissa para seu livro seguinte, *O mal-estar na civilização*, de 1930). E se Freud não ganhou o prêmio Nobel nenhuma

⁴ Rolland, Romain. *Au-dessus de la mêlée*. Paris, Éditions Payot & Rivages, 2013.

⁵ Hoje em dia esquecida no mundo inteiro, até na França, uma demonstração da importância de Romain Rolland na época é a lista de celebridades com quem ele passou a se corresponder. Entre muitos outros artistas, intelectuais e políticos, estavam figuras do porte de Herman Hesse, Máximo Gorki, Rabindranath Tagore e Mahatma Gandhi. Pela tradição filosófica da Índia, o francês nutriu um profundo interesse. Escreveu livros, biografias, ensaios e centenas de cartas sobre o tema. Tinha por Gandhi, de quem escreveu um longo perfil biográfico, especial admiração, sobretudo no que se referia ao princípio da não-agressão e da resistência-pacífica.

⁶ Embora tenham continuado sempre fieis ao pacifismo e ao universalismo, é verdade que Rolland e Zweig viriam a se afastar politicamente, no decorrer dos anos 1930. O motivo: Zweig considerou que Romain Rolland estava sendo complacente com as perseguições stalinistas, inclusive no campo das artes. De fato, Rolland apoiara a Revolução de 1917, acompanhara com grande interesse a instalação do regime comunista e mantinha-se a par dos acontecimentos na União Soviética, chegando a visitá-la em 1935, sendo recebido por Stálin. O rótulo de porta-voz dos soviéticos pegou, e viria a contribuir para a lenta derrocada de sua reputação ao longo dos anos 1930-44. Mais recentemente, baseados no conteúdo das cartas de Rolland para Máximo Górkki, escritor diretamente comprometido com o stalinismo, alguns estudiosos relativizam a complacência identificada por Zweig, outros a negam por completo e outros ainda a justificam com argumentos de outra natureza. Em 1934, Rolland casara-se com Mariia Kudasheva, uma viúva franco-russa, tradutora do francês, que lhe fora recomendada por Gorki, e o impacto disso em sua atitude perante o regime soviético, apesar de seu permanente combate a todas as formas de totalitarismo, se divide em duas hipóteses: 1) embora o casal morasse na França, Kudasheva tinha parentes na União Soviética, a quem uma atuação pública mais contundente do marido contra Stálin podia colocar em risco; 2) Kudasheva seria uma espiã soviética, infiltrada no lar de uma das figuras culturais mais importantes do mundo, para fins de propaganda do regime comunista ou, pelo menos, para neutralizar uma voz potencialmente perigosa para a imagem do stalinismo. Sobre estes assuntos, ver: Gassian, Alexia. "La Relation de Romain Rolland à la culture russe et soviétique", in Bridet, Guillaume e Hertrampf, Marina Ortrud (orgs.). *Romain Rolland: um écrivain mondial?* Munique, AVM Édition, 2023. E: David-Fox, Michael. "Origins of The Stalinist Superiority Complex: Western Intellectuals Inside The USSR". Washington, The National Council for Eurasian and East European Research, 2004.

Os tempos atuais, como a época em que eles viveram, são marcados por uma forte dose de passionalidade no discurso político. As guerras se multiplicam; muitos países, entre os quais o Brasil, estão rachados ao meio; um conflito entre as grandes potências mundiais voltou a ser possível. A ideia de uma “Internacional do Espírito”, como pregavam Rolland e Zweig, que congregasse apenas artistas e intelectuais, livres-pensadores unidos pela paz, já há muito foi abandonada. E até a mais bem articulada narrativa, em nossos dias, precisa das redes sociais, que, pela ação de algoritmos inexcrutáveis, injetam no cidadão comum ilusões narcisistas, mitomaníacas e de perigosa onipotência.

vez — concorreu doze vezes, entre 1915 e 1938 —, Rolland bem que tentou evitar a injustiça. Em 1936, reagindo à teimosia da academia sueca em não conferir a ele o prêmio de Medicina, em carta pública pediu o Nobel de Literatura para Freud, afirmando que: “[...] há trinta anos a literatura recebeu sua profunda influência”.⁷

O circuito que une Freud, Rolland e Zweig fala muito sobre o poder das palavras nas interseções entre literatura e psicanálise, literatura e política, e, por que não?, entre psicanálise e política. Se os dois escritores bebiam na psicanálise ao fazerem arte, não é absurdo supor que ela também influenciasse o entendimento que tinham do mundo político. Os dois pareciam ter recebido de Freud algumas lições essenciais, válidas para todos os campos de atuação.

De certo modo, o pacifismo que propagavam dependia de uma atitude psicanalítica. Depreende-se de suas cartas, palestras e diários que o pacifista, segundo eles o entendiam, identificava os erros não apenas dos outros (e das forças adversárias), mas também os seus próprios (e os da força a que pertencia); ele contribuía para a tolerância geral pela capacidade de diálogo e de respeito à opinião contrária; identificava os mecanismos que contribuía para a violência individual e a coletiva, atuando para neutralizá-los ou dissolvê-los; admitia-se falho e também sujeito a impulsos mal direcionados, o primeiro passo para evitá-los; era humilde diante da “força do desejo” em sua versão mais “colossal e ruidosa”, pois ela podia ter consequências terríveis para as pessoas à sua volta e para a comunidade internacional.

Segundo os dois escritores, o pacifista não se pretendia mais forte que ninguém. Ele temia e rejeitava a violência e a dor que ela provoca. Ele não acreditava em heróis, ou na fantasia da infalibilidade do líder. Desejava, antes, abrir-se sinceramente para a superação dos erros alheios e dos próprios, valorizando os eixos culturais e os valores comuns, que eram a chave para a paz. Seu ideário valia para questões internas ou externas de cada país. Para os dois escritores, a política psicanalisada, anti-heróica e desencantada, no fim das contas, contribuía para a paz.

* * *

⁷ “Freud e o trauma do Nobel”, in *O Estado de Minas*, 30/09/2017. https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/09/30/interna_internacional,904932/freud-e-o-trauma-do-nobel.shtml

É sabido o que aconteceu com Rolland, Zweig e Freud: com a ascensão do nazismo, Zweig fugiu de Viena para Londres antes da Segunda Guerra, em 1934, e acabou em Petrópolis, em 1941, onde morreria no ano seguinte. Romain Rolland, em 1938, isolou-se na comuna de Vézelay, na região da Borgonha onde havia nascido. Tinha 72 anos e uma saúde delicada. Em 1939, ainda presidiu um Comitê Mundial Contra a Guerra e o Fascismo, angariando apoio de artistas e intelectuais, mas, a partir de 1940, quando Vézelay caiu sob a ocupação alemã, preferiu submergir. Morreria seis anos depois, em 1944, meses após a libertação de Paris. Freud abandonou Viena em 1938, após a anexação da Áustria pela Alemanha, para fixar-se em Londres. Morreu um ano depois.

Os tempos atuais, como a época em que eles viveram, são marcados por uma forte dose de passionalidade no discurso político. As guerras se multiplicam; muitos países, entre os quais o Brasil, estão rachados ao meio; um conflito entre as grandes potências mundiais voltou a ser possível. A ideia de uma “Internacional do Espírito”, como pregavam Rolland e Zweig, que congregasse apenas artistas e intelectuais, livres-pensadores unidos pela paz, já há muito foi abandonada. E até a mais bem articulada narrativa, em nossos dias, precisa das redes sociais, que, pela ação de algoritmos inexcrutáveis, injetam no cidadão comum ilusões narcisistas, mitomaníacas e de perigosa onipotência.

Daí, talvez, a importância de lembrar o caso desses dois escritores e seu mestre psicanalista, que usaram o poder das palavras como ferramenta essencial para o conhecimento e o entendimento do outro e de si mesmo, e ainda, por extensão, para o bem coletivo. Usando de tal poder questionaram governos, quando não os viam trabalhando pela paz e pela justiça social, e mantiveram-se lúcidos e com agudo senso crítico em meio à algaravia de narrativas.



A força da palavra

Cármem Lúcia Antunes Rocha

Ministra do Supremo Tribunal Federal.
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Entrevista a Rosiska Darcy de Oliveira

Cármem, me explica o que há nas águas ou nos ares de Montes Claros para que essa cidade dê ao Brasil dois dos maiores brasileiros, Darcy Ribeiro e Cármem Lúcia.

Eu não sei o que há, mas também é uma gentileza, e só a generosidade da Rosiska comparar Darcy Ribeiro comigo. Para mim, Darcy Ribeiro é um monstro sagrado da cidadania brasileira, do civismo brasileiro. Acho que o norte de Minas, que já é a região do sertão mineiro, nos dá a necessidade de sermos esperançosos, corajosos e gostar do belo, do bom. Tem as cantorias, tem aquela região ali, ainda hoje, e cada vez mais, de uma cultura de artesanato do Vale do Jequitinhonha, um Ciro dos Anjos, que é de Montes Claros também, que é sempre de muita resistência, porque os governos em geral não olham para os mais pobres, muito menos antes, se a gente for colocar século XX, até a década de 1940, quando Darcy Ribeiro sai e deixa a casa de Dona Fininha, mãe dele, e vem para o Rio. Então, acho que é **uma região em que a gente não quer perder o que é da essência da humanidade, a vontade de ser feliz**. E não é fácil num sertão, pobre de economia, mas um céu lindo... A gente tem a impressão, à noite, que você vai pegar as estrelas, tocar as estrelas, de tão baixo que é o céu, E você fica com vontade de continuar seguindo, apesar dos pesares, como diria o próprio Darcy, e das catimbas, que são muitas.

Aos trancos e barrancos, como ele dizia.

Apesar de...

E uma coisa, Rosiska, que eu aprendi jovem com a Clarice Lispector e que eu tenho quase como um lema na minha vida. Ela diz que a grande lição na vida da gente é aprender a viver, apesar de, apesar de, você deve comer. Apesar de, você deve amar, outra vez. Apesar de, você deve viver. Porque, apesar de, um dia você vai ter que morrer. Então, essa lição do viver, apesar de, você não tem que desistir de tentar ser feliz, é muito de quem vive o agreste, que o Rosa também descreveu tão bem... “Eu não tiro sombra de buraco”, dizia o Riobaldo. É isso. Toca, toca pelo sertão, toca que vai ter um riacho ali na frente, vai ter o agreste, tem muito espinho, mas vai seguindo.

Então, nós temos necessidade de sobreviver, mas sobreviver é pouco para a humanidade. Eu acho que a nossa humanidade contempla em todos nós a

decisão imperativa do ser humano, do ser vivo, de buscar e viver bem. Não é só sobreviver, ninguém quer só sobreviver. Eu tenho pavor quando tem algum... e já tive alguns muito próximos doentes, que o médico diz sobre-vida — não, doutor. Eu sou de uma família que vive. Eu não sou de uma família que sobrevive. Eu não acho que o ser humano seja mesmo para sobreviver. E eu acho que isso é próprio de quem não teme as dificuldades. Quando tinha água muito barrenta naquela região... Montes Claros também, e até eu mesma peguei ainda essa fase quando chegava na casa da minha avó... Não morei em Montes Claros, mas nasci e era daquela região, e a minha avó morava ali... Muito ruim, a água era muito barrenta. E o Darcy Ribeiro, que há quarenta anos antes via aquilo, via os áluns do Rio de Janeiro e achava aquilo de uma beleza, com uma vontade de ver e de viver aquilo, e que a mãe dele dizia, isso é coisa para gente rica. Mar é coisa que nós não vamos ver no sertão. Então, ele resolveu que todo mundo tinha direito de ver o mar. E, por isso, ele teria pegado uma botica da cidade...

Azul de metileno.

E colocou na caixa d'água da cidade. E todo mundo podia, das suas torneiras, ver o mar azul saindo em curso, para que todo mundo tivesse o direito de ver. É a invencionice na busca de ser feliz que o ser humano tem dentro dele.

Quando a ABL festejou o centenário dele, eu fiz uma palestra em homenagem a ele. E eu contei essa história e disse que Darcy foi um homem que inventou o mar. Quando ele não tinha acesso a ele, ele inventava, fazia acontecer o mar. Isso é uma coisa maravilhosa. E eu fiquei pensando, agora ouvindo você falar, que você nasceu em Montes Claros, que você acabou de descrever muito bem e muito poeticamente, numa geração que não era exatamente propícia a que uma mulher fosse presidente do Supremo Tribunal Federal. Essa geração não previa esse fato, não é mesmo? E acontece que uma menina que nasceu em Montes Claros e cresceu em Espinosa, resolveu fazer uma carreira jurídica, fez uma bela carreira jurídica, e ela tornou-se presidente do Supremo Tribunal Federal. É um longo caminho, é um caminho no agreste.

E é um caminho agreste.

Me conta um pouco essa história.

Eu acho que tenho muitas sortes na vida. Uma delas é de ter tido pai e mãe que não tinham problemas com obstáculos, ou não viam nos obstáculos um problema insuperável. Então, eu não gostava de aritmética, antes da matemática, no grupo escolar. Fiquei prensada entre... Tenho dois irmãos mais velhos e a Luísa logo depois de mim. E o que vem antes de mim, o Flori, e a Luísa, eram craques em matemática. Tanto que o Flori vivia recebendo medalha, e a Luísa, uma engenheira. E quando eu reclamava da professora, não gosto dessa aritmética... Eu ainda sou da geração que decorava tabuada, eu decoro número por conta disso até hoje. E a mamãe falava assim: “Não gosta? Estuda mais que aprende. Não tem que gostar. Na vida, a gente não faz tudo o que gosta”.

Depois, eu tinha uma coleguinha, ainda no grupo escolar, e eu chegava em casa reclamando. “Fulana briga, fulana xinga.” Ela falava assim: “Vai acosturado, sempre haverá uns desses na vida da gente, não liga, segue em frente”. Então, uma das grandes sortes é ter tido este pai e esta mãe, que me ensinaram “não se preocupe com isso, se ocupe com o que tem de se ocupar, com o que

“você precisa fazer para superar esse tipo de dificuldade”. Isso foi muito importante, e eu acho que é importante ter pessoas que nem dão colher de chá para dizer não, ou, como eu vi em inúmeras ocasiões, o pai e a mãe que vão à escola para pedir satisfação para a professora, não teve nada disso lá em casa. Quando eu fiz vestibular, eu lembro que a notícia lá em casa era assim, você não é obrigada a passar, porque é um número grande, mas também não está fazendo favor nenhum de passar, porque você pôde estudar em boas escolas, pôde estar com bons professores, portanto, nem se deu muita colher de chá, nem tinha disponibilidade financeira, nem nada para sobrar, nem faltava, podia fazer suas escolhas e todo mundo tem que trabalhar, trabalho é um valor.

Quando fui sabatinada no Senado, me lembro do então senador Pedro Simon ter perguntado como é que era essa orientação familiar para chegar a um certo rigor que acham que nós mulheres temos, ainda há esse conceito, não vou dizer nem que é prévio, mas... Acho que, no meu caso, eu sou mesmo rigorosa comigo e com quem trabalha comigo. Eu dizia assim, na minha casa era proibido só três coisas, e aí era mesmo proibido: não podia querer o que era do outro, tenha o que for bom para você e tente buscar você. Portanto, nem se falava em furto nem nada, era assim, não queira, sabe por quê? Isso é do outro, não significa que seja bom para você. E se você achar que é bom, vá à luta para ter. Então, não pode desejar coisa do outro, e não mentir e não ter preguiça. Então, era o seguinte: eu sou madrugadora, mas os meus irmãos que não eram, papai falava: “Muito complicado, porque o sol está no meio do céu”. Eram sete e meia da manhã. Ele dizia: “O sol está no meio do céu, fulano está dormindo. Isso não vai dar certo”. Então, para ele, mais do que para a mamãe,

A gente trabalha
 porque precisa.
 Quando falo aqui,
 acorda cedo demais,
 5h30 da manhã,
 eu falo, repito
 exatamente o que
 a mamãe falava:
 “Passarinho que não
 tem conta acorda de
 madrugada”. E eu, que
 tenho esse tanto de
 conta para pagar?
 Tenho que acordar.
 É essa ideia de que
 eu não faço nada
 com má vontade.
 Eu acho que eu nunca
 fui nem para o meu
 escritório, nem para
 a Procuradoria do
 Estado, nem para
 o Supremo com má
 vontade de trabalho.
 Trabalho não mata.
 O que mata é amolação.
 Aí pode matar.

que ainda punha panos quentes, era um horror ter preguiça. E, portanto, quem muito dorme, pouco aprende.

E, portanto, isso nos fazia, como obrigação, estudar, trabalhar, Hoje eu falo assim, é um valor, não é, Rosiska? A gente trabalha porque precisa. Quando falo aqui, acorda cedo demais, 5h30 da manhã, eu repito exatamente o que a mamãe falava: “Passarinho que não tem conta acorda de madrugada”. E eu, que tenho esse tanto de conta para pagar? Tenho que acordar. É essa ideia de que eu não faço nada com má vontade. Eu acho que eu nunca fui nem para o meu escritório, nem para a Procuradoria do Estado, nem para o Supremo com má vontade de trabalho. Trabalho não mata. O que mata é amolação. Aí pode matar. Mas, também, quem não trabalha também tem amolação. É preciso que se considere isso. Então, eu acho que eu tive esta grande sorte, entre as sortes que eu tive na vida, de ter pessoas que me instigaram, pai e mãe, que me colocaram nesta trilha.

Cármen, seu pai, faleceu com quase cem anos.

Isso, 98.

Foi uma figura absolutamente central na sua vida, não é?

Eu acho que ele e mamãe, papai ainda ficou, porque ele ficou viúvo um tempo, e aí ele assumiu de ser pai e mãe de nós todos. A mamãe antes era a mãe e o pai, porque o papai realmente trabalhava como era da geração dele. Teria hoje 106 anos, mas a mamãe exercia esse papel de cuidar e tinha uma ótima cabeça, junto com o papai, para deixar as coisas que nos deixaram, inclusive, materialmente. Mas, depois que ela morreu, ele assumiu a centralidade da família. Então, ele dava desde a bronca até o estímulo para todos, para os filhos, para os netos, porque eu considero ainda hoje que os princípios dele são marcantes para nós da família e para muita gente que o conheceu. Eu me lembro de algumas coisas muito triviais que ele falava que ficaram marcadas. Por exemplo, já tinha uns dez anos ou mais que a mamãe tinha morrido, às vezes ele tirava a aliança e rodava enquanto conversava. Como já tinha mais de dez anos, eu me dei conta que ele não tinha tirado a aliança. Eu disse: “O senhor não tirou a aliança?”. Ele disse: “Você é boba, Cármen. A Anésia que morreu, mas meu amor por ela, não”. É que o amor é mesmo eterno. E o que dá o sentido da eternidade, da aliança, é o ser, não é a matéria. E que é tão trivial, mas é tão óbvio na hora que alguém te fala com essa força. Esses princípios de vida são marcantes realmente, têm essa centralidade. Mas ele, por exemplo, menos ainda a mamãe, não queriam ter filho “funcionário público”. Quando eu fiz o concurso para a procuradoria: “Por que não fica só no escritório, gente? O que tem de ser como toda mineiro?”. Os mineiros, em geral, têm um cargo, mineiro tem um escritório de advocacia, mas tem um cargo público, tem o certo. Eles não queriam. “Uma hora vai deixar de advogar. O que é seu é que é seu. Depois que fizer setenta, oitenta anos, quem tem o seu continua na vida. Os outros precisam de se reinventar.” E acabou que eu fui mesmo procuradora, mas ela exigia que ficasse, ainda podia advogar, que ficasse advogando paralelamente. E eu só deixei de ter outra atividade realmente no Supremo. Mesmo assim, continuei na PUC. São coisas que ficam muito marcantes para a gente ter um prumo na vida. E eu fico com pena de ver que há uma geração de pessoas mais jovens que não veem o trabalho como valor, como forma de realização do seu talento em benefício próprio e do outro. Sabe aquele que arrasta o pé?

Os músculos do ódio

Arrasta o pé, “estou indo trabalhar” como um peso, como um encargo, e eu não sei exatamente quanto tempo. Outro dia perguntei na minha sala de aula assim, quanto tempo vocês ficam na frente de uma telinha? Qualquer tela, menos o computador de trabalho. E eu saí assustadíssima, até contei para o reitor da PUC, que me disseram que ficavam por volta de seis horas. E eu disse, mas com quem vocês conversam seis horas? Porque, pessoalmente, a gente conversa mais que isso. Mas não é todo dia e não é seguido tanto tempo. Eu fico na minha bolha. E aí me assusta muito, porque o mundo é muito vasto. O mundo é muito grande. Tem muita gente para a gente conhecer para você ficar numa telinha. Esta telinha impede, às vezes, de a pessoa ver que ela pode se desenvolver é de dentro para fora, puxando o próprio fio e encontrando o fio do outro para dar meada e o desenho, o bordado que é a vida. É que viver em rede não é viver na telinha. E ter uma rede própria de carne e osso.

E saber que é carne e osso.

Porque a minha dificuldade é que, às vezes, a pessoa acha que está conversando com alguém do outro lado do mundo e tem ali uma máquina. E ele não escuta o irmão que está no quarto ao lado, doente, com depressão e querendo um colo. Então, a proximidade nos dá o bem e o mal da vida, a amizade, o afeto e a discussão, a gente discute mais com quem a gente vive, porque a gente está mais próximo, ele conhece o lado sombra e o lado luz, incentiva o lado luz. Numa telinha, você não vê nada disso, você vê apenas um avatar que você não imagina o que seja, mas também não te toca, seu sentimento fica adormecido. Eu acho que os sentimentos, Rosiska, são como músculos da alma, que a gente tem que exercitar.

Concordo totalmente. E acho que o processo de atrofia atual se dá exatamente por aí. Quer dizer, uma atrofia em que praticamente só são fortes os músculos do ódio.

Porque esses são como erva daninha, não é isso?

Exatamente.

Não precisa de incentivo.

Não, isso cresce naturalmente. Isso é a fera. É a fera que a gente domestica a vida inteira. Mas, quando se solta, e se solta com impunidade, se solta sem controle, sem tabu, sem superego, dá nisso, dá nesses problemas que você acaba tendo que enfrentar no Supremo Tribunal.

Eu acho muito grave, porque eu não acho que uma pessoa que viva de raivas e ódios contra tudo e contra todos, como a gente tem visto com frequência... Primeiro, eu não acredito que ela seja feliz. Eu acho que ela não gosta nem dela, porque gostar é um aprendizado, como desgostar é meio intuitivo, no sentido que... No *Massa e poder*, Elias Canetti começa a obra dizendo que, quando você está num lugar desconhecido, numa rua que seja, eu sempre falo no elevador, entre alguém, a sua tendência é se recostar para não ter o contato físico. Se você estiver na rua à noite, independentemente do quadro hoje, de grandes cidades principalmente, mas não só, de ter medo, de ter a sensação de medo, qualquer passo

que você ouça, você aperta o seu passo para se afastar daquilo. Se você estiver num show de rock, num show do Caetano, a sua tendência é ser amigo íntimo de quem está do lado que você nunca viu, você reparte até a latinha de refrigerante e, sem problema, se abraçam no estádio. Daí a pouco você é íntimo do outro, o contato é o que te liga numa energia boa. E, para isso, você precisa estar lá. Para você estar sozinho com medo na rua, você pode estar sozinho, o medo é até um alerta importante na vida da gente, mas o medo não pode ser maior que você. Você tem que engolir o medo para ele não te engolir. Quando o medo faz com que você reaja, a reação é sempre de afastamento, que gera as raiwas, que gera o ódio, e a solidão faz com que você fique contra tudo que você já, paranoicamente, acha que é um adversário. Então, você aprende a gostar, você aprende a estar com o outro. Eu, esses dias, falava sobre os quarenta anos que estamos completando do movimento das Diretas Já, a que eu atribuo uma importância fundamental. Porque, pelo menos na nossa vida, de nós duas, talvez tenha sido o único movimento, do que eu vejo, do que eu vivi, que é a favor. Nós fomos para as ruas, nos comícios nas

diretas, a favor de um Brasil que fosse livre, com eleições diretas, com cidadãos votando. O que é fácil é juntar, Rosiska, muita gente, em qualquer lugar, para ser contra. Contra a carestia da vida, contra a guerra. Você vê que um ditador facilmente arruma uma guerra, Porque aí junta, num sentido de patriotismo, para ser contra o outro. Nós tivemos movimentos no Brasil, em 2013, contra o aumento dos bilhetes, depois era contra isso, contra aquilo. E eu vi, em 2014, em algumas dessas reuniões públicas, placas assim: "Contra tudo". Não era contra alguém. Chegava a isso naquele movimento. Tivemos contra a presidente da República, que depois acabou no impeachment. Contra, é fácil juntar. Agora, juntar as pessoas para ser a favor, a gente começa a aprender em casa.

Eu me lembro que, uma vez, vi uma das minhas sobrinhas procurando alguém para fazer uma reunião. Eu dizia assim: "Nossa, mas está tão difícil, parece que o pessoal está todo viajando nesse feriado". "Não tia, mas é assim mesmo, é como vocês sempre disseram, para juntar para comemorar alguma coisa é mais difícil do que para o enterro." É mesmo, aqui em casa a gente fala isso. Vamos juntar para o bem. A gente não quer apenas na hora do choro, a gente quer juntar para a hora da alegria. As Diretas Já foram um movimento de alegria, alegria cívica, alegria

O mundo é muito grande. Tem muita gente para a gente conhecer para você ficar numa telinha. Esta telinha impede, às vezes, de a pessoa ver que ela pode se desenvolver é de dentro para fora, puxando o próprio fio e encontrando o fio do outro para dar meada e o desenho, o bordado que é a vida. É que viver em rede não é viver na telinha. E ter uma rede própria de carne e osso.

de perspectiva democrática. A década de 1980 teve muito isso. E eu dizia neste início de semana exatamente isso. Primeiro, eu entrei na faculdade, na década de 1970, 1975, e nós fizemos o primeiro movimento de eleições diretas, porque, para o diretório acadêmico, era proibido. Tinha o decreto 477, que ninguém lembra, mas que era chamado AI-5 dos estudantes.

Eu me lembro muito bem.

Pois é. Nós queríamos votar para o DA. Conseguimos. Em 1980, queríamos votar para governador e prefeito. Não se votava para prefeito de capital. Aí conseguimos votar para governador, agora nós queremos votar para presidente. Em 1983, desagua no movimento das Diretas Já em 1984... Não deu certo no sentido de que não passou a emenda Dante de Oliveira... A gente ia para um boteco. Resolvia todos os problemas do Brasil ali todos juntos, tínhamos receita para tudo.

O melhor lugar para você fazer um país perfeito é sempre um boteco.

É uma mesa, em geral.

Aliás, entre parênteses, existia um boteco em Genebra chamado Landolt, onde o Lênin se encontrava com a turma dele para refazer o mundo. Ali no Landolt, a mesa está toda arranhada por eles, porque eles ficavam nervosos, conversando, e arranhavam a mesa. Eles fizeram isso no exílio, lá, em Genebra. Nós fizemos no exílio lá também, nós fizemos aqui no Brasil. Quantos botecos andamos, refazendo o mundo.

Se os botecos contassem as histórias que eles ouviram, tinha vários Brasis criados, resolvidos.

Exatamente.

Fomos para o boteco, choramos naquele dia e, no dia seguinte, “Tancredo já”, porque não teria diretas, mas, na verdade, a eleição se legitimou foi nas ruas, fazendo comícios. Tancredo morre na véspera, literalmente, é calendário. Saímos, “Constituintes já”. Então, era de movimento em movimento a favor deste Brasil, era mote de campanha, a nova República, mas dava a ideia de que nós queríamos outra república ou uma verdadeira república de republicanos e de cívicos para o Brasil, cidadãos com civismo e participação. Era a favor.

Acho que a década de 1980 vai ser contada daqui a cem anos como a década dos que se reuniram para ser a favor de um Brasil. E dá uma pena danada a gente ter chegado aqui e não ter tido esse Brasil que a gente pensava, e que é muito importante lembrar que, quando falam, por exemplo, que a Constituição tem excessos, é uma Constituição muito detalhista, nós somos um povo detalhista e a Constituição, cada Constituição, tem que ter mesmo a cara do seu povo. Nós precisamos ter uma norma no Brasil dizendo que, para os cargos públicos, há que haver concurso público e, mesmo assim, quase trinta anos depois, o Supremo teve que fazer uma súmula dizendo que o nepotismo era proibido. Mas estava lá e reclamaram quando foi colocado pelos constituintes a norma expressa que o acesso a cargo da república, se a res é pública, é para o público. Não é simples fazer acontecer esta república que nós queremos e continuamos querendo.

Como já dissemos tantas vezes, e havemos de amanhecer.

E com aquele céu azul de anil...

Aquele em que se pegam as estrelas.

E onde se tocam as estrelas, exatamente. Aquele do Norte de Minas, daquele norte todo riobaldense.

Riobaldense, exatamente. Adorei essa história que você falou do movimento a favor, o movimento positivo.

E acho que estamos precisando, porque este movimento é um movimento que tem alegrias e tem humor, que eu temo, isso que você dizia antes, fica uma coisa rançosa de, na solidão, você ficar lambendo feridas da alma, sozinho, e não tem alguém para dizer, abre a janela que tem um claro, deixa entrar a luz. Porque esse movimento tinha, como teve antes, no final da década de 1960, quando teve a passeata dos 100 mil, que puseram na rua um urutu e que não deu conta, o Hélio Pellegrino gritou de lá: “Não funcionou”. Isto para dizer que eles tinham humor, essa geração do Drummond, do Pedro Nava, do Hélio Pellegrino, do Otto Lara Resende, eles tinham humor. Falávamos antes do Darcy Ribeiro, eles não perdiam o riso, a alegria, a brincadeira. Eu não vejo mais isso hoje. Primeiro porque as pessoas se policiam.

A autocensura

Tenho medo de toda forma de censura. Tenho medo enorme da autocensura. Essa que não deixa a sua alma abrir a cortina.

Eu queria te perguntar sobre isso, porque acho que a autocensura é talvez a mais insidiosa das censuras, a menos controlável. Gostaria de te ouvir sobre isso.

Ela é fruto do medo, e de um medo que impõe a covardia como conduta, que leva à omissão, que a pessoa depois justifica de forma racional e acredita na sua justificativa para não viver. A autocensura é perigosa porque ela mutila a própria pessoa. Você veja que, quando a censura é do outro, você reage. Mas, quando você se impõe, você se apequena, se diminui e se conforma. Toda forma de conformação, nesse sentido de um conformismo, pode levar a omissões diante da vida, para si mesmo e para o outro. E a gente não pode esquecer que, na Divina Comédia, o último dos círculos de Dante é a traição, mas o penúltimo é do omisso. É um passo para ser traidor. Eu acho que é uma omissão consigo mesmo, é uma renúncia, uma abdicação de você tentar, pelo menos, fazer alguma coisa, não por si como interesse único, mas também pelo outro, porque nós estamos vivendo em uma comunidade e é para ser uma unidade com o outro. A unidade solitária é o isolacionismo, que é doença. Tanto que, quando aconteceu a pandemia do Covid, ninguém se conformava porque era físico. Mas e quando é psíquico? E quando é espiritual? E quando é sentimental? Este é um dado de desumanização.

Eu já contei quinhentas vezes, eu tive um professor de Filosofia do Direito, professor Gerson Mello Boson, que dizia para nós em sala de aula que ele não tinha medo de jeito nenhum de animais, de nenhum animal. Ele dizia, porque a onça não desonça, a zebra não dezebra. O tigre não destigreja, e a pessoa se desumaniza. O ser humano abre mão da sua essência, que é a sua humanidade. Você se aproxima de uma onça se você quiser, porque ela não vai desonçar, ela vai ser

A Constituição não garante apenas a liberdade, e já não seria pouco que garantisse todas as formas de liberdade. Eu tenho trabalhado nos últimos anos para que a Constituição brasileira trabalhe com a ideia de libertação, que é a dinâmica da liberdade. É a ação permanente de cada um e de todos pela liberdade. Porque quem é livre, é livre. A pessoa que conseguiu uma condição material ótima, ou boa, que seja, que acha que está satisfeito com o que tem, com a família que ele tem, ele consegue manter a ele, os filhos, quem vier depois, e estou vivendo muito bem, ele se sente livre. Mas e o outro? E o dia de amanhã?

a fera que ela é. Agora, você se aproxima do ser humano porque você tem uma comunidade, uma humanidade comum, uma unidade com o outro, que é o que forma a nossa humanidade. Ora, na hora que você se isola e acha que você sozinho é o bastante, você leva a isso que eu temo agora, que é, Rosiska, esta tirania individual. Nós já conversamos sobre isso. Quer dizer, quando eu era menina, o tal do dono da verdade era uma excrescência. Fulano é muito... A gente diria em francês, *rempli de soi-même*, cheio de si, ele acha que sabe tudo. Era um pouco uma pessoa que já era notada pelos outros por essa condição. No entanto, hoje a gente vê pessoas que exigem do médico o diagnóstico que ele quer, que exige do advogado uma conduta que ele quer. Vejo a hora que alguém vai entrar no avião e resolver exigir do comandante que a rota seja traçada por ele. Afinal, ele é dono da verdade, ele sabe mais que todo mundo. Isto é próprio de um raciocínio e de uma conduta despótica. Isto não é de alguém que ouve o outro.

Este é um temor, porque aí o afastamento fica cada vez maior. Não ouve o outro. Também lembro que a minha mãe falava que, se você tiver algum problema na rua, chame um adulto, falava para nós crianças, porque o outro é aquele que te auxilia, aquele que te dá a mão. E o que era o problema na rua? Era se tivesse um cachorro louco, era se o rio trouxesse cheia e você ficasse com medo de se afogar. Eram coisas da vida, da natureza. Hoje, eu vejo os meus sobrinhos dizendo para os filhos, se tiver um adulto na porta que você não conheça, não se aproxime, não fale, não converse. O outro pode ser um inimigo. A minha mãe me ensinou que o outro era quem me ajudaria. Eu tenho, até na família, como em todo lugar, os que ensinam que o outro pode ser um perigo. Então, você tem um processo de desumanização em

toda a sociedade, perigosamente. E é isso que acho que muda para uma humanidade mais perversa, com guerras particulares e entre Estados muito mais fáceis.

Mas, se eu voltar à questão da autocensura, vamos ver que essa autocensura foi se criando dentro de cada um lentamente, como a absorção de um veneno que vai envenenando aos poucos. Por quê? Porque há uma mensagem de ameaça no ar. E eu creio que talvez o que nós estejamos vivendo hoje de mais apavorante é que há várias mensagens de ameaças que fazem com que o outro se torne um inimigo. E essas mensagens, nós sabemos, são emitidas voluntariamente. Ou seja, o medo vai sendo incutido voluntariamente. Ou seja, uma política de formação do medo, de implante do medo, na alma de todos nós. Isso faz com que surja o inimigo, isso faz com que surja a solidão. A autocensura é uma forma de solidão. Quer dizer, eu tenho vontade de dizer uma coisa, não te digo porque estou com medo. É uma forma terrível de condenação à impotência.

É uma forma de a pessoa ir se engolindo.

Exatamente, se diminuindo.

Ela engole seu pensamento, ela engole e fica mastigando, e depois ela não precisa mais pensar, porque ela não vai mesmo falar. Para que ela vai perder tempo pensando? O medo é uma grande força política.

O medo e a vergonha

Eu acho que é, porque é um dos sentimentos mais primitivos. Os sentimentos mais poderosos são o medo e o ódio.

Eu acho que há dois dados que podem fragilizar o ser humano com muita facilidade: o medo e a vergonha. Quando você está com medo, primeiro, qualquer ideia que comprove que o seu medo não é uma abstração, não é um delírio, é algo que realmente te ameaça, é captado com facilidade. Então, se você acredita em alguma coisa e vê num celular, numa dessas telinhas, algo que reforça essa sensação que você tinha, você fica convencido do perigo. E, no perigo, você se isola, se acanha, se acantona ali no borrarho, como era a gata borrarheira. No meu cantinho, quieta, sem mexer, sem respirar. E aí você desaprende de respirar com amplitude, de poder pensar, exatamente como você disse. Você se autocensura a ponto de nem respirar. Fica quietinha. E a vergonha, quando a gente está mal ajambrada num ambiente que você achava que era descontraído e você está mal, a sua tendência é se isolar também, se encostar, ficar meio imperceptível, para ninguém te notar. Medo e vergonha são forças políticas poderosas. E o medo é o mais fácil, porque é muito simples criar uma desconfiança para quem já está se sentindo amedrontado.

E isso vale muito para a tirania. A democracia vive não é nem das liberdades, Rosiska, e este é o grande ganho do constitucionalismo brasileiro, a disposição do cidadão. A Constituição não garante apenas a liberdade, e já não seria pouco que garantisse todas as formas de liberdade. Eu tenho trabalhado nos últimos anos para que a Constituição brasileira trabalhe com a ideia de libertação, que é a dinâmica da liberdade. É a ação permanente de cada um e de todos pela liberdade. Porque quem é livre, é livre. A pessoa que conseguiu

uma condição material ótima, ou boa, que seja, que acha que está satisfeito com o que tem, com a família que ele tem, ele consegue manter a ele, os filhos, quem vier depois, e estou vivendo muito bem, ele se sente livre. Mas e o outro? E o dia de amanhã?

Na verdade, o ser humano vive a libertação como a essência da sua própria vida. Se você raciocinar, a vida de uma pessoa, que é um modelo para a gente criar o Estado e a vida de um povo, o ser humano nasce e está ali no berço. E a mãe diz: “Vou dormir, o bebê está dormindo, pronto. Não vai sair do berço”. Mesmo quando ele começa a se movimentar, não vai sair do berço. Um dia ele sai do berço, mas fica no quarto. Não pode sair. Depois, um dia, olha, ainda estou dormindo, o menino já está acordado às seis horas da manhã, mas só pode ficar até a sala. Não pode sair. Um dia ele sai, mas, olha, não pode atravessar a rua, é perigoso. Um dia ele vai atravessar, a gente atravessa a rua, atravessa a cidade, atravessa o mundo, atravessa a vida. É libertador o processo. Quando a pessoa continua no seu bercinho porque eu não sei o que tem além da porta do quarto ou porque eu não tenho quarto, o que eu estou fazendo é impedir o processo libertador da vida. E o que a Constituição Brasileira garante, como todas as Constituições, e o Direito tem como núcleo, é a garantia da libertação.

O Direito é um movimento libertador do ser humano, do medo do déspota, do medo do Estado, do medo do vizinho, do medo do preconceito, de todas as formas de medo. A ação pelas liberdades, todas, não são apenas uma, essas ações são asseguradas por um sistema de direito. Se alguém me destrata porque eu sou mulher, eu posso dizer que eu tenho o direito de ser igual, porque eu tenho uma Constituição que me garante e eu tenho que ter, claro, um juiz que me assegura a eficácia desta norma. Este processo libertador, e eu falo a mesma coisa, a libertação e a igualação, não podem ser vistos como estáticos. Nem é isso que o Direito produziu, porque senão eu não teria a ideia de justiça, que vai mudando.

Nós completamos este ano, quase que no dia do seu aniversário, os duzentos anos da independência soberana do Brasil, como autor do seu direito, da sua ideia de justiça, pela Carta Imperial de 25 de março de 1824. Este marco, desde então, garantia a liberdade, mas o Brasil continuou com escravizados e um processo de escravização tenebroso, com consequências que ainda hoje a sociedade se ressentem. Isto porque quem era livre, era livre, era o senhor. E quem não era livre, não era livre. Ora, é a ação pela liberdade que faz com que nós tenhamos o processo de vida. Então, quando você fala na autocensura, você fala exatamente na abstinência constitucional ou na renúncia a um direito que uma geração do nosso povo conseguiu nos entregar. A garantia de que você é livre para lutar por mais liberdades, porque é este o processo da vida. Um processo pelo qual você se descobre, se redescobre, se reinventa para sair do berço, atravessar a rua, atravessar a vida e contribuir para a vida de quem vier depois ser melhor. Quando você censura alguém, você impede, você tranca a porta do quarto. Quando você se autocensura, você nem sai do berço, porque o medo te acanha como se você fosse para sempre caber naquele tantinho. Então, você precisa se diminuir mesmo, como você disse, porque, afinal, o berço não foi feito para o tamanho da humanidade. O berço foi feito para um estágio inicial de humanidade, que é este processo com o outro.

Acho que a autocensura é gravíssima, como você disse, porque ela vai incutindo de maneira tão tranquila... Acho que é Teilhard de Chardin que fala que, se for perguntar para um feto se ele quer nascer, “não, está bem aqui”, mas ele vai

crescendo, vai ficando desconfortável. “Não, mas está bem, aqui eu conheço já.” Ele dizia isso até sobre a morte. Quando fala que “eu quero ficar aqui para sempre”, não, você não sabe se é um processo também libertador, não sabe o que é. É o desconhecido.

Nascer é um susto, dói, nascer dói, quando o ar entra nos pulmões, dói, por isso é que eles choram.

A vida tem uma certa dor de viver, apesar de Emílio Moura dizer que não, que viver não dói, eu falo que viver dói, a dor de viver dói. A dor de viver não impede, de jeito nenhum, a alegria de viver. Pelo contrário, você precisa do sal para sentir o açúcar. Você precisa desse processo para ser instado também ao próximo passo. Mas esta dor não impede em nada que você tente e aprenda com isso. Quando você abre mão disso, eu acho que é um pouco, não quero não. Deixa eu ficar aqui quieto. Outro dia uma pessoa me falou, nasceu a sua neta? Não, encruou. Eu falei, deve ser um gênio. Olhou para aquela luz, sei lá o que vem do outro lado, fica por aqui mais um tempo, vai nascer um gênio. A senhora fique descansada que vem, mas vai nascer. Quando ela disse “encruou”: é exatamente essa a ideia. Tem uma hora que a autocensura faz isso. E ela é perigosa porque ela é justificável pela pessoa. A pessoa dá um jeito de dizer, não, melhor ficar, isso aqui está muito complicado.

Essa autocensura também legitima a censura que é imposta na tirania, no autoritarismo. Totalitarismo nem se fala, porque aí ele acaba com o ser humano mesmo. Mas no autoritarismo, em toda forma de tirania, ela começa pela censura. Ela censura a imprensa, ela censura a palavra, os artistas são abominados, porque o artista é mais do que a liberdade. No caso do artista, o movimento é libertário, é libertador. Ele não tem realmente os limites e nem pode, porque senão você impede a capacidade de sonhar e de tentar fazer de forma diferente aquilo que está estabilizado. A Clarice também tem no Mineirinho, que ela considerava uma das melhores crônicas dela, isto que é maravilhoso.

É uma das melhores crônicas dela.

Na hora que ela fala que não quero esta casa num terreno que treme, eu não quero esse terreno, eu não quero essa justiça que não funciona, eu quero uma que me dê essa capacidade de se reinventar mesmo.

A censura contra os escritores

Sempre me impressionou a constância da censura e o medo que os censores têm dos artistas. Primeiro, os escritores. Ao longo de toda a história, sempre existiu censura contra os escritores. Isso é um fato, é inegável. Os exemplos todos estão aí, ao longo da história, livros queimados, escritores queimados.

As bibliotecas que eram reserva absoluta de uns poucos donos do poder. As mulheres não podiam aprender a ler.

Até o século XIX, na América Espanhola não era permitido às mulheres lerem romances. No Brasil, a história da censura é antiga e visa sobretudo os escritores. Os ditadores, os líderes totalitários, eles inventam uma ficção e dizem que é verdade. Que a verdade é essa, a deles. Os escritores dizem a verdade e

chamam de ficção. Dizem: “Isso aqui é ficção, estou escrevendo uma ficção”. Não é, está escrevendo a verdade. É o contrário do ditador. O escritor diz a verdade e chama de ficção. E você pode torturar uma pessoa. Torturar o corpo dela da maneira mais bárbara, submetê-la às maiores humilhações, mas você não tortura o imaginário. O imaginário não se tortura. O imaginário continua soberano, ele continua a imaginar até onde ele pode ir. Isso enlouquece, literalmente, o ditador, porque isso é uma coisa que ele não consegue controlar. Ele consegue controlar tudo. Eu acho que os ditadores têm medo, são pessoas medrosas. Eles prendem Graciliano e ele escreve *Memórias do cárcere*. Prendem Soljenítsin, e ele escreve *Arquipélago Gulag*. Daí cresce um ódio contra a espécie, a espécie dos criadores.

O ditador acha o seguinte: se não posso matar o pensamento, tenho de matar quem pensa. O raciocínio é simples, é perverso e cruel. Eu sempre acho que o ditador é um ser humano medroso. Como ele tem medo do adversário e ele não se acha igual e não consegue se igualar em sofisticação intelectual, em raciocínio, em nada, ele resolve matar aquele que pode, no confronto, mostrar a pequenez dele. Então, tudo que o ameace no seu poder, que é um poder material, que não é este poder intelectual, torna-se um grande temor para ele. Como ele é medroso, mas tem medo do próprio medo, ele tem que matar quem o amedronta. A arte é sempre um alvo preferencial dos ditadores. Você se referiu às mulheres. É muito impressionante, porque, no nosso caso, estudamos no primeiro ano de Direito, Antígona. Pelo que ela representa, ela é o símbolo do direito natural.

“Não somos silenciosas, fomos silenciadas”

Antígona é nossa referência fundamental.

Fundamental. E, depois, eu dediquei um trabalho a Zuzu Angel. Eu tive alguém do Norte de Minas, uma mulher que foi Antígona de carne e osso, contemporânea. Antígona, Eteocles e Polinices. Antígona: “Me entrega o corpo, do meu irmão, que eu tenho o direito de enterrá-lo”. E ela saiu também, atrás: “Me entrega o corpo do meu filho, que eu quero enterrar”.

E todas as Mães da Praça de Maio.

E, no caso dela, era alguém, uma mulher de Curvelo, do Norte de Minas, que saiu e enfrentou até que acabassem com ela, porque ela não parava de ir atrás, ela não parava de falar. Quer dizer, então, a tirania não muda. Não muda lá, em Antígona, não muda aqui. Nós estamos falando da década de 1970. E, em seguida, fazem mais do que isso. Para que ninguém nem cogite pensar neste assunto, silenciam historicamente e silenciam e invisibilizam. Uma vez uma pessoa me disse: “Vocês mulheres foram muito silenciosas na história”. Não! Nós fomos silenciadas. Nós não somos silenciosas, fomos silenciadas. Basta ver que, mesmo quem lutou, aliás, sempre quem lutou, Rosiska, não pode ser lembrada porque é um “mau exemplo”. Na Inconfidência Mineira, no movimento da Conjuração, d. Hipólita Jacinta foi um dos nomes mais importantes, junto com Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, mas só aparece a

Uma vez uma pessoa me disse: “Vocês mulheres foram muito silenciosas na história”. Não!

Nós fomos silenciadas. Nós não somos silenciosas, fomos silenciadas. No ano passado, conseguimos, num movimento grande sobre d. Hipólita e tudo mais, e a Heloisa Starling, como historiadora, conseguimos que tivesse no Panteão dos Inconfidentes a lápide dela, porque não tinha nenhuma mulher ali. Mas, se a gente cogitar, não foi só ali. Bárbara de Alencar não era lembrada de jeito nenhum, mas foi a primeira presa política brasileira, morreu sendo perseguida, participou de movimentos, deixou uma família, o próprio José de Alencar, neto dela, filho do José Martiniano, e não se fala em nada disso, não se comenta sobre isso.

musa, a Bárbara Bela. A musa pode, musa de qualquer movimento pode. Agora, lutadora, na linha de frente, raciocinando, ela que sabia francês, e a d. Hipólita, que traduzia para o Tiradentes, ela que descobriu que o Tiradentes, inicialmente, estava sendo perseguido aqui no Rio e arrumou na casa de quem ele ficar escondido até ser preso. Ela não é mencionada. Só em 1999, o Itamar Franco dá a primeira medalha póstuma da Inconfidência para a inconfidente, para a conjurada d. Hipólita, na praça Tiradentes, no 21 de abril. Só então, para se ter uma ideia. E aí, no ano passado, conseguimos, num movimento grande sobre d. Hipólita e tudo mais, e a Heloisa Starling, como historiadora, conseguimos que tivesse no Panteão dos Inconfidentes a lápide dela, porque não tinha nenhuma mulher ali. Mas, se a gente cogitar, não foi só ali. Bárbara de Alencar não era lembrada de jeito nenhum, mas foi a primeira presa política brasileira, morreu sendo perseguida, participou de movimentos, deixou uma família, o próprio José de Alencar, neto dela, filho do José Martiniano, e não se fala em nada disso, não se comenta sobre isso.

Você foi muito feliz na expressão “não somos silenciosas, fomos silenciadas”, e fomos silenciadas de uma maneira violenta. A história verdadeira da queima das bruxas é que eram mulheres, as chamadas bruxas, que detinham o saber médico, que conheciam poções medicinais, que exerciam a medicina clandestinamente. Então, essas mulheres eram queimadas, porque elas tinham um “pacto com o demônio”.

Nós somos sempre muito lembradas como fazendo parte de algo que é mau. É a pecadora. O pecado é muito ligado à figura da mulher, historicamente.

Desde Eva.

Desde Eva, claro. Então, para se ter uma ideia de como isso é uma formulação, como você bem disse, isto é pensado, planejado, organizado e executado. Essa forma de organização que desvaloriza alguns para que outros tenham um sobrevalor diferenciado e, portanto, se legitimam para o poder, sobre todos, não é com todos, que é democraticamente pensado o poder, é exatamente planejado. E você dizia antes como isso é feito aos pouquinhos.

Quando há muitos anos eu escrevi sobre o princípio da moralidade que hoje está na Constituição, quer dizer, a ética do Estado e de nós, servidores públicos, que somos obrigados... Não é porque quer ou não quer ser honesto. Você jura que cumprirá a Constituição e as leis da República e tal. Eu falava num princípio que aprendi no internato, só que as feiras usavam para uma coisa e eu aprendi o que era o mitridatismo. O rei Mitridates tinha muito medo de ser envenenado, então ele usava primeiro um provador, depois dois provadores, até que ele resolve que não pode confiar em ninguém. Ele começa a usar pequenas quantidades para criar anticorpos e, com isso, o corpo, mesmo que se o tentassem envenenar, o corpo dele já teria os antídotos e ele não seria envenenado. O mitridatismo é isso que se faz a conta gota sem que você perceba. Eu falava sobre isso a propósito da corrupção, quer dizer, "deixa o processo aqui, minha filha, não toma conhecimento disso, não". Amanhã deixa mais um... É aos poucos. E a pessoa vai se acostumando com isso, como se fosse correto. O mitridatismo ético que eu dizia vale para todas essas coisas. Você começa a dizer assim, não fala nada não, vai brigar com os outros. Você está vendo acontecer uma coisa, mas não lida com isso não, não pensa mais nisso não, e não reaja. É uma forma de você inculcar a pouco e pouco, até o corpo político se acostuma com aquilo.

Nós temos uma parte da ciência política que explica que toda forma de autoritarismo é uma doença da sociedade do estresse. Você luta, luta, se incutirem que é melhor deixar que alguém tome conta de você, você deixa de brigar. Você abre mão da sua liberdade, "apenas". Mas é só isso. E aí eu fico vendo como nós não aprendemos direito as lições da infância, não é, Rosiska? Porque eu me lembro que, entre as histórias tantas que me contaram, quando eu era menina, tinha a história dos dois cães. Um que passa na rua latindo, com fome, e o outro dentro de uma casa sofisticada, bem alimentado, pelo brilhante e tal. E aí o bem alimentado pergunta ao outro, você está com fome? Mas por que você está com fome? Estou na rua há não sei quantos dias, depois eu fiquei brincando lá com os outros cães e tal. E aí, te dou um pedacinho da minha porção. E você fica aqui, seu dono cuida de você e te dá banho... E você não quer ficar aqui dentro do quintal comigo o tempo todo? Não! Ué! Eu agora vou sair porque tem outra brincadeira com os cachorros... Eu não posso, não pode, por quê? Está vendo isso aqui? É uma coleira. Eu tenho tudo, mas eu tenho tudo aqui dentro do quintal, obedecendo ao dono. E nos ensinava, é melhor ser um vira-lata que sai, que brinca com os outros, que vê uma bola... Agora, ele tem que ir atrás da sua própria comida. Essa comida interna também, você tem que ir atrás o tempo todo. A alternativa é viver bem cuidadinho, mas com a coleira. É uma escolha. O único problema é que ele tinha uma coleira. Então, não aceitem as coisas fáceis.

Mas essas ideias todas são fáceis agora, na hora que a gente olha e vê como o mundo está, e como a tecnologia mais recente facilitou fazer isso sem que você perceba. Porque aí, Rosiska, além de ser pouco a pouco, é imperceptível. Qual é

o desafio maior que nós temos? Acho que, basicamente, nós temos hoje três grandes desafios na humanidade para que o ser humano se salve dele mesmo e se garanta como um ser de liberdades. Primeiro, essa distopia climática e ambiental. Eu tive um reitor de que eu me lembro sempre, ele dizia: “Deus perdoa tudo, o homem perdoa às vezes, a natureza não perdoa nunca”. Nem a interna, nem a externa. Comeu muito, amanhã você passa mal. Bebeu demais, amanhã você não se aguenta. Matou a planta, amanhã ela te devolve. Eu sempre lembro também que a natureza é feminina e mulher não aguenta desaforo. Não faça desaforo que amanhã ela te devolve. A gente engole na hora e depois dá o troco. É preciso que a gente lembre que a gente tem que pensar nisso e é refazendo o que der para refazer e prevenindo para não ter tantas tragédias climáticas que vão destruir este planeta. E isto não é retórico, isto não é uma “desnecessidade”, já passou da fase de urgência. Estamos vendo isso, inclusive no Brasil, que se dizia, aqui não tem problema. Temos.

Não é mais ameaça, isso é a vida real.

E agora é um fato com o qual nós temos que lidar, porque há vidas humanas, e todas as vidas humanas estão em jogo. O segundo é o problema das facilidades que nós temos tido no mundo inteiro e com respostas diferentes sobre drogas que fazem com que as pessoas usem, abusem. Não sabem os limites e se destroem, destroem famílias e destroem comunidades inteiras. Em qualquer caso, há alguém planejando, querendo e ganhando financeiramente. E o terceiro é exatamente das tecnologias. Essas tecnologias vieram e eu sou favorável que o ser humano crie máquinas para o ajudar, não para o escravizar. A escravização é um processo contra o qual a gente tem que lutar permanentemente e nunca achar que já acabou, que todo mundo aceitou. Porque alguém lucra com isso. A felicidade não dá lucro. A paz não dá lucro.

A vida não é útil, como diz o Krenak.

A vida não tem utilidade financeira. Uma das músicas do movimento das Diretas é “Inútil”, como um deboche contra isso. Olha, nós precisamos fazer alguma coisa... Cantamos muito isso. “A gente somos inútil.” É exatamente para dizer isso, que essas tecnologias, elas inauguram uma outra forma com a qual nós temos que lidar, uma outra forma de pensar, de atuar.

E de escravizar?

Para a pessoa ter poder na Idade Média, você tinha o suserano e o vassalo. Ele é o suserano, ele é o senhor de vida e morte. Ele tinha poder financeiro, por isso ele votava, o voto era censitário. Com isso, essa escravização era sempre externa, era por um dado externo. Você tinha mais e, por isso, você era mais. O ter levava ao ser, abstraindo-se do que era dois anos atrás. Você era uma grande escritora, então você era reconhecida e recebia benesses ou auxílios ou a forma de viver, porque você era alguém que destacava e auxiliava a humanidade. E inverteu-se isso, passou-se a ter mais para parecer ser mais. Só que o ter tem limites. Essas tecnologias vieram dizer assim, não precisa mostrar que tem. Eu posso escravizar sem mostrar o escravo. Porque eu te dou um chip e depois te mando a mensagem pelo chip. E pode ser a maior mentira, mas essa é uma mentira possível de você acreditar. E você fica com medo de ter outra. E você está na sua bolha e, portanto, você se fecha e assim eu exerço o meu poder.

Desde o início da imprensa até agora, nós mudamos o tamanho do jornal, a forma do jornal, a forma da escrita, o tipo de notícia, mas nós tínhamos uma imprensa que legitimava. Ela agora já vem com um rótulo, a imprensa tradicional.

Era a imprensa.

Não, mas eu vi aqui na minha internet, no meu “zap”, mas ela não é a imprensa. Mas eu não preciso da imprensa. A imprensa era um veículo de comunicação que me dava uma fonte. Agora, a fonte são todos os quase oito bilhões de habitantes do planeta. Chegou, não sei de onde, mas chegou.

E quanto mais eu falar isso com você e mais vezes você acessar, mais eu ganho. Então, tem alguém ganhando nesses três desafios.

Cambridge Analytica e sem vassalos.

Cambridge Analytica... sim, e que nós estamos vendo acontecendo hoje no dia a dia. E aí, isso que está acontecendo, o Brasil tem quase 200 milhões, 180 milhões de aparelhos de celular, a pessoa nem sabe o que recebeu. Mentira sempre existiu. O uso da mentira para levar o outro a vir para o meu lado, talvez tenha sempre existido. Mas nós temos o desafio dos quatro Vs.

Primeiro, o volume de informação. Você recebe um volume tal que você é incapaz de manter o prumo e a racionalidade permanente. Você deve viver isso, como eu vivo. A gente está no meio de um trabalho, uma escrita, entra alguém e conta uma coisa. E a maioria das pessoas, não é que um ser humano entrou e você vê um brilho na sua tela, olha, ó, aconteceu tal coisa. E isto é numa velocidade impressionante. O volume de informações é algo inédito na história da humanidade. O segundo é a velocidade. Isso tem uma rapidez que você escreve — falo agora por mim como juíza — você escreve, assinou, não leva vinte minutos para ser divulgado em uma rede, às vezes, de televisão. Pela internet nem se fala. Porque a assinatura vai direto para o público. E isto, como há nem sei quantas plataformas disponibilizando e puxando, na mesma hora, mas na mesma hora, a velocidade é algo exponencial e inédito.

O terceiro é a *viralidade*. Conta-se algo, isto pega e contamina, e você pode dizer “vou desmentir”. Antes, escrevia-se alguma coisa sobre Rosiska, que ontem na Academia, na reunião, falou tal coisa. Não era fato. Você ontem nem foi à Academia, e você quer o direito de resposta,

porque inclusive tal jornal ou tal televisão falou isso. Agora, a forma não é mais o direito de resposta na forma tradicional, por uma razão simples: porque na hora que você der essa resposta valendo-se do que era a resposta tradicional, você cria outro fato. E se você for fazer a pesquisa na mesma hora dessas plataformas, o que antes tinha aparecido num grau muito menor se torna agora uma grande notícia. Então, isso pode ter sido apenas uma casca de banana para você escorregar. Queriam, era isso mesmo, que a Rosiska aparecesse. O que antes podia até ser uma mentira, porque você não foi na Academia. Na hora que você respondeu, virou notícia. E aí, a *viralidade*... Não, a Rosiska falou sim. Eu vi aqui, chegou para mim que ela falou. Mas eu não estava nem no Rio nesse dia. Não adianta.

E o quarto é a verossimilhança. A Rosiska é acadêmica. Disseram que ela foi à Academia e ela falou sim. E a ficção é mais fácil de ser programada, planejada e é mais factível do que a realidade, porque a realidade é desconexa. Se eu te perguntar o que você fez sexta-feira passada, você vai ter que pensar para saber o que você estava fazendo às dez da manhã. Agora, se alguém colocou que às dez da manhã de sexta-feira você saiu de casa, chegou na Academia e nem tinha ninguém, você entrou exatamente porque você resolveu dar uma declaração e falou na entrada com fulano, é tão certinho porque foi planejado, porque a vida não é planejada a cada segundo. Então, a verossimilhança faz com que a gente não esteja discutindo mais sobre a verdade ou não dos fatos. Porque, antes... Isto aqui é uma cadeira. Eu posso discutir se isto aqui é uma cadeira mais confortável, a interpretação que se dá a isso. Agora, não. Agora você fala assim, não, isto aqui parece uma cadeira, mas não. Isto aqui é um pedaço de papelão que eu coloquei. E é tão verossímil que neste volume de informação, nesta velocidade e com a *viralidade*, não adianta você falar que é cadeira.

Estes quatro Vs alteram toda forma de exercício, de expressão livre. Porque até aqui eu li em tal jornal, eu vi tal jornalista falando, um escritor tal escreveu esse artigo e eu tenho aqui. Quando disse tira-se uma palavra, você diz assim: "Não aceito a tortura". Tiram o não, colocam você falando "aceito". E aí, para desmentir é uma dificuldade enorme, já se criou uma animosidade contra você e grupos estão se digladiando, tudo em tecnologia, você nem sabia. Esse desafio é inédito, porque a questão é pela primeira vez posta e não há nenhuma resposta pronta para ela. Desde o início da imprensa até agora, nós mudamos o tamanho do jornal, a forma do jornal, a forma da escrita, o tipo de notícia, mas nós tínhamos uma imprensa que legitimava. Ela agora já vem com um rótulo, a imprensa tradicional. Era a imprensa. Não, mas eu vi aqui na minha internet, no meu "zap", mas ela não é a imprensa. Mas eu não preciso da imprensa. A imprensa era um veículo de comunicação que me dava uma fonte. Agora, a fonte são todos os quase oito bilhões de habitantes do planeta. Chegou, não sei de onde, mas chegou.

E ninguém é responsável.

A irresponsabilidade é a forma de você retirar uma legitimidade credenciada, racional, aí impedindo que as pessoas circulem livremente, teve gente que disse que achou que era Rosiska mesmo, e parece que ela entrou mesmo. Tudo indicava que era ela. A gente via isso, por exemplo, em famílias reais, O fulano foi ao supermercado, parece que a que estava com ele era a fulana. Agora já passam, "eu vi". É a tal da verossimilhança que, junto com sua incapacidade de ficar pensando o dia inteiro, 24 horas, sobre imagens, palavras soltas e tudo mais, fazem esse bolo.

Como a justiça pode enfrentar esse monstro?

Este é o grande desafio, porque o Direito é ciência velha. O Direito não pode se antecipar à sociedade, porque, senão, ele estaria criando e organizando, fazendo a sociedade caber no modelo, vai se amadurecendo uma ideia de justiça que é diferente em cada época para cada povo, para que o Direito seja legítimo. Agora nós temos um monstro, que são as tecnologias que, em vez de estarem a serviço do ser humano, se tornam gravosos contra as liberdades dos seres humanos. E é esta a resposta que se busca.

No nosso caso, nós não temos uma regulação, que é nova ainda no mundo, e a regulação significa estabelecer normas que regulamentem, que digam como isso pode ser exercido, com responsabilidade, com identidade de quem faz o quê e quem responde, e qual é o procedimento para não se ter nenhum tipo de restrição indevida de liberdade. Mas eu tenho dito, e como fui advogada de jornalista, de sindicato de jornalista, e a vida inteira trabalhei com a ideia de liberdade principalmente de imprensa, eu sempre digo assim, é preciso entender, Rosiska, que quando a gente a vida inteira falou em liberdade de imprensa, não só no Brasil, no constitucionalismo moderno, já houve, quem dissesse, nos Estados Unidos — que criou a primeira Constituição escrita, compilada e publicada — que era melhor ter uma imprensa livre, sem governo, do que um governo sem imprensa livre. E essa força era exatamente para garantir que o outro pudesse se informar, formar a sua convicção livre e se expressar também.

A liberdade de expressão e as redes sociais

Eu tenho também estudado e trabalhado com dois itens. Primeiro, vamos entender o que é a liberdade de expressão. O que o Direito garante, como eu disse antes, o núcleo fundamental é a liberdade. Portanto, quando a expressão é uma manifestação da liberdade, ela está garantida. Quando a expressão é um instrumento de crime, sempre foi tipificado, a gente fala como crime, ou seja, injúria, calúnia ou difamação. Quando alguém diz que você entrou na Academia Brasileira de Letras e fez tal coisa que era um ilícito, ele te caluniou. Isto não é novidade nenhuma. O Código Penal brasileiro é de 1940, está lá descrito o crime de calúnia. Ué, mas ele não pode se expressar? Aí você não pode se expressar. Ninguém tem o direito de, fazendo uso da sua expressão, cometer um crime contra o outro sem responder por isso. Então, vamos sempre identificar que censura é uma ação contra a liberdade. A expressão “manifestação da liberdade” está garantida em sua plenitude, a Constituição é taxativa, no caso brasileiro do artigo 220, é vedada toda forma de censura. Não é censura prévia, toda forma de censura. Censura judicial também é proibida. Aliás, eu acho até mais proibida, porque aí você vai ao último lugar que você tem para ir, que é o juiz, e ele te censuraria.

Porém, a expressão, que é “manifestação da liberdade”, mas que é prática de um crime contra o outro, mutila a própria liberdade de expressão, porque a liberdade de expressão é um direito fundamental seu e do outro também.

Então, por que a gente garante tanto e fala tanto em liberdade de expressão? Porque a gente não fala, no caso brasileiro, a gente não fala tanto, mas também está assegurado: liberdade de religião, liberdade de consciência, liberdade de ação, liberdade de reunião. Por que a gente fala tanto em liberdade de expressão? Porque, como você bem lembrou, e na triste história brasileira nós tivemos tantos episódios de ditaduras, e nas ditaduras, a primeira vítima é a verdade, mas é aquele que se arvora em querer dizer a verdade, basicamente os artistas, que são libertários. Então, quando qualquer pessoa resolve que a liberdade de expressão não é mais um direito individual, que o Estado é dono dela, claro, nós dizemos que isso é inconstitucional, isso não vale. Quando a expressão... Isso é a mesma coisa, este livro é só um livro, e é legítimo eu tê-lo. Mas quando eu pego esse livro e bato na cabeça de alguém e machuco alguém, ele é um instrumento de crime. A expressão é a mesma coisa, não é diferente disso.

Mas quando a gente fala na liberdade de expressão como direito fundamental, eu estou falando do meu direito e do seu direito. Quando a gente fala no direito à liberdade de expressão como direito individual, ele não se acaba aqui. Ele é também um direito social de uma sociedade livre. E a sociedade é livre quando os cidadãos são livres para pensar, são livres para se informar e ser informados. Nós, brasileiros, temos norma expressa na Constituição sobre a liberdade de informação, de se informar e de ser informados, porque é a partir de uma informação válida, legítima, real, compatível com a realidade, que eu tomo minhas decisões. Senão, eu tomo decisões individuais, políticas, econômicas, profissionais erradas. Então, não é um direito só meu.

Este é o grande desafio, porque o Direito é ciência velha. O Direito não pode se antecipar à sociedade, porque, senão, ele estaria criando e organizando, fazendo a sociedade caber no modelo, vai se amadurecendo uma ideia de justiça que é diferente em cada época para cada povo, para que o Direito seja legítimo. Agora nós temos um monstro, que são as tecnologias que, em vez de estarem a serviço do ser humano, se tornam gravosos contra as liberdades dos seres humanos. E é esta a resposta que se busca.

Quando a gente fala hoje na imprescindibilidade da regulação, por exemplo, de redes sociais, de plataformas, é porque, senão, eu tenho o direito só do dono da rede, que diz, eu não tenho nada com isso, eu só veiculo, eu não produzo esses dados. E eu sempre lembro, reclamaram muito de mim, no mês de janeiro, como relatora das resoluções para as eleições de outubro deste ano. E uma das resoluções trata de propaganda política. E aí, evidentemente, eu tive que cuidar de como nós, na propaganda política, vamos exercer a jurisdição eleitoral, dizer o que vale no direito eleitoral para essas eleições quando for feita em redes sociais. E disseram, não, na verdade não tem regulação no Brasil. Primeiro que é dever da justiça eleitoral fazer isso. E, segundo, o que eu estou dizendo e disse e pus ali e o colegiado, os sete ministros, votaram e acolheram o que eu estava propondo e agora é norma, foi que há um dever de cuidado de todo mundo que veicula alguma coisa. O dever de cuidar dos direitos fundamentais não é só do titular do direito, é do outro também, senão não tem sociedade. Eles têm de cuidar. E o segundo é a responsabilidade. Não existe Estado de direito no qual as pessoas sejam irresponsáveis. Ninguém é irresponsável, pode ser imputável, mas aí o Estado toma outros cuidados com essa pessoa que não possa responder pelos seus atos. Porque é menor, porque tem uma doença qualquer, mas, fora isso, todo mundo responde pelo que faz. Não seria diferente com donos de plataformas ao argumento de que não sou o autor. Não é o autor, mas veiculou.

E o exemplo que eu dei para alguns jornalistas que perguntaram, mas nós não temos uma regulação. Temos! No Brasil, desde 1990, nós temos, por exemplo, o Código do Consumidor. Se eu comprar uma manteiga estragada num armazém da esquina, o dono do armazém não pode falar assim: “Mas eu não produzo a manteiga, não. A senhora comprou, estava aí na prateleira”. Ninguém discute isso no Brasil, não é? Você pega a manteiga, estava estragada, fez mal, inclusive ao meu marido. Você vai lá, fala com ele, ele imediatamente tira tudo. Tem que tirar imediatamente, porque ela estava contaminada. E responde por isso. E meu marido precisou de um tratamento, provocou um mal-estar, o que for. E ele responde: “Nem sei como é que faz manteiga, não faço manteiga. Eu apenas coloquei aqui na minha prateleira”. E quem coloca na prateleira, para milhares e milhares de pessoas, algo que é falso, mentiroso, que compromete a lisura da escolha livre do cidadão, não tem responsabilidade? Mas como é isso? Que raciocínio é esse?

Então, temos sim leis no Brasil e temos juízes para fazer aplicar as leis no Brasil. A liberdade de expressão, que é de cada um e que é de todos, para que todos possam ser igualmente livres, será garantida na forma tanto das leis que nós temos, fazendo uso delas, e com outras normas, como no caso eleitoral que nós fixamos. Podem vir outras leis pelo Congresso Nacional para todas as plataformas? Podem e devem, têm de, até para dar segurança a quem é usuário desses serviços, das plataformas, e quem produz e veicula por essas plataformas. Nós não podemos, num Estado de direito, ter criado um Estado com direitos assegurados, com deveres postos e com obrigações para todos, como se fosse uma fortaleza de direito para você ir dormir em paz, ter direito ao sossego e colocar uma porta de papelão.

Cala a boca já morreu

Cármen, um último comentário. Você, de novo, usou uma expressão muito feliz uma vez, quando você disse no STF que “cala boca já morreu”. E eu creio que quem cala a boca hoje é exatamente esse personagem que coloca na plataforma a mentira porque é uma maneira de você calar o outro.

Claro, de calar a liberdade.

É uma maneira de torcer o exercício da liberdade dos outros pela informação falsa, é indução ao erro. Essas ações, que são criminosas, devidamente somadas, fazem desse personagem um cala boca. É ele que está nos calando a boca.

Exatamente.

Esse cala boca é que precisa ser parado, porque esse não morreu, esse cala boca está vivo.

Esse cala a boca ganha muito bem para continuar calando os outros. Ele é a falsa palavra, a falsa voz, é o falso, para ver se ele cala dessa forma nova, como eu dizia. Porque antes você tinha alguém escravizado que você via que precisava ser escondido ou que podia ser mostrado nos períodos cruéis da história. Agora basta que você coloque um chip e acione esse chip quantas vezes quiser com essas mentiras. Essas mentiras todas fazem com que haja uma realidade que não é paralela, mas que paralela passa a ser o seu irmão no outro cômodo que você nem vê. Essa é que é a grande mudança. É que agora não precisa ser externa à escravidão, que você pode ter uma algema com um simples chip. E esse chip você mesma que escolheu ter, você recebe as mentiras todas e você bebe o veneno achando que é uma beleza que está neste copo em tela. E essa é a gravidade, porque a pessoa acha que está sendo livre. Ela é enganada nesse falso espelho de uma verdade inexistente. É isso que ele faz.

Quando você assume aquilo como se fosse verdade, depois ninguém consegue, fica impermeável a qualquer outra hipótese, a qualquer outra fala, você se encarregou de dar um nó na sua liberdade e daqui não sai mais, e você, portanto, é escravo de quem lhe passou a mentira. Para que você continue livre para pensar, se manifestar, se expressar, trocar com o outro na sua humanidade, é preciso que ninguém te cale, nem este que está se arvorando num falsificador de ideias, de notas, de informes que só deformam a própria relação humana e, principalmente, que acabam com a liberdade.

Cármen, muito obrigada.



Memórias Póstumas de Brás Cubas

Machado de Assis

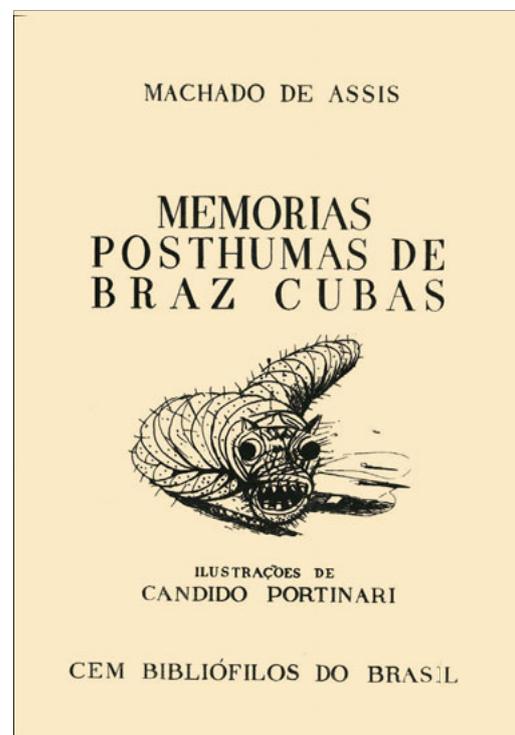
Fundador da Cadeira 23 na Academia Brasileira de Letras.

Prólogo da terceira edição

A primeira edição destas *Memórias Póstumas de Brás Cubas* foi feita aos pedaços na *Revista Brasileira*, pelos anos de 1880. Postas mais tarde em livro, corriji o texto em vários lugares. Agora que tive de o rever para a terceira edição, emendei ainda alguma coisa e suprimi duas ou três dúzias de linhas. Assim composta, sai novamente à luz esta obra que alguma benevolência parece ter encontrado no público.

Capistrano de Abreu, noticiando a publicação do livro, perguntava: “As *Memórias Póstumas de Brás Cubas* são um romance?” Macedo Soares em carta que me escreveu por esse tempo, recordava amigamente as *Viagens na minha Terra*. Ao primeiro respondia já o defunto Brás Cubas (como o leitor viu e verá no prólogo dele que vai adiante) que sim e que não, que era romance para uns e não o era para outros. Quanto ao segundo, assim se explicou o finado: “Trata-se de uma obra difusa, na qual eu, Brás Cubas, se adotei a forma livre de um Sterne ou de um Xavier de Maistre, não sei se lhe meti algumas rabugens de pessimismo”. Toda essa gente viajou: Xavier de Maistre à roda do quarto, Garrett na terra dele, Sterne na terra dos outros. De Brás Cubas se pode talvez dizer que viajou à roda da vida.

O que faz do meu Brás Cubas um autor particular é o que ele chama “rabugens de pessimismo”. Há na alma deste livro, por mais risonho que pareça, um sentimento amargo e áspero, que está longe de vir dos seus modelos. É taça que pode ter lavores de igual escola, mas leva outro vinho. Não digo mais para não entrar na crítica de um defunto, que se pintou a si e a outros, conforme lhe pareceu melhor e mais certo.

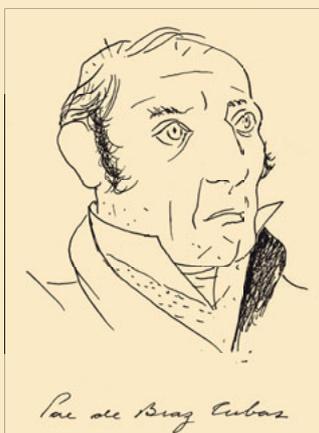


Capa do livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.
Ilustração de Candido Portinari.

AO VERME
 QUE
 PRIMEIRO ROEU AS FRIAS CARNES
 DO MEU CADÁVER
 DEDICO
 COMO SAUDOSA LEMBRANÇA
 ESTAS
 MEMÓRIAS PÓSTUMAS



Mãe de Brás Cubas. Ilustração de Candido Portinari.



Pai de Brás Cubas. Ilustração de Candido Portinari.



Brás Cubas. Ilustração de Candido Portinari.



Óbito de Brás Cubas. Ilustração de Candido Portinari.

Que Stendhal confessasse haver escrito um de seus livros para cem leitores, coisa é que admira e consterna. O que não admira, nem provavelmente consternará é se este outro livro não tiver os cem leitores de Stendhal, nem cinquenta, nem vinte, e quando muito, dez. Dez? Talvez cinco. Trata-se, na verdade, de uma obra difusa, na qual eu, Brás Cubas, se adotei a forma livre de um Sterne, ou de um Xavier de Maistre, não sei se lhe meti algumas rabugens de pessimismo. Pode ser. Obra de finado. Escrevia-a com a pena da galhofa e a tinta da melancolia, e não é difícil antever o que poderá sair desse conúbio. Acresce que a gente grave achará no livro umas aparências de puro romance, ao passo que a gente frívola não achará nele o seu romance usual; ei-lo aí fica privado da estima dos graves e do amor dos frívolos, que são as duas colunas máximas da opinião.

Mas eu ainda espero angariar as simpatias da opinião, e o primeiro remédio é fugir a um prólogo explícito e longo. O melhor prólogo é o que contém menos coisas, ou o que as diz de um jeito obscuro e truncado. Consequentemente, evito contar o processo extraordinário que empreguei na composição destas *Memórias*, trabalhadas cá no outro mundo. Seria curioso, mas nímiamente extenso, e aliás desnecessário ao entendimento da obra. A obra em si mesma é tudo: se te agrada, fino leitor, pago-me da tarefa; se te não agrada, pago-te com um piparote, e adeus.

Brás Cubas

Capítulo CLX

Entre a morte do Quincas Borba e a minha, mediaram os sucessos narrados na primeira parte do livro. O principal deles foi a invenção do emplasto Brás Cubas, que morreu comigo, por causa da moléstia que apanhei. Divino emplasto, tu me darias o primeiro lugar entre os homens, acima da ciência e da riqueza, porque eras a genuína e direta inspiração do céu. O acaso determinou o contrário; e aí vos ficais eternamente hipocondríacos.

Êste último capítulo é todo de negativas. Não alcancei a celebridade do emplasto, não fui ministro, não fui califa, não conheci o casamento. Verdade é que, ao lado dessas faltas, coube-me a boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto. Mais; não padeci a morte de Dona Plácida, nem a semi-demência do Quincas Borba. Somadas umas coisas e outras, qualquer pessoa imaginará que não houve minguia nem sobra, e consequentemente que saí quite com a vida. E imaginará mal; porque ao chegar a este outro lado do mistério, achei-me com um pequeno saldo, que é a derradeira negativa deste capítulo de negativas: — Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria.



O Globo, 6/2/1980. Ilustração de Candido Portinari.

Machado de Assis: o devir negro na literatura brasileira

Jeferson Tenório

Escritor, colunista e doutor em teoria literária.

“**N**ão há alegria pública que valha uma boa alegria particular.”
A frase compõe o livro *Memorial de Aires*, de Machado de Assis. É o único livro do autor que apresenta um formato de memórias registradas em diário. Os relatos do Conselheiro Aires percorrem os anos de 1888 e 1889, ou seja, anos em que ocorreram dois fatos importantes na história do país: a abolição da escravidão e a Proclamação da República.

A observação foi registrada no dia 14 de maio de 1888, um dia depois da abolição. Contente com o evento, Aires vai visitar um casal de amigos. O conselheiro crê que seus amigos também estão felizes. No entanto, ao longo da conversa, Aires percebe que os anfitriões estão eufóricos por outro motivo. Um motivo particular: receberam uma carta do afilhado que há muito tempo não dava notícias.

“Compreendi. Eis aí como, no meio do prazer geral, pode aparecer um particular, e dominá-lo. Não me enfadei com isso; ao contrário, achei-lhes razão, e gostei de os ver sinceros. Por fim, estimei que a carta do filho postiço viesse após anos de silêncio pagar-lhes a tristeza que cá deixou. Era devida a carta; como a liberdade dos escravos, ainda que tardia, chegava bem. Novamente os felicitei, com ar de quem sabia tudo.”

A confissão do casal e a observação de Aires sintetizam a espinha dorsal da obra de Machado de Assis: a vida privada e a vida pública. Para isso, o autor estabelece uma estratégia: o uso da sinceridade. Machado aposta numa narrativa sem máscaras sociais e que demonstra com honestidade o sentimento de uma época. Não um sentimento artificial, mas algo genuíno. Adentra na vida íntima e particular de seus personagens, porque é justamente essa vida interior que nos revela uma sociedade alienada e injusta.

Pensemos, agora, brevemente, na trajetória de Machado de Assis:

Nascido em 21 de junho de 1839. Filho de Francisco José de Assis, um homem negro, filho de escravo alforriado. E de Maria Leopoldina da Câmara Machado.

Machado nasce no Morro do Livramento. Ainda na infância se torna agregado de uma família de posses. Uma família que tinha também propriedades no município de Itaguaí, região que servirá de cenário para o célebre conto “O alienista”, do autor.

Aliás, seu nome, Joaquim Maria Machado de Assis, é uma homenagem aos padrinhos Joaquim Alberto Silveira e Maria José Barroso Pereira. Ainda que viesse de uma vida pobre e sem muitas perspectivas, Machado cercou-se de pessoas importantes para seu letramento intelectual. Caso do editor Francisco de Paula Brito, homem negro, que publicou os primeiros textos de Machado e deu-lhe um emprego de tipógrafo. Assim como o escritor Manuel Antônio de Almeida, autor de Memórias de um sargento de milícias, que também se tornará uma espécie de padrinho literário de Machado.

Machado de Assis perde a mãe precocemente e é criado pela madrasta, Maria Inês da Silva. O autor teve uma irmã que faleceu aos quatro anos, de sarampo. Estudou poucos anos em escolas e não teve formação acadêmica. Além disso tinha problemas de saúde, como gagueira e a epilepsia.

Todos esses eventos pessoais fazem de Machado de Assis um homem marcado por dificuldades e traumas. Pois é neste contexto que vale a reflexão sobre o lugar da sinceridade na obra de Machado de Assis.

Pensemos agora em Memórias póstumas de Brás Cubas. Temos nessa obra a história de um defunto autor, ou de um autor defunto, em que o narrador dedica o livro ao verme que roeu as suas frias carnes. Logo a seguir, o narrador adverte o leitor de que a história será contada com “a pena da galhofa e a tinta da melancolia”. Ou seja: uma história feita de ironia e tristeza. Uma literatura agridoce.

Brás Cubas nasce em 1805, é descrito como uma criança mimada. Aos cinco anos é apelidado de “menino diabo” ao quebrar a cabeça de uma escravizada. Também faz de Prudêncio, menino negro, montaria. Suas maldades são naturalizadas sem qualquer filtro ou condescendência.

Brás Cubas tem garantias econômicas e aristocráticas. Vai para Portugal às custas do pai, volta doutor, mas com um diploma que não lhe serve de nada. Assim, podemos compreender que a apatia não é aqui apenas um adjetivo. A apatia é um modo de vida.

Brás Cubas é, no fim das contas, um parasita social que se beneficia de uma sociedade extremamente excludente e escravista.

Brás Cubas morre em 1869, sem grandes realizações, sem grandes feitos, uma vida desperdiçada com falsos amores, falsas ambições. Uma vida medíocre.

A questão é que essa história só poderia ser contada, com tal grau de sinceridade porque este narrador nada mais tem a perder. Ou seja, para ser honesto com sua vida e com seus afetos, Brás Cubas precisa se retirar da vida para narrar uma existência com franqueza. Narra, portanto, uma vida cheia de paixões desperdiçadas, repleta de fracassos, indiferenças e omissões.

Com efeito, a obra de Machado de Assis não está atrás de uma verdade histórica, mas de uma verdade íntima e particular que denuncia os desejos mais secretos. Revela, pois, as falhas mais sombrias de uma sociedade escravocrata. Uma sociedade entediada, enfastiada, ensimesmada e que não está preocupada com as consequências do escravismo, mas concentrada numa vida interna pobre, escrita com a pena da galhofa e as tintas da melancolia.

É sobre a representação dessa sinceridade tão genuína que Machado de Assis se debruça. Uma sinceridade que está, por exemplo, nos conselhos anedóticos e nefastos que um pai dá ao filho no conto “Teoria do medalhão”. Uma sinceridade

aristocrática e que remonta ao sentimento egoísta em que se construiu e se manteve diante das desigualdades.

Assim, Machado nos mostra o quanto é necessário pensarmos a literatura brasileira a partir de um devir negro.

O termo “devir negro” dá título ao texto que introduz o livro *Crítica da razão negra*, do pensador camaronês Achille Mbembe.

Num primeiro momento, podemos entender que o termo “devir negro” se refere ao lugar de subalternidade a que corpos negros são submetidos pelo colonialismo. Achille Mbembe identifica que a raça e o racismo são dois projetos de dominação do ocidente. Ou seja, o racismo, primeiramente cria a categoria “negro”, que não é nem humana e nem animal. O “negro”, nesse caso, seria um “não ser”. Desse modo, o “negro” é constantemente produzido, pois a ideia de raça é uma condição de degradação ontológica.

A pergunta que Achille Mbembe nos propõe é: Existe uma razão negra? Isto é, podemos falar em um logos negro? Existe uma construção de uma visão de mundo negra?

Segundo Mbembe, é possível pensarmos numa visão de mundo negra a partir de dois elementos:

Recusa e aceitação

Recusa em ser este “negro” da colonização: nomeado, desumanizado, animalizado, identificado pelo ocidente e pela colonização. Uma recusa da categoria do “não ser”.

Aceitação de ser negro, mas numa condição de verdade, ou seja, uma condição pensada a partir daquele que foi racializado. Pois é nessa aceitação íntima que este sujeito negro poderá fazer uma análise mais precisa dos processos que construiriam e que ainda sustentam as sociedades modernas.

Desse modo, quando uma pessoa é acusada de ser negra, pois a racialização compulsória nada mais é do que uma acusação, ela sofre uma espécie de mutilação identitária, pois no lugar de sua humanidade é colocada uma cor. A aceitação da categoria “negro” como verdade torna-se, portanto, a regeneração dessa identidade mutilada.

Há uma razão negra quando aquele que sempre foi tratado como mercadoria, tratado como um não ser, se torna um agente epistêmico de si. Se torna um produtor de conhecimento. Se torna um escritor. Se torna um Machado de Assis.

Crítica da razão negra é uma análise de dois discursos

1. O que a colonização diz sobre o negro.
2. O que o negro diz sobre si.

Portanto, a razão negra seria uma imersão na construção identitária da negritude como uma espécie de restauração filosófica e subjetiva dos negros. A razão negra é também uma análise dos processos que invisibilizam e naturalizam a violência racial.

É importante dizer que os casos de violência racial se acirram e se aprofundam quando se ocultam as raízes dessas violências. Machado de Assis é um escritor que sempre nos lembra de onde viemos e aponta com precisão as origens de nossa sociedade.

Podemos compreender o “devir negro” de dois modos

1. O devir negro no mundo
2. O devir negro na literatura

O **devir negro no mundo** corresponde à análise de uma lógica neoliberal que transforma toda a esfera da vida num objeto mercadológico. Ou seja, consiste numa prática que reordena a visão de mundo e atrela a esfera do gozo individual à fruição da mercadoria. Em outras palavras, consumo é igual a prazer.

No entanto, a dominação pelo capital não se forja exclusivamente pela opressão neoliberal, mas se organiza a partir da autocensura do próprio indivíduo explorado.

Neste modelo, o indivíduo introjeta o “senhor” e o “escravizado” em si mesmo. O “trabalhador” introjeta o “patrão” a um nível subjetivo e naturalizado. Assim, a superexploração do trabalho atinge seu ápice quando esse indivíduo passa a crer que é o patrão de si e do seu próprio tempo. Por isso, na lógica neoliberal não interessa a desracialização da vida, porque a organização por castas e raças possibilita que o mercado defina quais corpos podem ser mais explorados.

O devir negro no mundo, significa, em última instância, uma forma de neoescravidão. Uma construção teológica. Uma adoração de fé diante da precariedade do trabalho. Assim, a condição negra na escravidão ganha uma escala global, em que todos passam a ser tratados como escravizados de si mesmo.

Este é devir negro no mundo.

A literatura, por outro lado, nos oferece instrumentos estéticos e subjetivos capazes de aprofundar a reflexão para além da superfície.

O devir negro na literatura é uma resistência ao processo de racialização da vida.

Pois, se a linguagem é simplesmente fascista, porque ela sempre nos obriga a falar, como diria Roland Barthes, é papel da literatura enganar essa linguagem, subverter a lógica da opressão e oferecer outros modos de existência.

Talvez só a literatura poderá construir um devir negro inapreensível. Ou seja, a literatura jamais entregará o “negro” que a estrutura racista quer.

Pensar o devir negro na literatura brasileira significa não esquecer de onde viemos. Não esquecer que a nossa fundação enquanto país se constituiu a partir do sequestro de corpos negros, da aniquilação de povos originários e do roubo de riquezas naturais.

Assim, podemos pensar que Machado de Assis nos aponta para uma literatura altamente sofisticada e que analisa com precisão as sutilezas da sociedade brasileira.

A obra Machado de Assis é uma recusa categórica ao que se espera de um homem negro sob a égide da colonização. Machado de Assis não nos entrega, em momento algum, o “negro” produzido pelo racismo; ao contrário, se torna inapreensível, seja na vida pessoal, seja em sua obra.

Estabelece uma estratégia discreta e encaramujada, para usar a expressão de Astrojildo Pereira. Machado se camufla, se infiltra num ambiente burguês e aristocrático. Simula uma falta de laços com sua origem. Não morre, como fez Brás Cubas, para narrar com sinceridade, mas se coloca num lugar não sabido, não detectável.

O devir negro na literatura está intimamente ligado às origens do Brasil

Nesse sentido, o livro *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, traça com maestria uma poderosa narrativa sobre o tráfico negreiro transatlântico, mas é também uma história da conquista da escrita e do conhecimento por uma mulher negra.

Em *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, temos um diário que narra os efeitos da escravidão no Brasil, mas também a história de uma leitora. De como alguém se torna produtora de literatura.

Em *Torto arado*, de Itamar Vieira Junior, temos a representação da escravidão moderna no Brasil, mas também temos acesso à subjetividade e à delicadeza das irmãs Bibiana e Belonísia.

Em *Canção para ninar menino grande*, de Conceição Evaristo, temos a vivência de mulheres e homens negros em meio a uma sociedade racista, mas temos também uma história de amor e uma investigação dos afetos.

Portanto, o devir negro na literatura significa dizer que corpos negros não estão reduzidos à cor da pele.

O devir negro na literatura significa reconhecer que outras visões de mundo existem.

O devir negro na literatura significa reconhecer que sujeitos negros produzem arte.

O devir negro na literatura significa dizer que a branquitude precisa se pensar e se responsabilizar também esteticamente.

Machado de Assis aponta os caminhos para uma literatura genuinamente brasileira, pois flagra os momentos mais vulneráveis de seus personagens e expõe uma vida íntima que se sobrepõe a vida pública. Machado revela uma sociedade assentada sobre os problemas sociais e que ignora suas origens.

Não tenho dúvidas de que a linguagem elegante, as cenas sofisticadas, a ironia, os sarcasmos e um profundo entendimento sobre a vida social fizeram com que Machado de Assis resistisse ao tempo e chegasse até nós.

Por fim, gostaria de dizer que Machado me ensinou coisas importantes, não apenas sobre literatura, mas também como homem negro. Queria muito ter dito isso a ele. Talvez eu esteja dizendo neste momento.

Obrigado, Machado.



A poesia em si

Antonio Cicero

Ocupante da Cadeira 27 na Academia Brasileira de Letras.

Há não muito tempo, Adauto Novaes concebeu e organizou um ciclo de conferências intitulado “Poetas que pensaram o mundo”. Não foi “Poetas que pensaram *sobre* o mundo, mas “Poetas que pensaram o mundo”. Ora, a preposição “sobre” representa uma espécie de mediação ou separação entre o pensamento e o mundo. Quem pensa sobre o mundo parece, enquanto pensa sobre ele, ter o pensamento acima do mundo ou, pelo menos, fora dele. É o caso do pensamento filosófico. A abolição da preposição na expressão “pensar o mundo” parece abolir essa separação entre o mundo e o pensamento. O pensamento na poesia está nas coisas do mundo. O próprio poema é uma obra, isto é, uma coisa sobre a qual se pode pensar e conversar. E nessa apreensão do poema podem entrar em jogo todas as faculdades humanas: razão, intelecto, imaginação, emoção, sensação, memória etc.; essa apreensão solicita também toda nossa experiência e cultura. Assim, a poesia é completamente diferente tanto do pensamento prático quanto do pensamento teórico, que pensam *sobre* o mundo.

Na cultura anterior à invenção da escrita, na cultura oral, a poesia — como a da Grécia arcaica, de Homero, Hesíodo, Safo etc. — era cantada. Depois da invenção da escrita, mesmo os poemas escritos continuaram a ser cantados. Como não tinham ainda sido inventadas as notações musicais, esses acompanhamentos musicais acabaram por se perder. De todo modo, os poemas eram sobretudo escutados, e não lidos.

Pois bem, hoje, a primeira coisa que quem quer aprender a apreciar poesia tem que saber é ler o poema como ele deve ser lido. Ora, no poema, o significante das palavras — quer dizer, o som das palavras — mescla-se com o seu significado. O significado do poema não se separa do seu som. Quem lê um poema tem que ter isso em mente. Assim, deve-se ler um poema pronunciando — ainda que em voz baixa ou em voz interior ao pensamento — as palavras que lê.

O importante é que não se lê um poema como se leem outras coisas. Nosso espaço-tempo cotidiano ou convencional é utilitário, pragmático, instrumental etc. Devemos deixar o poema nos levar para o tempo e o espaço dele, que é de outra natureza completamente diferente.

Leiamos o poema de Vinicius de Moraes que se intitula “Poética”. A palavra “poética” significa ou a arte de compor poemas ou um tratado sobre a poesia.

Poética

De manhã escureço
De dia tardo
De tarde anoiteço
De noite ardo.

A oeste a morte
Contra quem vivo
Do sul cativo
O este é meu norte.

Outros que contem
Passo por passo:
Eu morro ontem

Nasço amanhã
Ando onde há espaço:
— Meu tempo é quando.¹

Esse poema fala do poeta enquanto poeta. Ora, é evidente que o poeta enquanto poeta apreende o mundo de um modo completamente diferente do modo costumeiro de quem não é poeta. Assim, por exemplo, na vida prática seria absurdo dizer “Eu morro ontem”; na poesia, não. O que choca o senso comum pode deliciar o apreciador de poesia.

Alguns dos maiores poemas do mundo são monólogos que se encontram nas peças de William Shakespeare. Eles são terrivelmente pessimistas e, no entanto, entusiasma os seus leitores ou ouvintes. O mais famoso deles é “*To be or not to be*”, “Ser ou não ser”, de Hamlet, mas, como é muito longo, leiamos, no lugar dele, um outro também maravilhoso, de Macbeth.

Monólogo de Macbeth

*Tomorrow, and tomorrow, and tomorrow,
Creeps in this petty pace from day to day,
To the last syllable of recorded time;
And all our yesterdays have lighted fools
The way to dusty death. Out, out, brief candle!
Life's but a walking shadow, a poor player,
That struts and frets his hour upon the stage,
And then is heard no more. It is a tale
Told by an idiot, full of sound and fury,
Signifying nothing.²*

¹ Moraes, Vinicius de. “Poética”, in *Poesia completa e prosa*. Org. Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998, p. 394.

² Shakespeare, William. Monólogo de Macbeth na cena v do ato v da peça *Macbeth*.

Tradução de Augusto de Campos:

Amanhã amanhã amanhã
 Rasteja em passo parco dia a dia
 Até a última sílaba do Tempo.
 E os ontens, todos, só nos alumiam
 O fim no pó. Apaga, apaga, vela
 Breve!
 A vida é só uma sombra movel.
 Pobre ator
 Que freme e treme o seu papel no palco
 E logo sai de cena. Um conto tonto
 Dito por um idiota — som e fúria, signi-
 ficando nada.³

A beleza do poema ao dizer uma pura verdade é impressionante e nos conquista. É claro que o ser humano tem imaginado e construído religiões que consolam os seres humanos pela morte, supondo haver outro mundo depois dela. Mas, mesmo supondo — como, aliás, é o que esses monólogos fazem — que as religiões estejam erradas e não haja nada depois da morte, a beleza desses poemas está no fato de que eles dizem, de maneira extraordinariamente bela, a mais pura verdade.

Outro poema ao mesmo tempo pessimista e maravilhoso é um monólogo de Segismundo em “*La vida es sueño*”, de Calderón de la Barca. Eis um trecho dele:

[...]
estamos
en mundo tan singular,
que el vivir sólo es soñar;
y la experiencia me enseña
que el hombre que vive, sueña
lo que es, hasta despertar.
 [...]
Sueña el rico en su riqueza
que más cuidados le ofrece;
sueña el pobre que padece
su miseria y su pobreza;
sueña el que a medrar empieza,
sueña el que afana y pretende,
sueña el que agravia y ofende,
y en el mundo, en conclusión,
todos sueñan lo que son,
aunque ninguno lo entiende.
 [...]⁴

³ Campos, Augusto de. *ABC da literatura*. In POUND, Ezra. Organização e apresentação de Augusto de Campos. Tradução de Augusto de Campos e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1989, p. 197.

⁴ Calderón de la Barca, Pedro. Monólogo de Segismundo na cena xix da jornada ii de *La vida es sueño*. Nova York: Double Day, 1961, p. 75.

Tradução literal:

[...]
 estamos
 em mundo tão singular
 que o viver é só sonhar
 e a experiência me ensina
 que o homem que vive sonha
 o que é, até despertar.
 [...]

Sonha o rico na riqueza
 que lhe exige mais cuidados;
 sonha o pobre que padece
 sua miséria e pobreza;
 sonha o que o que a subir começa,
 sonha o que luta e pretende,
 sonha o que insulta e ofende
 e no mundo, em conclusão,
 todos sonham o que são,
 embora ninguém o entenda.
 [...]

Que um poema não seja otimista e, no entanto, seja um grande poema, verifica-se também neste em que o grande poeta argentino Jorge Luis Borges contempla o suicídio.

El suicida

No quedará en la noche una estrella.
 No quedará la noche
 Moriré y conmigo la suma
 Del intolerable universo.
 Borrará las pirámides, las medallas,
 Los continentes y las caras.
 Borrará la acumulación del pasado.
 Haré polvo la historia, polvo el polvo.
 Estoy mirando el último poniente.
 Oigo el último pájaro.
 Lego la nada a nadie.⁵

Tradução literal:

O suicida

Não ficará na noite uma estrela.
 Não ficará a noite.

⁵ Borges, Jorge Luis. "El suicida", in *La rosa profunda*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1975, p. 86.

Morrerei e comigo a soma
 Do intolerável universo.
 Apagarei as pirâmides, as medalhas,
 Os continentes e as caras.
 Apagarei a acumulação do passado.
 Farei ser pó a história, pó o pó.
 Estou olhando o último poente.
 Ouço o último pássaro.
 Deixo o nada a ninguém.

O poema pode ser sobre qualquer assunto; um belo poema pode ser sobre uma aranha, por exemplo, como o seguinte, de Ferreira Gullar:

Uma aranha

ela surgiu não sei de onde
 quando abri o Dicionário de Filosofia
 de José Ferrater Mora
 (no verbete Descartes, René;) mi-
 núscula
 com suas muitas perninhas
 quase invisíveis
 cruzou a página 1305 como se flutuasse
 (uma esfera de ar
 viva)
 e foi postar-se no alto
 no limite entre o texto e a margem branca
 enquanto eu
 fascinado
 indagava:

como pode residir
 insuspeitado
 nestas encardidas páginas
 — em minha casa, afinal de contas —
 um tal ser
 mínimo mas vivo
 consciente de si
 (e como eu
 parte do século XXI)
 e que agora parece observar-me
 tão espantado quanto estou
 com este nosso inesperado encontro?⁶

O poema pode ser também sobre uma cor, como o “Soneto do desmantelo azul”, de Carlos Pena Filho:

6 Gullar, Ferreira. “Uma aranha”, in *Toda poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 462.

Soneto do dismantelo azul

Então, pinte de azul os meus sapatos
por não poder de azul pintar as ruas,
depois, vesti meus gestos insensatos
e colorí as minhas mãos e as tuas.

Para extinguir em nós o azul ausente
e aprisionar no azul as coisas gratas,
enfim, nós derramamos simplesmente
azul sobre os vestidos e as gravatas.

E afogados em nós, nem nos lembramos
que no excesso que havia em nosso espaço
pudesse haver de azul também cansaço.

E perdidos de azul nos contemplamos
e vimos que entre nós nascia um sul
vertiginosamente azul. Azul.⁷

Outro exemplo de um poema sobre uma cor é o “Pavão vermelho” de Sosígenes Costa:

Pavão vermelho

Ora, a alegria, esse pavão vermelho,
está morando em meu quintal agora.
Vem pousar como um sol em meu joelho
quando é estridente em meu quintal a aurora.

Clarim de lacre, esse pavão vermelho
sobrepuja os pavões que estão lá fora.
É uma festa de púrpura. E o assemelho
a uma chama do lábaro da aurora.

É o próprio doge a se mirar no espelho.
E a cor vermelha chega a ser sonora
nesse pavão pomposo e de chavelho.

Pavões lilases possuí outrora.
Depois que amei esse pavão vermelho,
os meus outros pavões foram-se embora.⁸

O poeta João Cabral de Melo Neto criticou a poesia da maior parte dos seus contemporâneos. Ele era contra a poesia que ele considerava um “lirismo barato” que falasse, por exemplo, de flores, da lua e de assuntos sentimentais em geral. Em

⁷ Filho, Carlos Pena. “Soneto do dismantelo azul”, in *Livro geral*. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1959, p. 79.

⁸ Costa, Sosígenes. “Pavão vermelho”, in *Poesia completa*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 2001, p. 44.

contraste a isso, sua poesia falava frequentemente de pedras, evocando a dureza da realidade que considerava crua e esmagadora.

Há um poema famoso em que Cabral compara o ato de preparar um poema com o de catar feijão. Um é o contrário do outro: ao catar feijão é preciso tomar cuidado para que não entre um grão imastigável, como uma pedra. Ao preparar o poema, ao contrário, é o que é leve e superficial que deve ser eliminado, pois a pedra dá à frase ou ao verso seu grão mais vivo. O que o poema joga fora é tudo o que seja leve ou etéreo. Leiam:

Catar feijão

Catar feijão se limita com escrever:
 jogam-se os grãos na água do alguidar
 e as palavras na da folha de papel;
 e depois, joga-se fora o que boiar.
 Certo, toda palavra boiará no papel,
 água congelada, por chumbo seu verbo:
 pois para catar esse feijão, soprar nele,
 e jogar fora o leve e oco, palha e eco.
 Ora, nesse catar feijão entra um risco:
 o de que entre os grãos pesados entre
 um grão qualquer, pedra ou indigesto,
 um grão imastigável, de quebrar dente.
 Certo não, quando ao catar palavras:
 a pedra dá à frase seu grão mais vivo:
 obstrui a leitura fluviante, flutual,
 açula a atenção, isca-a com risco.⁹

Pois bem, o poeta Armando Freitas Filho escreveu um excelente poema chamado “Caçar em vão”, que vai contra as ideias expressas em “Catar feijão”. É o seguinte:

Caçar em vão

Às vezes escreve-se a cavalo.
 Arremetendo, com toda a carga.
 Saltando obstáculos ou não.
 Atropelando tudo, passando
 por cima sem puxar o freio —
 a galope — no susto, disparado
 sobre pedras, fora da margem
 feito só de patas, sem cabeça
 nem tempo de ler no pensamento
 o que corre ou o que empaca:
 sem ter a calma e o cálculo
 de quem colhe e cata feijão.¹⁰

⁹ Neto, João Cabral de Melo. “Catar feijão”, in *Obra completa*. Org. Marly de Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 346.

¹⁰ Filho, Armando Freitas. “Caçar em vão”, in *Máquina de escrever: poesia reunida e revista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003, p. 583.

Já que estamos falando de relações entre os poetas, leiamos agora um poema que Vinicius de Moraes escreveu para Manuel Bandeira.

Saudade de Manuel Bandeira

Não foste apenas um segredo
De poesia e de emoção
Foste uma estrela em meu degredo
Poeta, pai! áspero irmão.

Não me abraçaste só no peito
Puseste a mão na minha mão
Eu, pequenino — tu, eleito
Poeta! pai, áspero irmão.

Lúcido, alto e ascético amigo
De triste e claro coração
Que sonhas tanto a sós contigo
Poeta, pai, áspero irmão?¹¹

E agora leiamos o poema de Manuel Bandeira chamado “Resposta a Vinicius”:

Resposta a Vinicius

Poeta sou; pai, pouco; irmão, mais.
Lúcido sim; eleito, não.
E bem triste de tantos ais
Que me encham a imaginação.
Com que sonho? Não sei bem não.
Talvez com me bastar, feliz
— Ah feliz como jamais fui! —
Arrancando do coração
— Arrancando pela raiz —
Este anseio infinito e vão
De possuir o que me possui.¹²

Quando a gente entra no tempo de um poema, seja de autoria da gente, seja de autoria de outra pessoa, ele fica sendo da gente, como se a gente o tivesse escrito. Ele fala sobre o mundo da gente. O que a gente sente através dele não pode dizer em outras palavras senão nas dele: repetindo-o. O poema é o que ele diz. Ele tem o seu núcleo ou âmago visível — *a visible core*, como diz o poeta norte-americano John Ashbery.

Para ler bem o poema (ler para dentro mesmo, mesmo sem recitar) eu preciso entrar nele, assumir o lugar do personagem, da persona, isto é, do que se chama “eu lírico” do poema, como se eu o estivesse fazendo. O leitor de um poema deve se identificar com o eu que pensa o poema, com o eu-lírico. Leiam o seguinte poema de Fernando Pessoa:

¹¹ Moraes, Vinicius de. “Saudade de Manuel Bandeira”, in *Poesia completa e prosa*. Org. Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998, p. 321.

¹² Bandeira, Manuel. “Resposta a Vinicius”, in *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1967, p. 331.

Autopsicografia

O poeta é um fingidor
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente.

E os que leem o que escreve,
Na dor lida sentem bem,
Não as duas que ele teve,
Mas só a que eles não têm.

E assim nas calhas de roda
Gira, a entreter a razão,
Esse comboio de corda
Que se chama coração.¹³

O poeta gaúcho contemporâneo Ricardo Silvestrin descreve bem, no poema “não quero mais de um poeta”, o poeta enquanto poeta:

não quero mais de um poeta

não quero mais de um poeta
que a sua letra
palavra presa na página
borboleta
nem quero saber da sua vida
da verdade que nunca foi dita
mesmo por ele
que tudo que viveu duvida
não revirem a sua cova
o seu arquivo
é no seu livro que o poeta está enterrado
vivo.¹⁴

Leiamos um poema meu que tem a ver com isso:

Voz

Orelha, ouvido, labirinto:
perdida em mim a voz de outro ecoa.
Minto:
Perversamente sou-a.¹⁵

¹³ Pessoa, Fernando. “Psicografia”, in *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986, p. 164.

¹⁴ Silvestrin, Ricardo. “não quero mais de um poeta”, in *Palavra mágica*. Porto Alegre: Massao Ohno, 1994, p. 32.

¹⁵ Cicero, Antonio. “Voz”, in *Guardar: poemas escolhidos*. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 15.

Leiamos também um soneto meu:

Presente

Por que não me deitar sobre este
gramado, se o consente o tempo,
e há um cheiro de flores e verde
e um céu azul por firmamento
e a brisa displicentemente
acaricia-me os cabelos?
E por que não, por um momento,
nem me lembrar que há sofrimento
de um lado e de outro e atrás e à frente
e, ouvindo os pássaros ao vento
sem mais nem menos, de repente,
antes que a idade breve leve
cabelos sonhos devaneios,
dar a mim mesmo este presente?¹⁶

O mundo que o poema me abre não é menos verdadeiro do que o mundo em que ajo. De certo modo, é mais verdadeiro, faz mais jus à minha experiência de vida do que o mundo cotidiano. Trata-se de um mundo em que as coisas não são objetos utilitários, instrumentalizáveis por nós; que valem pela sua capacidade para se transformarem em outras coisas. Os poemas valem por si.

O poema não surge de uma decisão consciente e racional do poeta mas, como diz Ivan Junqueira, parece escrever-se a si próprio:

O poema

Não sou eu que escrevo o meu poema:
ele é que se escreve e que se pensa,
como um polvo a distender-se, lento,
no fundo das águas, entre anêmonas
que nos abismos do mar despencam.

Ele é que se escreve com a pena
da memória, do amor, do tormento,
de tudo o que aos poucos se relembra:
um rosto, uma paisagem, a intensa
pulsção da luz manhã adentro.

Ele se escreve vindo do centro
de si mesmo, sempre se contendo.
É medido, estrito, minudente,
música sem clave ou instrumentos
que se escuta entre o som e o silêncio.

16 Cicero, Antonio. "Presente", in *Porventura*. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 39.

As palavras com que em vão o invento
 não são mais que ociosos ornamentos,
 e nenhuma gala lhe acrescentam.
 Seja belo ou, ao invés, horrendo,
 a ele é que cabe todo o engenho,

não a mim, que apenas o contemplo
 como um sonho que se sustenta,
 sobre o nada, quando o mito e a lenda
 eram as vísceras de que o poema
 se servia para ir-se escrevendo.¹⁷

Agora leiamos um poema de Augusto de Campos intitulado “ferida”:

fer
 ida
 sem
 ferida
 tudo
 começa
 de novo
 a cor
 cora
 a flor
 flora
 o ir
 vai
 o rir
 rói
 o amor
 mói
 o céu
 cai
 a dor
 dói¹⁸

O título “ferida” já induz o leitor a, antes mesmo de ler o poema, a apreender, na mancha vertical do poema na página, a sugestão de uma ferida.

Ao lermos o poema, percebemos que se trata de um poema de amor pois, perto do final, lê-se “o amor / mói”.

Percebe-se que os versos “a cor/ cora / a flor / flora / o ir / vai” representam a ascensão do amor e os versos subsequentes, “o rir / rói / o amor / mói / o céu / cai / a dor / dói” descrevem a sua queda.

Evidentemente, a ferida sem ferida consiste numa recorrente ferida de amor. Pois bem, tanto a psicanálise quanto a antropologia mostram ser comum a fantasia de que, enquanto órgão sexual masculino parece com uma espécie de flecha, o feminino parece com uma espécie de ferida. De fato, é evidente que a mancha do

17 Junqueira, Ivan. “O poema”, in *Essa música*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

18 Campos, Augusto de. “ferida”, in *Não poemas*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 47.

poema na página sugere não apenas uma ferida, mas uma vulva: uma “fer / ida / sem / ferida”. É a partir dessa “fer / ida / sem / ferida” que “tudo / começa / de novo”. O que começa de novo? Tudo. Não há como não lembrar, neste ponto, da famosa pintura de Courbet, *L’origine du monde*.

O poema “ferida” é, como vimos, muito interessante. Augusto de Campos foi, ao lado de seu irmão Haroldo de Campos e de Décio Pignatari, um dos fundadores do concretismo, que é um movimento de vanguarda na poesia. Infelizmente, as ideologias vanguardistas tendem a acreditar numa evolução da arte que as faz desvalorizarem as obras contemporâneas que se sirvam de formas tradicionais. Assim, os concretistas achavam que a poesia concretista era, como disse Augusto de Campos no seu “Plano-piloto para a poesia concreta”,¹⁹ o “produto de uma evolução crítica de formas, dando por encerrado o ciclo do verso”.

Ora, a verdade é que a maior parte da melhor poesia produzida hoje em dia é composta de versos tradicionais que usam até mesmo formas tradicionais de organização dos versos, tais como o soneto. O fato é que sabemos que, como diz Proust,²⁰ a tirania de formas tradicionais como a rima, por exemplo, força os melhores poetas a encontrarem suas maiores belezas. Assim, ao contrário do que a ideologia vanguardista supõe, não é a avaliação do grau de novidade ou inventividade de uma obra que nos dá o seu valor estético.

Aliás, para encerrar este ensaio, leiamos o seguinte — maravilhoso — soneto de Carlos Drummond de Andrade:

Fraga e sombra

A sombra azul da tarde nos confrange.
Baixa, severa, a luz crepuscular.
Um sino toca, e não saber quem tange
é como se este som nascesse do ar.

Música breve, noite longa. O alfanje
que sono e sonho ceifa devagar
mal se desenha, fino, ante a falange
das nuvens esquecidas de passar.

Os dois apenas, entre céu e terra,
sentimos o espetáculo do mundo,
feito de mar ausente e abstrata serra.

E calcamos em nós, sob o profundo
instinto de existir, outra mais pura
vontade de anular a criatura.²¹

19 Campos, Augusto de. “plano piloto para poesia concreta”, in *Teoria da poesia concreta*. Cotia: Ateliê Editorial, 2006, p. 215.

20 Proust, Marcel. *À la recherche du temps perdu*. Paris: Éditions Gallimard, 1964, vol. i, p. 24.

21 Andrade, Carlos Drummond de. “Fraga e sombra”, in *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988, p. 216.



Ailton Krenak

Ocupante da Cadeira 5 na Academia Brasileira de Letras.

Entrevista a Rosiska Darcy de Oliveira

Vamos começar com as línguas indígenas.

Os parentes de lá do Acre, o pessoal iauanauá, caxinauá, nukini, eles são uma constelação de gente que é de uma mesma família linguística. Essa família linguística, dentro da nossa árvore genealógica das línguas da Bacia Amazônica, eles não são tupi, eles não são caribe, eles não são aruaque, eles também não são jê. Então, quem eles são? Eles são da família linguística pano.

É claro que não é pano de tecido, de fio, de linha. Pano é o nome, é o designativo de uma família linguística tão antiga que talvez ela esteja na origem de uma miríade de línguas primordiais que a gente poderia dizer que brotou da terra. A gente costuma imaginar as línguas como um fenômeno cultural. Mas, quando você olha as línguas nativas do continente americano, você começa a imaginar que, na verdade, essas línguas podem ter surgido de eventos geológicos. Como uma rocha, uma nascente, uma planta. É maravilhoso, não é?

E essas línguas teriam sido ouvidas e repetidas?

Essas línguas teriam irrompido de dentro desses lugares onde essas comunidades primitivas, comunidades humanas, se constituíram e se tornaram uma espécie de ecologia desses sujeitos, falando uma linguagem que era de pássaros, de plantas e de bichos. Dizem que, em uma das histórias antigas da Bacia Amazônica, no Alto Rio Negro, a anta ganhou um apito para fazer música, para emitir sons, e que uma das origens dessas linguagens foi dada pelos animais. Então, olha que maravilha que são as mitologias, como elas recorrem a um lugar que os desanos chamam de antes do mundo existir.

Os antropólogos dizem que o mito sempre foi a origem de tudo no mundo. Portanto, tudo seriam histórias. Tudo que se sabe seriam histórias contadas, que iam sendo repetidas. E, sendo repetidas, iam ganhando uma realidade. Mas que tudo seria um mito produzido a partir de uma experiência muito antiga. Você reconhece isso?

Que ótimo que alguns antropólogos conseguiram alcançar essa observação, que foi reunida na obra do Lévi-Strauss. As *Mitológicas* são sobre isso.

Exatamente. Foi lá que li o que estou dizendo.

Parece que a grande obra dele mesmo é essa prospecção. Da origem dos mitos e da própria ideia de humano. Desse humano que vai se descolar da criação em algum instante e vai começar a achar que ele é um observador da vida. Quando ele era parte.

É. E passa a ser um observador da vida que conta histórias sobre a vida, inventa histórias. E aí é que entra o que me fascina como escritora, que é o imaginário, a literatura. Uma literatura oral, uma literatura contada, a origem da poesia cantada. Não havia poesia escrita, havia poesia cantada. E que conta histórias que coincidem ou não coincidem entre si, mas, enfim, são as versões da experiência humana. E acho que, até hoje, é isso. A literatura, até hoje, é isso. São diferentes depoimentos sobre a experiência humana. Por exemplo, se você tivesse que contar, escrever um livro chamado *Memórias de um curumim*, o que você diria?

Acho que, antes de dizer alguma coisa, eu ia imaginar. Então, eu ia imaginar uma... frondosa árvore que começa a constituir memória a partir das suas raízes, e que aí ela vai ganhando corpo, vai alcançando o ar, a luz, o céu, vai buscando o sol. E, nesse percurso, ela vai ganhando vastidão, vai contando sobre essa experiência de estar no mundo, de observar o mundo, de refletir o mundo com um espelho e criando uma identidade tão singular que nem um helicóptero consegue abater. [Passa um helicóptero barulhento.]

E não vai abater.

Memórias de um curumim

Essa memória que se nutre daqueles pequenos filamentos de raízes que formam o fundo da terra, se nutre também da terra mesma. Lá se confunde com o sonho. Ela busca uma... aproximação com o mundo real, com o que é realidade, mas ela se sente à vontade para tecer histórias que não têm obrigatoriamente que conferir com nada do mundo real. Ela é sonho. E eu já imaginei uma vez alguma coisa que é o sonho da terra, e que nós, comunidades humanas, somos a capilaridade da Terra. Nós somos os poros da Terra, a Mãe Terra. Então, quando a gente pensa, quando a gente sente, quando a gente atua no mundo, nós somos só manifestação desse organismo maravilhoso, fantástico, que é muito maior do que a gente, porque é a própria... criação da vida, a dinâmica das coisas todas que vêm a existir, e que pode, numa boa, se conformar dentro de um sonho. É uma persistente disposição afetiva, poética, de criar mundos.

Mais tarde, o curumim aprendeu também que existe uma ideia, uma possibilidade de uma *poiesis*, que é alguma coisa que está antes das coisas existirem. Quer dizer, a criação de mundos. A possibilidade de imaginar, e que eu acho que tem uma relação também muito próxima com a ideia de utopia. Pode parecer que é uma negação da realidade. A realidade é muito chata, eu não quero ficar o tempo inteiro dentro dela. Eu vou furar a realidade com visões que são poéticas da vida. Pode parecer extravagante que um sujeito como eu tome o exemplo para essa conversa de alguém como Cartola, por exemplo. De vez em quando eu escuto ou vejo alguma coisa da vida dele, da história dele, e fico pensando que ser maravilhoso, capaz de criar poesia de tudo, de fazer canções tão belas, vivendo uma situação da realidade tão torcida, uma realidade que não dá muita bola para o nosso sentimento, mas que tinha a generosidade de reclamar da juventude que perde os seus dias se preocupando com coisas que não têm nenhuma importância.

E eu tenho essa curiosidade por outras culturas, outras pessoas, outras poéticas de vida, e todas elas me inspiram a tecer a minha própria memória de curumim.

A memória de curumim não é alguma coisa que existe ou que é pré-existente. Ela é alguma coisa que o tempo inteiro fantasia. Inventa mundos. E eu acredito que, neste século XXI, o que nós mais estamos precisando é da capacidade de inventar mundos.

Você sabe que você não é o único?

Graças a Deus que eu não estou sozinho.

Você está em ótima companhia. Você é um senhor que é um dos maiores cientistas do século XX, Edgar Morin. Morin, recentemente, fez uma espécie de lição final, dizendo “o que eu aprendi desses 102 anos de vida”. E conclui que o que ele aprendeu foi que era preciso viver poeticamente. Eu achei isso, vindo de um cientista, uma coisa extraordinária, porque é uma proposta de vida, na verdade, a única aceitável, a única vivível neste mundo que ficou tão feio, tão desencantado, digamos assim. E ele reencontra este mundo, aos 102 anos, com essa proposta. E você me diz que o curumim que há em você — claramente existe sempre um curumim dentro da gente —, que esse curumim continua imaginando, inventando mundos, inventando histórias. E aí fica uma pergunta: você não tem a impressão de que, pelo menos em certos momentos, pelo menos em certos períodos, esses sonhos se realizam?

É claro que eu tenho também esse senhor Morin como uma dessas luminiscências no tempo duro que nós vivemos. E eu fiquei muito surpreso outro dia de, lá na França, ele falar com uma audiência bem tipicamente europeia, sobre o desencanto dele com essa humanidade que assiste à Palestina ser esmagada por Israel, e não faz nada. Então, além de ele expressar essa criança eterna, que ele é capaz de velar, ele

E eu tenho essa curiosidade por outras culturas, outras pessoas, outras poéticas de vida, e todas elas me inspiram a tecer a minha própria memória de curumim.

A memória de curumim não é alguma coisa que existe ou que é pré-existente. Ela é alguma coisa que o tempo inteiro fantasia. Inventa mundos. E eu acredito que, neste século XXI, o que nós mais estamos precisando é da capacidade de inventar mundos.

também reclama que os humanos estão perdendo a infância. O Cartola fala da juventude perdida e ele fala da infância perdida, não de um sujeito, mas de uma espécie que somos nós, os tais dos humanos. E eu me senti tão irmanado com ele quando ele falou essas palavras para essa audiência lá na França, porque ele estava falando de política, estava falando dessa dura realidade do mundo bélico, do mundo pânico. E ele falava isso com um semblante tão amoroso e tão gentil que ninguém contestou o que ele estava falando, nem os que achavam que é certo Israel esmagar Gaza. Ele ficou sereno diante daquela audiência e você olhava o rosto daquelas pessoas que estavam ali acompanhando a fala dele, estava todo mundo assim, parecia uma classe de alunos envergonhados diante de um professor que via a alma daquelas pessoas. Eu fiquei muito feliz de conviver ainda com ele, ele está no século XXI, e com um desejo assim, tomara que ele viva muito, muito tempo ainda, para trazer essas notícias de outro mundo para este mundo que está estragado, que está cansado. É maravilhoso que alguém seja capaz de ir além dos cem anos com uma lucidez de fazer inveja a qualquer jovem, com uma sabedoria decantada de separar o joio do trigo e dizer, não, isso não é bom, não é bom. Nós não podemos conviver com a ideia de extinguir ninguém. Nós não podemos conviver com a ideia de extinção de mais nada neste planeta que precisa de cuidado. Então, ele é uma ecologia viva.

No final do século XX, começo do século XXI, a humanidade ficou arranhando a ideia de ecologia, arranhando. Como um gato arranha um vidro, querendo entrar lá dentro. Essa ciência, essa humanidade, a parte avançada dela, ficou reclamando uma ecologia, uma ecologia humana, uma ecologia profunda, que pudesse entender que não se trata somente de fazer jardins, mas de ser jardim. Não só de cuidar da terra, mas de ser terra. É essa parte da obra do Morin que me dá ânimo e que me comunica com uma pessoa que é de uma cultura tão diferente da que eu fui feito. Mas que me dá uma alegria muito grande de cumplicidade. Ele abre as portas para mim de comunhão com outras culturas, com outros povos, de diminuir também a desconfiança da gente com outros pensadores, com outros pensamentos.

Enquanto você, Rosiska, me fazia essa pergunta e trazia o Edgar Morin, eu fiquei pensando naquela ideia de que os cientistas estão dando a volta.

E chegando aos poetas.

O nosso querido Marcelo Gleiser, que é um físico, um cientista de muito reconhecimento, porque tem um lado dessa ciência que avalia o tanto que você publica, o tanto de artigo novo que você traz, o tanto de novidade que você traz. E o Marcelo Gleiser ganhou esse reconhecimento amplo. Agora ele vem e diz: “Nós somos poeira de estrela”. Isso é poesia. Nós somos raios cósmicos. Isso é poesia. E ele consegue trazer essa poesia totalmente sereno. Alguém que eu espero também que alcance os cem e passe dos cem, trazendo essas... luminescências para a vida, para quem vive no mesmo tempo que ele. Então, os cientistas estão dando a volta.

Você sabe, Krenak, que eu fui aluna do Morin. Foi um presente que a vida me deu. E você sabe por que eu acho que você sente essa abertura através dele para outras culturas, porque ele teve essa abertura exatamente através da sua vida toda, vivendo poeticamente e fazendo a ponte com as outras culturas. É porque ele te entende que você o entende. Tem um mito, que é o mito do unicórnio, que eu gosto muito, que eu já escrevi sobre isso, que diz que os unicórnios se

reconhecem e só eles veem um outro unicórnio. Você e o Morin são dois unicórnios. É por isso que vocês se enxergam, se enxergam e se entendem. E uma boa parte do que o Morin chama de cabeça bem-feita passa justamente por essa capacidade de falar outras línguas espirituais. Que não são línguas, no sentido em que a gente usa essa palavra, mas são línguas espirituais, visitar outros lugares internos. E são esses lugares internos que mais me fascinam, por exemplo, na sua fala. Porque você tem essa capacidade de trazer para nós uma convivência com lugares que, normalmente, a nossa cultura não visita. E isso é muito importante. Então, aproveito para te dizer logo que eu fiquei muito feliz de ter você como colega na Academia Brasileira de Letras. E você diz numa entrevista, você usa a expressão, essa humanidade gasta. Eu me interessei muito por isso, porque eu tenho esse sentimento de uma humanidade gasta. E como é que se revivifica? Você há pouco passou alguma coisa na pele, que você tirou de uma árvore, e me disse que isso revivificava a pele. E eu fiquei pensando, como é que a gente passa alguma coisa na humanidade para, num certo sentido, revivificá-la.

No final da década de 1990, portanto, antes de a gente virar para o século XXI, eu experimentei um trânsito no meu trabalho, na minha vida, que foi o de deixar a circulação por cidades e me recolher numa região em Minas Gerais, que é a Serra do Espinhaço. Se você sobe, passa Belo Horizonte, Lagoa Santa, e vai como se você estivesse indo para a Conceição do Mato Dentro, para o Cerro, para Diamantina, você está em cima, andando na crista da Serra do Espinhaço.

Lá em cima, na serra, meu pai, meu pai biológico, que não está mais presente na nossa família, me mostrou um sítio, um lugar, que era para eu abrir um terreiro e fazer o Festival de Dança e Cultura Indígena. Em 1995, 1996, 1997, fiquei abrindo esse sítio na Serra do Espinhaço para fazer o Festival de Dança com as nossas famílias indígenas, inicialmente só as de Minas. Depois vieram outras, de outras regiões do Brasil.

Naquele tempo, experimentei um sentimento, falando sobre o festival, de que ainda íamos ter saudade da velha humanidade. Aquela humanidade que a gente aprendeu a amar, a amar mesmo de coração, ela estava tão gasta que a gente olhava agora e não via mais a sua face, a sua presença, e que isso era uma perda muito, muito, muito grande. Alguém me perguntou, ah, mas vai ter outra. Eu falei, olha, muito provavelmente sim, mas não vai ser mais aquela velha e gentil humanidade que a gente aprendeu a amar. E dá um pouco de tristeza isso, que é como se tivesse acabado uma paixão, um namoro. Acabou uma certa paixão, pelo sentido de pertencer a essa tal de humanidade.

Imagina que, mais de quinze anos depois, eu tive o insight de escrever o livrinho *Ideias para adiar o fim do mundo*. Quer dizer, tinha uma semente em mim desconfiando da humanidade. Eu não combati essa semente, ela era uma sementinha menor do que uma semente de mostarda. Mas ela se traduziu em um texto que questiona o mito de que nós somos uma homogeneidade, porque humanidade pode também rimar com homogeneidade. Ela supõe que nós somos todos mais ou menos iguais, que estamos indo para o mesmo lugar, que anseiamos por um mesmo lugar comum.

Lugar comum. [Ele cantarola.] Começo do caminhar para a beira de outro lugar. Aí eu pensei, nós estamos caminhando para a beira de outro lugar, e eu não estou interessado nele. Esse outro lugar, eu não estou interessado nele, porque eu sou cria da terra, filhote da terra e, ainda mais, tenho um nome que é cabeça de terra.

É isso que quer dizer?

Kren é cabeça, *nak* é terra. Krenak não é cabeça na terra. Não é uma cabeça na terra, é a cabeça *de* terra. Então, eu sou um terrano. Cabeça de terra. Eu tenho um sentimento pela terra que não dá preferência a uma espécie. A espécie, por exemplo, o especismo humano, me aborrece. O Manuel de Barros disse que tinha vocação para graveto, para formiga, para árvore. Eu tenho vocação para formiga, para graveto. E eu não estou interessado nesses transumanos que querem colonizar Marte.

O Manuel de Barros escreveu uma frase que eu adoro. Ele disse: “As coisas me ampliaram para menos”. Eu acho isso absolutamente genial e eu usei como epígrafe de um livro meu. As coisas me ampliaram para menos. Eu tenho a sensação de que, de fato, é isso que se passa. O que você acha dessa frase?

Eu acho maravilhoso alguém ser capaz de expressar-se dessa maneira. Porque é uma declaração de desinteresse por tudo que é grande. É como se ele estivesse dizendo, tudo que é grande não me interessa. De uma maneira tão verdadeira, tão pacífica, que não provoca nenhuma crise. Nenhuma crise.

O pai

Krenak, você falou há pouco em seu pai. Você disse, meu pai. Como era seu pai?

Nossa! Meu pai é uma daquelas pessoas que passaram no mundo como um passarinho. E me ensinou a pisar suavemente na terra sem deixar rastro. Passarinhos não deixam rastro. Passarinho voa no céu. E um instante depois você olha a trajetória que ele fez e não tem nada marcado, nada, nada, nenhum sinal. E isso talvez seja ampliar-se para menos. E meu pai, eu não quero ficar repetindo lugar comum, mas meu pai para mim é uma mistura de anjo e gente. Ele era tão discreto que, dos oito filhos dele, ele conseguiu tratar todos eles, cada um com a sua tonalidade, e nunca nos tratou como iguais. Ele era um pai capaz de tratar cada filho na sua conformidade. Com uns ele falava num tom grave, com outros ele sempre falava numa emissão suave, com alguns ele chegava a nem falar, ele só dava sinais. Então é um ser tão maravilhoso e durou tão pouco, com 56 anos de idade ele saiu fora. Eu acho que, na verdade, ele já estava pronunciando uma coisa que ia acontecer comigo como pai.

O meu primeiro filho, homem. Eu tenho seis filhos e filhas. Só dois meninos. E o primeiro menino, ele me deu uma alegria tão grande no meu coração. Eu sonhei com o nome dele e eu não sabia a palavra do nome dele. Eu não conhecia a palavra. Eu só sabia que era na língua materna, na nossa língua krenak. Então eu tive que perguntar para a avó dele o que era aquela palavra que eu escutei em sonho, pronunciada em bom som, no lugar que eu estava dormindo. De madrugada, eu escutei Krembá. Krembá. De uma maneira tão forte que aquilo ficou retinindo na minha cabeça. Eu contei para a mãe dele, ela estava com ele na barriga, contei para a mãe dele e falei, eu escutei essa palavra e eu quero perguntar para a avó que palavra é essa. No outro dia, quando a gente perguntou para a avó, a minha mulher perguntou para a mãe dela. O Ailton só escutou essa palavra dentro do nosso quarto. O que é essa palavra? A mãe dela disse, o nome do seu filho que está na sua barriga. Ela falou, ah, ele está aqui na minha barriga? Ela disse, é, é o Krembá que está aí. Aí essa mágica, passando de linhagem,

Kren é cabeça, nak é terra. Krenak não é cabeça na terra. Não é uma cabeça na terra, é a cabeça de terra. Então, eu sou um terrano. Cabeça de terra. Eu tenho um sentimento pela terra que não dá preferência a uma espécie. A espécie, por exemplo, o especismo humano, me aborrece. O Manuel de Barros disse que tinha vocação para graveto, para formiga, para árvore. Eu tenho vocação para formiga, para graveto. E eu não estou interessado nesses transumanos que querem colonizar Marte.

passando de geração em geração. Aquilo me encantou tanto, e esse menino com dezessete anos decolou, voou daqui da Terra. Imagina que trágico que é para qualquer mãe, para qualquer pai, um filho de dezessete anos. Bonito que só, corajoso que só, animado que só, que queria correr, jogar bola, saltar, mergulhar, pular, derrubar casa de marimbondo só para ver o negócio correr. Esse menino sai voando com uma moto e voa e não volta mais. Em um lapso de tempo, ele... Então, acho que meu pai, lá antes, quarenta anos antes, já me treinou para essa perda grave de um amor irreparável, mas que você tem que acolher, botar no coração, balançar e levar junto com você esses encantados.

Eu tenho visto muito a expressão, ah, são os encantados, fulano se encantou. Muita gente tem uma poética de não falar fulano morreu, porque eles acham muito grave dar um anúncio desse. Então, eles dizem, encantou-se. Principalmente os indígenas do Nordeste sempre se referiram a essa passagem como encantamento, encantados. E ao se referir a alguém como encantado, eles, ao mesmo tempo, já instalam esse ser num outro lugar de encantamento, onde ele vai continuar existindo, interagindo e agindo nesse mundo que nós compartilhamos. Te mostra uma montanha, uma serra, um vale, e diz que aquilo lá é o assentamento dos encantados. Principalmente o pessoal do Nordeste, do Ceará, do sertão da Bahia, de Pernambuco, mesmo lá em cima. Os potiguara, eles tocam o maracá deles, fazem o toré deles e invocam os encantados. Os kiriri, os chukuru-kiriri, todo mundo. O toré é isso. O toré é um encantamento.

Então, esse encantamento, ele nos salva da ideia de finitude, da ideia de acabar. Então, *nada acaba. As pessoas que a gente ama, que viveram com*

a gente, que saíram daqui, continuam com a gente em outro lugar, interagindo, fazendo o mundo, criando o mundo, alimentando essas poéticas de vida, que é o tema desse nosso encontro maravilhoso, Rosiska, onde nós estamos... Em vários instantes, nós saímos dessas cadeiras e vamos para outro lugar.

É verdade. Para lugares inimagináveis.

É verdade. E esse querido ser que coincidiu de ser meu pai me deu, acho que ele me deu um tipo de sensibilidade para a vida, que era como se ele estivesse me dizendo, olha, tudo o que você for capaz de imaginar, você pode fazer.

Ah, isso é lindo. Você acabou de me dar um presente. Que lindo isso. Kenak, e sua mãe?

A minha mamãe está presentíssima na minha vida. Ela é totalmente... Ela foi a companheira desse querido que nos formou como família. Ela tem uma... disposição tão maravilhosa para a vida, ela está com 94 anos. Ela tem bisneto, tataraneto e tal, e outro dia ela falou, eu não sei mais o que eles são meu. Essas crianças, esses meninos, eu não sei mais o que eles são meu. Ela virou para mim e falou, filho, eles não são mais meus bisnetos, nem tataraneto, então eu acho que eles não são meus parentes mais. Aí eu falei, mãe, mas eles te adoram. Ela pegou e falou assim, é, mas é demais para mim. Ah, que maravilha. Sabe quando a árvore cresceu, cresceu, cresceu, então ela olha assim e fala, nossa! E ela mora com a única filha mulher dessa turma toda.



Você só tem irmão homem?

Um monte de homem. As meninas, antigamente, quando tinha família grande, essas meninas pequenas morriam. Os meninos também, mas dessa turma toda só sobrou uma irmã.

A gente perdeu meninos também, mas principalmente as meninas. A minha mãe queria tanto ter uma turma de filhas, então ela tinha filho, filho, filho, e apareceu uma menina. Essa menina, que é lá pela quarta, terceira, quarta das que ficaram, ela decidiu que essa menina é, na verdade, com quem ela viveria. Os outros visitam ela. Ela mora com a filha. E ela mora com a filha já há uns cinquenta anos. Ela adora a filha. Mas ela manda na casa da filha também, porque se você chegar lá, você não mexe na cozinha. É ela que manda na cozinha. Então, nove, dez horas da noite, a minha mãe está na cozinha preparando o almoço de amanhã. A minha irmã vai lá. Mãe, para com isso, sai da cozinha. Ela vira e fala assim: “Você quer me tomar a cozinha?”. Ela fala sério. Noventa e tantos anos, ela fala sério. Você quer me tomar a cozinha? Então o pessoal sai e deixa a cozinha para ela.

Olha, que sorte que ela governa a cozinha. Quando eu fico lá fazendo farra culinária, comendo, óbvio que quando dá nove horas da noite ela fala comigo, filho, vem cá, toma aqui. Aí ela me dá uma caneca, é um chá. Aí eu olho, ela fala assim, isso é para você, você comeu muito, isso aqui é para você dormir bem. Aí eu tomo aquele chá, pronto. A gente estava pegando folha de canela ali, pegando folha de canela. Isso aí ela faz o tempo inteiro. Ela sai no quintal, vai na horta, pega uma folha, dá para você comer, para você cheirar, para você se esfregar. Então, assim, ela fez essa jornada de criar neto, bisneto, criar toda essa gentarada toda. Outro dia eu vi uma foto dela rodeada só de descendentes. Eu acho que tinha umas 150, 160 pessoas na foto.

Maravilha isso!

Não cabe mais na foto. Então, eu acho que, quando a gente vive até o ponto da nossa descendência não caber na foto, é porque a gente viveu uma vida bem boa. Eu espero que ela alcance o Morin. O Edgar Morin. E que lá, não sei, com cento e tantos, ainda virem para a gente e ensinem para a gente coisas incríveis. Sabe o que a minha mãe sempre fala comigo, que eu sinto que é como se fosse um alerta?

O que foi?

Porque as meninas, meus irmãos, meus sobrinhos, eles mostram a minha imagem para a mãe. Mostram a minha imagem no Instagram, mostram a minha imagem no filme, para a minha mãe. Ela olha e não fala nada. Espera quando eu passo na frente dela. Quando eu encontro com ela, ela me acolhe com todo carinho. Depois, quando ela me despede, ela fala assim: “Você para de murmurar”. O que é isso? Aí eu interpreto que é para parar de reclamar das coisas. “O que acontecer, está bom.”

Eu tenho um pai que falou comigo, o que você pensar, o que você pensar, imaginar, você pode fazer. E uma mãe que disse para mim... Para de murmurar, porque se você murmura, você está evitando o mundo, as coisas. Isso não está bom, isso não presta. Ah, eu não gostei daquilo. Não pode fazer isso. Olha que coisa incrível!

Você se lembra que antes da sua posse, a gente conversou pelo telefone, e você me disse que ela não ia poder ir, porque ela tinha estado doente?

Ela levou um tombo.

É, e aí eu disse a você, você devia ir lá, de fardão, mostrar para ela. Você de fardão. Aí depois eu pensei, talvez ela nem dê bola nenhuma para isso, nem saiba muito bem.

Ela sabe, sim.

E gostou?

Ela sabe de tudo.

E gostou?

Ela tem um jeito de manifestar o que ela gosta, o que ela não gosta, tão bacana que você tem que sentir se ela gostou.

O que você sentiu que ela sentiu?

Eu senti que ela está no orgulho.

É mesmo?

E isso ela despista, porque os outros irmãos também ficam meio irritados. Eles falam: “Esse cara...”.

É claro. Ciumentos.

E eu não sou caçula, você entendeu? Porque, se eu fosse caçula, eu ainda podia ficar dizendo, não, eu sou o caçula. Ela podia falar, ele é o caçula. Mas eu não sou caçula. Então, é uma extravagância um sujeito do meio da fileira ser tão destacado. É claro que os outros irmãos gostam de mim, mas, de vez em quando eles dão... Dão um chutinho na canela.

A condição de narrador

E você, como se sentiu lá tomando posse?

Ah, eu me senti totalmente exaltado em vários campos da experiência social, da experiência da vida, essa coisa toda. O que mais se ressalta é que é coletiva a condição de um indígena tomar posse na Academia Brasileira de Letras, com essa implicância de poder levar consigo uma multidão. Só isso já é de celebrar. Mas também tem uma outra nota interessante, que é um escritor que se forma na oralidade, que leva para o mundo das Letras essa persistente condição de narrador... Eu pude até fazer uma referência aos *griots*, que é de uma tradição lá da África. Contadores de história. Poder reivindicar isso no século XXI é uma potência. Não vou usar o termo privilégio, porque não se trata de privilégio. Se trata de uma potência poética muito, muito especial. Então é um lugar, mais uma vez, que recupera. Hoje vivemos um tempo em que a maioria das pessoas reclama um tipo de reparação histórica, com perdas grandes que nós, a humanidade, tivemos de valores essenciais, mas que a modernidade, a velocidade, a fúria capitalista foi descartando como se fosse coisa que pode jogar fora. E uma dessas coisas que parece que se podia jogar fora era essa origem imemorial de toda a história. Toda a história foi narrada, foi sonhada e depois grafada, escrita. E eu digo isso de uma maneira tão certa que não tenho medo de ninguém me desautorizar.

Até porque você tem absoluta razão.

Nenhum escriba vai chegar para mim e falar, espera aí, Ailton, você está dizendo que, milhares de anos antes do primeiro texto gráfico, existiam outros textos da oralidade, de povos que criaram histórias, que produziram mundos, e que estamos agora andando dentro desses mundos criados, grafando, escrevendo e jogando aquela memória toda fora, dizendo que não interessa? A ideia das bibliotecas de Alexandria que queimam quando alguns desses contadores, desses narradores, saem de cena, encantam-se, vai embora. E essa voracidade do tempo que vivemos, no século XXI, supõe que podemos descartar até o último narrador. E a instituição dos museus, por exemplo, que, mesmo com toda a sua pesada agenda colonialista, guardava coisas antigas, ela está sendo jogada fora sem nenhuma atenção ao que precisa ser mantido.

Tem aquela história de que alguém estava dando banho numa criança, numa bacia. Antigamente se dava banho nas pessoas em bacia. Jogou fora a criança com a água do banho. Aí foi para a janela, pegou a criança com a água do banho e jogou pela janela. Então o século XXI joga a bacia com a criança e tudo para ir embora, até que depois eles vão olhar e falar, cadê o principal da história que a gente jogou fora?

Do ponto de vista da experiência que nós temos com o planeta, com a vida na Terra, nós estamos sendo alertados pelas mudanças climáticas que a gente já jogou a criança fora e que agora nós vamos fritar na calçada.

Numa palestra minha em Buenos Aires, no lançamento do meu livro *La vida no es útil*, de uma editora lindinha com o nome de Eterna Cadêcia. Eu me apaixonei logo por essa editora. Quando me perguntaram, eles querem traduzir o seu livro, fizeram uma proposta de comprar o direito de tradução. Eu falei, com um nome desse, eles não precisam comprar nada. Eterna cadêcia.

Que lindo isso.

Aí fizeram uma edição tão bonita, o objetinho do livro, e me chamaram para ir a Buenos Aires falar na apresentação do livro. Eu podia estar só cantando, dançando e falando poesia, mas sabe qual foi a minha frase que estampou no jornal de Buenos Aires? “Krenak diz que a humanidade vai derreter feito lesma na calçada.” Eu saí de Buenos Aires e falei, nossa senhora, deixa eu ir embora daqui que eles vão reclamar comigo de eu ter vindo aqui falar isso.



Foto de Leo Aversa.

Bem que sua mãe disse, para de murmurar. [Risos.]

Mas essa coisa de derreter na calçada, a gente não pode calar. Não pode calar. Porque se a gente continuar subindo um grau e meio, a temperatura global do planeta, significa que em alguns lugares vai ser dois, dois e meio, três. E faz muito tempo que o evento das mudanças climáticas se tornou um assunto prioritário para mim, Rosiska.

Para mim também. É prioridade.

Eu não consigo dar nenhuma entrevista, não consigo falar em nenhuma situação e fazer de conta que eu não estou no planeta Terra e que este organismo, que durante muito tempo foi negligenciado e tratado como uma plataforma física, que a gente podia incidir sobre ele, torcer, cortar. A revelação de que ele é um organismo vivo. De novo, a ciência dando a volta. Os cientistas do clima hoje, nos relatórios, se referem à Terra como organismo. E usam a expressão Gaia. Gaia não aguenta mais a pressão que a indústria, o petróleo, a predação e mesmo a transformação, porque a indústria da transformação pega as coisas e vai transformando tudo em lixo, resíduo, resíduo, resíduo. Eu vivo à margem de um rio que foi devastado por resíduos. É o resíduo da mineração. Se alguém disser, mas a mineração é essencial, a civilização... É resíduo. Então, nós somos, na verdade, produtores de resíduos. A gente olha primeiro o produto e não olha o que vai sair dali. Tudo vira, de alguma maneira, descartável. E essa devastação do planeta vai junto também com a ideia de que nós somos seres descartáveis. Então, nós vamos ser, de certa maneira, substituídos por transumanos. Aqueles ciborgues. E já tem gente andando por aí que parece mais mesmo com ciborgues.

É difícil, porque você não precisa ser um ciborgue para parecer um ciborgue. Eu acho que realmente muito mais importante do que o que a gente faz com as tecnologias, é o que as tecnologias estão fazendo conosco.

Tem uma compreensão já bastante difundida de que nós não temos mais incidência sobre a tecnologia. Esse fenômeno chamado disrupção. A disrupção já é o que move o último aparelhinho em direção ao próximo aparelhinho. Não é uma pessoa. Não tem um rapaz esperto no Vale do Silício inventando a próxima tela. A próxima tela é inventada pela última, pela outra tela. E esse fenômeno disruptivo na tecnologia, na técnica, eu não tinha parado para refletir sobre ele, mas uma vez fui falar sobre tecnologia, sobre essa coisa e tive um sentimento poético de avançar o alerta de que não estamos mais à frente do processo disruptivo.

Nós estamos a reboque.

As coisas aparecem e a gente vai atrás. A gente perdeu a capacidade de escolha. Agora nós estamos chapados de novidade, drogados de novidade. Literalmente. É como se a gente não conseguisse escapar da novidade próxima. A próxima novidade já comeu a gente.

O que mais me impressiona é que, em meio a tudo isso, as pessoas não são felizes. Eu acho que não são.

A Organização Mundial da Saúde, este ano, disse que o diagnóstico mais crescente, globalmente, é de sofrimento mental. E no mapa, eles dizem que não é só pobre. Porque você fala que tem muita pobreza no mundo, mas não é só pobre.

Quando a Noruega doa dinheiro para o Brasil proteger a floresta amazônica, eles não estão fazendo só diplomacia. Eles estão fazendo um investimento no futuro deles, porque eles sabem que se continuar esquentando, vai derreter aquelas geleiras e não tem lugar mais esquisito no mundo do que uma paisagem nórdica sem gelo. Ela vai ficar aleijada. Eles sabem disso. Então, eles são os maiores contribuintes do Fundo Amazônia. Eles querem apoiar, financiar ações do governo brasileiro na bacia amazônica, inclusive, Colômbia, os nossos vizinhos todos, para que eles consigam interferir no processo de desmatamento, de destruição de florestas, porque eles estão convencidos que as florestas regulam o clima das geleiras onde eles vivem.

O diagnóstico de sofrimento mental está na Finlândia, na Noruega, na Alemanha, está nos países chamados ricos. O Norte global tem sofrimento mental. Isso não é uma frase de uma canção. O Norte global tem sofrimento mental. Antes era uma condição da pobreza do Sul. Muitos autores diziam que o Sul é pobre e vive à deriva. Eu escutava isso e achava, ah, o que é isso? Como diz a minha mãe, eu estava murmurando. Mas... O Norte está passando por uma crise que a gente pode dizer que é uma crise ontológica. Se ainda somos capazes de produzir mitos, o Norte não é mais capaz de produzir nada, porque ele se acostumou a extrair do resto do mundo o seu bem-estar. O Norte se acostumou a extrair do resto do mundo o seu bem-estar. E o bem-estar dele é suntuoso.

E, ao mesmo tempo, é um mal-estar interno.

E agora ele está sentindo esse mal-estar, está sentindo mesmo. Quando a Noruega doa dinheiro para o Brasil proteger a floresta amazônica, eles não estão fazendo só diplomacia. Eles estão fazendo um investimento no futuro deles, porque eles sabem que se continuar esquentando, vai derreter aquelas geleiras e não tem lugar mais esquisito no mundo do que uma paisagem nórdica sem gelo. Ela vai ficar aleijada. Eles sabem disso. Então, eles são os maiores contribuintes do Fundo Amazônia. Eles querem apoiar, financiar ações do governo brasileiro na bacia amazônica, inclusive, Colômbia, os nossos vizinhos todos, para que eles consigam interferir no processo de desmatamento, de destruição de florestas, porque eles estão convencidos que as florestas regulam o clima das geleiras onde eles vivem.

Os glaciares no Chile estão derretendo. Antes a paisagem era linda, neve, gelo, agora a paisagem é uma laje, de uma montanha rochosa pelada. E, há muito tempo, eu falo daquele urso branquinho que caminhava no gelo do norte. E eu disse, ele está parecendo um cachorro que caiu da mudança, porque agora ele não é mais branquinho, ele é marrom. Como que aquele urso ficou marrom? Aquele urso começou a andar no meio de coisas, resíduos, restos da nossa civilização. Em alguns lugares, ele tromba com pet. Montanhas de pet. Um arquipélago de pet se formou na costa de Honduras. Ali, naquele mar, apareceu

uma coisa flutuante. E formou um arquipélago de pet, de plástico, de cadeira plástica, de resto plástico, de coisas que o mar foi comendo pelas beiradas e foi pegando de volta. Aqui mesmo, na costa brasileira, no Nordeste, tinha um monte de quiosques na beira da praia, onde os turistas gostavam de ficar sentados. O mar já pegou aquilo de volta, já comeu aquilo, derrubou tudo, desbarancou, está jogando tudo para lá. A questão é que o mar está comendo coisa estragada. No fundo dos oceanos, tem montanhas de pet. *Mesmo com minha mãe falando, “Filho, para de murmurar”, eu continuo gritando, porque se eu não fizer nada disso, eu vou ficar com vergonha depois de ter me omitido sobre coisas que eu vi, que eu sou capaz de verbalizar e que as pessoas não veem ou que são covardes e não têm coragem de falar.*

O IDH

Você sabe eu acho que uma das questões mais importantes a discutir neste momento, até por conta de toda a crise climática, é a classificação das nações, dos povos, em torno de uma coisa chamada IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano. Uma organização internacional cria essa ideia do desenvolvimento humano, que já é uma coisa discutível, que alguém classifique os países segundo esses índices que obedecem a uma lógica exclusivamente ocidental, a dos países desenvolvidos. Em um seminário, alguém disse que a Finlândia tem o maior índice de desenvolvimento humano. É o país com o maior índice de bem-estar. E uma participante do seminário, a escritora Carmen Oliveira, perguntou, ironicamente: “Eu queria fazer uma pergunta. O que eles cantam? Nenhuma canção finlandesa chegou aos meus ouvidos. Eu não conheço nada, eles cantam alguma coisa?”. E realmente achei que era uma pergunta inspirada. Porque no Índice de Desenvolvimento Humano não estava nenhuma criação cultural, a alegria de viver, nada disso constava desse índice. Então, isso é uma coisa importante para nós discutirmos. Na medida em que tudo nos classificam como subdesenvolvidos, assim como se classificou os indígenas durante muito tempo como selvagens, no sentido não do pensamento selvagem de que você fala, mas no sentido de selvagem como...

Bárbaros.

É, bárbaros, por aí. Então, isso me parece uma distorção de pensamento tão grande que, em algum momento, alguém tem que dizer que o rei está nu. Que isso não é assim.

A sociedade da mercadoria

Eu acompanho essa refrega entre o pensamento econômico, que domina o mundo e todas as narrativas mais recentes, onde esse IDH se vincula ao projeto extrativista global e que tem como superestrutura o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas, e todos os organismos multilaterais que funcionam como arquitetura do capitalismo global. A Unesco, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Desde a Segunda Guerra Mundial, essas superestruturas se ergueram para dar sustentação a esse mundo estragado que estamos compartilhando agora, produzido pelo extrativismo, extrativismo global. Estamos habitando um planeta dominado por uma única economia, que é capitalista, inclusive a China. Não escapa ninguém. Até o final do século XX, ainda tinha lá alguns lugares do mundo, sei lá, tinha a China, que reivindicava um outro tipo de experiência econômica. Hoje, ninguém, não há experiência econômica fora do capitalismo. É mais ou menos como se você dissesse que não há salvação fora do cristianismo. Virou uma religião. Tem uma arquitetura, eu enxergo essa arquitetura. Enquanto ela estiver operacional, nós vamos ter o índice de desenvolvimento humano definido pela mercadoria. Se você tem geladeira, se você tem carro, se você compra biscoito, se você desenvolveu tecnologia suficiente para fazer todo mundo ficar plugado na coisa. Esse desenvolvimento humano, na verdade, é aquilo que o Kopenawa Yanomami, esse meu querido mestre Yanomami, diz que ele enxerga nessa humanidade, o que ele chama de sociedade da mercadoria. A sociedade da mercadoria podia ser tomada na tese do Davi Yanomami, na cosmovisão yanomami, como uma captura de todos os nossos desejos de humanidade enquadrados pela mercadoria, quer dizer, um produto. Tem mercadoria, tem ideia de realização. Então o IDH, que nós sabemos, que eles perguntam, você tem geladeira? Sua casa tem quantos quartos, quantos banheiros? Você tem carro? O seu carro é velho ou novo? Quer dizer, isso é a pergunta do supermercado. Isso é a pergunta do shopping. Isso é a pergunta do banco. É o gerente do banco perguntando se você merece crédito. Isso é um serviço ao capitalismo. Isso é uma sangria do sentido verdadeiro de estar vivo.

Então, bem-vindas aquelas pessoas que conseguem, como Edgar Morin, viver em estado de poesia. Aí vai dizer, mas é privilégio de um no meio de milhões? Ora, eu não sei se é privilégio. A parábola daquele beija-florzinho sozinho que busca água no oceano e joga para apagar o fogo, talvez seja a maneira de entender essa poética que não é do exclusivo um, mas é do que consegue ser pelo menos um. Num mundo sem individualidade, num mundo banalizado, avacalhado, que alguém consiga pelo menos estar em si completo, no sentido de completude que não depende de mercadoria nenhuma, não depende de material nenhum, e não acredita em índice. Aquela coisa de escalar os objetivos do milênio, dezessete itens do objetivo do milênio, que fica alinhado com a ideia de desenvolvimento sustentável, é uma tentativa de esticar um pouquinho mais a duração dessa experiência extrativista do capitalismo global. Essa tentativa de esticar o capitalismo global com histórias de sustentabilidade, me fez declarar que sustentabilidade é um mito corporativo. As corporações, quer dizer, o robô criou um mito. Estávamos falando daquela coisa da disrupção. É quando o robô consegue criar mito, consegue criar narrativa. E chegamos a uma boçalidade que é esse GPT.

Krenak, eu tenho um amigo que já deu uma entrevista para a revista, o físico e cosmólogo Luiz Alberto Oliveira, que disse que o Chat GPT é um oráculo do passado. Ele só repete o que alguém já sabe e já disse na internet.

Muito bom isso. Mas ele também não pode ignorar que esse oráculo do passado tem uma capacidade de torcer a narrativa e produzir fenômenos como o Elon Musk. O problema é quando esse oráculo do passado empodera monstros. E os monstros não são do passado, eles são futuristas. Esses caras estão operando globalmente para além do poder das nações e dos países. Eles estão

Fui eu que disse numa comissão de Constituição e Justiça que deve ser assegurado aos povos e comunidades indígenas o direito a se expressarem na sua própria língua. Eu escrevi isso na Constituição brasileira, só que eu não sabia que ia levar isso para a Academia Brasileira de Letras. Mas com aquela experiência nos debates da Constituição e o desdobramento daquilo e toda a negativa que veio de dentro das instituições da República com relação à conquista social, movimento social, comecei a desconfiar da ideia de nação. Porque eu ia para os braços da nação como um filho. Comecei a desconfiar que estava fazendo um movimento muito ingênuo e bobo. Esse papo de nação e país, para mim, cada vez menos tem centralidade no meu modo de pensar a questão do mundo. Penso Gaia, o organismo vivo da Terra. Penso essas humanidades espalhadas por aí. Eu penso países-nações como uma marca atrasada e colonialista.

se constituindo numa espécie de supragovernança do mundo. Eles ofendem a China, ofendem a Nova Zelândia, ofendem o governo brasileiro, abusam da legislação americana. Eles são transnacionais, estão em qualquer lugar. Então, a ideia de que isso é um oráculo do passado pode também nos expor a um golpe no futuro feito pelo passado.

O que ele está dizendo é que, na verdade, não se trata de um ser inteligente, porque ele apenas processa e repete o que todos já sabem.

Mas ele mistura. E a mistura está na base da alquimia. Se não misturar, não tem alquimia. Esse desgraçado desse esquema tecnocrata instituído no mundo hoje, ele dá poder a pessoas como Putin. Ele dá poder a pessoas como o Netanyahu, ele dá poderes a pessoas como esse sujeito que eu citei e ao outro colega dele, que sucede ele na lista dos bilionários do planeta. E nós temos um tipo de ser híbrido, meio humano, meio robô, governando o mundo hoje, que para eles não faz diferença nenhuma se eles quiserem que desapareça um país inteiro. Esse sujeito que domina os *twitters* por aí, ele disse que eles derrubam o governo que eles quiserem, quando eles quiserem. Isso é brincadeira?

Tenho uma questão para você sobre o Brasil. A mim parece que a maioria das pessoas tende a olhar o que se passa em um país através do que se passa na política. Você não acha que o Brasil, nos últimos anos, a sociedade brasileira, não o Estado brasileiro, mas a sociedade brasileira, tem avançado bastante?

Eu acho que as sociedades estão sempre muito além do que é a política, digamos, do Estado. O Estado já foi nomeado como uma coisa tão pesada, tão pesada, que ele não tem capacidade de deslocamento nenhum. As sociedades sempre têm. São elas que fazem revolução. São essas sociedades que derrubam governos e que, inclusive, em alguns momentos, pegam a marreta e quebram um pedaço do Estado,



o Estado duro. Vai lá e dá uma quebrada na beirada dele, pelo menos, e abre algumas frestas. Uma fresta que eu vejo que essas sociedades da América Latina têm aberto no muro dos seus Estados nacionais é que eles estão cogitando estados plurinacionais. A possibilidade nos Andes, por exemplo, de uma constituição plurinacional na Bolívia, no Equador, mesmo na Colômbia, onde estão discutindo o pluriconstitucionalismo. Já tem até uma chave chamada Novo Constitucionalismo Latino-Americano, que pega do México à Terra do Fogo, uma discussão sobre o Estado colonial na América Latina. A gente vai demolir ele. Porque as sociedades são capazes de ir além. As sociedades não ficam prisioneiras da contenção do aparato colonial do Estado. Aliás, para nós, na América Latina, todo Estado é colonial.

A emergência de movimentos como o movimento negro, o movimento das mulheres, e agora o reconhecimento por alguma parcela desse Estado da civilização indígena, são movimentos da sociedade. Quem fez isso foi o povo brasileiro se mexendo. Foi o povo brasileiro pedindo direitos, se movimentando. Eu, que trabalhei muito com o movimento das mulheres, sempre disse que não era um movimento de mulheres, eram as mulheres em movimento. Eu acho que isso é verdade. Então, isso me dá uma certa esperança no Brasil.

Maravilha. Angela Davis costuma exortar o movimento social no Brasil, principalmente das mulheres pretas, que elas precisam se erguer em cima da sua própria potência. Ela diz, vocês me leem e ficam me chamando aqui para falar com vocês. Por que vocês não olham o que Lélia Gonzalez faz?

Lélia foi minha companheira no Movimento de Mulheres. Lélia era uma grande figura.

Então, falando especialmente do campo das mulheres pretas, o que elas estão alcançando de reconhecimento amplo, não só interno ao Brasil, mas no mundo, é resultado dessas mulheres em movimento. Até que chega uma hora que não tem mais onde você ver se é Angela Davis, se é Lélia, se é Rosiska, se é Marielle, quem é que está causando a movimentação tectônica.

Isso é o que conta.

O mundo move-se. As coisas movem-se.

Então vamos acreditar no Brasil.

Então, se você me provocar com isso, agora quase na hora de a gente almoçar, você vai abrir uma nova janela.

Você quer ir por aí mais um pouquinho ou não?

Mais um pouquinho eu quero. [Cantarola.] O Brasil não merece o Brasil. O Brasil não conhece o Brasil. Então, como diz a canção, eu, há muito tempo, desde aquela passagem na Constituinte, quando eu pinteí meu rosto de preto, eu fui posto num teste, num rito de passagem sobre a ideia de país e nação. Quer dizer, primeiro eu tive que experimentar morder o fruto. Eu participei das comissões técnicas, todos que discutiram a nossa Constituição. Você acredita que eu participava das comissões que criaram o Ministério Público Federal?

Não, não sabia.

Eu lembro de um Brasil que não tinha o Ministério Público Federal, e eu participei da construção, dos propósitos que resultaram na criação dele, na nossa

constituente de 1987. Eu participei das comissões que discutiram o que é patrimônio imaterial e que está na nossa Constituição. Tem um artigo inteiro sobre isso, acho que é o 116, que decide o que é patrimônio cultural brasileiro, patrimônio material, imaterial. Olha no que aquele jovem, há mais de trinta anos, se metia, com a maior disposição de debater, e que reconhece nos textos que foram assimilados na nossa Constituição, frases inteiras do que falávamos nas comissões. Fui eu que disse numa comissão de Constituição e Justiça que deve ser assegurado aos povos e comunidades indígenas o direito a se expressarem na sua própria língua. Eu escrevi isso na Constituição brasileira, só que eu não sabia que ia levar isso para a Academia Brasileira de Letras. Mas com aquela experiência nos debates da Constituição e o desdobramento daquilo e toda a negativa que veio de dentro das instituições da República com relação à conquista social, movimento social, comecei a desconfiar da ideia de nação. Porque eu ia para os braços da nação como um filho. Comecei a desconfiar que estava fazendo um movimento muito ingênuo e bobo. Esse papo de nação e país, para mim, cada vez menos tem centralidade no meu modo de pensar a questão do mundo. Penso Gaia, o organismo vivo da Terra. Penso essas humanidades espalhadas por aí. Eu penso países-nações como uma marca atrasada e colonialista. Os países e as nações só existem porque a Europa decidiu colonizar o resto do mundo, senão a gente não seria isso. Pacha Mama, a Mãe Terra, esse continente americano, aqui não tinha Estado. O Pierre Clastres, quando foi estudar essas sociedades americanas, disse que o único lugar onde se aproximou disso foi o México. O México, a sociedade Azteca... eles se aproximaram um pouco disso que

O que a gente fez
para melhorar
a nossa relação
com os nossos
vizinhos?
Essa qualidade
excepcional de
ser um enclave
português na
América Latina,
enclave, nos
põe numa condição
de isolamento
que nem precisa
ter país. A língua
nos isola.
Se a gente quiser
dizer qual é a
coisa que mais
blinda a gente na
América Latina,
a gente pode falar
que é a língua
portuguesa.
Ela funciona
como isolante
térmico.

veio a ser o Estado, o Estado colonial que aportou por aqui. Mas mesmo eles tinham dispositivos permanentes de montar e desmontar esses aparatos, para que eles não tomassem conta da vida, que eles não necrosassem a vida. Os Estados nacionais necrosam a vida, são máquinas de fazer guerra. Então, não me identifico com esse aparato de guerra, nação, Estado Nacional, país. Ora, o que o Darcy Ribeiro falava sobre a pátria grande? O que o Bolívar falava sobre a pátria grande? O que esses outros caras sonhadores falavam sobre uma América para os povos que viviam aqui, viveram aqui sempre, respeitados na sua singularidade? Não era essa coisa, esse Estado colonial, essas coisas que foram implantadas aqui, inclusive o Bolívar, o San Martín, esses caras, eles que implantaram essas divisas entre a Colômbia, a Bolívia, não sei o quê. Eles falavam que queriam uma pátria grande, mas eles queriam, na verdade, cada um ter o seu paíseco.

Quer dizer que o país como um todo não tem significado maior para você?

A não ser do ponto de vista de instituir uma unidade política capaz de se garantir diante de ameaças externas. Como se existisse alguma coisa que é externa. O que é externo ao Brasil é interno à Colômbia, ao Equador, à Bolívia, ao Peru. Nós somos vizinhos. Estamos na Bacia Amazônica, por exemplo, compartilhando um vasto território com os nossos vizinhos, mas a gente fica de costas para eles, ignorando-os, e ainda temos uma situação tão marcadamente excludente, que somos o único país de língua portuguesa no oceano de línguas plurais, castelhano, espanhol, inglês, francês. As guianas falam inglês e francês. A Venezuela fala castelhano... a Bolívia, o Peru. Nós falamos português. Quer dizer, toda vez que tem uma confraternização, nós somos a língua estranha. O que a gente fez para melhorar a nossa relação com os nossos vizinhos? Essa qualidade excepcional de ser um enclave português na América Latina, enclave, nos põe numa condição de isolamento que nem precisa ter país. A língua nos isola. Se a gente quiser dizer qual é a coisa que mais blinda a gente na América Latina, a gente pode falar que é a língua portuguesa. Ela funciona como isolante térmico.

E a cultura? Por exemplo, quando eu canto... Você cantou várias canções, não é? Isso não é cultura?

Claro que é.

É isso que eu chamo Brasil. É essa partilha de memória.

Então, a gente podia dar outro nome para isso, a gente podia dizer que é uma comunidade, comunidade de culturas, comunidade de culturas em extensão continental. Isso seria uma tradução para a ideia de um país. Comunidades de cultura em extensão continental. Seria a maneira de eu refletir sobre isso que você chama de Brasil. A riqueza disso, a beleza disso é inegável. Mas a gente ainda está colado a uma colonialidade que prefere nos identificar com os estados nacionais, como Portugal, por exemplo, que nos configurou aqui junto com a Espanha... Tordesilhas, aquela coisa toda. E eu acho muito interessante que, na semana passada, o presidente de Portugal disse que eles precisam pedir perdão pelo estrago que eles causaram nesse lugar chamado Brasil, e por terem ganhado muito dinheiro vendendo seis milhões de escravizados africanos para a América. Vocês souberam que o presidente de Portugal abriu um debate sobre reparação histórica aos povos que eles danaram com a sua colonização? A gente sabe que a Europa está periclitante, fritando uns aos outros, mas eles tiveram

coragem de se chamar de comunidade europeia. Por que a gente não tem coragem de nos chamar de uma comunidade latino-americana, uma comunidade sul-americana, por que a gente tem que continuar com aquele brasão português imprimindo a nossa identidade colonial? Se o presidente de Portugal está incomodado, a gente deveria estar muito mais incomodado.

Vamos falar de literatura agora? O que você quer dizer sobre isso?

Eu, de vez em quando, escuto as pessoas insistindo numa ideia de uma literatura, perguntando se existe uma literatura indígena. Alguns colegas meus são tão decisivos nessa questão que eles reivindicam mesmo uma literatura indígena. Eles dizem que é uma literatura feita por indígenas. É como se eles tivessem necessidade de demarcar um limite entre aquela literatura indianista. E muitos deles que chegaram a fazer mestrado, doutorado em literatura, como a minha querida Graça Graúna, uma mulher potiguara. A Graça publicou a tese dela de doutorado, ganhou relevância... Ela fala sobre os índios na literatura romântica, na literatura colonial. Ela passa o rodo em todos aqueles caras que produziram Cecis e Peris, Iracema e tudo. Quando você vira a página, ela está reivindicando uma literatura indígena. Ela faz um contraponto entre aquilo e o que ela espera que seja essa literatura indígena. Ela é poeta, ela é uma ensaísta, ela é uma pessoa da minha geração que eu gosto muito, Graça Graúna. Ela foi professora de literatura na Universidade Federal lá de Pernambuco, e é muito animada nos debates. Ela reivindica uma literatura indígena.

O que aconteceu foi o seguinte: durante dez anos, aqui no Rio de Janeiro, no Museu de Arte Moderna, tinha uma feira de literatura infantojuvenil. Tinha um alto-falante dizendo que existia uma coisa chamada Literatura Indígena Infantojuvenil. Isso configurou um hall de autores que tinha à frente o Daniel Munduruku, mas seguidos de Eliane Potiguara, do nosso querido Tiago Raiki, uma lista grande de autores indígenas, acho que quando inaugurou o catálogo, tinha uns sessenta, oitenta. E hoje eles devem estar na casa dos duzentos autores indígenas que publicam no Brasil inteiro. É uma pena eu citar alguns e não citar todos. As mulheres têm uma expressão muito grande nisso, que é a literatura, que se chama de literatura infantojuvenil. Mas você também tem pessoas escrevendo ensaios, uma poesia de muita importância, pessoas como Eliane Potiguara, Auritha Tabajara. Eu já mencionei a nossa querida Graça Graúna.

Você acha que existe uma literatura indígena?

Dizer que existe uma literatura brasileira seria abrir uma seção também de literatura preta, literatura indígena, literatura de gênero. Seria abrir para esses fichamentos todos. Quando eu li o escritor egípcio Naguib Mahfouz e soube que ele tinha sido Nobel e havia em torno dele uma discussão sobre a literatura árabe, aí eu falei, que coisa! Então tem uma literatura árabe, tem uma literatura africana, tem uma literatura indígena, tem uma literatura brasileira. Na natureza, para mim, tudo é natureza. Na literatura, para mim, tudo é literatura. A literatura é universal. Assim como o poder da palavra é universal. Não importa em que idioma, em que linguagem, em que língua você está se expressando, você consegue tocar, comover o espírito.

A literatura é universal. Terminamos assim.



Foto: Bob Wolfenson.

Retrato de João Cabral de Melo Neto

Depoimento de vida

João Cabral de Melo Neto

Quinto ocupante da Cadeira 37 na Academia Brasileira de Letras.

Cana-de-açúcar

Eu deveria ter nascido no Engenho do Poço, que era o Engenho da família Cabral de Melo, mas meu avô materno, Virgílio Marques Carneiro Leão, era advogado no Recife, foi político importante, foi deputado federal; ele não admitia, não concebia que uma filha dele desse à luz no Engenho, num interior; ele achava que não havia condições de higiene. De forma que, cada vez que uma filha que morava no Engenho tinha um filho, ele a obrigava a vir para o Recife para que a criança nascesse na casa dele. Assim, quando minha mãe viu que o meu nascimento estava se aproximando, como já tinha acontecido com o meu irmão mais velho, ela foi para o Recife. Por isso eu nasci no Recife, na casa do meu avô, na Jaqueira, na frente, na beira do Capibaribe. A casa do meu avô, a gente atravessava a rua estava no Capibaribe.

Essa coisa toda teve uma grande influência, compreende? Bom, depois de uns quinze dias, está claro, depois de um mês, voltei para o Engenho, me criei no Engenho. [...]

Depois dos dez anos, nós tínhamos que estudar, de modo que ficamos vivendo no Recife. Mas sempre que tinha oportunidade, eu ia para o Engenho de algum parente, ou ia para a Usina dos meus primos, que era a Usina Pomadique, existe até hoje. De forma que, para mim, essa coisa da cana-de-açúcar da Zona da Mata de Pernambuco está profundamente associada, porque, pelo lado de meu pai, tanto ele, a família Cabral de Melo, como a família da mãe dele, Souza Leão, são gente ligada à cana desde toda a vida.

Meu desencontro com Deus

Encontro com Deus, não; meu desencontro com Deus. Se o sujeito quiser ter um filho ateu, é botar num colégio religioso. Todos os meus estudos foram feitos no Colégio Marista, no Recife. Primeiro, no Colégio São Luiz, que é no ponto do Uchôa que era perto de onde nós morávamos, durante o curso primário. Depois, fiz o curso secundário no Colégio do Recife, na rua Conde da Boa Vista, que, naquele tempo, já se chamava Conde da Boa Vista; hoje está completamente mudada, mas o Colégio continua igual, e a coisa pior que me aconteceu na vida, que eu me lembre, foi o Colégio Marista.

Todo mundo, em geral, tem boas lembranças do tempo colegial; eu confesso que odiava o Colégio, eu detestava o colégio. Era bom aluno, eu sempre era terceiro, quarto; meu irmão, que era da mesma classe minha, sempre chegava lá atrás, mas eu não, eu era bom aluno. Mas os Irmãos não compreendiam, os Irmãos Maristas, como eu, sendo bom aluno, não me ligava com eles. Quer dizer, os meus amigos no Colégio eram os maus elementos, entende? Era a maneira que eu tinha de reagir contra aquele negócio.

Eu atribuo aos Irmãos Maristas a minha absoluta indiferença pelo problema de Deus, a minha absoluta indiferença pela música, porque uma das coisas que mais me aborrecia era aquela coisa de irmos para a capela, não sei quantas vezes por dia, ouvir música sacra. E a música sacra, que eu detestava, acabou completamente com o pouco ouvido musical que eu podia ter. De forma que eu devo essas duas coisas, minha aversão à música e minha indiferença pelo problema de Deus, à educação religiosa. [...]

No colégio, a poesia que nos davam a ler eu achava um negócio inteiramente sem sentido e sem importância. Hoje, não. Hoje, eu já consigo ler aqueles sujeitos, mas, quando menino, eu não me interessava por aquilo, e achava aquilo não só uma coisa sem justificação, como sem sentido, para que quer o sujeito escrever isso.

Eu já tinha deixado o Colégio Marista quando saiu uma antologia do Estevão Cruz, mas essa antologia não era adotada naquele Colégio, eu apanhei assim, por acaso; e então, essa antologia, eu acho que, no Brasil, foi a primeira a publicar os poetas modernos. Publicou o “Não sei dançar” de Manuel Bandeira, acho que “Essa nêga fulô” do Jorge de Lima, e quando eu li aquilo, foi uma revelação para mim. Vi que poesia não precisava ser aquela coisa cacete que me davam a ler no Colégio. Mas aí, tenho a impressão de que eu já tinha saído do Colégio ou já estava acabando o curso. Nós contrariávamos os Irmãos Maristas de toda maneira.

Nós acabamos o curso em 1935. *Casa-Grande e Senzala* tinha sido publicado em 1932. Quando chega o fim do ano, tem um negócio de juntar os alunos para escolher o paraninfo da turma. Então, eles impuseram um rapaz, que era o professor de Português, o único professor naquele tempo que não era padre, era Arlindo Lima, aliás, um homem decente, digno. Mas aí, eu falei para o meu irmão: Não vamos votar no Arlindo Lima, que o padre está mandando todo mundo votar no Arlindo Lima; vamos votar no Gilberto Freyre.

Então eu, meu irmão e um primo nosso que também era da mesma turma, Milton Cardoso, os três votamos em Gilberto Freyre, para ódio dos padres. Porque, naquele tempo, Gilberto Freyre era visto como um fantasma, era um monstro, assim, contra a Igreja, contra a família. De forma que nós votamos e fizemos questão de dizer que fomos nós que votamos em Gilberto Freyre, que não foi paraninfo, está claro, porque só teve três votos.

Futebol

Meu negócio era futebol, não é? Minha mania era futebol, como a de meu irmão, de meus primos, e eu sou campeão juvenil de futebol no Recife de 1935. Porque eu jogava no América, minha família era toda do América, e o América ainda existe, mas está muito decadente lá; era um time de umas poucas famílias, entre elas, a família Cabral de Melo. Minha mãe, que nunca foi a um jogo de futebol, era torcedora do Santa Cruz, era maníaca pelo Santa Cruz. Acontece que o América chegou no último lugar no campeonato de 1935 e o Santa Cruz chegou empatado com um time, que era um clube que havia naquele tempo chamado Torre, e eu jogava de *center-half*,

posição que hoje não se chama assim, mas em todo caso equivalia ao número cinco. Muito bem. Então, o Santa Cruz perdia sistematicamente para o Torre.

Quando a diretoria do Santa Cruz descobriu que mamãe era do Santa Cruz, foi lá em casa para pedir a mamãe para me autorizar, quer dizer, para pedir a papai — papai era do América — para ele me autorizar a jogar no Santa Cruz, na disputa do campeonato com o Torre. Naquele tempo, quando a gente se inscrevia na Federação Pernambucana, todos eram menores, mas ninguém pedia autorização do pai, de forma que o pai a qualquer momento podia cassar, não é isso?

Mamãe disse para a diretoria do Santa Cruz: Tragam aqui a petição, deixem comigo. Quando papai chegou, ela lhe deu a petição e disse: Luiz, assine aqui. Papai leu e disse: Carmem, isso é uma imoralidade. Mamãe respondeu: É, mas assine. E passei a disputar o campeonato pelo Santa Cruz, pelo qual eu fui campeão. Quer dizer, eu sou torcedor do América, mas fui campeão pelo Santa Cruz.

Diplomata

O negócio é que eu queria ser jornalista, mas era muito moço, e meu pai me levou ao Aníbal Fernandes, que era o diretor do *Diário de Pernambuco*. Ele olhou para mim, conversou comigo e disse para papai: Não, não, ele é muito moço, só quando ele crescer mais! E se ele não tivesse feito isso, eu seria jornalista no Recife até hoje. De forma que eu vim para o Rio, para ser jornalista no Rio.

Cheguei aqui no Rio, vi Chateaubriand, de quem eu sou sucessor na Academia, que também me achou muito moço. Assis Chateaubriand era amigo de minha família, sobretudo de um tio meu, que morava em Santos. Ele perguntou: Você tem experiência jornalística? Eu disse: Não. Mas que sabia escrever e podia ser jornalista. Ele disse: Ah! Então, foi a única vez que eu o vi.

Fiz um concurso para o DASP, fui ser assistente de seleção do DASP, e sabia que eu só queria ser funcionário público. Agora, para ser funcionário público, eu vou ser da carreira que pagava melhor. Eu sabia que era capaz de fazer o concurso para o Itamaraty, que, naquele tempo, ainda não havia o Instituto Rio Branco. Eu sou da última turma de concurso do DASP.

Fiz o concurso para o Itamaraty, passei, porque era a carreira que melhor pagava, eu não tinha nenhuma vocação especial para ser diplomata. O que eu gostaria mesmo era de ter ficado em Pernambuco, mas não foi possível, por certos motivos, então, com essa coisa de literatura, resolvi que aqui no Rio era um meio mais desenvolvido, e vim para cá, e fiz a carreira diplomática. Fiz concurso para a carreira diplomática.

O Múcio Leão, que é meu parente, era contra eu entrar no Itamaraty. O Múcio queria que eu fosse ser o que ele era — fiscal do imposto de consumo —, uma profissão que eu acho que hoje não existe mais. Eu lhe disse: Não, se eu me sinto capaz de passar no concurso do Itamaraty, que é o mais difícil, eu faço; se fracassar no Itamaraty, vou ser fiscal do imposto de consumo, como você quer. De forma que, por isso, é que eu sou diplomata.

No mundo

Meu primeiro posto foi em Barcelona. Lá comecei como vice-cônsul, onde, um ano depois, eu fui cônsul-geral. De forma que me apaixonei logo pela Espanha, foi o país que eu mais estudei, cuja literatura melhor eu conheço; conheço muito mais

a literatura espanhola do que a literatura brasileira e a portuguesa. Eu estando lá em Barcelona, o meu interesse pela Espanha vem daí.

E na carreira, eu passei em diversos lugares. Da Espanha fui para a Inglaterra, da Inglaterra voltei para o Brasil; daqui eu fui para a Espanha outra vez, para Sevilha, de Sevilha eu fui para Marselha, de Marselha eu fui para Madrid, de Madrid voltei aqui, para trabalhar com o chefe do gabinete do ministro de Agricultura, que era meu primo, no Governo Jânio Quadros. Depois, voltei para Madrid, de Madrid fui para Sevilha, de Sevilha fui para Genebra, de Genebra fui para Berna, de Berna eu voltei para Barcelona, como cônsul-geral, de Barcelona eu fui para o Paraguai, e após o Paraguai fui feito embaixador no Senegal, onde fiquei muitos anos, por um motivo muito engraçado, do Senegal fui para o Equador, que eu adorei. É um país extraordinário, embora a altitude me fizesse mal.

Do Equador fui para Honduras — pedi para ir para Honduras porque eu tenho uma filha casada que mora lá —, de Honduras, então, quando inventaram essa coisa de Consulado-Geral de Primeira Classe, que só pode ser preenchido por embaixadores, eu fui posto nessa categoria. Eu, como nunca tinha servido no Porto por causa do Salazar, depois que Salazar levou a breca, eu fui para o Porto, onde estou agora. Da carreira diplomática, o que eu gostei mesmo foi a Espanha como país, e como cidade, Sevilha.

O lugar que mais me marcou, do qual realmente gostei, foi Sevilha, onde eu fui cônsul duas vezes.

Senegal

Eu gostei muito de ser embaixador no Senegal, porque o presidente era o Senghor. O Senghor era, é, está vivo ainda, é um homem superior. Eu me lembro que, quando lhe entreguei credenciais, depois conversando com ele, falou-me de dois brasileiros, Gilberto Freyre e Vinícius de Moraes, que ele conhecia e dizia que ninguém podia imaginar, na vida dele, a importância da obra de Gilberto Freyre, que ele conheceu rapaz. Eu nem lhe perguntei como é que tinha lido *Casa-Grande e Senzala*, porque ele nunca falou português, talvez ele lesse português. Porque ele diz que Senghor, o nome dele, vem de “senhor”, que o pai dele era comerciante lá em Rufisque, em Joal, onde ele nasceu, departamento de Rufisque, e que o pai dele tinha sangue português, e que tinha muitos negócios com os portugueses, de forma que ele era conhecido como “senhor” e, por isso, daí vem o nome Senghor.

Ele diz que Senghor é corruptela de “senhor”, porque os portugueses andaram muito naquela região, inclusive, diz que Rufisque, este departamento onde ele nasceu, é uma deformação de “rio fresco”. E ele nasceu na cidade de Joal. Então, como, em geral, o estrangeiro não sabe pronunciar João, lá dizem Joal, eu perguntei: E Joal não vem de João, mal pronunciado? Ele me respondeu: Não, não, Joal aparece como uma palavra africana. Mas eu imaginei vir de João. Se Rufisque veio de “rio fresco”, Joal podia vir de João.

Gostei muito do Senegal, entre outras coisas por isso, compreende? Pela presença de Senghor. De vez em quando, ele mandava me chamar para conversar sobre literatura. Agora, era um negócio infernal porque ele, apesar de negro, é um homem que não tolera o calor; de forma que a sala dele era refrigerada a um ponto tal que eu, que não gosto de frio, ficava conversando com ele, quando era meia hora depois, eu dizia: Senhor Presidente, o senhor me dá licença, que eu não aguento mais. Porque eu não aguentava aquele frio.



Família de João Cabral de Melo Neto. Agradecimento a Valeria Lamego, Verso Brasil Editora.

E uma vez, contando isso ao primeiro-ministro de Otão, que é hoje o presidente, o Abdou Diouf, ele me disse: Olhe, acontece isso nas reuniões do Ministério. A sala de reuniões do Ministério fica tão fria que nós pedimos a ele para desligar a refrigeração, porque ele só sabe viver no frio.

Eu estive lá de 1972 até quase 1980, oito anos, eu acho que passei no Senegal. Foi uma coisa engraçada. Depois de certo tempo já estava lá há quatro anos, eu que já era o vice-decano, passei a ser o decano, porque o embaixador da França lá foi nomeado para o Canadá, e então Senghor me chama: Você está pensando em ir embora daqui? Eu disse: Não. Ele disse: Porque eu quero que você fique aqui muito tempo, como decano. Porque se não for você, é o russo; não, se não for você, é o chinês. É o chinês. Depois do chinês é um norte-coreano, e eu não quero nenhum deles como decano.

Então eu disse: Bom, não depende de mim. Ele acrescentou: Eu vou escrever ao meu irmão, o Presidente Geisel. Porque lá, os presidentes da África todos se tratam de irmãos. Irmão do Presidente Geisel, Geisel louro, irmão do Senghor, não é? Escreveu para o Geisel e pediu-lhe para não me tirar de lá. O Geisel respondeu que, enquanto fosse presidente, eu não saía de lá.

Quando o Geisel deixou a presidência, e veio o presidente Figueiredo, eu telefonei para o Itamaraty e disse: Olhem, o compromisso acabou. Figueiredo não tem o compromisso de me deixar aqui, de forma que eu quero ir para outro lugar; estou aqui há oito anos. Então, me ofereceram o Equador e fui para o Equador.

Embaixador em Pernambuco

Eu não tenho uma vocação especial para diplomata, a diplomacia para mim foi sempre um emprego, porém, tenho a impressão de que eu cumpri, cumpri bem, esse emprego. Nunca tive maiores ambições na carreira, cheguei ao fim da carreira,

ao posto mais alto. Mas nunca fiz muita força para isso, nunca fiz força praticamente para isso, e nunca tive ambição de grandes postos. Agora, eu não me arrependo. Não me arrependo porque a carreira diplomática me deu possibilidades culturais que eu, se houvesse ficado no Brasil, não teria, por um lado.

Agora, por outro lado, a carreira diplomática é uma coisa difícil para o escritor, porque você vive em países que não são da sua língua, e falando só sua língua, sofre. Tenho a impressão de que as vantagens culturais compensam esse período da língua, mas acho que eu gostaria de nunca ter saído de Pernambuco, porém isso também é um pouco de romantismo. Quanto a minha obsessão por Pernambuco, eu fico pensando, às vezes, se não é exatamente porque eu, como diplomata, fui sempre obrigado a não morar lá, está compreendendo? O que eu gostaria, no fundo, era que Pernambuco fosse um país independente, e que eu fosse o embaixador do Brasil em Pernambuco.

Traduções

Tradução da minha obra para línguas que eu conheço, eu simplesmente não leio. Para não ter raiva. E para línguas que eu não conheço, eu não leio também, porque não entendo, mas acho lindas. Eu não sei uma palavra de alemão, e eu estou bastante traduzido para o alemão; na Alemanha os livros são lindos. Isso me dá muito prazer. Folheio aquilo, entende?

O embaixador da Itália fez uma recepção no Senegal para o chefe da missão cultural italiana ler *Morte e vida Severina* em italiano. Foi muito bonito, mas é o tal negócio, a coisa que me comove mesmo, diante da minha obra, é a reação de um pernambucano. Sabe que cada dia eu descubro que não escrevo em português, eu escrevo em “pernambucano”? Eu uso palavras que estou certo de que são palavras correntes em todo o Brasil, e que, depois, vêm me perguntar o que significam. Fico inteiramente surpreendido, porque para mim são usuais. Há pouco tempo, por exemplo, uma pessoa me perguntou o que é “correr uma casa”. Sabe o que é “correr uma casa”? Em Pernambuco, é um termo corrente. Vou correr uma casa, vou correr um apartamento, é você visitar o imóvel para saber se quer alugar ou se quer comprar.

Poeta

Em 1942, publiquei meu primeiro livro de poesia; agora, o negócio é que eu não tinha dinheiro para pagar a edição. Então, numa gráfica lá do Recife, o Gilberto Freyre tinha publicado um livro chamado *Olinda*, o guia de Olinda, num papel muito bonito, de luxo, de forma que me sugeriram a seguinte coisa: que eu fizesse uma tiragem de cinquenta exemplares, pois esse papel do livro do Gilberto sobrou e dava para fazer cinquenta exemplares de luxo, para vender. E depois faria uns tantos exemplares comuns, quer dizer, seria o meu primeiro livro; com aqueles exemplares de luxo, eu cobriria o preço da impressão dos livros. Portanto, eu topei, eu tinha uns primos usineiros que eram ricos, se encarregaram de vender caro aqueles exemplares no papel especial, venderam para os amigos deles que, inclusive, não entendiam aquela poesia. Muito bem. Assim é que saiu meu primeiro livro.

O segundo foi *O engenheiro*, que tem uma história muito engraçada, pelo seguinte. Eu aprontei o livro, o livro estava pronto, e dei para o Lauro Escorel ler.

Eu era muito amigo do Schmidt, mas era muito desagradável levar-lhe o livro. O Schmidt, nesse tempo, já não era editor; o Lauro Escorel gostou muito do livro, levou o livro ao Schmidt, e ele disse: Por que o João não me trouxe esse livro direto?, com aquele jeitão dele. Lauro respondeu: Não, ele se sentiu constrangido, sou eu que estou trazendo. E Schmidt pediu: Diga ao João para vir aqui.

Aí, uns dias depois, eu fui à casa do Schmidt, porque naquele tempo a poesia brasileira era toda copiada do Schmidt. A grande influência na poesia brasileira naquele tempo era o Schmidt. Então, ele viu aquele livro, é inteiramente anti-schmidtiano, virou-se para mim e disse: Este livro vai me fazer um grande mal, mas é um grande livro, você mande imprimir e mande a conta para mim. Schmidt era um homem extraordinário. Quer dizer, a consciência que ele tinha, e ao mesmo tempo era acusado de vaidade, porém, pagou do bolso dele a impressão de um livro que era o contrário do que ele achava de poesia.

Depois, quando fui para Barcelona, eu sempre gostei muito de artes gráficas, e aquela cidade é um grande centro de artes gráficas. Eu comprei uma máquina de imprimir [...] uma coisa que se imprime à mão, e comprei tipos também, que lá é fácil comprar, com papel bom, de boa qualidade. Meu esporte lá em Barcelona era imprimir livros. Eu imprimi catorze livros, entende?

Imprimi o *Mafuá do Malungo* do Manuel Bandeira, imprimi um livro do Vinícius, imprimi livros de amigos meus catalães, imprimi uma antologia, imprimi uma porção de coisas, *O acontecimento*, sonetos do Lêdo Ivo, e imprimi meus dois livros seguintes, que foram *Psicologia da composição*, e o último que eu imprimi, que foi *O cão sem plumas*, já quando eu ia para Londres.

Em Londres, não utilizei mais essa tipografia, porque o trabalho era infernal lá no Consulado. Eu não tinha tempo, chegava em casa cansado, eu morava em Londres numa casa grande, mas não tinha espaço, não havia um lugar em que eu pudesse trabalhar, de forma que, em Londres, eu não imprimi mais nada.

Quando voltei aqui para o Brasil, vendi essa pequena imprensa a uma freira de Petrópolis; eu não sei, não devem existir mais, não é? Mas tinha uns, ainda existem por aí. José Mindlin, lá em São Paulo, tem praticamente todos esses livros.

O *Rio* ganhou o grande prêmio do Centenário de São Paulo, de forma que São Paulo publicou. Em 1954, foi publicado pela Comissão do IV Centenário. O Fernando Ferreira de Loanda publicou meu livro *Poemas reunidos*; é toda minha poesia até então. Nessa época, o Ferreira de Loanda tinha aquela editora Orfeu.

Depois, eu ganhei o grande prêmio de poesia de São Paulo. O Governo de São Paulo editou *O Rio*. A José Olympio, a seguir, resolveu publicar *Dois águas*, que são minhas poesias completas até 1956, entende? Quer dizer, incluí todos esses livros, mais *O Rio*, mais *Paisagens com figuras*, *Uma faca só lâmina* e *Morte e vida Severina*, que foi publicado pela primeira vez em 1956, nesse livro *Dois águas*.

Em 1956, fui outra vez para o exterior. Quando estava em Marselha, acabei *Quaderna*. Uma editora de Portugal pediu para publicar e uma editora aqui do Brasil também pediu. Mas com *Quaderna*, aconteceu uma coisa engraçada. É um livro que só saiu em Portugal e não saiu no Brasil, porque a editora daqui faliu e a editora de Portugal publicou o livro, de forma que esse livro, nunca foi publicado no Brasil. Só foi publicado em Portugal.

Quando, em 1961, eu vim trabalhar no Governo do Jânio Quadros, o Rubem Braga tinha criado a Editora do Autor e, ele me disse: João, dá um livro lá para a gente editar. Juntei *Quaderna*, que não tinha saído aqui, *Dois parlamentos*, que tinha saído em Madrid numa edição privada, e *Serial*, que era um livro inédito, e saiu um volume com o nome *Terceira feira*, quer dizer, que reúne esses três, não é isso?

Depois eu fui para Berna, e também a Editora do Autor, do Rubem Braga, começou a me editar. Publicou o *Educação pela pedra*. Então, aí, a Sabiá reuniu tudo neste livro, cuja primeira edição, em 1968, foi feita pela Sabiá. Mais tarde é que a José Olympio comprou a Sabiá, de forma que eu passei para a José Olympio. E dois livros meus posteriores foram editados pela José Olympio, *Museu de tudo* e *Educação pela pedra*. Quando a José Olympio entrou naquela crise, eu passei para a Nova Fronteira, que publicou *O auto do frade* e *O último agreste*.

Morte e vida Severina

Eu vi em Nancy, na França, eu estava em Berna e fui a Nancy, e realmente, foi aquele entusiasmo. Depois, ela foi para Paris, mas a Paris eu não fui, de forma que eu só soube que em Paris foi um entusiasmo também muito grande. Foi levada em Portugal também. O Itamaraty me mandou ir a Portugal para acompanhar o pessoal do TUCA, de forma que lá eu segui tudo. Foi levada em Lisboa, em Portugal era delírio, eu tenho a impressão atribuo muito isso ao fato de muita gente pegar aquilo para chatear o Governo de Salazar. De forma que era um negócio assim, esse negócio de parar o tráfego, como se diz quando uma coisa é espetacular: parou o tráfego, deu para parar o tráfego, aconteceu em Lisboa.

Naquela época, ela foi levada na Avenida da Liberdade, e havia tanta gente para comprar ingresso que os ônibus não podiam andar. Os ônibus tinham que desviar, mas foi realmente um troço, eles representavam duas sessões por noite, e o trabalho da polícia era botar para fora os sujeitos que tinham visto a primeira sessão e queriam ficar para a segunda, entende?

Em Coimbra, foi engraçado. Em Coimbra, onde eu vi a peça, o teatro lá da Universidade era muito bonito, tinha um grande espaço, foi plasticamente onde a representação do público mostrou-se mais bonita. Mas acontece que, em Coimbra, a Universidade teve medo dos estudantes, de forma que eles só deram mesmo em Coimbra uma representação. Em vez de venderem os ingressos, distribuíram os ingressos para os professores e para aquela alta burguesia de Coimbra, e não deram para os estudantes. Resultado: os estudantes saíram de Coimbra, foram ver a peça no Porto. Quer dizer, no Porto foi levada duas vezes; na primeira sessão, a um preço muito caro, de forma que, à primeira sessão, só foi a burguesia do Porto. À segunda sessão, foram os estudantes.

E aconteceram outras coisas no Porto, que me impressionaram. Eu estava assistindo à primeira sessão e, de repente, ouvi um barulho. Foi no Teatro São João, fica numa praça, e eu ouvi um barulho, aquele negócio. Saí do camarote onde estava, e fui ver o que estava se passando. Eu vi uma multidão de gente jovem, era o tempo do Salazar, e os soldados armados de metralhadora, apontando para aquela multidão. Então eu digo: Ih! Vai dar aqui um bolo desgraçado! Vão associar meu nome, vão matar uns tantos estudantes aqui.

O negócio era o seguinte: a primeira sessão começou tarde e eles não abriram a porta para a segunda sessão. Não abriram, porque a primeira não tinha acabado. Os estudantes interpretaram aquilo como sendo a polícia, que não queria deixá-los entrar. Aí começaram a protestar na praça e, imediatamente, apareceram esses soldados em cima, com a metralhadora apontada para os estudantes, mas a coisa se acalmou. Explicaram aos estudantes que a primeira sessão ainda não tinha acabado, então eles se acalmaram e não houve “morte de homem”, como dizia o Eça, não é?

Influências

Eu tenho a impressão de que há duas coisas. Bom, eu tenho influência de todo mundo, eu tenho a impressão de que todo livro, todo autor que interessa a você, influencia você, entende? E também há autores que não influenciam você, porque não interessam a você, mas influenciam negativamente. Mas, eu tenho a impressão de que minha obra não tem muita novidade, não. Minha obra é o resultado de minha vivência em Pernambuco, da minha vivência na Espanha, combinada com certas formas hispânicas, quer dizer, pelo menos tenho uma grande influência da literatura espanhola. Porém, acho que não há nenhuma novidade, não.

Você combina essas coisas, o romancero espanhol, quer dizer, essa poesia primitiva espanhola, com a vivência pernambucana; com essa coisa, eu acho que você descobre a chave da minha poesia. Não tem nenhum problema. Não tem nada de muito especial, não.

Há gente que gosta de sonetos, e realmente há sonetos bonitos, não há nenhuma dúvida. É uma forma que nunca me atraiu, não; eu prefiro outro tipo de poema, outra estrutura de

poema. Os sonetos são quatro, quatro, três, três. Eu prefiro fazer quatro, quatro, quatro, quatro. Eu não vejo muito sentido no soneto, eu prefiro a coisa mais simétrica.

O número quatro, para mim, é um número racional por excelência, e eu estou sempre à procura da racionalidade.

Geração de 45

É uma coisa também que tem dado os maiores mal-entendidos. Quando eles inventaram esse negócio “geração de 45”, inclusive, parece que essa referência “quarenta e cinco” é porque em 1945 saiu *O Engenheiro*. Muito bem. Eu sou da geração de 45, porque nasci em 1920. A geração de 45 é a que começou a escrever depois da guerra. Quer dizer, a geração de 45 é a que começou a escrever depois do modernismo ter passado aquela fase destruidora, quando o modernismo tinha entrado na fase construtora, vamos dizer. A geração de 45 é uma geração que veio depois de Carlos Drummond de Andrade, de Manuel Bandeira, de Schmidt, do Murilo Mendes, está compreendendo?

Essa minha aparência de fechado é exatamente porque me sinto um sujeito sensível, e qualquer ofensa me abala profundamente. De forma que a maneira de não ser ofendido é você se fechar. Agora, isso não impede que eu seja um sujeito sensível. Eu tenho a impressão de que isso explica tudo, compreende? Talvez até eu não saia de casa que é para não ter contrariedade.

De forma que você não é de uma geração porque você quer, geração não é clube de futebol. Você nasce inserido numa geração porque você nasceu num ano, e você foi condicionado por certos acontecimentos históricos. Bom, o que acontece é que certas pessoas quiseram fazer da geração de 45 um movimento literário. Um clube literário. Então, expulsavam o sujeito da geração de 45. Contra esse sentido da geração de 45 é que eu sou, e também contra a gente que dá à palavra “geração de 45” uma tendência, de fuga da realidade brasileira, e também eu não aceito isso.

De forma que, sob o ponto de vista geracional, o critério histórico de gerações, o Ortega y Gasset definiu melhor que ninguém, eu sou da geração de 45, mas não sou da geração de 45 como escola literária à qual pertencem uns tantos com determinadas ideias.

Eu sou contra essas determinadas ideias que eles queriam pegar com o nome “geração de 45”. Eles podiam chamar “movimento de 45”, ou outro nome qualquer, mas não “geração”. Geração é um critério histórico preciso. Quer dizer, nesse sentido, eu sou da geração de 45, mas não sou no sentido de movimento literário.

Dor de cabeça

A minha dor de cabeça? É o seguinte. Começou aos dezesseis anos, de forma que era uma coisa permanente, vinte e quatro horas do dia; eu acordava de noite para tomar aspirina, chegava a tomar seis aspirinas por dia. Mas agora, com a idade, sinto que ela está diminuindo. Por causa dessa dor de cabeça, fiz operações na Europa, fiz quatro ou cinco operações, até que eu fiz a última, quando cortei o nervo nasal na Suíça, e o médico me disse: Se eu fosse o senhor, não tentava mais operação nenhuma, porque essa sua dor de cabeça, evidentemente, é uma coisa neurótica. O senhor continue levando sua vida, tomando aspirina.

Eu, no ano passado, tive uma hemorragia gástrica aqui e me proibiram de tomar aspirina, porque ela favorece a hemorragia, de forma que eu passei a tomar novalgina, e não sei se é porque novalgina é mais forte que aspirina, mas eu sei que eu tomo muito menos novalgina do que eu tomava aspirina. De forma que eu tenho a impressão de que ou ela, com o tempo, como toda neurose, com a idade, vai melhorando, ou então a novalgina é mais forte e faz mais efeito que a aspirina.

Cinema e literatura

Eu acho que o cinema é a coisa mais parecida com a literatura, porque o cinema é uma arte que se desenvolve no espaço que você vê cada *take*, e se desenvolve no tempo, porque cada *take* se transforma num outro. De forma que a música, por exemplo, só se desenvolve no espaço. Você não vê a música. A música, ela se desenvolve no tempo, não é isso? Você não vê a música; a pintura só se desenvolve no espaço; a escultura também, a arquitetura, quer dizer, o quadro está parado ali; e o cinema combina as duas coisas, como a literatura. A literatura é uma coisa que se desenvolve no espaço e no tempo, porque, no espaço, você tem aquela imagem visual e, ao mesmo tempo, aquela imagem se transforma noutra, e isso é que faz o poema, compreende? O romance ou o que seja.

Quando eu estava em Londres, realmente, sempre gostei de cinema, desde menino, e Londres parece o lugar ideal para ver cinema, pelo menos no tempo em que eu andei lá. Havia uma porção de clubes de cinema e eu fazia parte de sete, se

não me engano, e fazia parte também do Instituto de Cinema Britânico, que é um negócio extraordinário. Eles projetavam para você o filme que você quisesse, desses clássicos do cinema. De forma que eu vi praticamente todo o cinema clássico.

Depois, comecei a me desinteressar por cinema, quer dizer, é um pouco uma tendência minha isso de não gostar de sair de casa. Cinema você tem que sair e ir para o cinema, e tudo isso é muito cacete, de maneira que hoje eu nunca vou. E quando muito, eu vejo um filme de televisão, pois a televisão não é coisa boa para cinema, porque as dimensões do écran da televisão não são as dimensões da tela, de forma que a imagem sempre é deformada. É cortada, para poder caber na tela. Eu confesso que, se a televisão reproduzisse bem o cinema, eu continuaria a me interessar por cinema, porque seria uma maneira de ver cinema sem ter que sair de casa.

Um sujeito sensível

Eu não gosto de sair de casa, isso aí é uma tendência que eu tenho a impressão de que herdei da minha mãe. Eu não me lembro de ter visto minha mãe sair de casa dez vezes durante os 23 anos em que eu morei no Recife. O meu ideal é ficar em casa lendo. Saio porque tenho que trabalhar.

Agora, o homem é cheio dessas contradições, eu não sou um sujeito frio, nem fechado. O que acontece é que não me exponho, eu sinto que uma grosseria que me fazem é um troço que me atinge profundamente; se eu tomar um táxi, e o chofer do táxi me fizer uma grosseria, eu fico envenenado pelo resto do dia.

Quer dizer, é um negócio inteiramente imbecil porque, afinal de contas, por que esse chofer vai me envenenar, não é isso? Mas eu fico envenenado, de forma que essa minha aparência de fechado é exatamente porque me sinto um sujeito sensível, e qualquer ofensa me abala profundamente. De forma que a maneira de não ser ofendido é você se fechar. Agora, isso não impede que eu seja um sujeito sensível. Eu tenho a impressão de que isso explica tudo, compreende? Talvez até eu não saia de casa que é para não ter contrariedade.

“Prefiro ser lido mil vezes por uma pessoa do que ser lido uma vez por mil pessoas.” Paul Valéry

Ah! Penso. Eu tenho a impressão de que todo mundo acha o seguinte: em ordem decrescente, a filosofia, o ensaio, o romance e a poesia são coisas que vão passando de difícil a fácil, e acho exatamente o contrário. Eu acho que a poesia não é uma coisa para ser lida com distração, com o pé nas costas. Eu acho que a poesia é um troço para ser lido com a mesma atenção que a filosofia exige e que o ensaio exige. Por que as pessoas têm essa impressão de que a poesia é uma espécie de música popular sem música? Eu sou contra isso, e a poesia não é isso. Eu, quando estou cansado intelectualmente, sou incapaz de ler poesia, como sou incapaz de ler ensaio.

Quando estou cansado intelectualmente, eu leio romance, porque se há coisa que você leia, como se diz, com o pé nas costas, é romance. Agora, a poesia não, a poesia é um negócio que exige, continuo a reafirmar isso.

Não me interessa ser mal lido, que a minha poesia lida uma vez já não é lida, ela é mal lida. De forma que prefiro não ser lido, a ser mal lido.

Retrato de João Cabral de Melo Neto

A geografia da pedra na obra de João Cabral

João Almino

Ocupante da Cadeira 22 na Academia Brasileira de Letras.

Na busca de uma dimensão concreta, mineral, e ao visar à realidade objetiva; ao realçar em sua poética as imagens do silêncio, do vazio, do seco e do afiado, a poesia de João Cabral de Melo Neto, nascido no Recife em 1920, se remete — sem bairrismo ou nacionalismo — a uma geografia física e social que tem os contornos do Nordeste do Brasil (sobretudo de Pernambuco) e da Espanha (especialmente de Castela, Andaluzia e Catalunha).

Essas regiões não são metáfora nem alegoria. São o que são, e nelas cabem a cosmovisão e as obsessões do poeta. É como se a metáfora, a alegoria e a simbologia estivessem materializadas na objetividade da paisagem, na sua visualidade. Não fossem representação, porque não são mais nem menos do que a própria coisa descrita.

Ao excesso e ao lirismo, o poeta contrapõe o realismo seco do nordestino, como aquele da cabra, que não é “fina ou lírica”, é “grosseira,/ de mãos ásperas, realista”. “jamais contemplativa.” // ... “O nordestino, convivendo-a,/ fez-se de sua mesma casta.” (“Poema(s) da Cabra”, de *Quaderna*, escrito entre 1956 e 1959).

O poema “Graciliano Ramos”, do livro *Serial* (1959-1961), complementa esse ponto de vista: “Falo somente do que falo:/ do seco e de suas paisagens,/ Nordeste, debaixo de um sol/ ali do mais quente vinagre.”

João Cabral e o romancista Graciliano Ramos compartilham uma estética nordestina da secura. Tomam o partido contra o barroco. São fiéis a sua região, anti-líricos, reduzem as palavras a sua essência, almejam ao realismo e incorporam em sua obra uma profunda preocupação social.

Embora João Cabral, após passar no concurso da carreira diplomática em 1945, tenha sido removido em 1947 para o Consulado Geral em Barcelona e de 1950 a 1952 tenha vivido em Londres, onde trabalhava no Consulado Geral, não há em sua poesia até então traços dessas suas viagens. Em 1952, é removido para o Brasil para responder a inquérito, depois arquivado, que o acusa de subversão. Fica até 1956, quando lança *Paisagens com Figuras* (com poemas escritos em 1954 e 1955), onde aparecem seus primeiros poemas “espanhóis,” reflexos do período de Barcelona e com uma presença de Castela.

Nos poemas “Medinaceli” e “Imagens de Castela”, a paisagem castelhana, “terra de águas contadas”, se assemelha àquela desértica do Nordeste brasileiro. E não é só a paisagem física que se parece com a nordestina, também a paisagem humana, com seu drama social, o “dos homens de pão escasso,/ sua calada condição.”

Quando *Paisagens com Figuras* foi publicado, o poeta ainda não vivera na Andaluzia. Mas já há ali uma marca andaluza em dois poemas. O primeiro é dos mais bem acabados de João Cabral, “Alguns Toureiros”: “Eu vi Manolo González/ e Pepe Luís, de Sevilha:/ precisão doce de flor...”. O deserto e o mineral, figuras que

o poeta empregava para a paisagem e o homem nordestinos, também se aplicam à paisagem e ao homem da Andaluzia, sendo até mesmo invocada a caatinga: “...eu vi Manuel Rodríguez,/ Manolete, o mais deserto,/ ...o de figura de lenha,/ lenha seca de caatinga...” O outro poema “andaluz” é “Diálogo”, marcado por imagens que o poeta já aplicara (e continuaria a fazê-lo) ao Nordeste brasileiro — o nada, o vazio e a figura cortante: “O canto da Andaluzia/ é agudo como seta.../ /Mas quem atira essa seta/ de tão penetrante fio/ pensa que a faca melhor/ é a que recorta o vazio.” Ainda no mesmo livro, a Catalunha está presente no poema “Fábula de Joan Brossa” (“... compõe versos a carvão”) e também em “Paisagem Tipográfica”, marcada pela *secura* e o despojamento que o poeta sempre encontrara no Nordeste brasileiro.

É também em *Paisagens com Figuras* que pela primeira vez se cruzam explicitamente no mesmo poema o Nordeste brasileiro e a Espanha. Em “Vale do Capibaribe” predominam as evocações das paisagens de seca: “Vale do Capibaribe/ por Santa Cruz, Toritama:/ cena para crônicas,/ para épicas castelhanas.” No mesmo livro, o poema “Volta a Pernambuco” narra como o Recife faz lembrar vários lugares europeus e conclui que “todas [as cidades] lembravam o Recife,/ este em todas se situa...”

É a partir do segundo período de João Cabral no exterior, com nova remoção para Barcelona, em 1956, com a incumbência de fazer pesquisas no Arquivo das Índias de Sevilha, onde passa a residir, que a paisagem andaluza é incorporada de maneira frequente a sua poesia. O livro *Quaderna*, escrito entre 1956 e 1959, contém vários poemas referidos à Espanha e alguns poucos a Marselha, para onde o poeta se mudou em 1958, daí seguindo em 1960 para Madri.

Em *Quaderna* os temas da concisão e da medida certa aparecem ligados tanto a Pernambuco (“O teu encanto está/ em tua medida,/ de fruta pernambucana, sempre concisa”, em “Jogos de Fruta”), quanto a Sevilha: “...cidade que veste o homem/ sob medida” (“Sevilha”).

Também as margens do Mediterrâneo vão se prestar à comparação com o Nordeste brasileiro: “Deserto, mas de terras nobres/ não da piçarra do Sertão.// Mas não minto o Mediterrâneo/ nem sua atmosfera maior/ descrevendo-lhe as cabras negras/ em termos das do Moxotó.” (“Poema(s) da Cabra”, em *Quaderna*).

Serial é escrito quando João Cabral mora em Marselha (1958-1960) e em Madri, de onde vem para Brasília em 1961. Neste ano é ali publicado como parte de *Terceira Feira*. De *Serial* é “Pernambuco em Málaga”, em que, como o título indica, se fundem (embora também se contrastem) o Nordeste e a Espanha: “A cana doce de Málaga/ dá dócil, disciplinada...// Falta-lhe é a força da nossa.” Em “Chuvas”, do mesmo livro, comparam-se as chuvas do Nordeste, da Andaluzia e da Galícia e outros aspectos da Espanha e do Nordeste: “Sevilha, em muitos bairros,/ é colorida em pássaro./ Em pássaros ali raros:/ araras, papagaios.// Em pássaros tropicais/ pintam portas, portais...”

O Nordeste e a Espanha são, portanto, o território da objetividade poética, do concreto da poesia ou do sonho de olhos abertos do poeta, sonho de coisas claras, pleno de luz, que se afastava progressivamente daquele primeiro, de *Pedra do Sono* (1942). Nesse território cabem, de um lado, a alegria e a sensualidade e, de outro, a realidade mais crua: o deserto, o vazio, a morte e o drama humano.

O primeiro desses aspectos — o alegre, luminoso, sensual —, embora notável, tem merecido menos atenção da crítica.

Apenas a título de exemplo, em “Paisagem pelo Telefone”, de *Quaderna*, a paisagem pernambucana é vista sob um prisma alegre e radiante: “...Nordeste de Pernambuco,/ onde as manhãs são mais limpas,/ Pernambuco do Recife,/ de Piedade, de Olinda,// sempre povoado de velas,/ brancas, ao sol estendidas,/ de jangadas, que são velas/ mais brancas porque salinas,// que, como muros caiados/ possuem luz intestina,/ pois não é o sol quem as veste/ e tampouco as

ilumina, // mais bem, somente as desveste / de toda sombra ou neblina, / deixando que livres brilhem / os cristais que dentro tinham.”

O poema mais lúdico e sensual do poeta, igualmente de *Quaderna*, é “Jogos de Fruta”, escrito provavelmente em Marselha ou Madri, onde o poeta terá admirado essa fruta de “carne carnal”, jovem e picante, fruta animal pernambucana, que despia a perna: “E há em tua pele / o sol das frutas que o verão / traz no Nordeste. // É de fruta do Nordeste / tua epiderme; / mesma carnação dourada, / solar e alegre. // ... // De fruta pernambucana / tens o animal, / frutas quase animais / e carne carnal. // ... És tão elegante quanto / um pé de cana, / despindo a perna nua / de dentre a palha. // ... // Fruta completa: / para todos os sentidos, / para cama e mesa. // ... // Não te vejo em semente, / futura e grávida; / tampouco em vitamina, / em castas drágeas. // Em ti apenas / vejo o que se saboreia, / não o que alimenta. // ... // Sempre tão forte / na carne e espádua despida / da fruta jovem. // És fruta de carne jovem / e de alma alacre, / diversa do oiti-coró / porque picante.”

Mas há outro lado, do Nordeste e da Espanha, ainda mais visível na poesia de João Cabral. É a partir de “O Cão Sem Plumas”, de 1950, que João Cabral incorpora na sua poesia, de forma mais explícita, uma dimensão social. Suas imagens fortes retratam a condição sub-humana, a clivagem social, a fome e a situação do negro: “[Aquele rio] Abre-se em flores / pobres e negras / como negros... / Abre-se em mangues / de folhas duras e crespos / como um negro...”

Com insistência o vazio, a secura e o deserto aparecem como elementos da paisagem. No fundo e na forma, *O Rio / ou Relação da Viagem que Faz o Capibaribe de sua Nascente à Cidade do Recife* (1954) antecipa o celebrado poema “Morte e Vida Severina / Auto de Natal Pernambucano” (1955): “Por trás do que me lembro, / ouvi de uma terra desertada, / vazia, não vazia, / mais que seca, calcinada.”

Cada vez mais a morte vai estar referida geograficamente, ou seja, ao Nordeste brasileiro, advinda das desgraças que assolam a região. Além de descreverem a miséria humana e muitas imagens de mortos (por exemplo, sendo levados em redes, jogados em covas sem caixão), vários poemas têm como tema principal os cemitérios, em geral de Pernambuco, mas também de outras regiões do Nordeste — por exemplo, “Cemitério Pernambucano (São Lourenço da Mata)” e “Cemitério Pernambucano (Nossa Senhora da Luz)”, do livro *Paisagens com Figuras*; e “Cemitério Pernambucano (Floresta do Navio)”, “Cemitério Pernambucano (Custódia)”, “Cemitério Alagoano (Trapiche da Barra)” e “Cemitério Paraibano Entre Flores e Princesa”, do livro *Quaderna*.

Eu dizia que as principais imagens da poética de João Cabral poderiam ser geograficamente localizadas no Nordeste brasileiro e na Espanha. Sendo mais específico, tudo na poética cabralina de *Pedra do Sono*, seu primeiro livro (1942), até *A Educação pela Pedra*, ou seja, até 1966, converge para uma referência mineral, a imagem da pedra explicitada nos títulos desses dois livros e que se identifica ou pode se identificar com as paisagens desérticas do Nordeste ou da Espanha.

É como se a tensão que existia no primeiro livro entre, de um lado, as imagens espontâneas, fugazes, instintivas, nascidas da associação livre de ideias e do sonho e, de outro, o desejo de domá-las pela razão, a inteligência, a clareza e rigor finalmente tivesse se resolvido através da condensação da pedra, como símbolo da coisa permanente — e nessa permanência cabe também a origem nordestina do poeta.

A pedra é o próprio âmago das terras da Espanha (ou, por extensão, das margens do Mediterrâneo) e do Nordeste do Brasil. É a figura por excelência das paisagens dessas regiões. No poema “Encontro com um Poeta”, de *Paisagens com Figuras*, ela aparece insistentemente para descrever o personagem e sua terra, “certo lugar da Mancha, onde mais dura é Castela”: “A voz desse tal Miguel... / foi voz métrica de pedra, / tal como cristalizada, / surge Madrid a quem chega. // ... // Vi então que a terra batida / do fim da vida do poeta, / terra que de tão sofrida / acabou virando pedra, / se havia multiplicado / naquelas facas de areia / e que, se multiplicando, /

multiplicara as arestas./ Naquela edição do vento/ senti a voz mais direta:/ igual que árvore amputada,/ ganhara gumes de pedra.” Mas a pedra é sobretudo o que resta no vazio da terra do Nordeste, terra “de onde tudo fugia,/ onde só pedra é que ficava”. É a paisagem seca, da terra coberta de pedra, que domina, por exemplo, o poema “Vale do Capibaribe”, do mesmo livro: “É uma luta contra a terra/ e sua boca sem saliva,/ seus intestinos de pedra,/ sua vocação de calíça...”

Além disso, no “Poema(s) da Cabra”, de *Quaderna*, a cabra das margens do Mediterrâneo aparece como um animal-pedra, por sua dureza e resistência: “Se a serra é terra, a cabra é pedra.”

O livro *A Educação pela Pedra* está dividido em seções que têm por título “Nordeste” e “Não Nordeste”. Mas o Nordeste é Sevilha (ou vice-versa) e é por isso que a poética cabralina também se escreve sobre a memória sevilhana do poeta. No poema “O Sertanejo Falando”, por sua vez, existe uma plena identificação entre a pedra e o sertanejo, que, aliás, se expressa em pedra: “...essa árvore pedrenta (o sertanejo)/ incapaz de não se expressar em pedra. // Daí porque o sertanejo fala pouco:/ as palavras de pedra ulceram a boca/ e no idioma pedra se fala doloroso;/ o natural desse idioma fala à força.

Estão, em suma, na imagem da pedra a evolução e condensação da poética de João Cabral até esse livro, que é um marco fundamental em sua poesia. Essa poética nordestina pôde se estender à Espanha, não apenas porque aí Cabral viveu intensamente, mas também porque ela tem um elemento universal para um poeta muitas vezes visto como encarcerado em sua origem. Ela bem poderia amolar suas facas também noutras partes, como aliás veio a fazê-lo magistralmente no Equador.¹ Poderia estar em toda parte, como o Sertão de Guimarães Rosa, com a diferença de que, em vez de incorporar a paisagem e até a fala estrangeira à geografia física ou humana brasileira, leva esta ao estrangeiro.

Essa poética está muito bem expressa no poema que dá título ao livro e nunca é demais lembrar: “Uma educação pela pedra: por lições;/ para aprender da pedra, frequentá-la;/ captar sua voz inefática, impessoal.../ A lição de moral, sua resistência fria.../ a de poética, sua carnadura concreta;/ a de economia, seu adensar-se compacta...”.

Depreende-se, da leitura do mesmo poema, que na pedra, “uma pedra de nasença” — porque do Sertão do Nordeste —, está a origem da poética — friso — universal de João Cabral, prova de que o universal anticolonialista e descentrado pode brotar com força a partir da experiência local e individual. O poeta não teve de aprender, ele é apenas nordestino, e sua poesia é natural (e mineral) como a pedra da paisagem sertaneja:

“No Sertão a pedra não sabe lecionar,
e se lecionasse não ensinaria nada;
lá não se aprende a pedra: lá a pedra,
uma pedra de nasença, entranha a alma.”

Para a análise de outros aspectos da poética de João Cabral, ver Almino, João, “A Construção da Poética de João Cabral de Melo Neto de *Pedra do Sono* a *A Educação pela Pedra*”, revista *COLÓQUIO | Letras*. N. 157/158, julho-dezembro de 2000, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 127-158. Análises da poesia de João Cabral também constam de Almino, João, “O domador de sonhos e outras imagens da pedra”, in: *Escrita em Contraponto*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008, e em *Tendencias de la Literatura Brasileña*. Buenos Aires: leviatán, 2010.

¹ Os poemas equatorianos de João Cabral foram reunidos em livro exclusivo, incluindo inéditos, em edições comemorativas do nascimento do poeta, em Almino, João (org.) em 2020 (1.ª edição) e 2021 (segunda edição), João Cabral de Melo Neto, *Vivir en los Andes; Poemas Ecuatorianos*. Quito: Embajada del Brasil en Quito.

Retrato de João Cabral de Melo Neto

A ética do corte

Antonio Carlos Secchin

Ocupante da Cadeira 19 na Academia Brasileira de Letras.

Uma faca só lâmina

Uma faca só lâmina (1955), como indica o subtítulo (ou: *serventia das ideias fixas*), se constitui na culminância de algumas das obsessões que vinham marcando a poesia de João Cabral. À primeira vista, o texto surge como radicalização da “primeira água”: discurso voltado para o fazer(-se), em que o exercício da metalinguagem, autocentrando o poema, o desviaria da espessura do real. Pensamos, todavia, que, não obstante a hipertrofia dos dados da “composição”, a nova obra situa-se na encruzilhada dialética das “duas águas”: ao questionar os mecanismos da linguagem, o poeta não os dissocia de sua eficácia no nível do uso: de sua serventia. A própria noção de carência — atributo maior da faca só lâmina — tampouco se reduz ao papel de estratégia composicional. Ultrapassando o âmbito da reflexão poética, instala-se num universo mais amplo da experiência humana.¹

Ademais, entre as duas investidas (na composição / na comunicação) não deve haver lugar para nítidas barreiras: *O cão sem plumas* foi exemplo. Nele, a construção do poema como ato de linguagem não excluía nítida direção referencial; apenas, esse percurso passou pelo questionamento das condições em que o discurso pode atuar eficazmente como articulador dos espaços “textual” e “real”. Antes de incorporar uma realidade extradiscursiva, o poeta examina, pesa, testa a viabilidade do salto. A partir, sobretudo, de *O engenheiro*, João Cabral passou a desvencilhar-se de tudo o que — vinculado à mitologia do sujeito — não lhe permitia dedicar-se ao aprendizado da concretude do mundo. Assim, sua poética combate o que, na tradição lírica, pertence antes aos fantasmas do sujeito do que à materialidade do objeto: o onírico, o obscuro, o confidencial — categorias associadas a uma concepção ego-crática da literatura. sujeito do que à materialidade do objeto: o onírico, o obscuro.

Uma faca só lâmina, em dez segmentos, em 88 estrofes de quatro versos, em 352 hexassílabos, é o último poema longo em que João Cabral focalizou as condições do “fazer” (sem que, insistamos, tal “fazer” seja unicamente “poético”, e sem que a preocupação com o “comunicar” não lhe seja correlata). Se a metalinguagem, explícita ou não, persistirá como um dos eixos propulsores de seu percurso poético, *Uma faca só lâmina* é o texto mais sistematizado, a matriz de que muitos poemas posteriores se valerão para retomar, numa espécie de diálogo crítico, as ideias propostas neste texto-base.

¹ José Guilherme Merquior, *A astúcia da mímesis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, p. 149.

Todos os versos foram transcritos de *Poesia completa e prosa de JCMN*, segunda edição, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 2008. O poema *Uma faca só lâmina* situa-se da página 180 à 191.

A parte inicial (sem a sequência alfabética que caracterizará o poema a partir do segmento seguinte) estampa os três grandes núcleos de ideias fixas a desenvolver — bala, relógio, faca — na condição de comparantes sem comparados, como bem observou Benedito Nunes:²

Assim como uma bala
enterrada no corpo,
fazendo mais espesso
um dos lados do morto;

assim como uma bala
do chumbo mais pesado,
no músculo de um homem
pesando-o mais de um lado;

qual bala que tivesse
um vivo mecanismo,
bala que possuísse
um coração ativo
igual ao de um relógio
submerso em algum corpo,
ao de um relógio vivo
e também revoltoso,

relógio que tivesse
o gume de uma faca
e toda a impiedade
de lâmina azulada;

assim como uma faca
que sem bolso ou bainha
se transformasse em parte
de vossa anatomia;

qual uma faca íntima
ou faca de uso interno,
habitando num corpo
como o próprio esqueleto

de um homem que o tivesse,
e sempre, doloroso,
de homem que se ferisse
contra seus próprios ossos.

O comparado — a ausência — surgirá apenas no segmento posterior. Dessa maneira, o vazio se diz exatamente pela ausência do próprio signo que o nomearia.

O encadeamento de imagens cria níveis sucessivos de afastamento do real. Com efeito, se “Assim como uma bala” já se revela, de saída, uma figura, o relógio, por

2 Benedito Nunes, João Cabral de Melo Neto. Petrópolis: Vozes, 1971, p. 99.

sua vez, se define em relação à bala: imagem de segundo grau. A faca é comparante de relógio: imagem de terceiro grau. Examinemos mais atentamente o registro de cada um desses elementos: a bala se condensa em chumbo, e entre bala / chumbo se destaca a mesma relação (de matéria) que vincula faca / lâmina. Observemos que a esse prolongamento metonímico dos dois termos (bala e faca) se contrapõe o trajeto metafórico do terceiro: “um coração ativo / igual ao de um relógio”. O texto todo operará com disseminações metonímicas entre bala e faca, e com sucessivas apreensões metafóricas do relógio: gaiola, coração, abelha.

Esse estatuto particular do relógio (como veremos) não ficará sem consequências. Cotejado aos outros elementos, seu menor grau de contundência já se patenteia no modo menos agudo de interiorização: é algo submerso, a que se contrapõem a bala enterrada e (com percussão ainda maior) a faca “parte/ de vossa anatomia”. Infensa à penetração literal de bala e faca, é o relógio o único objeto da tríade cujo adentramento no corpo humano se coloca forçosamente como “figura de linguagem”.

Nesse segmento introdutório, enquanto o humano é situado na morte (“um dos lados do morto”), os três termos minerais se caracterizam pela vida (bala com vivo mecanismo, faca habitando um corpo) e pela insubmissão (relógio “também revoltoso”). A faca, desde logo, marcará diferença. E a única que traz um postulado ético: “e toda a impiedade/ de lâmina azulada”. Adiante, a estratégia do confronto e da impiedade passará também a ser atributo dos demais termos — mas sob esse “impulso” inicial da faca. Além disso, análoga à carência que busca instaurar, é o exclusivo elemento a ser especificado por *subtração*: faca *sem* bolso ou bainha (compare-se a bala “que *possuísse*/ um coração” e a relógio “que *tivesse*/ o gume”). Se bala e relógio se definem por incorporação, a faca, ao ser acionada, já se apresenta com e como um “sinal de menos”. Ela será “o melhor/ dos símbolos usados”, e isso se afere, ainda, além de sua escolha para nomear o texto, sob o aspecto quantitativo. Em todo o poema, o par faca / lâmina surgirá 57 vezes; bala / chumbo, 23; relógio (atestando a força menor), dezenove.

Aflora, assim, nas oito primeiras estrofes do poema, o delineamento de um projeto de invasão corporal, que, acentuado em bala e faca, e atenuado em relógio, se concentrará, no segmento A, na ausência. Antes de analisá-lo, tentemos demonstrar os processos de conexão tramados por João Cabral:

Termo original	Especificação do termo
bala	mecanismo vivo coração ativo
relógio	gume lâmina azulada
faca	sem bolso sem bainha

Como vemos, a especificação metafórica de um elemento é sempre baseada em metonímia do elemento seguinte. Cumpre, todavia, reiterar a constituição menos “sistemática” de relógio: enquanto faca irrompe a partir de duas incitações metonímicas (gume, lâmina), o relógio se apoiará numa caracterização também metafórica (coração). Outra divergência: bala e faca partem do exterior para atingir o interior (do corpo) — esse percurso é similar à viagem conceitual (de adentramento na linguagem) que o poema propõe. Ora, a máquina-relógio já ocupa, a priori, espaço interno; vive “em jaula” (*Serial*, p. 91). Não representa, desse modo, a conquista de novo território. Dela, a melhor lição não virá da contundência, mas do ritmo, do aceso mecanismo.

A primeira estrofe do segmento A

Seja bala, relógio,
ou a lâmina colérica,
é contudo uma ausência
o que esse homem leva.

agrupa a tríade mineral na direção comum da ausência. Portar o vazio como opção, não como contingência, é modo de propiciar Investimento mais ávido perante o real:

nenhum [símbolo] melhor indica
aquela ausência sôfrega
que a imagem de uma faca
reduzida à sua boca,
que a imagem de uma faca
entregue inteiramente
à fome pelas coisas
que nas facas se sente.

Os três termos, nivelados pela carência, voltarão a individualizar-se, e sua redistribuição os devolverá (com os mesmos atributos) na idêntica ordem em que surgiram na parte introdutória. Da bala, reitera-se o chumbo (“tem o ferro do chumbo”, p. 182); do relógio, a viva engrenagem (“pulsando em sua gaiola/ sem fadiga, sem ócios”, p. 182); da faca, a lâmina e sua ética (*é a lâmina cruel”, p. 182). Nessa nova aparição, contudo, os elementos se enriquecem de novos matizes. Na bala, por exemplo, fala-se da “fibra compacta” (p. 182) — já sabemos que o elogio do compacto, ou, se preferirmos, o desprezo pelo etéreo, representa outra “ideia fixa” de João Cabral.

A faca é o símbolo mais potente e apto para operar e cortar o vazio; ela melhor e *mais* diz a ausência. O poeta explicita as razões da escolha:

Por isso é que o melhor
dos símbolos usados
é a lâmina cruel
(melhor se de Pasmado):

porque nenhum indica
essa ausência tão ávida
como a imagem da faca
que só tivesse lâmina

Já comentamos a incidência do procedimento de “dar a ver” a própria elaboração do texto na obra cabralina³³. Sem sermos exaustivos, podemos falar de imagens hipotéticas (cf. “Estudos para uma bailadora andaluza”, *Serial*, p. 195), imagens autodestruidas (cf. “Imagens em Castela”, oitava estrofe, p. 126), imagens relativizadas (cf. “O vento no canavial”, oitava estrofe, p. 127), imagens endossadas graficamente (cf. “Paisagem pelo telefone”, *Quaderna*, estrofe 12, p. 203). Como ponto de convergência, o desmascaramento das pretensões ilusionistas do discurso literário.

3 Luiz Costa Lima, *Lira e antilira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 257.

Marcada por um sinal de menos (ausência de cabo), a faca significa mais do que os outros elementos, que não sofreram, como ela, processo de subtração. Por isso, apesar de o poeta pretender minimizar a eleição do “símbolo melhor”,

Das mais surpreendentes
é a vida de tal faca:
faca ou qualquer metáfora
pode ser cultivada.

(grifo nosso)

ele explora, a seguir, quase unicamente a ação da faca:

E mais surpreendente
ainda é sua cultura:
medra não do que come
porém do que jejua.

Escolhendo-a como objeto privilegiado de “cultivo”, o poeta enumera, por seu turno, quais os elementos que a faca, então sujeito, ataca para a própria subsistência. Mas, à semelhança da fome, a lâmina crescerá por ausência do objeto que cultiva. Esse crescimento pelo vazio é o modelo gerador das imagens deste segmento B, centrado em antíteses e na busca do avesso:

Do nada ela destila
a azia e o vinagre
[...]

a lâmina despida
que cresce ao se gastar,
[...]

cujo muito cortar
lhe aumenta mais o corte
[...]

Que a vida dessa faca
se mede pelo avesso

Observemos, ainda, o intercâmbio de parcelas de significação entre os três termos básicos do poema. O atributo do ritmo, da precisão (relógio), antes transferido à bala (segmento introdutório), agora se incorpora à lâmina:

E como faca que é,
fervorosa e enérgica,
sem ajuda dispara
sua *máquina* perversa

A máquina, no universo cabralino, é sempre captada por dentro, como engrenagem de um modelo infatigável. Nada mais avesso à celebração utilitária: ela interessa a João Cabral na medida em que representa certa forma de produzir, de ordenar o real, de combater-lhe a entropia. Na estrofe acima, outra “ideia fixa”: a da

força centrífuga, que eclode de si mesma, sem estímulos externos. Entre os textos que retomam a proposta, citemos “Diálogo” (espada “que deserta se incendeia”, p. 139), “Estudos para uma bailadora andaluza” (que é capaz “de incendiar-se com nada / de incendiar-se sozinha”, P. 196) e “A *palo seco*” (*Quaderna*). O canto *a palo seco* exige, “sem tempero ou ajuda”, “o ser-se ao meio-dia” (p. 224). Colocando-se sob o signo da claridade, da secura e do vazio, e deixando que o objeto “seja” por si, o poeta tenta não se transferir à “atmosfera” da coisa: nela opera, desentranha-lhe o avesso. Essa penetração antiempática preside, na poesia de João Cabral, a várias metáforas de cirurgia, do ato literalmente operatório do escritor.

O segmento C enumera as precauções de que se deve cercar a triade para evitar que perca poder de agressão e agudeza, e dois níveis: a perda no próprio elemento e no elemento em contato com um alvo. Assim, no primeiro caso, a bala “seus dentes já [...] os traz rombudos”; no segundo, os dentes “se embotam mais no músculo”. O relógio pode apresentar um coração “espasmódico”, ou seu ritmo pode desvirtuar-se “com o pulso do sangue”. Quanto à faca, “a bainha do corpo / pode absorver o aço” ou “seu corte às vezes / tende a tornar-se rouco” (p. 184).

Nesse segmento, e no anterior, o jogo de encadeamentos metafórico-metonímicos apresenta grau ainda maior de complexidade e recíproca infiltração. Indicamos abaixo o desdobramento dos termos iniciais:

BALA — CHUMBO — DENTES

FACA — LÂMINA — BOCA

RELÓGIO — CORAÇÃO — PULSO

Constatamos que o relógio continua sendo o elemento menos forte da série, na medida em que remete, por metáfora, exclusivamente ao mundo animado, sem apresentar a mesma consistência, mineral-metonímica, de chumbo e lâmina. Ainda: a bala se enfraquecia em contato com o músculo. Ora, o relógio é conotado exatamente por coração: traz em si a metáfora do que deve ser evitado pela bala. Por outro lado, acentua-se, entre esta e a faca, a solidariedade das respectivas representações: já unidas metonimicamente em chumbo / lâmina, conterão desdobramentos metafóricos (dentes / boca) interligados por nova relação de contiguidade.

“Cuidado com o objeto, / com o objeto cuidado” (p. 184). Todo o segmento é incitação à vigília contra o que seja sinônimo de irregularidade, fraqueza ou decadência. O pulso do relógio não deve imitar o pulso humano, onde o sangue bate “já sem morder mais nada” (p. 184). O corte da faca às vezes “tende a tornar-se rouco / e há casos em que ferros / degeneram em couro” (p.184).

Estabelece-se uma hierarquia de contundência, que submete o reino animal (couro) ao mineral (ferro). Na estrofe seguinte, também o vegetal será visto como categoria inferior:

O importante é que a faca
o seu ardor não perca
e tampouco a corrompa
o cabo de madeira.

O segmento D analisa o que, no anterior, era simples prenúncio: a perda do estado de vigília, pelo desaparecimento do poder de corte — perda intrínseca ou devida a desgaste de agente externo.

Assim como atribuíra à lâmina poder autogerativo, agora João Cabral lhe confere capacidade autodestrutiva:

Pois essa faca às vezes
por si mesma se apaga.
É a isso que se chama
maré-baixa da faca.
Talvez que não se apague
e somente adormeça.

A ressalva, que desloca a faca da extinção (o apagar-se) ao sono, deixa implícita a possibilidade de ressurgimento de seus atributos momentaneamente em suspenso. É o que se efetiva na derradeira estrofe:

(Porém quando a maré
já nem se espera mais,
eis que a faca ressurgue
com todos seus cristais).

A degenerescência do metal será metaforicamente expressa pela conversão a outras matérias. O processo, já presente em C, é agora ampliado:

tudo segue o processo
de lâmina que cega:
faz-se faca, relógio
ou bala de madeira,

bala de couro ou pano,
ou relógio de breu,
faz-se faca sem vértebras,
faca de argila ou mel.

Apesar da junção dos três termos em torno de “madeira”, saliente-se mais uma vez a primazia do símbolo-faca: o seu processo será imitado pelos demais; é também o único elemento cuja decadência ainda comporta sinal de menos: faca sem vertebras.

O segmento E trata do segundo tipo de desgaste: o oriundo de um contato efetivo com o espaço externo. Indica as precauções que se devem tomar para que a tríade não perca a contundência.

O melhor antídoto contra a decadência é a interiorização:

Forçoso é conservar
a faca bem oculta
pois na umidade pouco
seu relâmpago dura

“Relâmpago” não é apenas o que brilha; significa, primordialmente, o que ofusca, agride em luz; essa valorização da agressividade é retomada duas estrofes abaixo, onde os três elementos são equiparados a “brasa”: aquilo que, aceso, queima.

A noção de umidade também se associa, pela metalinguagem, à produção do discurso “confessional-romântico”:

(na umidade que criam
salivas de conversas
tanto mais pegajosas
quanto mais confidências).

enquanto a faca opta por “câmaras severas” (p. 186). Instada a explodir, a lâmina deve buscar paisagem análoga à dureza e ao rigor que traz em si. O externo responde ao desafio da carência buscada pelo metal:

Mas se deves sacá-los
para melhor sofrê-los,
que seja em algum páramo
ou agreste de ar aberto.

Mas nunca seja ao ar
que pássaros habitem.
Deve ser a um ar duro
sem sombra e sem vertigem.

A cumplicidade entre a lâmina e uma natureza agressiva demonstra-se no fato de o sol mineralizar o vegetal (“à febre desse sol / que faz de arame as ervas”, p. 186), em contraponto ao estágio degenerativo que marcou a “maré-baixa” do metal.

O segmento F, invertendo a exposição ao aberto do anterior, opera com a interiorização máxima dos elementos, a tal ponto que eles e o corpo atingido formam uma só unidade. João Cabral declara a irreversibilidade da condição-faca — quando conquistada, não pode ser banida nem por gesto voluntário (“ninguém do próprio corpo / pode retirá-la”, p. 187), nem por ação exterior:

E se não a retira
quem sofre sua rapina,
menos pode arrancá-la
nenhuma mão vizinha.

No segmento seguinte, novo bloco de imagens vem reforçar as qualidades já enunciadas dos três elementos, numa espécie de diálogo da parte introdutória. Nela a bala era “do chumbo mais pesado”; aqui, retoma-se o elogio da espessura, pois ela “faz menos rarefeito / todo aquele que a guarde” (p. 188).

Na introdução, o relógio possuía vivo mecanismo; agora, é “indócil e inseto” (p. 188). A faca era “íntima”, “de uso interno”, “habitando num corpo / como o próprio esqueleto”; agora,

O fio de uma faca
mordendo o corpo humano,
de outro corpo ou punhal
tal corpo vai armando.

Como na “Fábula de Anfion”, o reino animal é valorizado enquanto potencial de *agressão*. No segmento E, Cabral falara da “carne selvagem” da faca; em G, o que designa sua ação é o verbo “morder”. A agressividade animal não se consuma

apenas ofensivamente; implica, também, a vigília defensiva — imagem do que, no homem, é arma contra a diluição:

pois lhe mantendo vivas
todas as molas da alma
dá-lhes ímpeto de lâmina
e cio de arma branca,

além de ter o corpo
que a guarda crispado
insolúvel no sono
e em tudo quanto é vago

De proposta existencial, o texto se canaliza, no segmento H, para o universo específico da criação literária:

Quando aquele que os sofre
trabalha com palavras,
são úteis o relógio:
a bala e, mais, a faca.

Inverte-se a ordem de apresentação dos elementos: pela primeira vez, o relógio inaugura um segmento. Embora a imagem da faca continue preponderante, é lícito supor que o símbolo menos forte se coloca em primeiro lugar por ser o deflagrador das metáforas do trabalho contínuo que os poetas-operários-da-linguagem devem desenvolver. A diluição existencial combatida na seção anterior encontra eco na diluição da potência lírica:

Os homens que em geral
lidam nessa oficina
têm no almoxarifado
só palavras extintas:
[...]

palavras que perderam
no uso todo o metal
e a areia que detém
a atenção que lê mal.

O criador não é quem “sabe fazer” (produção “acadêmica”), nem quem se recusa o fazer, mas o trabalhador que aprende, ao apreender o real, a manipular a máquina de linguagem posta a serviço dessa apreensão:

Pois somente essa faca
dará a tal operário
olhos mais frescos para
o seu vocabulário

A parte inicial do segmento I (oito primeiras estrofes) mostra o itinerário de concretude que a faca impõe aos objetos com que se defronta, modelando-os à agudeza de seu corte:

Em volta tudo ganha
a vida mais intensa
com nitidez de agulha
e presença de vespa.

Em cada coisa o lado
que corta se revela,
e elas que pareciam
redondas como a cera

despem-se agora do
caloso da rotina,
pondo-se a funcionar
com todas suas quinas.

As derradeiras estrofes de *Uma faca só lâmina* efetuam, como observou Benedito Nunes,⁴ o desmonte e a inversão do percurso metafórico do poema,

pois de volta da faca
se sobe à outra imagem,
àquela de um relógio
picando sob a carne,

e dela àquela outra,
a primeira, a da bala,
que tem o dente grosso
porém forte a dentada

partindo da imagem de terceiro grau (faca), desta à de segundo (relógio), daí à de primeiro (bala), numa espécie de *work in regress*.

Em seguida, dá-se o salto para fora da tríade (“e daí à lembrança / que vestiu tais imagens”, p. 191) até atingir a realidade, cuja força supera a do discurso:

e afinal à presença
da realidade, prima,
que gerou a lembrança
e ainda a gera, ainda,

por fim à realidade,
prima, e tão violenta
que ao tentar apreendê-la
toda imagem rebenta.

Haveria aí uma confissão do fracasso da linguagem? Não exatamente. O que se diz é que a realidade é inapreensível, não se esgota em nenhuma de suas manifestações.⁵ Em João Cabral, o discurso poético, renunciando ao silêncio ou à autocomemoração, traduz, assim, a aproximação, parcial e possível, de um horizonte de incompletude, que persiste sempre em aberto. Por isso, na tentativa de atingi-lo, qualquer palavra será pouca e pequena — “toda imagem rebenta”.

⁴ B. Nunes, *op.cit.*, p.102.

⁵ J.G. Merquioe, *op. cit.*, p 154.

O caderninho de Cabral

A primeira vez que visitei João Cabral em seu belo apartamento na Praia do Flamengo foi em 4 de novembro de 1980. A data tão precisa não se deve, lamento, à minha capacidade mnemônica, mas simplesmente ao fato de, naquele dia, ele ter-me concedido uma entrevista de três horas, retomada no dia seguinte. Registrei a data com vistas à inclusão dessa longa entrevista (devidamente condensada) no primeiro livro que publiquei sobre o poeta, *João Cabral: A poesia do menos*, de 1985.

A partir daí sucederam-se várias visitas, até 1999. Não saberia precisar quantas, algo talvez em torno de vinte. Aposentou-se em 1990, mas eu já me beneficiava, antes disso, de suas viagens de férias ao Brasil, para revê-lo, com interesse especial em conversar sobre os livros que vinha publicando: *A escola das facas* (1980), *Auto do frade* (1984), *Agrestes* (1985), *Crime na Calle Relator* (1987), *Sevilha andando* (1989). A poesia de João tornava-se cada vez mais repleta de referências e alusões a pessoas, episódios e locais onde vivera, e eu percebia que, sem que alguém compilasse a tempo essas informações, muitos textos permaneceriam para sempre cifrados. Ele apreciava meu interesse na coleta de tais dados, estendia-se em explicações pormenorizadas, com muito gosto as compartilhava. Criamos, assim, uma certa intimidade via literatura, e posso dizer que acabei conhecendo bem mais o Cabral dos livros do que o Cabral à minha frente. Todo esse manancial de informações consta como “notas” das edições de sua poesia completa, que organizei em 2008 (Nova Aguilar), 2014 (Glaciar/ABL) e 2020 (Alfaguara).

Paralelamente às constantes indagações sobre seus novos livros, recordo-me de que num encontro, em 1990, perguntei sobre a eventual preservação de textos de sua autoria anteriores aos reunidos em seu livro de estreia, *Pedra do sono* (1942).

Para minha agradável surpresa, ele me revelou a existência de um caderninho vermelho, com poemas da adolescência. Contou que, certo dia, em Barcelona (talvez em 1947), deparou com um pequeno conjunto de poemas escritos entre 1937 e 1940. Jogou-os no lixo. Sua mulher Stella, porém, sem que ele percebesse, tratou de resgatá-los e os transcreveu num pequeno caderno, ofertando-o ao marido. Comovido com o gesto, Cabral acrescentou ao caderno mais um poema, espécie de fecho metalinguístico de sua produção.

De imediato me interessei em editar o que, segundo anotação no próprio caderno, seriam os “Primeiros poemas” cabralinos.

Pensei num modo de associar a publicação à outorga do título de doutor *honoris causa* pela UFRJ, num projeto em que muito me empenhei. Havia também a necessidade de encorpar o livrinho e levantar o dinheiro para impressão, tudo isso num prazo bem exíguo. Não teríamos tempo de recorrer a verbas oficiais.

Alguns poemas da primeira edição de *Pedra do sono* haviam sido excluídos das edições subsequentes, e tornaram-se, assim, praticamente “inéditos”. Resolvi agregá-los, num total de sete, aos dezenove do caderninho vermelho, explicitando a

Para minha agradável surpresa, ele me revelou a existência de um caderninho vermelho, com poemas da adolescência. Contou que, certo dia, em Barcelona (talvez em 1947), deparou com um pequeno conjunto de poemas escritos entre 1937 e 1940. Jogou-os no lixo. Sua mulher Stella, porém, sem que ele percebesse, tratou de resgatá-los e os transcreveu num pequeno caderno, ofertando-o ao marido. Comovido com o gesto, Cabral acrescentou ao caderno mais um poema, espécie de fecho metalinguístico de sua produção.

De imediato me interessei em editar o que, segundo anotação no próprio caderno, seriam os “Primeiros poemas” cabralinos.

natureza de cada conjunto. E, fechando o volume, o poema “tardio” de 1947, inédito como os dezenove demais.

Para custear a bela edição de quinhentos exemplares numerados, recorremos à velha prática da subscrição: professores, alunos, funcionários, pré-adquiriram o livro. Acabou dando tudo certo.

No dia 14 de setembro de 1990, nas dependências da Faculdade de Letras da UFRJ, tripla comemoração e homenagem: pelos setenta anos do poeta; pela concessão do título de doutor *honoris causa*; e pelo festivo lançamento de *Primeiros poemas*. Graças à generosidade de Cabral, confiando-me a organização e a publicação da obra, uma universidade pública pôde lançar o livro de um dos maiores poetas do país.

Curiosamente, esses *Primeiros* foram também os últimos: após 1990, nenhum outro livro inédito do autor chegou ao prelo. Como se no fim estivesse seu começo. Como se no fim da vida Cabral se reencontrasse com o adolescente João.





Foto: Bob Wolfenson.

Retrato de João Cabral de Melo Neto

Um bom retrato é um milagre

Bob Wolfenson

Fotógrafo, tornou-se referência nos seus mais de 50 anos de carreira. Entre os seus livros publicados, se destacam: *Apreensões* (Cosac Naif, 2010), *Belvedere* (Cosac Naif 2013), *Desnorte* (Galeria Milan, 2021) e *O Livro Falado* (Olga Kos, 2023).

Em 1995 decidi, para um livro e exposição de retratos que preparava, fotografar o poeta João Cabral de Melo Neto.

Fui ao Rio devidamente equipado e com as autorizações necessárias, tanto para entrar na ABL, onde realizei a sessão, como para retratá-lo.

No entanto, ao chegar para encontrá-lo, percebi que ele mesmo não estava sabendo do que se tratava, obviamente não me conhecia e nem nunca tinha ouvido falar de mim, e, claro, recusou-se a posar. Enfim, um imbróglio, pois eu havia ido de São Paulo, com meu assistente, autorizado por sua família, especialmente para esta sessão. Depois de uma nova negociação com d. Marly, sua mulher e assessora, finalmente consegui estar diante dele para realizar o trabalho ao qual me propus.

Esta pequena introdução elucida, de alguma forma, o que viria pela frente. Eu, já bem desgastado com a recusa de primeira mão; ele, convencido pela mulher a participar, mas sem a menor disponibilidade para tal, como demonstram as folhas de contato (provas positivas dos negativos) que ilustram estas páginas. Ocorreu que eu não me mexi, ele tampouco; estávamos ambos com medo, acuados.

São aproximadamente dezoito fotogramas, sem sequer um trejeito, uma piscada, um sorriso, alguma linguagem corporal, nada da parte dele, os dois absolutamente imóveis. Até que em dado momento intuí que se não fizesse nada para obter um retrato relevante, minha missão estaria

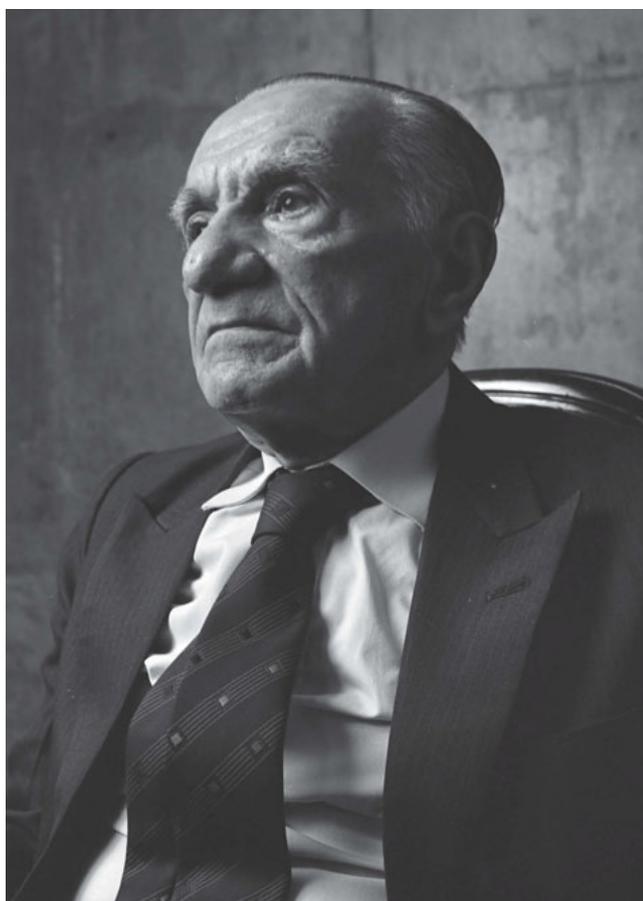


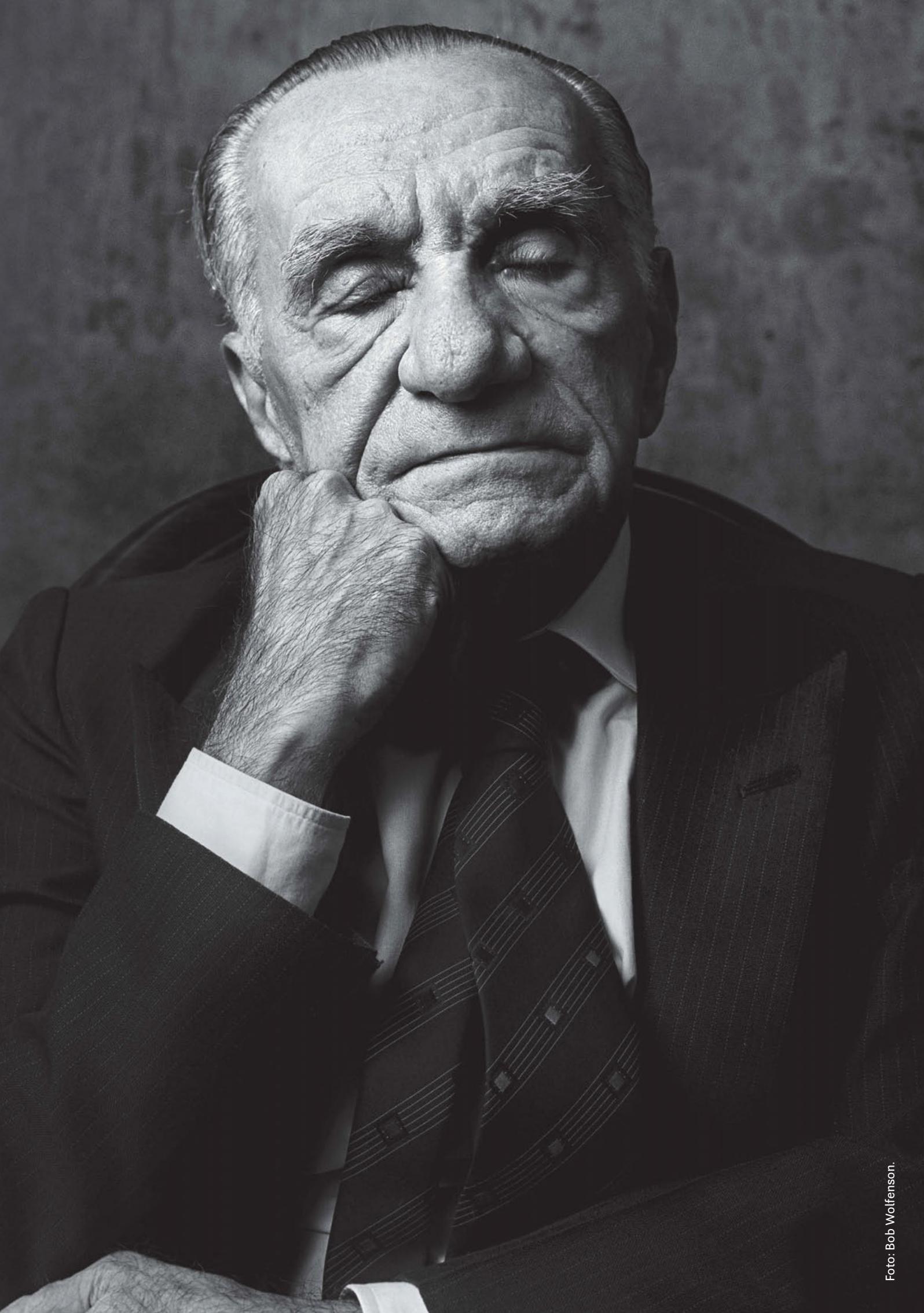
Foto: Bob Wolfenson.

perdida. Depois dessa “interminável” fase de silêncio, e apesar de reconhecer o limite tacitamente imposto, comecei, enfim, a me aproximar e a tentar preencher o vazio, tentar respirar dentro daquele ambiente rarefeito de atmosfera. E com trocas de lentes e aproximações, cheguei perto dele e desfiz parcialmente as interdições que pairavam sobre o set fotográfico. Ao cabo da sessão eu tinha conseguido realizar um retrato à altura do que eu esperava, um close com o queixo apoiado sobre a mão, olhos fechados, sonhadores. Digamos assim, uma fotografia clássica de escritor/poeta, quase um clichê. Mas o tempo é aliado do fotógrafo e essa imagem, com o passar dos anos, foi se tornando icônica, claro, carregada pelo alcance e envergadura do autor e, a meu ver, perdeu seu aspecto banal de fotografia de escritor.

Este retrato é, para mim, a antítese da ideia de descontração, tão presente na hora que alguém é fotografado, coisa que é um senso comum em nove entre dez pessoas que tive diante de minha câmera. “Bob eu sou travada/o, não consigo relaxar” é das frases que mais ouço quando estou retratando alguém. Uso o exemplo desta série com o João Cabral de Melo Neto para esclarecer aos meus fotografados que uma imagem boa, contundente, pode não ter nada a ver com alguma performance, mas com algo inefável, misterioso, irrepetível. Ou seja: um bom retrato é um milagre.

Foto: Bob Wolfenson.





Ebó de boca

Cidinha da Silva

Escritora e doutora em Difusão do Conhecimento. Autora de 22 livros, entre eles os premiados *Um Exu em Nova York* e *O mar de Manu*. É cronista do jornal Rascunho. Seu livro mais recente é *Tecnologias ancestrais de produção de infinitos*.

Tenho acompanhado com muito interesse a mudança de Xande de Pilares, de músico respeitado a *pop star*, que continua gozando de respeitabilidade, por certo. A pedra de toque é o disco “Xande canta Caetano”, quando ele relê sucessos de Caetano Veloso. Este, depois de seis décadas de música e de intervenção transformadora na cultura brasileira, segue debutando num universo de sofisticação que não é alcançado por todos. Talvez ainda não componha o repertório cantado pelo povo, mesmo tendo sido trilha de novelas.

As novelas são importantes na construção de meu argumento, pois, em entrevistas, Xande declarou ter conhecido Caetano ao assisti-las, ainda menino, e ali, a música do mestre o fascinou. Muitos garotos de sua geração e de mesma origem geopolítica-afetiva suburbana e de favela, futuros músicos, também ouviram a mesma canção pela televisão, mas, no coração de Xande, ela tocou de maneira especial e ele a abrigou dentro de si, e foi fazendo com ela uma compostagem ao longo da vida, até devolvê-la como terra adubada a pessoas e mundos que talvez Caetano não alcançasse além da trilha da novela. A música pode ter se eternizado em corações e mentes como efeito da cultura de massa, mas sem provocar um mergulho na obra do ícone da Tropicália, como aconteceu com Xande de Pilares.

Nós, que temos a mesma origem de Xande de todos os lugares do Rio, e escolhemos ser artistas, despendemos muito tempo para compreender e aceitar o que nos forma intelectual e artisticamente, como algo efetivo e valioso. Nós, que não nascemos em berço de livros, que não herdamos bibliotecas dos pais, avós, ou de gerações ainda mais distantes, que não lemos os clássicos da literatura mundial na adolescência (descobertos, encontrados e acessados tardiamente), que líamos os livros disponíveis nas bibliotecas públicas e escolares, ou nas bibliotecas comunitárias que nós mesmos construímos; nós que fomos os primeiros a apresentar a universidade para nossas famílias, experimentamos uma construção de agência gestada pelas faltas, pelo pouco, pelo residual, mas isso também tem valor.

A escolarização pública e gratuita é agente de formação intelectual e humana fundamental para quem pertence às classes populares, haja vista que, para a maioria da população brasileira, o ensino fundamental constitui um momento privilegiado de acesso aos bens culturais da humanidade. Há pessoas cuja prática de leitura ao longo da vida se restringirá àqueles livros indicados pela área de português e acessíveis na sala de leitura da escola.

Eu fui das pessoas para quem o ensino básico, cursado em escolas públicas, descontinua um universo de possibilidades. Meu desejo de escrever nasceu na escola.

Ao ler na biblioteca escolar as crônicas de Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Drummond, que conheci cronista, antes de alcançá-lo poeta, tive vontade de escrever minhas próprias histórias. Nas provas bimestrais de português fui apresentada ao cancionista brasileiro que, embora eu ouvisse no rádio junto com minha mãe, não parava para pensar sobre as letras, isso aprendi com dona Irenice, professora de português. Lembro-me vivamente de *Triste partida*, de Luiz Gonzaga e Patativa do Assaré, um retrato da migração nordeste-São Paulo até os anos 1970, premida pela seca, que terminava no vaticínio “nós vamos a São Paulo, viver ou morrer”. É pujante também a primeira recordação de *Travessia*, de Milton Nascimento, que se tornou a canção da minha vida. Houve ainda uma novela na infância, cujo nome não me lembro, na qual havia um personagem escritor que me comovia.

Durante a graduação tive uma professora de filosofia que me disse: “seus caminhos são turvos, mas você chega”. Tomei aquilo como elogio por duas décadas, simplesmente porque ela prestou atenção ao meu pensamento e o categorizou, a mim que pertença a um grupo socio-racial ao qual o mundo racista exige provas incessantes de raciocínio lógico, de sermos capazes de pensar. À volta dos cinquenta anos, entretanto, compreendi por meio da leitura e da convivência com o legado intelectual de Leda Maria Martins, que meu pensamento não é turvo, ele é espiralar, ele acontece num tempo espiralar. Um tempo de composições, em que as ideias vão e voltam, fazem curvas, dançam, brincam com as sonoridades do tamborilar interior que ancora o meu estar no mundo. Entendi, então, que escrever é dançar no tempo e com o tempo.

Minha palavra é *exúnica*, é regida por Exu, orixá da comunicação e das movências, dos diálogos entre o mundo visível e os invisíveis. Minha palavra não conta a minha história (apenas), ela dá vida a outras histórias, ela inventa, cria, desenha caminhos e modela mundos, a partir das compostagens dentro de mim.

Minha escrita é feita de trânsitos, iniciando-se pela travessia daqueles que conseguiram sobreviver à Kalunga Grande. É feita de água, do líquido amniótico atlântico que nos formou, no qual estão submersas incontáveis ossadas que gemem, sem encontrar paz. Minha palavra navega por essas águas ruidosas, tumultuadas, insurgentes, furiosas, povoadas pela minha ancestralidade que submergiu e pela que sobreviveu ao tráfico atlântico. Águas das *orixalidades* que nos apaziguaram, das africanidades que recriamos em luta nas terras de Pindorama.

Quando escrevo, conclamo essas forças e alio o trabalho de construção de linguagem e técnica de composição da prosa para modelar, sob o hálito da palavra, minha poética e os imaginários políticos novos que oferecendo a quem me lê. Me valho também da tensão e do diálogo entre tradições e contemporaneidade para dar liga à minha palavra. Converso com as tradições africanas, afro-brasileiras, afro-indígenas e afro-diaspóricas. Por isso dei o título de *Um Exu em Nova York* ao meu livro mais conhecido pelo público.

Minha literatura é um caminho de encruzilhadas (episteme evocada por Leda Maria Martins), de viagens, de exuzilhamentos entre os mundos visíveis e invisíveis, entre os mundos que habito e os que me habitam. É, portanto, uma literatura regida por Exu. É ebó de boca, o que faço quando escrevo e exerço a liberdade criativa, como potencialidade humana inegociável.

Escrever, para mim, é materializar o momento da chegada de Xangô ao xirê. Alegria, alegria! O Rei chegou! Eu não sofro ao escrever, é trabalhoso, mas sinto muita alegria. Agora, por exemplo, experimento a sensação gostosa de finalizar este ensaio considerando a possibilidade de que minha referência poética da vida, o amado Gilberto Gil, o leia. Oh sorte! Escrever literatura não poderia me conceder alegria mais vigorosa.

Fascismo – na política e mais além

Francisco de Assis Joffily

Crítico musical, ensaísta e conferencista; membro da Sociedade Willem Mengelberg, Amsterdã, Holanda. Aluno de piano do Professor Georg Wasserman. Artigos publicados em *O Estado de São Paulo*, no *Jornal do Commercio*, em *O Estado do Paraná* e na revista *Mengelberg en zijn Tijd*, da Sociedade Willem Mengelberg, Amsterdã, Holanda. Comentários nos programas dos concertos da Orquestra do Concertgebouw de Amsterdã e da Orquestra Filarmônica de Berlim no Rio e em São Paulo. Diversas palestras realizadas no Espaço Rio Música, Rio.

I

O fascismo, tal como definido pela *Encyclopaedia Britannica*, consiste na “ideologia política e no movimento de massas vigentes em vários países da Europa central, Europa do sul e Europa oriental no período que vai de 1919 a 1945, e que teve simpatizantes na Europa ocidental, nos Estados Unidos, na África do Sul, no Japão, na América Latina e no Oriente Médio”.

Trata-se de uma conceituação por demais situada no tempo e no espaço para poder ser aceita como abrangente das atuais acepções do termo. A bem da verdade, não há necessidade de embasamento filosófico para um regime se caracterizar como fascista. A realidade fala sempre mais alto que quaisquer doutrinas ou abstrações. Assim, a expressão “fascismo” é melhor apreendida através da constatação de uma série de características comuns ao longo da história das nações.

O “fascismo” propriamente dito nasceu em 1922, quando da marcha de Mussolini sobre Roma, e tem sua origem no latim *fasces*, que designava um feixe de varas de madeira em torno de um machado, considerado um símbolo do poder na República que antecedeu o Império Romano. O termo saiu de seu berço etimológico e passou a englobar um universo infinitamente maior.

Embora o fascismo tenha tido relevância considerável no período que se seguiu ao fim da Primeira Guerra como corolário das significativas reconfigurações territoriais e políticas decorrentes, a realidade é que ele continua a existir e existirá sempre, em maior ou menor grau, pois decorre dos desajustes que caracterizam a natureza humana e sua ambição ilimitada de poder. É na amplificação dessas tendências que se inicia a metamorfose do fascismo original em doutrina política e diretriz na governança das nações.

O entendimento atual da expressão é focado naquela que se considera sua marca registrada: a concentração das atribuições do estado em um único poder: o poder executivo, e, invariavelmente, na pessoa de seu detentor. Mesmo não se

enquadrando em uma codificação claramente definida, o fato é que os objetivos e métodos do estado fascista distorcem as funções próprias do estado democrático. Fascismo é, por essência, oposto à democracia, pois, nele, estado e governo se amalgamam na figura de um mandatário supremo, entronizado e perpetuado através de processos quase sempre espúrios. As atribuições do legislativo e do judiciário são apenas toleradas e limitam-se a um mínimo de autonomia: subsistem com o propósito de simular uma *soi-disante* legitimidade do executivo. As variáveis no exercício desse poder vão do rodízio de seus ocupantes, segundo a ambição de correntes políticas envolvidas, à substituição de seu eventual líder, por meio de sedições e conspirações. Autocratas fascistas não costumam deixar espaço para possíveis suplentes. Muito menos designar sucessores. Autocracia pressupõe centralização, indivisibilidade e eternização de poder; negação de processos democráticos e culto a um nacionalismo exacerbado e militarista, além, é claro, da intolerância frontal ao liberalismo cultural e político. Daí a necessidade de controle total sobre os meios de comunicação, uma vez que, através destes, são formadas mentalidades e opiniões e, de forma especial, avaliações sobre os ocupantes do poder. Como vimos, a eventual existência de uma oposição pode até ser admitida a fim de revestir o regime de uma fachada aceitável. Esse pudor deve-se ao fato de o epíteto “fascismo” ter uma conotação nitidamente pejorativa. Até mesmo os regimes de força mais brutais se esforçam por passar à comunidade internacional uma impressão bem diversa.

Finda a Segunda Guerra Mundial e a conseqüente derrocada das ditaduras fascistas na Alemanha e na Itália, a expressão “fascismo” e seus derivados passaram a incorporar novos significados como “extrema direita”, “neoliberalismo”, “renovação liberal” e outros, mantendo, porém, os mesmos fundamentos e estratégia de poder. Parodiando Sartre — “fascistas são os outros” —, esses subterfúgios encerram traços comuns a todas ditaduras. Por sinal, uma atitude que lhes cai bem, uma vez que é próprio da natureza humana, em seus estágios mais primitivos, infantilizada e irresponsável pelos próprios atos, debitar a terceiros — os opositores — seus erros e reveses e, para sintetizar, todas suas transgressões.

Outra peculiaridade dos regimes fascistas é a eterna promessa de restabelecimento de uma grandeza e uma glória passadas, que alegam perdidas por governos anteriores: acena-se a um futuro redentor para a construção do qual são convocados todos os sacrifícios possíveis e impossíveis. Nesse contexto, desnecessário é enfatizar os aspectos míticos que costumam revestir essa missão alegadamente patriótica, confiada à figura centralizadora do autocrata, depositário consagrado do hipotético projeto de redenção nacional. Os exemplos são bem conhecidos e por demais presentes nos livros de História e atualizados nos veículos de imprensa de nossos dias.

Por mais que se pretenda identificar fascismo exclusivamente com a direita política, o fato é que seu perfil está também presente em ditaduras de esquerda. Ou melhor: em toda e qualquer ditadura. E quanto mais evidentes esses paralelismos, mais torna-se o conceito de fascismo — quaisquer que sejam as peculiaridades, regionalismos e aparências em contrário — associado, de maneira irretorquível, a padrões totalitários. A radicalização, que tão bem identifica esses regimes, traz consigo um cortejo de atributos bem conhecidos: a deificação dos valores nacionais e um fechamento de fronteiras a influências culturais, econômicas e políticas estrangeiras — sobretudo aquelas oriundas de países democráticos. É mediante esse bloqueio ideológico que uma nação é compelida a se inclinar sobre o próprio umbigo e se ver privada de uma correta avaliação de seus governantes, pois,

que comparação pode se pretender quando inexistente o acesso à pluralidade de informações tanto internas como externas? É assim que esse fechamento de fronteiras traz de contrabando um sentimento narcísico de superioridade sobre as demais nações.

À maneira das antigas monarquias absolutistas, regimes fascistas não se legitimam por escolhas advindas do voto universal, mas pelo apoio de forças de outras origens, desejosas do poder total, e convocadas por apelos dramáticos de salvação da pátria, pelo restabelecimento da primazia de valores morais e religiosos e por todo um cortejo de supostos predicados cívicos, contraditoriamente invocados para a tomada do poder pelos meios mais ilegítimos.

Até o século XIX os soberanos se apoiavam ora na nobreza, ora no papado. Este, como procurador divino, detinha o privilégio de legitimar ou condenar os monarcas. No Sacro Império Romano-Germânico (e em seu sucedâneo, o Império Austro-Húngaro) os Habsburgos, uma dinastia com políticas de poder solidamente estruturadas e de experiência comprovada ao longo de quase sete séculos de absolutismo, tinham em seus exércitos a sustentação que lhes garantiu uma expansão territorial única — de Rodolfo I, em 1273, até o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, com Carlos I, o último imperador. Assim, monarquias altamente centralizadoras e/ou militaristas — tanto na Europa como em outros pontos do globo — foram sendo substituídas por regimes republicanos totalitários, tendo alguns até chegado a restaurar o princípio da hereditariedade: não mais o governo de soberanos dinásticos ou de uma

nobreza mediatizada, mas por meio de ditadores portando títulos reciclados como “comandante supremo”, “benfeitor da pátria”, “generalíssimo”, “estimado líder” e similares, quase sempre encobertos sob o manto equívoco de uma verdadeira cleptocracia institucionalizada. A prática disseminou-se para muito

Outra peculiaridade dos regimes fascistas é a eterna promessa de restabelecimento de uma grandeza e uma glória passadas, que alegam perdas por governos anteriores: acena-se a um futuro redentor para a construção do qual são convocados todos os sacrifícios possíveis e impossíveis. Nesse contexto, desnecessário é focar os aspectos míticos que costumam revestir essa missão alegadamente patriótica, confiada à figura centralizadora do autocrata, depositário consagrado do hipotético projeto de redenção nacional.

além das fronteiras europeias, alcançando e América Latina e países asiáticos. A constante autopromoção de representatividade popular dessas cleptocracias é indicativa de uma realidade bem mais simples: quanto mais reiteradas e eloquentes essas enganosas profissões democráticas de fé, maiores os questionamentos sobre sua real natureza.

No que diz respeito à gênese e a implantação das ditaduras, a História demonstra o quanto a incompetência, irresponsabilidade e falta de compromisso de determinados governantes terminam por alavancar o clamor popular pela ordem, disciplina e reconstrução da nação. Aproveitando-se da justificada indignação de boa parte de seus cidadãos, correntes oportunistas, comprometidas pura e simplesmente com a instalação de um regime fascista, cerram fileiras com os indignados para adubar uma expectativa sebastianista, recheada de propostas salvíficas de toda ordem. Não raro, doutrinas religiosas das mais diversas origens se juntam ao grupo como fiadores do apoio das coortes celestiais ao movimento. Inicia-se assim a gestação do “ovo da serpente” com seu vocabulário surrado, apresentado em meio a uma retórica raivosa, recheado de chavões pseudojurídicos e lastreado em uma concepção de patriotismo de fundo de quintal. A incapacidade do eleitorado de dar-se conta dessa cadeia artilosa de causas e efeitos, aliada à descrença para com a classe política, produz um resultado de consequências funestas: governos eternizados e sem qualquer forma de oposição ou alternância vão se transformando nas chamadas ditaduras “populares”, sustentadas pelas mais truculentas formas de repressão.

Como catalisador do fascismo enquanto doutrina e prática política identifica-se um elemento desestabilizador, ingrediente ativo no apoio e na eclosão do “ovo da serpente”: a vulnerabilidade de países onde imperam desigualdades gritantes, onde as próprias instituições são sujeitas a desequilíbrios semelhantes aos que afligem seu tecido social. Não é por coincidência que governos fascistas estimulam a intolerância e os preconceitos que costumam, na maioria das vezes de forma inconsciente, caracterizá-los e suscitar forte apoio popular. Quanto mais profunda a desigualdade social, maior a abertura para a eclosão de governos fascistas: uma relação que, uma vez instalada, irá demandar esforços redobrados e, por vezes, de uma ou mais gerações, para ser revertida. E, ainda assim, sob o risco de subsistirem possibilidades de retorno ao estado anterior.

II

É oportuno ressaltar que as raízes mais profundas do psiquismo de uma geração se originam na constelação familiar. Bem a propósito as palavras de Hamlet ao se referir a nossas ancestralidades como “a infinidade de tribulações que herdamos ao nascer”.¹ O chamado “livre arbítrio” é, sem dúvida, transversalizado por eventos ocorridos em gerações anteriores: algo semelhante ao conceito bíblico de pecado original: uma interferência genética se repetindo *ad aeternum* em uma sucessão multimilenar de gerações. Como resultado, o livre arbítrio assume contornos bem diversos daqueles de sua idealização filosófica. Percepção similar têm alguns estudiosos ao conjecturar sobre os quarenta anos que teriam levado os hebreus para atravessar o deserto — ou seja: a necessidade de entrarem na terra prometida já libertos dos costumes, influências culturais e religiosas da longa escravidão no Egito.

¹ “The thousand natural shocks that flesh is heir to” (Hamlet, Ato 3, Cena 1).

Uma miríade de passados se ergue por trás da natureza humana e imprime, de forma inevitável, sua marca nas gerações futuras. E assim até o fim dos séculos. Desse cruzamento de influências surge a própria identidade nacional com todas suas singularidades. Assim é que uma nação com um passado notoriamente belicoso ou marcada pelo emprego de múltiplas gerações de mão-de-obra escrava irá espelhar esse vasto leque de vertentes em sua estrutura social.

Mas há influências de uma outra ordem atuando no processo. Acima das marcas pessoais dos componentes dessas características paira o chamado “espírito de uma geração”. Essa é a causa da indefectível existência de lacunas entre as sequências de gerações: lacunas que balizam a desatualização, a obsolescência ou, em muitos casos, o descompasso total entre a formação recebida e a realidade vigente. Culturas solidificadas ao longo de anos de construção de uma identidade podem vir a dispensar a necessidade de uma atualização de grande porte, mas em nações ainda em processo de desenvolvimento, em que o contexto econômico-social se torna mais complexo a cada dia — para não se dizer nada sobre as infindáveis desigualdades —, essa atualização envolve aspectos de um imediatismo singular. Observa-se uma instintiva repulsa geral ao próprio conceito de mudança, como se essa trouxesse em seu rastro a eliminação de todo o passado e dos pilares de uma cultura formada ao longo dos anos. Eis a raiz da fobia ao novo e a repensar velhos conceitos, que passam a ser vistos como uma ameaça — e daí a rejeição a quem é diferente, pensa diferente ou age diferente. Esse fenômeno gera a necessidade inconsciente de neutralizar qualquer possibilidade de alteração ao *status quo*.

A essência do conceito de conservadorismo — uma inclinação saudável a princípio — sofre uma mutação inesperada: em vez de designar a preservação de valores comprovadamente positivos, passa a ser sinônimo do apego maquinal a tudo o que é passado, onde inovações ou alterações a valores estabelecidos são estigmatizadas como desestruturadoras. Dentre as mais óbvias consequências desse travamento, a um só tempo emocional e intelectual, estão o racismo, a xenofobia, o machismo, a misoginia, a homofobia e todo um cortejo patológico de preconceitos, vestidos de padrões tradicionalistas e potencializados por reações de franca hostilidade, tendo como denominador comum um entendimento deturpado de conservadorismo.

Mas essa sedimentação do passado atuando como diretriz do presente, tão bem definida pela expressão de Comte — “os mortos governando os vivos” — pode vir a admitir, por mais paradoxal que pareça, uma realidade passível de ser alterada. Haverá sempre espaço para a reversão de conceitos, desde que alavancada por uma abertura de espírito, um aprofundamento das reflexões ou por simples desafio intelectual. Tal como o passado estratificado decorre de um processo de direcionamento educacional, da mesma maneira, esse direcionamento pode também ser orientado para a possibilidade de renovação e para uma flexibilização de concepções. O confronto de gerações e os diferentes posicionamentos que entre elas se interpõem são, na realidade, inevitáveis: quanto mais mudanças se verificarem no espaço de tempo, maior será o fosso a separá-las e, até mesmo, a colocá-las em posições antagônicas. Porém, quando bem resolvidas as diferenças, harmoniosa será a convivência entre os postulados de cada geração e abertura para as mudanças necessárias. Na hipótese de desencontros de maiores proporções, ainda restarão alguns recursos capazes de evitar o radicalismo e a eclosão de antagonismos violentos a embasar posições político-comportamentais intolerantes.

Os mecanismos a serem utilizados em um processo de *aggiornamento* incluem a reformulação, por parte das gerações mais velhas, de um arsenal de postulados outrora tão acertados e permanentes, para outros, mais em consonância com o presente. Como visto anteriormente, essa abertura presume uma disposição nata, com raízes de tolerância plantadas desde os primeiros processos formativos da geração. Em outras palavras: alguns segmentos da sociedade criam seus sucessores com bastante informação para compreender como são formadas opiniões e estabelecidos certos postulados. Assim, trazem em seu bojo a própria semente da capacidade de renovar-se. Mas a eventual inexistência desse atributo pode dar margem a conflitos que tornem uma revisão algo absolutamente inviável ou impossível de ser obtido sem convulsões sociais.

Sumarizando, cabe lembrar que a mentalidade fascista mais primária é incapaz de reavaliar seus fundamentos: aplaude qualquer líder que acene com o renascimento de glórias extintas e/ou imaginadas e com a entronização de tudo que signifique passado. E exerce um apelo irresistível às massas de boa-fé, manipuladas e carregadas de frustrações em seus objetivos pessoais de vida.

E, para coroar, o fascismo, uma vez no lugar de poder, tem a capacidade de despertar em cada indivíduo uma outra motivação: o fascismo inconsciente e coletivo, que rege o comportamento das multidões e envenena o senso crítico. E, o que é pior: desviando a noção de responsabilidade individual para o anônimo coletivo. Seus efeitos nocivos, oriundos de uma herança socio-genética até então adormecida, afloram com violência em governos totalitários, despertando, no mais pacífico dos cidadãos, instintos insuspeitados, como a pulsão ancestral de dominação e o sufocamento de qualquer forma de oposição. É dessa forma que um componente de sectarismo e agressividade sai de seu estado latente e irrompe no tecido social, livre das amarras civilizatórias.

Assim como é a partir da constelação familiar que os pais passam seus conceitos e valores aos filhos, é de forma semelhante que os regimes fascistas galvanizam as massas ao delírio e provocam paixões políticas irracionais. Diante desse quadro relembramos as palavras de Marco Antônio sobre o cadáver insepulto de César, ao açular a multidão para a violência — “Desgraça, agora estás liberta. Segue o teu caminho”.²

Como conclusão, é oportuno, mais uma vez, sublinhar que há antídotos para frear uma patologia fascista instaurada em uma nação. A implantação gradativa do conceito de civilidade, os exemplos de respeito mútuo, do respeito às leis e ao direito do próximo em ter opiniões divergentes pode, de fato, levar a uma convivência harmônica. A máxima de Voltaire — “Posso não concordar com o que você diz, mas defenderei até a morte o seu direito de dizê-lo” — colide com o pensar fascista que não admite oposição. Também investimentos na educação e o estudo da História podem significar uma conscientização maior de toda uma sociedade e contribuir para diminuir os efeitos de uma formação psicossocial doentia, não comprometida com o presente e, ainda menos, com o futuro de uma nação.

A necessidade de mudar se verifica quando as coisas não estão bem, quando a onipresença de um estado fascista se faz absoluta e não tolera qualquer outra ideia ou plano de ação que não seja o seu; quando tudo, enfim, parece desaguar em um beco sem saída.

É então que é preciso mudar.

Mudar para que os vivos não sejam governados pelos mortos, mas, sim, de acordo com suas necessidades e suas escolhas e se pautando por valores adequados ao presente.

2 “*Mischief, thou art afoot. Take thou what course thou wilt*” (*Julio César, Ato 3, Cena 2*).

Moacyr Scliar, um militante da utopia

Márcio Pinheiro

Jornalista, trabalhou no *Jornal da Tarde*, *Jornal do Brasil* e *Zero Hora*. É autor da biografia do músico Renato Borghetti, *Esse tal de Borghettinho* e de *Rato de redação – Sig e a história do Pasquim*, finalista do Prêmio Jabuti 2023. Em maio de 2024, lançou *O que não tem censura nem nunca terá – Chico Buarque e a repressão artística durante a ditadura militar*.

Com ideias férteis e senso de observação, Moacyr Scliar fundou, com sua extensa obra literária, um novo território na ficção

Moacyr Scliar não foi criado no Bom Fim (o bairro de Porto Alegre, base da colônia judaica na cidade); o Bom Fim é que, em alguns aspectos, foi criado por Scliar. Parece exagero, mas, de certo modo, não é. Cronologicamente, sim. Embora o bairro desde o início do século passado seja identificado com os imigrantes judeus vindos em sua maioria de países do leste europeu (os pais de Scliar vieram da Bessarábia), a região só foi reconhecida por decreto municipal em 1959. Scliar (1937-2011) tinha pouco mais de vinte anos e, então, já cursando a faculdade de Medicina, estava impregnado pelas histórias e pelos cenários e personagens que o inspirariam.

Nessa época ele já demonstrava preocupações humanistas, ilustradas, intelectualmente ambiciosas e socialmente generosas. Em 1952, aos quinze anos, ainda adolescente, Scliar venceu seu primeiro concurso literário, no Colégio Júlio de Castilhos. O prêmio, Scliar receberia das mãos de um colega três anos mais velho, o reconhecido jornalista e escritor Flávio Tavares, à época presidente do grêmio estudantil.

Pouco mais de duas décadas depois daquele prêmio, Scliar lançaria um livro — talvez o mais conhecido de sua extensa bibliografia — que completou no ano passado, 2023, cinquenta anos de sua primeira publicação.

O exército de um homem só foi lançado no período em que o Brasil vivia ao mesmo tempo a euforia do milagre econômico e o pânico das perseguições. Apartidário sem ser apolítico — chegou a ter uma militância esquerdista na juventude ligada a judeus que transitavam entre o socialismo e o comunismo —, Scliar nunca teve participação política ativa. Seu palanque era a literatura e ali expressava sua ideologia, ao mesmo tempo que se preservava jamais abrindo o voto para ninguém.

A utopia era um caminho natural. E *O exército de um homem só* foi onde a militância do autor se revelou, relatando a saga de Mayer Guinzburg, judeu que chegou a Porto Alegre vindo da Rússia e assumiu o papel de Capitão Birobidjan, espécie de Don Quixote do Bom Fim. Sua ideia era construir a Nova Birobidjan, fantasia

socialista influenciada pela cidade russa de Birobidjan. A inspiração Moacyr buscou na família, e o livro é baseado na história do militante anarquista Henrique Scliar, seu tio. A luta do Capitão é ingloria e incompreendida. Daí, lógico, seu resultado é melancólico. “Scliar obteve uma conquista, ele fundou um novo território da ficção: o Bom Fim, espelho da diáspora judaica no Brasil”, avalia o professor Flávio Loureiro Chaves, ex-pró-reitor da UFRGS e amigo do escritor.

Quem conviveu com Scliar sabia: era um homem sem atritos ou inimigos. Evitava discussões, não entrava em divididas. Sua aversão à polêmica era tão grande que ele se declarava torcedor do Cruzeiro de Porto Alegre, clube que há anos está longe de qualquer disputa de primeira linha, o que naturalmente afasta seus seguidores de rivalidades como as existentes entre os torcedores do Internacional e do Grêmio. A suavidade, a capacidade de elogiar os outros e a amplitude de conhecimentos foram aspectos e virtudes cultivados por Scliar ao longo da vida. Até quem convivia com Scliar esporadicamente tinha dele a melhor das impressões. “A rigor, não fomos amigos, no sentido da convivência, da intimidade. Mas tivemos sempre, ao longo de quase trinta anos, uma relação cálida, afetuosa. Eu gostava do humor e da timidez dele, da rapidez de raciocínio. Nos encontramos várias vezes e sempre havia afeto, carinho e respeito”, recorda o escritor e tradutor Eric Nepomuceno. “Tive a imensa alegria de ter participado do júri do prêmio Casa das Américas que em 1989, quando a Casa cumpria trinta anos, escolheu premiar um esplêndido livro de contos chamado *A orelha de Van Gogh*”.

Na atividade jornalística, Scliar também era assim. A disponibilidade vinha quase sempre acompanhada pelo elogio. Esta era outra das facetas de Scliar: o reconhecimento imediato do talento alheio. Scliar tratava a todos com simplicidade e atenção. Não havia estrelismos, tampouco distanciamento. Abordava assuntos e aproximava-se das pessoas com serenidade.

Na redação da Zero Hora — que frequentava mesmo com a vantagem de poder enviar a coluna de casa —, Scliar era reconhecido pela disponibilidade. Sua marca não ficava apenas na coluna publicada duas vezes por semana (às terças na página dois, de Opinião, e aos domingos no caderno Donna). A cultura ampla e a capacidade de transitar pelos mais variados assuntos faziam com que constantemente fosse chamado para emprestar seu talento à área cultural, ao Segundo Caderno, ao Vida (caderno de medicina e saúde), aos editoriais, ao suplemento literário, à editoria Internacional e ao caderno de Turismo. Nos anos em que tive o privilégio de editar sua coluna (e aqui o verbo editar entra quase que retoricamente, já que não havia o que mexer no texto de um autor disciplinado e impressionantemente rápido), só não o vi colaborar com a editoria de Esportes, sacrifício imenso para alguém que gostava mais de basquete do que de futebol.

Autor de uma linhagem de aspecto universal, Scliar deixou uma literatura que cruzou fronteiras. “Era um dos autores brasileiros mais prestigiados e respeitados na América hispânica. Nos encontramos várias vezes fora do Brasil, e, especialmente no México, era evidente seu reconhecimento”, analisa Eric Nepomuceno.

A obra extensa e variada, mais de setenta livros, fez com que Scliar fosse dono de um estilo singular. A trajetória literária era pautada pelo apuro estilístico e pela fértil imaginação, partindo de recordações pessoais para criar uma literatura universal. “É a marca dos narradores exímios: o sertão de Graciliano, o continente de Érico, os gerais de Guimarães Rosa, o Rio de Machado. Na literatura isso não é tudo, mas já é quase tudo”, acrescenta Loureiro Chaves.

E daí se conclui que a literatura fez de Scliar um autor único (não só) que venceu muitas batalhas.

O assassinato do *Correio da Manhã*

Ruy Castro

Ocupante da Cadeira 13 na Academia Brasileira de Letras.

*Há 50 anos morria, por censura, bomba e asfixia,
o maior jornal brasileiro*

Os jornais, quando morrem, não vão para o céu. Sobrevivem por algum tempo nos corações e mentes de seus leitores, mas, com os anos, esse amor e memória coletivos vão se dissolvendo. A única sobrevivida certa é a de suas coleções na Biblioteca Nacional, onde, dependendo do que representaram em vida, servirão de pasto para pesquisadores. Mas mesmo isso é relativo: às vezes, em seu lugar, novos jornais se impõem e, injustamente, os obscurecem como testemunhas ou agentes da História. Poucos jornais, por exemplo, foram tão importantes no Brasil quanto o carioca *Correio da Manhã*. Hoje, é provável que os mais jovens, exceto — talvez — alguns estudantes de Comunicação, nunca tenham ouvido falar dele. Certamente não é o jornal mais procurado na seção de periódicos da Biblioteca Nacional.

O *Correio da Manhã* protagonizou na imprensa brasileira uma história gloriosa, começada no dia 15 de junho de 1901. Uma história que, durante boa parte dos 74 anos seguintes, iria alterar várias vezes a vida política do país, inspirar a vocação de milhares de jornalistas e dar aulas diárias de como fazer jornal. Era um jornal do Rio que o país inteiro lia. Apesar disso, foi também uma história que terminou — cruel, mesquinha e desnecessariamente — a 16 de junho de 1975, num leilão em que máquinas, móveis e arquivos (o que restara de um corpo já em decomposição) foram arrematados ao bater de um martelo. É triste que o *Correio da Manhã* não tenha vivido para comemorar seu centenário. Mais ainda porque seu silêncio, seguido de sua morte (na verdade, assassinato), foi uma consequência do pior período da vida nacional: os anos do Ato Institucional nº 5.

O *Correio da Manhã* deixou de circular em 1974, há cinquenta anos. Mas pode-se datar sua morte de alguns anos antes: 13 de dezembro de 1968. Naquela noite, assim que o locutor Alberto Curi terminou a comunicação do AI-5 ao país pela televisão, agentes do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) atravessaram a rua e invadiram a sede do jornal. O DOPS ficava na esquina da rua da Relação com a avenida Gomes Freire, na Lapa; o *Correio da Manhã* ficava na diagonal do DOPS, na mesma Gomes Freire, a poucos metros da esquina da Relação. Eram vizinhos havia 37 anos, período em que os dois prédios abrigaram Brasis totalmente opostos: o da polícia simbolizava as ditaduras, como o Estado Novo (1937-1945) e o regime militar imposto em 1964; o do jornal pregava a liberdade e a luta contra a

mentira e a corrupção. Tal vizinhança nunca o assustara: em sua longa trajetória, o jornal de Edmundo e Paulo Bittencourt fizera oposição a quase todos os presidentes; fora perseguido, fechado, tivera seus proprietários presos, e saíra mais forte a cada embate. Mas, desta vez, seria diferente.

Uma semana antes da noite do AI-5, na madrugada de 7 de dezembro, uma bomba explodira em sua agência de anúncios classificados no térreo do edifício Marquês do Herval, na avenida Rio Branco, no Centro do Rio. A explosão foi tão forte que arrancou vidraças, lambris, mármore e esquadrias de lojas e escritórios em dez andares do prédio. Três toneladas de vidro caíram na calçada da Rio Branco. No solo da agência, totalmente destruída, a bomba abriu uma cratera de mais de um metro de diâmetro, revelando até os ferros da laje. Quem quer que a tenha posto, sabia o que queria: impedir que o jornal continuasse respirando pelos classificados. Isto porque o grosso da publicidade já se reduzira a zero: o governo federal cortara a sua e pressionava os empresários para que não anunciassem no *Correio da Manhã*. Queriam silenciá-lo por asfixia.

Na invasão do jornal, em 13 de dezembro, seu redator-chefe, Oswaldo Peralva, foi preso no saguão, e sete coronéis do Exército se instalaram na redação. Os outros jornais também receberam visitas, mas não tão ilustres. Tanto que, enquanto a censura a estes foi levantada no dia 4 de janeiro de 1969, a do *Correio da Manhã* estendeu-se ao dia 6. Quando seus diretores foram comunicados de que a censura estava suspensa, já saíram no dia 7 com uma edição histórica, publicando tudo que não tinham podido noticiar nos 25 dias anteriores: as prisões, as torturas e as críticas da imprensa estrangeira à ultraditadura que se sucedia à ditadura. A edição foi apreendida na oficina.

Por causa dela, a diretora-presidente do jornal, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, viúva de Paulo Bittencourt, foi presa e levada para um cárcere em Bangu reservado a ladras e prostitutas. Na prisão, Niomar recusou-se a usar o uniforme da penitenciária, alegando que era presa política, não presa comum. Nas semanas seguintes de prisão, fez greve de fome, sofreu uma tentativa de envenenamento por gás e teve seus direitos políticos cassados. Entre os regimes carcerário, hospitalar e domiciliar, ficou presa mais de dois meses — período em que a censura voltou ao jornal. Em março de 1969, sangrado de todas as maneiras, o *Correio da Manhã* pediu concordata. Em setembro, Niomar, ante a alternativa de fechá-lo ou submeter-se à nova ordem, arrendou-o a um grupo de empreiteiros que se comprometeu a recuperá-lo, pagar as prestações da concordata e devolvê-lo saneado à sua dona. Em vez disso, dali a menos de cinco anos, em 1974, esses empreiteiros o deixaram falir e morrer, reduzido a tristes oito páginas. Um ano depois, em 1975, a massa falida (incluindo o título, que não constava dela) foi a leilão. [O título foi comprado há alguns anos por um empresário, que está fazendo circular um jornal com esse nome. É preciso não confundir.] Nunca mais tivemos o *Correio da Manhã*.

Do meu ponto de vista, já não o tínhamos desde o AI-5 — embora eu ainda não soubesse disso naquela noite, quando vi Oswaldo Peralva sendo levado preso pela porta do jornal. Para mim, o *Correio da Manhã* seria eterno. Era o jornal favorito de meu pai e, antes disso, do pai dele, desde sua fundação por Edmundo Bittencourt em 1901. Cresci sabendo como os governos não toleravam sua independência e, se sempre senti antipatia pelo presidente Arthur Bernardes, foi porque me contavam em criança que Bernardes prendera Edmundo Bittencourt e fechara o *Correio da Manhã* durante quase um ano em 1924.

O *Correio* era o veículo das grandes causas, nem todas vitoriosas. Em 1922, apoiou o levante dos “18 do Forte”. Depois, apoiaria a Coluna Prestes (foi, aliás,

Na invasão do jornal, em 13 de dezembro, seu redator-chefe, Oswaldo Peralva, foi preso no saguão, e sete coronéis do Exército se instalaram na redação. Os outros jornais também receberam visitas, mas não tão ilustres. Tanto que, enquanto a censura a estes foi levantada no dia 4 de janeiro de 1969, a do *Correio da Manhã* estendeu-se ao dia 6. Quando seus diretores foram comunicados de que a censura estava suspensa, já saíram no dia 7 com uma edição histórica, publicando tudo que não tinham podido noticiar nos 25 dias anteriores: as prisões, as torturas e as críticas da imprensa estrangeira à ultraditadura que se sucedia à ditadura. A edição foi apreendida na oficina.

quem batizou Luís Carlos Prestes de “Cavaleiro da Esperança”). Apoiou também a Revolução de 30, mas logo passaria a combater Getúlio, numa oposição que atravessaria o Estado Novo, apesar da censura e da vizinhança com a polícia. A essa altura, o jornal já tinha o comando de Paulo Bittencourt, filho de Edmundo. Em 1945, seria decisivo para a queda da ditadura, desafiando a censura ao publicar uma entrevista do repórter Carlos Lacerda com o escritor e político José Américo de Almeida, adversário de Getúlio. Na República Velha, o *Correio da Manhã* se habituara a demitir ministros com um editorial. Mas aquela era a primeira vez que ajudava a derrubar um presidente. Não seria a última.

Em 1955, o *Correio da Manhã* defendeu a posse de Juscelino Kubitschek contra o obsessivo golpismo da UDN. Mas, com Juscelino presidente, foi um de seus piores opositores. Com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, o jornal defendeu a posse do vice João Goulart, de que também logo se tornou o maior crítico — o jornal defendia as “reformas de base” pregadas por Goulart, mas considerava demagógica a maneira com que estavam sendo propostas. Ao mesmo tempo em que fazia carga contra o Governo Federal, o jornal era também oposição no plano estadual, colocando-se contra o governo Lacerda na Guanabara — o mesmo Lacerda que fora seu repórter nos anos 40 e do qual saíra para fundar seu próprio jornal, a *Tribuna da Imprensa*. O *Correio da Manhã* podia fazer tudo isso porque seu sucesso de vendas e de publicidade garantia sua independência.

Dois editoriais, intitulados “Basta!”, no dia 31 de março de 1964, e “Fora!”, no dia 1o de abril, anteciparam a queda de João Goulart. Foram escritos com a participação de todos os editorialistas, inclusive Otto Maria Carpeaux e o trotskista Edmundo Moniz, e com redação final e títulos por Antonio Moniz Vianna. Ante a falência do governo de Jango, o jornal queria seu impeachment ou renúncia, sempre dentro dos quadros constitucionais. Mas quem tomou o poder foram os militares e, já nos primeiros dias, quando se viu que, desta vez, eles vinham para ficar, o *Correio da Manhã* foi o primeiro jornal a levantar a voz — a princípio, a voz isolada do futuro Acadêmico Carlos Heitor Cony, depois seguida por muitos outros. Em 1965, dois repórteres do *Correio da Manhã* elegeram-se deputados federais pela oposição: Hermano Alves e Márcio Moreira Alves. Em 1968, um discurso deste último na Câmara, em Brasília, daria o pretexto para o Ato Institucional nº 5 — o qual acabaria por destruir o jornal.

Dizia-se que o cargo de redator-chefe do *Correio da Manhã* tinha o peso de um ministério. Não por acaso, um de seus mais longevos ocupantes no passado, o alagoano Costa Rego, fora ministro e governador de seu estado na Primeira República. O futuro Acadêmico Antonio Callado (duas vezes, nos anos 50 e 60), Luiz Alberto Bahia e Jânio de Freitas foram outros que honraram a cadeira. E quem sabe o nome de dois revisores encarregados de zelar pela famosa “ortografia da casa”, precursora dos atuais manuais de redação? O futuro Acadêmico Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e Graciliano Ramos, este também duas vezes, nos anos 10 e nos anos 50. Uma “ortografia”, aliás, fanática até nos pontos mais discutíveis. Sob Edmundo, Paulo e Niomar, certos nomes não saíam no jornal, a não ser contra: o de Lima Barreto, que o satirizara no romance *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, e o do político Juracy Magalhães. Eram desafetos seculares da família.

Apesar da ojeriza a Lima Barreto, o *Correio da Manhã*, por inspiração de Paulo Bittencourt, educado em Cambridge, era um jornal voltado para a cultura. Seu primeiro crítico literário foi José Veríssimo. Em 1921, o sexto centenário de nascimento de Dante foi manchete de primeira página do jornal. Em todos os anos 40, o futuro Acadêmico Álvaro Lins ditou em suas páginas o que valia ou não na literatura. E, em fins daquela década, Niomar, mulher de Paulo, começou a luta pela criação do Museu de Arte Moderna do Rio, vitoriosa alguns anos depois. O próprio Paulo Bittencourt era amigo de Pixinguinha e frequentava a casa do músico em Olaria. Quando Paulo morreu em Paris, em 1963, Niomar assumiu o jornal e lutou por ele até a sua destruição.

Tornei-me jornalista por causa do *Correio da Manhã*. Era o jornal em que, desde as calças curtas, eu sonhava em trabalhar. Quando entrei, como “foca”, levado pelo editorialista José Lino Grünwald, em março de 1967, já lá não estavam Cony, Callado, Jânio de Freitas, Carpeaux, Sérgio Augusto e outros heróis dos anos 60. Mas havia Paulo Francis, Franklin de Oliveira, Aluizio Branco, Antonio Moniz Vianna, Edmundo Moniz, Salvyano Cavalcanti de Paiva, Van Jafa, Eurico Nogueira França, José Condé, Maria Cláudia Bonfim, o cartunista Fortuna e muitos mais. Ainda peguei o velho Bueno, o fotógrafo mais antigo da imprensa brasileira, contratado em 1917 pelo *Correio da Manhã* e com cinquenta anos de carteira profissional no jornal. Carlos Drummond de Andrade era o cronista há mais de vinte anos, sob as iniciais C.D.A. E Nelson Rodrigues estava escrevendo suas memórias no Segundo Caderno (cuja primeira página, em mais de uma ocasião, dividi com ele). Paulo Francis, então um dos editorialistas, logo iria assumir e reestruturar o Quarto Caderno, um suplemento dominical de cultura capaz de competir com o de qualquer jornal europeu.

E a redação, no prédio da avenida Gomes Freire (considerada por Callado a melhor em que trabalhou na vida), era uma delícia: no coração da Lapa, a dois passos do Centro da cidade e a quinze minutos da Zona Sul, e cercada por restaurantes lendários, como o Capela, o Brasil e a Leitaria Bol. Alguns *habitués* do jornal (que iam lá para matar o tempo) eram os sambistas Nelson Cavaquinho e Ismael Silva. Os jornalistas mais velhos já não davam atenção para esses dois monstros da música popular, mas, nós, os “focas”, descíamos com eles para o botequim ao lado do hotel Marialva, bem em frente, e esquecíamos de voltar para o jornal.

No dia seguinte ao Ato 5, Paulo Francis foi preso e os militares exigiram sua cabeça. Com a dele, rolou a de todos nós, que compúnhamos sua equipe. Um ano depois, com o jornal na mão dos empreiteiros, alguns de nós, inclusive eu — mas não Francis —, pudemos voltar. Fui até, por breve tempo em 1970, editor do segundo caderno. Mas, em tudo e por tudo, tornara-se outro jornal. Não era mais o *Correio da Manhã*. Em menos de seis meses, saí e fui cuidar da vida.

E, em 1974, estava longe do Brasil, do Rio e da Lapa, quando os empreiteiros o deixaram morrer. Foi um privilégio não assistir à sua agonia.

Língua é pensamento

Cristina Aragão

Jornalista

As línguas são “estruturas coloridas, inventivas, populares e resistentes [...], o nosso ambiente, o nosso mato”. Assim escreveu Caetano Galindo¹ no livro *Latim em pó: Um passeio pela formação do nosso português*. Com essa imagem a curadora especial do Museu da Língua Portuguesa, Isa Grinspum Ferraz, abriu seu texto sobre a exposição itinerante *Nhe’ẽ Porã: Memória e Transformação*, a primeira grande mostra sobre o imenso universo das línguas faladas no Brasil. Segue Isa Ferraz: “No Brasil, país onde povos muito diversos entre si convivem em cidades, metrópoles, campos, florestas e cerrados, nos comunicamos, sonhamos e criamos majoritariamente em língua portuguesa. Mas, ao contrário do que a maioria dos brasileiros pensa, há cerca de outras 175 línguas sendo faladas hoje em nosso extenso território, cada uma carregando uma sonoridade e expressando uma concepção da vida, uma maneira de ser”.

Realidade pouco ou nada estudada nas escolas. A exposição teve sua ação inaugural no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, em 2022, ano inicial da década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032). A Unesco se uniu a esse movimento, levando parte da mostra para sua sede em Paris. Agora, a mostra está no MAR – Museu de Arte do Rio de Janeiro.

As línguas se acomodam pelas paredes e pelo chão, vídeos e áudios nos conduzem a mundos desconhecidos pela grande maioria dos visitantes, ao lado de fotos raras, inclusive de indígenas escravizados em épocas nem tão longínquas. Podemos ouvir o guarani mbya e o yanomami e seguir caminho por uma floresta cenográfica.

Um rio no chão e uma árvore linguística

Através de um rio desenhado no chão passeamos pelos versos do poema “Chuva de palavras”, da curadora Daiara Tukano, e por suas versões em diversas línguas indígenas. As famílias linguísticas “como árvores de uma grande floresta, formam comunidades, conectam mundos, espalham sementes e geram vida. O nome da exposição é um conceito dos povos guarani que significa ‘belas palavras’. *Nhe’ẽ Porã* é a fala de divina sabedoria carregada de bons sentimentos. Para ser ouvida, precisa ser compartilhada com doçura, unindo a delicadeza do sopro e do

¹ GALINDO, Caetano W. *Latim em pó: um passeio pela formação do nosso português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.



espírito (nhé'ẽ) ao que é belo e bom (porã). Buscamos palavras doces para narrar trajetórias de resistência e luta dos povos indígenas. E, a partir desse sopro, esperamos encontrar uma escuta cuidadosa e disposta a se abrir à transformação” – palavras do líder guarani mbya, Carlos Papá Mirim Poty.

Árvores, em alegoria poética, abrigam as famílias linguísticas. Tupi é grande como a samaúma. Macro-jê, firme como a castanheira. Karib, resiliente como a andiroba, e bora, enigmática como a embaúba. Zamuko tem a formosura da bromélia. Aruak, resistente como a copaíba, e yanomami, visionária como a virola.

A curadora de *Nhe'ẽ Porã: Memória e Transformação* é a artista visual Daiara Tukano, de 42 anos, com formação em artes plásticas pela Universidade de Brasília e mestrado em direitos humanos e cidadania pela mesma universidade. É uma relevante liderança indígena no Brasil. Cresceu em um ambiente político pós constituição de 1988. Diz o artigo 231: são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Portanto, 1988 é um *antes e depois* para os povos originários. Diz Daiara, em entrevista à Revista Brasileira: “Temos hoje uma geração que finalmente está tendo acesso maior à universidade. E tendo esse acesso ao ensino superior também passa a ter acesso a muitas discussões. Estamos cada vez mais preparados e ocupando mais espaços, trazendo mais consciência, a nossa presença continua incomodando e vai continuar incomodando cada vez mais”.

Daiara Tukano contou com a colaboração da linguista Luciana Storto, da antropóloga Majoi Gongora, e de uma equipe de mais de cinquenta pessoas na busca e recuperação da memória em acervos e arquivos. Há mais de noventa registros sonoros de falantes nativos, graças à colaboração de centros de pesquisa e documentação, como o Museu do Índio e o Museu Paraense Emílio Goeldi.



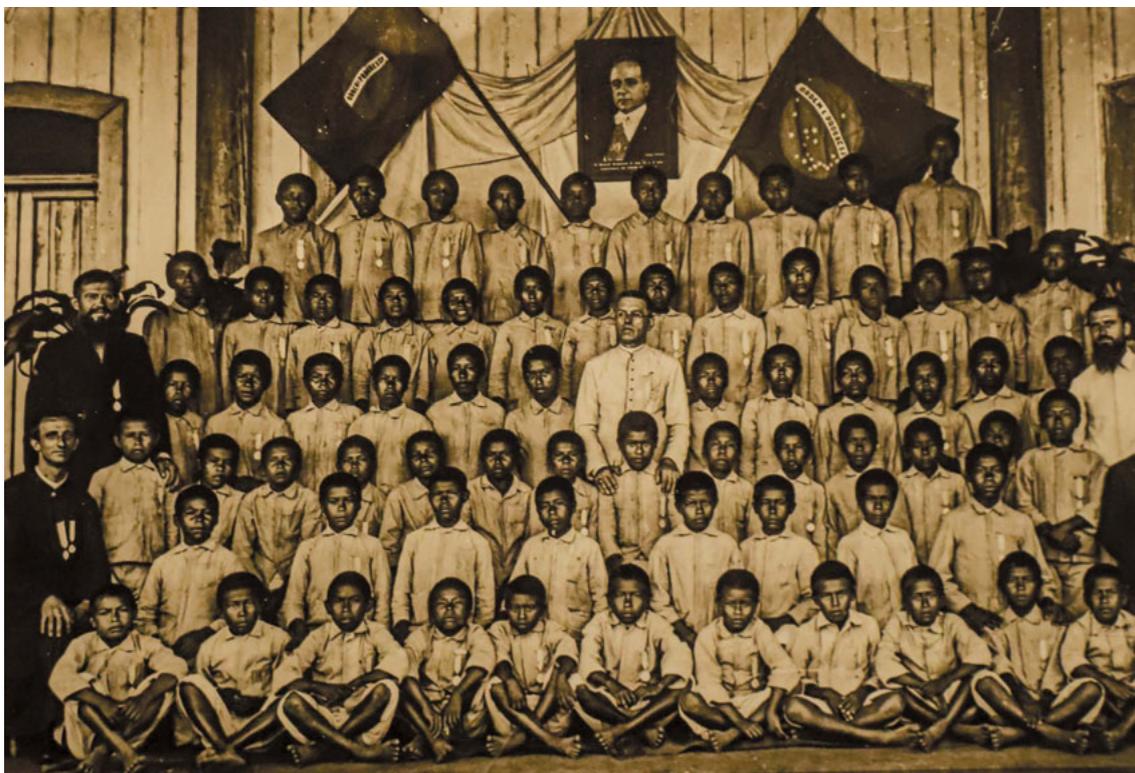
Exposição *Nhe'ẽ Porã: Memória e Transformação*. Foto: Gabriel Barrera.

“A exposição se adapta a cada espaço por onde passa. Nasceu no Museu da Língua Portuguesa dialogando com o acervo do Museu de Arqueologia e Etnografia da USP, fez caminho no Museu Paraense Emílio Goeldi, também dialogou com o acervo de lá. E agora, no Museu de Arte do Rio, com algumas peças do Museu do Índio, o Museu Nacional dos povos indígenas.”

Língua tem poder e, portanto, ameaça. Vamos acompanhando a linha do tempo: Em 1498 estima-se que eram mil línguas indígenas faladas no território que viria a ser o Brasil. Em 1655, cerca de 768. O mapeamento linguístico é acompanhado da sucessão de guerras e conflitos. Em 1856, a estimativa era de 440 línguas faladas. Em 2000, 201.

A imposição de uma única visão de mundo, de uma única língua e de uma única noção de território. Lemos nas paredes da exposição: “Os chamados ‘língua’ foram os primeiros intérpretes enviados às colônias para aprender as línguas originárias. Ao mesmo tempo, os indígenas também tinham seus tradutores – como Hans Staden e o cacique Cunhambebe, diálogos que marcam os primeiros relatos sobre o Brasil. Nesses primeiros encontros entre culturas, o imaginário ocidental sobre os povos indígenas foi se construindo a partir do estranhamento e da desumanização; classificando-os como ‘selvagens’, ‘bárbaros’ e ‘canibais’”.

“No início da colonização, os portugueses perceberam que uma língua indígena se destacava por ser falada em toda a costa por diversos povos, como os tupinambá, tupiniquim, tabajara e potiguara. Chamada de “tupi”, tornou-se um instrumento central para a catequização e o aldeamento forçados dos povos indígenas. A partir do uso disseminado entre indígenas e portugueses, essa língua tupi-guarani foi sendo transformada, dando origem às línguas gerais paulista e amazônica (nheengatu) que, durante os primeiros trezentos anos, foram as mais utilizadas na colônia. O nheengatu é falado ainda hoje no norte do país.”



Internato salesiano, Amazonas. Acervo: Diocese São Gabriel da Cachoeira. Agradecimentos: Alan de Faria e equipe do Museu da Língua Portuguesa.

Língua é gilete afiada

Decido ouvir um depoimento de Davi Kopenawa², liderança do povo yanomami:

“[...] A língua de vocês é doce e, mesmo com esta aparente doçura, ela é como uma epidemia. Soa desta forma. Vocês falam bonito, ela tem um som agradável, mas por quererem acabar com a nossa voz, a língua de vocês também foi ensinada a outros povos: ‘aprendam a minha língua portuguesa! Se os povos da floresta aprenderem, nós, brancos, portugueses, poderemos entendê-los! Poderemos conversar com vocês!’. E por ser assim o discurso de vocês, a língua portuguesa é perigosa, é uma língua hostil, como se fosse uma gilete muito afiada. [...] A língua portuguesa pode ser útil, mas deixa os nossos pensamentos e a nossa boca tomados pelo esquecimento. [...]”.

Entre a borracha e a cruz

Seguimos na leitura: “Na virada do século XX, com o *boom* da borracha, muitos territórios indígenas foram invadidos. Nesse período, o governo brasileiro desenvolveu políticas voltadas à tutela e à ‘integração’ dos indígenas considerados ‘relativamente incapazes’, como a implementação de internatos missionários. Crianças foram separadas da família, proibidas de falar a própria língua e forçadas a trabalhos braçais. Os religiosos perseguiram pajés, proibiram rituais e destruíram objetos sagrados em nome da ‘civilização’”.

No mesmo andar no Museu de Arte, Daiara Tukano faz a sua primeira retrospectiva. “Pamuri Pati – Mundo de transformação” é uma mostra vibrante, muito colorida. Destaco *Espelho da vida*, exibida na 34ª Bienal de São Paulo, em 2021. A obra, inspirada no manto tupinambá, que a artista viu por acaso em uma visita a um Museu de Bruxelas, foi costurada por Daiara. Ela acrescentou um espelho convexo, em que a imagem nos reflete menores do que somos.

O repatriamento de peças dos povos originários é outro assunto emergente para Daiara: “Eu fui pesquisar onde estão os objetos do povo tukano nos museus do mundo e me dei conta de que a grande maioria, 85%, está na Europa, nos Estados Unidos. Tem até no Japão. Aqui no Brasil não tem nenhum acervo organizado, um acervo de peso que fale dos objetos do meu povo, não temos nenhum museu etnográfico de peso que possa ser acessível ao público. Tivemos um Museu Nacional que pegou fogo, era um museu relativamente pequeno comparado com outros que existem em outros países; temos o acervo do museu Paraense Emílio Goeldi, que não tem propriamente um grande espaço expositivo; temos o Museu do Índio, que está fechado há mais de dez anos, lutando com dificuldades. Temos uma política muito precária com relação à preservação dos acervos etnográficos no Brasil. É uma questão que pede atenção. A importância do museu enquanto espaço de memória, enquanto instituição pedagógica, é fundamental para a construção da identidade brasileira, para que as pessoas saibam qual é a sua história. Quando o museu se torna não acessível, está também dificultando o acesso das pessoas à própria memória”.

Indago o que ela acha da preservação das peças que estão fora do Brasil, peças muitas vezes frágeis como as plumárias, e que vêm resistindo há muitos séculos.

² Depoimento de Davi Kopenawa, xamã e liderança do povo yanomami. Direção: Felipe Hirsch. Produção: Café Royal. Realização: Sesc Vídeo. “Nossa Pátria está onde somos amados”. Brasil, 2022.

Guerras e conflitos

- SÉCULO XVI: Guerra dos Tamoios, 1562–67 (De São Paulo ao Rio de Janeiro).
Guerra dos Potiguaras, 1586–89 (Rio Grande do Norte).
- SÉCULO XVII: Guerra dos Bárbaros, 1676–92 (Do Recôncavo Baiano ao Rio Grande do Norte e o Piauí).
- SÉCULO XVIII: Guerra dos Manaós, 1723–28 (Norte do Amazonas e Roraima).
Guerra dos Guaikuru e Paiaguá, 1725–91 (Mato Grosso do Sul e região de fronteira).
Guerra Guaranítica, 1753–56 (Noroeste do Rio Grande do Sul e região de fronteira).
- SÉCULO XIX: Cabanagem, 1835–40 (Pará).
Guerra do Paraguai, 1864–70 (fronteira Brasil-Paraguai).
- SÉCULO XX: Guerra dos Kaingang, 1864–1924 (Oeste de São Paulo e Norte do Paraná).
Massacres e escravidão no Ciclo da Borracha, 1879–1912 (Amazônia).
Ataques aos Xokleng, 1890–1925 (Santa Catarina).
Massacre dos Cinta-Larga, 1963 (Rondônia e Mato Grosso).
Conflitos durante a construção de rodovias na Amazônia, década de 1970 (Transamazônica, Perimetral Norte e Cuiabá-Santarém).
Ataques aos Kinja (Waimiri Atroari), 1974–83 (Roraima e Amazonas).
Massacre de Haximu, 1993 (Terra Indígena Yanomami, Roraima).
- SÉCULO XXI: Massacre dos Guarani-Kaiowá, 1895 até hoje (Mato Grosso do Sul).
Invasão garimpeira na Terra Indígena Munduruku, 2016 até hoje (Sudoeste do Pará).
Invasão garimpeira na Terra Indígena Yanomami, 2010 até hoje (Amazonas e Roraima).
Luta contra o Marco Temporal e o desmonte das políticas indigenistas, 2016 até hoje.

“Essas peças que existem nos museus lá fora estão um pouco mais, relativamente, um pouquinho mais preservadas; no entanto, são apresentadas ainda sob o viés de uma narrativa colonial extremamente problemática e duramente superficial.”

Quando conversamos, Daiara Tukano tinha acabado de chegar de Genebra, onde testemunhou a assinatura de um acordo sobre patrimônios genéticos na Organização Mundial da Propriedade Intelectual, órgão da ONU. “Foi uma construção diplomática de mais de vinte anos para poder permitir caminhos da repartição de benefícios sobre registros de patentes que utilizem recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.” O tratado internacional pretende orientar a implementação de normas e direitos em cada país signatário.

Indago se ela saiu esperançosa de Genebra: “Sim, saí otimista, mas com um otimismo morno. O tempo dos governos é um tempo mais lento do que o tempo das pessoas”.

Língua não é apenas a palavra falada ou escrita: língua é também pensamento.

Referências

https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2024/02/MLP_nhe-e-pora_catalogo_FINAL_PT_07.02.pdf

Envelhecer com sabedoria

J.J. Camargo

Professor Emérito de Cirurgia Torácica da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Pioneiro em transplante de pulmão na América Latina. Membro Titular da Academia Nacional de Medicina.

Desde 1906, quando se propôs um modelo de monitoração da expectativa de vida da população do planeta, ela só tem feito crescer, permitindo que, pela manutenção da curva ascendente, se possa estimar que de cada três indivíduos nascidos nesta década, dois chegarão aos cem anos. A propósito, em 1900, a humanidade vivia, em média, 33,7 anos. Definido então que vamos viver mais, cabe a pergunta: e valerá a pena? A julgar pela escassez de avanços alinhados com a preservação da qualidade de vida mental, a possibilidade de durarmos muito começa a assustar, porque poderá significar a imposição indesejada de cumprirmos uma pena de submorte, ou seja, estarmos condenados a morrer antes da morte.

Com esta vidinha que estamos levando por aqui, ficou claro que viver bem é tão ou mais importante do que viver mais, e as pessoas mais sensíveis já perceberam que, realmente, viver é muito diferente de simplesmente durar.

Se não bastasse o quanto as exigências na busca da felicidade são individualmente diferentes, e precisam ser assumidas e respeitadas, ainda temos que considerar que o curso do envelhecimento pode simplesmente desaguar na apatia da fadiga biológica e ser aceito com plácida indiferença pelos conformados e indolentes, ou sofrer toda a estoica resistência dos que lutam até o último instante depois de terem vivido no limite da intensidade, com muitas histórias para contar, e convencidos de que viver de verdade é encher o calendário de aniversários.

Cuidados com o envelhecimento

Abstraídos os azares genéticos, a ciência tem identificado fatores que contribuem para a longevidade, cabendo ao portador a responsabilidade de administrá-los. A pretensão de encararmos os cem anos como meta possível impõe alguns itens de conservação funcional inegociáveis:

- Não fumar
- Manter glicemia, pressão arterial e colesterol normais
- Fazer check-up anual
- Ser magro
- Exercitar-se
- Dormir bem
- Viver em paz

A constatação de que determinadas etnias tendem a viver mais tem induzido a acreditar que a dieta possa ter um papel relevante na longevidade, mas a tendência é a valorização do estilo de vida, mais do que a dieta ou a religiosidade. Um trabalho famoso, realizado na Universidade de Stanford, mostrou que a participação na construção da longevidade, da assistência médica (10%), genética (17%) e ambiente (20%), no somatório, contribuem menos do que o estilo de vida (53%), este definido como a gestão do prazer e da felicidade.

Outra pesquisa de grande fôlego, da Universidade Harvard, vem acompanhando 724 indivíduos divididos em duas categorias sociais: os egressos da Universidade e os trabalhadores do porto de Boston. Esse grupo heterogêneo na origem e na atividade funcional vem sendo monitorado há 75 anos em um protocolo chamado Desenvolvimento do Adulto (Robert Waldinger, TED).

Do grupo inicial, sessenta ainda estavam vivos em 2015 e, recentemente, mais de 2 mil de seus filhos foram recrutados para a continuidade do estudo.

Em primeiro lugar uma das observações mais extraordinárias deste estudo foi a constatação de que a maioria dos octogenários felizes e saudáveis, não necessariamente estava entre aqueles que aos cinquenta anos tinham colesterol normal ou perímetro abdominal de bailarino: eram aqueles que mantinham relações familiares e sociais numerosas, alegres e confiáveis. Em contrapartida, os solitários envelheciam mais cedo, com perda mais precoce da cognição, adoeciam mais e, quando isso ocorria, sofriam mais, com o medo da doença multiplicado pela tristeza da solidão.

A segunda grande lição é a importância da qualidade das relações. Porque claramente alguém pode estar sozinho no meio da multidão, ou sentir-se só no casamento. Então, não se trata apenas do número de amigos que você tem, e não é se você está ou não em um relacionamento sério, mas o que importa é a qualidade de seus relacionamentos íntimos. Acontece que viver no meio do conflito é muito ruim para a saúde. Casamentos atribulados, sem afeto recíproco, acabam sendo péssimos para a saúde, com danos maiores que uma separação.

Em resumo, viver relacionamentos bons e afetuosos é protetor. Nesse estudo de Harvard, os que tiveram a felicidade de envelhecer com parceiros com quem podiam contar, não só viveram mais, mas conservaram a memória intacta por mais tempo, mostrando que tendemos a preservar as boas recordações e a esquecer as lembranças desagradáveis.

Também nesse estudo de 75 anos, foram mais felizes na aposentadoria aqueles que se ofereceram mais vezes para voluntariados ou substituições de colegas em eventuais impedimentos. Manter-se ocupado é evidentemente um caminho de preservação da saúde física e mental.

Outro elemento determinante da qualidade do nosso envelhecimento estará inevitavelmente atrelado ao prazer que resultou das escolhas que fizemos naquela época preciosa em que nos foi dado escolher. Muitas velhices são antecipadas e corrompidas pela constatação tardia e dolorosa de que a chance de felicidade plena era uma exclusividade de quem acertou na escolha profissional e fez do seu trabalho uma extensão das férias.

Em contrapartida, não há como negar o desconforto de ver tanta gente que aprendeu o que podia, ainda não começou a esquecer, tem saúde e, na falta de vontade de fazer alguma coisa útil, se acomoda na sala de espera da morte, disfarçada de aposentadoria. Um atestado inequívoco de que enquanto faziam o que fizeram, prefeririam estar fazendo outra coisa.

Claro que não é possível generalizar, nem estabelecer protocolos de bem viver, porque as pessoas são diferentes em projetos, ambições, entusiasmo, comprometimento e submissão, e todas têm o direito de fazer o quizerem de suas vidas, incluindo nada, nunca ignorando que coisas que energizam alguns, enfaram outros.

Outro aspecto importante é a mudança de prioridades entre as gerações (entendendo-se como geração um período de 25 anos, tempo em média observado para mudança de prioridades de uma sociedade). A propósito, uma clara mudança de objetivos observou-se na geração dos *millennials* (nascidos entre 1981 e 1995 — os nativos digitais, que cresceram no *boom* da internet), que considerou enriquecimento e fama como prioridades na construção da felicidade, em claro contraste com a geração anterior que, na maturidade, aprendera a valorizar mais a riqueza de relações humanas afetuosas.

Aliás, são essas diferenças na busca da felicidade que tornam tão pouco produtivos os livros de autoajuda que propõem modelos padronizados para perfis incomparáveis. Mas compreende-se que, por essas discrepâncias, não se pode pretender afinidade entre tipos que consideram que felicidade é andar descalço numa praia deserta e os que acham que ser feliz depende de se alcançar um ponto de equilíbrio no máximo de tensão. Certamente, entender essas disparidades e variabilidades, e não tentar modificá-las, além de prática saudável de convívio social, é um exercício de sabedoria.

Nos últimos anos, cada vez mais se considera a importância da qualidade de vida, ainda que este seja um conceito meio nebuloso, por quanto encerra de subjetividade. Se considerarmos que uma vida com boa qualidade é a que gera felicidade, já mergulharemos no imponderável: nada é

Outro elemento determinante da qualidade do nosso envelhecimento estará inevitavelmente atrelado ao prazer que resultou das escolhas que fizemos naquela época preciosa em que nos foi dado escolher. Muitas velhices são antecipadas e corrompidas pela constatação tardia e dolorosa de que a chance de felicidade plena era uma exclusividade de quem acertou na escolha profissional e fez do seu trabalho uma extensão das férias.

mais heterogêneo do que o sentimento de felicidade. Independentemente do que cada um considere como modelo, um elemento é indispensável em todos eles: a preservação da utilidade, o que tantas vezes conflita com a ideia de que é relaxante não ter compromissos a cumprir.

Dê a um velho uma função produtiva e ele revigorará. Remova-a, e ele definhará, consumido pela perda do sentido da vida.

Seguramente, a inércia programada ou imposta por alguma limitação física é a linha divisória entre a morte disfarçada em depressão, e a vida útil do idoso saudável e bem-humorado. Nesse último quesito, algum grau de deboche e ironia não só é tolerável, como altamente festejado.

Considerações finais

Na filosofia, se considera muito complexa a definição de vida boa, em função do quanto, felizmente, somos diferentes. Mas alguns componentes são imutáveis:

- Ter uma família afetiva e calorosa. A prole bem-sucedida é um dos elementos mais importantes na construção de uma velhice feliz, enquanto repetidas frustrações nesta área contribuem tristemente para dar naturalidade à morte.
- Planejar estabilidade financeira, que talvez seja, junto com a solidariedade familiar, um dos fatores mais importantes quando se enfrenta a doença na velhice.
- Ler sem parar, ouvir música, cultivar a arte e ter amigos que façam outras coisas.
- Amar muito e ter pena das pessoas que nunca se apaixonam.
- Praticar a generosidade, e através dela se deliciar com o mais nobre e impagável dos sentimentos humanos: a gratidão.
- Ter uma vida pessoal e profissional dentro de padrões éticos, que sirva de exemplo para os filhos, seja fonte do respeito dos amigos e resposta definitiva aos desafetos. Uma vida digna, segundo os conceitos de Kant, é a que entende que a moral da ética, não consiste em buscar o que fazer para sermos felizes, mas em o que fazer para merecermos a felicidade.

Referências bibliográficas

- Easton, S. & Van Laar, D. QoWL (Quality of Working Life) — What, How, and Why?. *Psychology Research*, v. 3, n. 10, 2013, pp. 596-605.
- Bize, R., Johnson, J. & Plotnikoff, R. Physical activity level and health-related quality of life in the general adult population: A systematic review. *Preventive Medicine*, v. 45, n. 6, 2007, pp. 401-415.
- Sajid, M.S., Tonsi, A. & Baig, M.K. Health-related quality of life measurement. *International Journal of Health Care Quality Assurance*, v. 21, n. 4, 2008, pp. 365-373.
- Waldinger, R. *What makes a good life. Lessons from the longest study on happiness*. TED Talk, 2015. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=8KkKuTCFvzI&ab_channel=TED>. Acesso em 27 maio 2024.

Ensinar Português

Ricardo Cavaliere

Ocupante da Cadeira 8 na Academia Brasileira de Letras.

Uma questão que hoje está presente em inúmeros encontros acadêmicos diz respeito a que ensinar na escola na área de língua portuguesa. Em regra, o que se diz a respeito parte de uma premissa pacífica: o ensino do português é inadequado e, via de regra, não contribui para a boa formação do aluno no tocante à capacidade de comunicar-se bem em textos orais e escritos. O lado positivo dessa situação — que de antemão devemos atestar como muito mais antiga do que imaginamos — situa-se na preocupação de fazer da aula de português um veículo eficaz no processo de formação de escritores e leitores. Em outras palavras, estamos cientes do problema e tornamo-lo objeto permanente de nossas preocupações. Apenas falhamos no seu tratamento.

Falhamos porque partimos de premissas falsas acerca da falência do ensino do português. A primeira delas insiste em transformar um problema em uma catástrofe, como se tudo que se fez e vem fazendo em matéria de ensino da língua materna tenha sido equivocados. Isso é dito e escrito por quem frequentou as classes de língua portuguesa no ensino básico dos anos 60 e 70 do século passado e, sabe-se lá como, fala e escreve muito bem. Evidente que semelhante exagero, além de deturpar a realidade dos fatos, contribui para dificultar a solução dos efetivos erros de procedimentos. A segunda falsa premissa situa-se no plano epistemológico, pois acredita-se que a falha do ensino está na má aplicação da teoria gramatical, ou melhor dizendo, na aplicação de teoria gramatical anacrônica e demasiadamente complexa, quando, na realidade, a questão não é de cunho teórico, mas de cunho pedagógico.

Há quase um século Otoniel Mota (1878-1951) advertia o professorado de língua portuguesa quanto à inadequação do ensino nos seguintes termos (1918 [1916], p. III):

O autor deste livro é dos que estão convencidos de que o estudo do português se torna cada vez mais antipático aos alunos. Convenceu-se, mais, de que a razão principal está no modo por que se ele faz quase sempre: o método sintético, aliado em geral ao acervo indigesto de matéria, a uma terminologia por vezes rebarbativa, difícil de reter e sem utilidade imediata na prática.¹

¹ Citação ortograficamente atualizada.

As observações de Otoniel Mota, tirante uma ou outra expressão que já não está nos textos contemporâneos, poderiam ter sido escritas por um linguista hodierno, preocupado com o mau rumo da língua vernácula em sala de aula. Por que, então, ficamos há quase cem anos discutindo o óbvio sem conseguir dele dar conta, como se a obviedade fosse tamanha que desafiasse o mais sagaz dos pensadores linguísticos? Creio que a resposta a essa indagação está na segunda premissa a que me referi acima: visamos a tratar pelo prisma teórico um problema que, a rigor, é de caráter pedagógico.

Com efeito, o ataque à aula de português comumente se faz mediante condenação do gramático, mais especificamente da denominada tradição gramatical, em face de seu normativismo excessivo e da desconsideração das variantes de uso distintas da literária; isto sem contar com a metalinguagem “rebarbativa”, no dizer de Otoniel Mota, isto é, exagerada, carregada e complexa. A vinculação que a antiga ordem gramatical estabelece entre norma e língua literária chega a ser taxada de preconceituosa, excludente e obliteradora², pois faria pressupor ao aluno que só há uma modalidade legítima de uso linguístico, o que, efetivamente, traduz-se em severo equívoco de procedimento pedagógico.

Assim, a solução, no dizer de muitos, é não ensinar gramática, como se na obscuridade total se possa encontrar afinal o caminho da luz. Evidente que a solução não está em não ensinar gramática, mas definir que gramática se deve ensinar. Se de um lado condenamos a soberania da metalinguagem em sala de aula — como no caso de classificarmos as orações de um longo período sem saber exatamente por que estamos passando por semelhante provação —, por outro concordamos em que não há como estudar a ciência, seja ela qual for, sem uma terminologia científica minimamente aplicada. Portanto, o problema não é da metalinguagem, mas do grau e na finalidade de sua aplicação.

Antes de aprofundarmos mais essa questão, convém observar que essa inquietação com as bases do ensino escolar não se adstringe à língua portuguesa. Um aluno de ensino médio, hoje, poderá perguntar-se por que deve mergulhar no estudo da biologia a ponto de saber que as células procariontes são bem menores e menos complexas estruturalmente do que as células eucariontes e que sua principal característica é a ausência da carioteca. No campo da Física, igualmente, deve parecer-lhe pouco útil saber que no movimento retilíneo uniformemente variado o corpo sofre aceleração constante e muda de velocidade num dado incremento ou decremento conhecido. São, como se vê, componentes de uma educação pautada na tradição escolástica, em que o conteúdo programático mais valoriza a tese do que sua aplicação prática.

No tocante ao ensino da língua vernácula, a linha que se vem agasalhando com mais ênfase é a de substituir a teoria pela práxis linguística. No entanto, a busca dessa mudança não raramente resulta em mera substituição de uma teoria por outra. Hoje, por exemplo, percebe-se nas aulas de língua materna uma intensa aplicação da teoria do texto, em que termos como *coesão textual*, *coerência textual*, *referenciação*, *modalização*, *coesão exofórica*, *intertextualidade* etc. ocupam o lugar antes atribuído à metalinguagem atinente ao sistema linguístico. Será esse o caminho para conseguirmos, finalmente, que nossos alunos falem e escrevam bem?

² Leia-se, nesta linha vários trabalhos publicados nas últimas décadas, entre eles (Soares, 1986), (Geraldí, 1991), (Mattos e Silva, 1995) e (Bortoni-Ricardo, 2004).

No início dos anos 70, quando as teses do estruturalismo saíam dos muros acadêmicos e se iam infiltrando pouco a pouco no ensino médio, aconteceu fato análogo: pontos como as funções da linguagem (sobretudo as jakobsonianas) e as faces do signo linguístico passaram a frequentar obrigatoriamente um bom programa de português, sem que, a rigor, tenham contribuído para que alguém aprendesse a escrever bem. Tratava-se de mais uma renovação teórica que buscava camuflar nossa incapacidade para formular bons projetos pedagógicos. Em suma, criticar o que se fez no passado parece ser uma espécie de *leitmotiv* para, afinal, dizer o que se deve fazer agora. Leiam-se, por curiosidade, estas palavras de Manuel Said Ali (Said Ali, 1923, p. 4):

A obra de que há pouco publiquei o volume complementar, (sic) expõe doutrinas que, meditadas e examinadas embora com o maior cuidado possível, ferem ou subvertem varios conceitos grammaticaes, não raro confusos, aos quais nos prendiam a inércia e a tradição.

Importava, pois, escrever, a titulo de preparo, dous compendios em harmonia com estas doutrinas novas, ou mal conhecidas entre nós, um para alumnos menos adiantados, outro que satisfizesse às necessidades e exigências do ensino nas classes de principiantes.

Esse trecho figura no prólogo da *Gramática elementar*, publicada em 1923, que, como adverte o autor, busca novos rumos para o ensino e, nesse intuito, fere a tradição e sua inércia. Como se vê, não é de hoje que se põe na conta da tradição a falência do ensino de língua materna. Os que hoje consideramos tradicionais antes também se ressentiam da tradição e, decerto, assim se manifestarão nossos netos vanguardistas ao nos avaliarem. O jogo retórico da tradição maldita é farto em exemplos: em 1905, Alexis François (1877-1958), em esforço extremo para sustentar a autoridade da Academia francesa em matéria gramatical, deixa-nos a seguinte pérola: “Le purisme de l’Académie n’est pas, comme on pourrait le supposer, l’expression la plus absolue du purism traditionnel” (1905: 25).

Portanto, retórica à parte, discutamos o tema que nos interessa. Que aula de português devemos oferecer a nossos alunos? Partamos aqui de uma premissa óbvia, mas que, como toda obviedade, precisa ser periodicamente reiterada: uma boa aula erige-se na competência do professor. Não competência teorética, no sentido de tratar-se de um funcionalista ou um gerativista ou mesmo um filólogo tradicionalista, mas competência pedagógica, que lhe possibilite apresentar ao aluno a riqueza e variabilidade dos recursos que a língua oferece para produzir e entender o texto em sua pluralidade de gêneros. E têm razão os que afirmam que o fim maior é o texto, razão por que, nele reside o ponto de partida para o bom ensino linguístico. Mas precisamos ir um pouco além: será que um bom curso de português deve restringir-se efetivamente a esse escopo, digamos, utilitarista, em que o saber da língua deve ser dosado na medida em que sirva ao propósito de ler e escrever bem?

Há um saber sobre a língua, mais precisamente um saber sobre o sistema linguístico, que nada tem de utilitário no sentido de que contribua para produzirmos um bom texto, mas que é útil para a formação básica que todo cidadão deve ter. É um saber das coisas que integram, por assim dizer, o nosso conhecimento do mundo: como falamos, que órgãos de nosso corpo atuam na produção do som linguístico, a tipologia das palavras, suas funções na construção frasal etc. Nada há aí que sirva para formar um bom leitor ou um bom escritor, mas, sem dúvida, há

Há um saber sobre a língua, mais precisamente um saber sobre o sistema linguístico, que nada tem de utilitário no sentido de que contribua para produzirmos um bom texto, mas que é útil para a formação básica que todo cidadão deve ter. É um saber das coisas que integram, por assim dizer, o nosso conhecimento do mundo: como falamos, que órgãos de nosso corpo atuam na produção do som linguístico, a tipologia das palavras, suas funções na construção frasal etc. Nada há aí que sirva para formar um bom leitor ou um bom escritor, mas, sem dúvida, há nesses conteúdos uma imensa contribuição para nossa compreensão do funcionamento da língua, o que, afinal, não prejudica a ninguém.

nesses conteúdos uma imensa contribuição para nossa compreensão do funcionamento da língua, o que, afinal, não prejudica a ninguém.

Há uma interessante tese, que circula já há algum tempo na literatura especializada, de que o ensino da língua na escola visa a conferir ao aluno melhor qualidade de vida. Ora, essa é sem dúvida a pretensão não propriamente do ensino de língua, mas da própria escola como instituição social. A questão está em definir que tipo de ensino linguístico garante esse desiderato, que projeto pedagógico na área da língua materna contribui para que se confira ao educando melhor qualidade de vida. Decerto que semelhante projeto deverá conferir ao educando competência ampla e diversificada na produção e na compreensão do texto, pois aí está a gênese da interação social participativa e produtiva, no sentido de ser benéfica ao bem comum.

Entretanto, semelhante objetivo não se concretiza sem um saber linguístico que está, por assim dizer, nos bastidores do aprendizado da língua e de suas potencialidades. Como falar dos recursos semânticos expressivos que nos oferece a posição do adjetivo no sintagma sem falar em adjetivo, em ordem sintática e mesmo em sintagma? Como comentar a riqueza expressiva do emprego dos tempos verbais no gênero narrativo sem referência à conjugação do verbo, à natureza dos aspectos verbais? Em um de seus textos sobre o tema, Luiz Carlos Travaglia adverte que “um ensino de gramática pertinente para a vida e capaz de ter influência na qualidade de vida das pessoas (...) será sem dúvida um ensino de gramática que desenvolva a competência comunicativa do falante, isto é, a capacidade de o falante usar cada vez mais recursos da língua de forma adequada a cada situação de interação comunicativa” (2003, p. 18). É uma tese compatível com o propósito

de conferir ao aluno melhor qualidade de vida, como diz o autor, no sentido mais amplo que se possa atribuir a essa expressão. Perguntamo-nos: pode-se conceber que alguém amplie seu domínio dos recursos linguísticos sem estudar a gramática da língua, sem se informar nas variações de uso e de construções que regulam a expressividade do texto?

Mas estudar a gramática pode ter outros propósitos, absolutamente alheios à busca de conferir ao cidadão melhor competência comunicativa. O próprio Travaglia, em um outro momento do texto aqui citado, relaciona bons motivos para que alguém estude a gramática da língua sem necessariamente ter o escopo imediatista da leitura e da produção textual. Não vou aqui repetir tais motivos (entre eles, a instrução cultural e o desenvolvimento do raciocínio), apenas remeto o leitor à leitura desse texto tão elucidativo (2003, p. 96). No entanto, há um fator que pouco é citado nas discussões do tema e dizem respeito ao próprio relacionamento humano no ensino: a autoridade pedagógica. Em outras palavras, a mesma voz autoritária que impõe a alguém que deve estudar gramática, ou geografia, ou física, bem como os conteúdos programáticos de cada disciplina, é a voz que determina o que não se deve aprender, ou ao menos, o que não deve constar nas grades curriculares. A rigor, um ensino democrático implicaria um prévio acordo entre o docente e o discente sobre tais conteúdos e as conveniências de sua eventual presença nos currículos, mas sabemos que isto não se faz, nunca se fez e jamais se fará. A sociedade elege seus representantes para tomar essas decisões e lhes atribui poderes para fazê-lo. Decerto que os pedagogos discutem bastante tais questões, diria que o fazem até exaustivamente, mas trata-se de uma discussão que se faz intramuros, nasce e morre dentro do ambiente acadêmico. Se houve um tempo em que a autoridade pedagógica impunha o ensino da gramática pela gramática, hoje essa voz oficial decide que o saber gramatical é supérfluo, numa espécie de autoritarismo pelo avesso.

Outro viés da questão diz respeito à questão da metalinguagem aqui já referida. Uma nomenclatura técnica revela-se imprescindível em qualquer atividade científica, razão por que, se não se cogita de ensino gramatical sem teoria linguística, obviamente não se ensina gramática sem metalinguagem. Dispensem certas afirmações radicais do tipo “o domínio efetivo e ativo de uma língua dispensa o domínio de uma metalinguagem técnica” (Posenti, 2009, p. 53), que só servem para escamotear o cerne da questão. É óbvio que ninguém precisa de metalinguagem para falar, aplicando-se aqui a “falar” o sentido que Eugenio Coseriu aplica ao saber elocucional que todo ser humano tem³. Mas ter domínio efetivo do bom desempenho em uma língua — o que significa, no âmbito do saber idiomático, circular com desenvoltura pelos registros variados de uso linguístico, com liberdade de escolha de estruturas gramaticais para expressar o pensamento — implica boa formação escolar, o que também pressupõe conhecimento adequado da metalinguagem.

É claro que não se ensina português a alguém que fala essa língua, como temos reiteradamente lido em tantos textos. Lembramo-nos aqui de uma velha piada que diz ser a França um país tão desenvolvido que lá até os mendigos falam francês. Completaríamos dizendo que os mendigos franceses decerto dispensam o

3 A tese coseriana sobre os três níveis do saber linguístico é amplamente desenvolvida na obra do notável linguista romeno. Leia, a respeito, entre outros estudos, Coseriu (1981, 1985, 1993).

domínio de metalinguagem para falar a língua de Molière. Quem vai à escola aprender português quer ampliar sua competência de uso linguístico, e regular seu desempenho como falante em face das situações discursivas que a vida lhe apresentar ou lhe impuser⁴. O que não se pode admitir é que, diante desse quadro linguisticamente plural, passemos a nossos alunos a crença de que lhes basta a competência linguística dos mendigos franceses.

Portanto, não se duvide de que a boa formação linguística implica bom estudo das variantes de uso linguístico, o que impõe estudo básico da gramática da língua e, por via de consequência, da metalinguagem gramatical. Mas, se essa é uma verdade tão flagrante, afinal por que se condena tanto o ensino da metalinguagem, por que tantas opiniões radicais defendem sua exclusão absoluta nas estratégias pedagógicas? A resposta talvez se encontre na aplicação inadequada de instrumentos eficazes, de que costumam advir resultados catastróficos. Com efeito, durante largo tempo, o magistério de língua portuguesa fez da metalinguagem um fim em si mesmo, uma metalinguagem ensimesmada, herança da escola analitista que frutificou no ensino a partir do final do século 19. Exceções à parte, muito da aula de português era, na realidade, um exercício contumaz de análises léxicas, morfológicas e sintáticas sob o império da metalinguagem, o que levou gerações de brasileiros a embrenhar-se nas sendas das orações subordinativas, das desinências e dos sufixos sem saber exatamente por que lhes cabia semelhante sofrimento.

O desvio de rumo, assim, não era propriamente da teoria gramatical, mas da práxis pedagógica. Acreditava-se que, quanto mais se dominasse a metalinguagem, mais se sabia sobre a língua. Certa feita, resolvemos fazer uma pesquisa sobre as provas de português que constavam dos concursos públicos dos anos 50 e 60 do século passado e deparamos com uma prova para ingresso nos quadros do Banco do Brasil em que se perguntava ao candidato qual era o coletivo de *camelo*: *alcatéia*? *vara*? *cáfila*? *junta*? Perguntamo-nos então — como, decerto, o leitor estará perguntando-se agora — que proveito teria um funcionário do Banco do Brasil em saber qual é o coletivo de *camelo*. Talvez a possibilidade de que o banco abrisse uma agência no Saara, quem sabe?

Hoje, uma prova de português que incluísse questões desse tipo seria qualificada como insana, e efetivamente seria. No passado havia uma crença de que o saber metalinguístico era efetivo saber linguístico, uma crença absurda, mas era a que vigia então e nada se pode hoje fazer para modificá-la, porque ninguém modifica o passado. Sequer nos traz alguma vantagem ficar cotidianamente condenando tal fato, já que, afinal, isso é coisa superada e está guardada nas prateleiras da História. No entanto, muitos dos que passaram por tal sofrimento e mais tarde tornaram-se linguistas trazem consigo as marcas da tortura tão acentuadas que, hoje, movidos pela terceira lei de Newton, lutam ferozmente contra a metalinguagem como se não prestasse para nada.

Uma questão adicional se une a essas reflexões: em que medida a aventada mitigação do ensino gramatical não camufla uma mera mudança de metalinguagem nas aulas de português? Comentamos no início deste texto que, nos anos 70 do século passado, os professores sentiam-se estimulados a combater a velha ordem ensinando as dicotomias saussureanas e as funções da linguagem de Jakobson; depois vieram, com a teoria do texto, as anáforas, catáforas, epanáforas etc (termos que saíram da Retórica para habitar a análise contemporânea do

⁴ Sobre a relação entre o binômio competência-desempenho e o ensino de línguas, leia especialmente Coseriu (1985).

texto). Lembramo-nos de uma questão de concurso público para terapeuta ocupacional aplicada em julho de 2009⁵ que solicitava do candidato conhecimento sobre tipologia textual: o texto é injuntivo, descritivo, argumentativo, narrativo ou expositivo? Uma outra questão, em prova para juiz de direito do Estado de Mato Grosso do Sul, solicita do candidato que reconheça em dados pronomes as funções dêitica, anafórica ou catafórica⁶. Avaliemos, então, o que é mais importante: um bancário saber que o coletivo de *camelo* é *cáfila* ou um juiz saber que um pronome tem função catafórica?

Enquanto, em ensino de língua, houver uma teoria, haverá uma metalinguagem. Tínhamos as *conjunções*, depois vieram os *conectores* e hoje convivemos com os *operadores argumentativos*. São novas visões, novos rumos, nova terminologia. Ao falar de conjunções ou de preposições, o professor ensina gramática; ao falar de operadores argumentativos ou de marcas conversacionais o que ensina? Linguística? Teoria do texto? A língua no texto? O fato é que mudam as teses, muda a metalinguagem, mas dela não se prescinde. Ensinar leitura, ensinar produção textual, ensinar gramática são faces de um único prisma, indissociáveis na formação linguística do educando. Saber dosar os conteúdos de cada uma dessas vertentes é tarefa pedagógica que, por sinal, nada tem de novidadeira. Em seu ensaio sobre o ensino do francês no século XIX, Michel Bréal (1832-1915) assinala: “Il faut, a dit Herder, apprendre la grammaire par la langue, et non la langue au moyen de la grammaire. Si ce principe est vrai pour les idiomes anciens, à plus forte raison l’est-il pour la langue maternelle” (1872). Um século após Michel Bréal e dois séculos após Johann Herder, ainda não aprendemos a lição.

Bibliografia

- Bortoni-Ricardo, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- Bréal, Michel. *Quelques mots sur l’instruction publique en France*. 2 ed. Paris: Librairie Hachette et C.^{ie}, 1872. Disponível em: http://www.flsh.unilim.fr/langueXIX/breal/breal_quelques_mots.html
- Coseriu, Eugenio. Creatividad y técnica lingüística; los tres niveles del lenguaje. In: *Lecciones de lingüística general*. Madrid: Gredos, 1981, p. 269-286.
- Coseriu, Eugenio. Do sentido do ensino da língua literária. *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 5, 1.º semestre de 1993, p. 29-47.
- Coseriu, Eugenio. Linguistic competence: what is it really? *The Modern Language Review*. v. 80, 1985, p. 25-35.
- François, Alexis. *La grammaire du purisme et l’Académie Française*. Paris: Société Nouvelle de Librairie et d’édition, 1905.
- Geraldi, J. Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia. *Contradições no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1995.
- Motta, Othoniel. *Lições de português*. 3 ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918 [1916].
- Said Ali, Manuel. *Grammatica elementar da lingua portugueza*. São Paulo: Companhia Editora Melhoramentos, 1923.
- Soares, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- Travaglia, Luiz Carlos. *Gramática, ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.

⁵ Prova elaborada pela Fundação Cesgranrio, disponível em http://www.questoesdeconcursos.com.br/prova/arquivo_prova/6313/cesgranrio-2009-secad-to-terapeuta-ocupacional-prova.pdf

⁶ Prova elaborada pela Fundação Getúlio Vargas, disponível em http://concurso.fgv.br/download/provas/tjms08_prova_objetiva.pdf

Antônio Carlos Jobim

Geraldo Carneiro

Ocupante da Cadeira 24 na Academia Brasileira de Letras.

Aproveito o título sugerido para este ciclo pelo coordenador geral, Antonio Carlos Secchin, para indagar: como será recontado no futuro o mito Antônio Carlos Jobim?

Em busca de elucidar a questão, recorri a dois de meus mitólogos favoritos. O primeiro é Fernando Pessoa, que em sua história de Portugal, o poema “Mensagem”, escreve:

O mito é o nada que é tudo.
O mesmo sol que abre os céus
É um mito brilhante e mudo —
O corpo morto de Deus,
Vivo e desnudo.

Como quase todos sabem, o poema de Pessoa é dedicado a Ulisses, fundador mítico da cidade de Lisboa. E fundador mítico porque não só nunca esteve lá, como muito provavelmente jamais existiu, embora exista de fato na Grécia uma pequena ilha, quase um rochedo, com o nome de Ítaca, para a qual Ulisses teria voltado de sua epopeia. Portanto, a mitologia proposta por Pessoa não nos serviria para falar de Antônio Carlos Jobim, que certamente existiu e foi por nós conhecido e celebrado.

Meu segundo especialista em mitos é o antropólogo Claude Lévi-Strauss, que em seu clássico livro *Antropologia Estrutural*, declara: “Um mito sempre se refere a eventos passados antes da criação do mundo ou em seus primórdios”. E acrescenta: “O valor intrínseco atribuído ao mito provém do fato de os eventos que se supõe ocorrer *num momento* (grifo meu) também formarem uma estrutura permanente, que se refere simultaneamente ao passado, ao presente e ao futuro”.

E creio que a frase de Lévi-Strauss serve para iluminar o mito em questão. Antônio Carlos Jobim reinventou a música brasileira. Antes dele, nossa música se repartia entre as diversas expressões do samba, as serenatas, os múltiplos gêneros regionais e as paixões melancólicas das derivações do bolero e do samba-canção. Tom criou uma nova música brasileira, em que as harmonias do jazz e da música erudita convivem com a batida suave de um tamborim minimalista, quase imaginário.

Ao falar de um criador dessa grandeza, costuma-se considerá-lo um divisor de águas. Mas Tom, mais do que isso, é a confluência, o estuário onde desaguam todas as águas da música do Brasil. Em suma, ele refundou a música brasileira. Dito isso, aqui vão algumas anotações para os mitólogos do futuro.

Tom & os livros

Tom tinha paixão por literatura. Seu poeta favorito era Carlos Drummond de Andrade. Quando Drummond completou oitenta anos, Tom descreveu a fascinação que sua poesia provocou em sua turma de jovens:

Tínhamos vindo de Bilac, Cassiano Ricardo, Raul de Leoni, Jorge de Lima, Augusto dos Anjos, Manuel Bandeira e, de repente, descobrimos essa papafina, essa quintessência, essa cocaína, o ultramoderno Carlos Drummond de Andrade! Poeta futurista. Éramos poucos a saber do secretíssimo Carlos. Os mais velhos reagiam. Éramos todos comunistas e íamos salvar o mundo e, principalmente, o Brasil. Éramos todos revolucionários. A Rosa do Povo era nossa, era minha.

Foram muitos os seus encontros com Drummond, nos quais Tom deixava de lado a timidez e manifestava sua admiração. Reza a lenda que, num deles, Drummond vinha passando no calçadão de Copacabana, não muito longe da rua em que morava. Tom bebia com amigos num botequim da beira-mar, e, ao ver o poeta, correu até ele, atirou-se ao chão e beijou-lhe os pés. Talvez o teor alcoólico das testemunhas não fosse o ideal para tornar a história verossímil, mas a mitologia se fundamenta em cenas semelhantes.

Já em matéria de prosa, seu autor favorito era João Guimarães Rosa. Tom era tão encantado por ele que escreveu, em estilo roseano, o relato de uma caçada dele, Tom, em companhia de um amigo chamado Tico:

Cruzou a bandoleira no ombro e botou os pios no bolso, de jeito que não chacoalhassem na caminhada. E foi subindo lançante. Fresquito. [...] Manhã redonda, solene. O sol sarapintava o chão. Tico piou macuco. Silêncio. Nada como o tempo para passar. Tico arriscou mais um piado. Nada, nenhuma resposta. Calada do dia. Na visão periférica de Tico, algo mudou de lugar no colorido das manchas do sol. Tico virou os olhos para a esquerda e viu a onça [...].

É impossível ler o relato sem pensar no eco de contos como “Meu tio o Iauaretê”, de Guimarães Rosa. O fascínio por Rosa era tão grande que Tom compôs em sua homenagem uma de suas obras-primas, “Matita Perê”. A música e o texto são inspirados no conto “O Duelo”, do livro *Sagarana*, com algumas pitadas do livro *Chapadão do bugre*, de Mário Palmério. (Por coincidência ou não, Palmério foi o sucessor de Guimarães Rosa aqui na ABL.) Tom passou mais de um ano burilando “Matita Perê”, que é mais que uma canção: é das peças mais complexas e sofisticadas da música popular brasileira. Mais tarde, chamaria Paulo César Pinheiro, também fascinado por Guimarães Rosa, para arrematar com ele a letra da canção.

Tom e seus parceiros

Com todo esse refinamento literário, era natural que, desde o princípio da carreira, Tom se cercasse de letristas brilhantes. Entre seus primeiros parceiros, sobressaem Dolores Duran, com quem compôs a obra-prima “Por causa de

você”; Billy Blanco, com quem compôs a “Sinfonia do Rio”; e, sobretudo, Newton Mendonça. Newton era pianista, como Tom, e os dois brincavam de escrever letras e músicas em geral cheias de humor. A mais notável delas é “Desafinado”.

Os dois compuseram música e letra juntos. De início, Tom implicou com a palavra “Rolleiflex”, que Newton, fotógrafo amador, insistia em incluir na letra. Tom legava que a palavra não cabia numa música, que era demasiado técnica para se tornar popular. Mas Mendonça insistiu e ameaçou terminar a música sozinho. Tom acabou por ceder.

Anos mais tarde o próprio Tom revelou ao musicólogo Sérgio Cabral e a mim que tentou convencer João Gilberto a desafinar de propósito no primeiro verso da canção. João se negou a aceitar a ideia. Mas, alguns anos depois, Tom convenceu Frank Sinatra a dar uma ligeira semitonada na abertura da música.

Já o pianista Bené Nunes contava que o cantor Vicente Celestino, baluarte da velha guarda, ficou horrorizado ao ouvir a melodia, e tratou de corrigir a frase musical do início, que supunha errada. E cantarolou: “Se você disser que eu desafino, amor...”.

* * *

O encontro de Tom e Vinicius foi um momento fundamental não apenas para música, mas para a cultura brasileira. Ambos eram artistas de formação erudita. Tom havia estudado com o compositor Hans-Joachim Koellreuter e com a pianista Lucia Branco. Suas primeiras composições foram inspiradas em Ravel e Debussy. Vinicius, por sua vez, era admirador de poetas altissonantes e proclamava-se cultor dos filósofos da Grande Metafísica, como ele mesmo dizia, sobretudo Nietzsche e Schopenhauer. Felizmente passara uma temporada em Londres para frequentar o Magdalen College,

O destino reuniu Tom e Vinicius no bar Villarino, aqui em frente à Academia, do outro lado da calçada. O musicólogo Lúcio Rangel, padrinho do encontro, fez as apresentações. E propôs a Tom que fizesse as músicas da peça. Tom perguntou: “Tem um dinheirinho nisso?”. Lúcio Rangel ficou meio chocado e rebateu: “Mas Tom, é o poeta Vinicius de Moraes!...”. O próprio Tom adorava contar de novo a história desse encontro, explicando entre sorrisos que sua pergunta era inevitável, porque, à época, ele vivia, segundo suas palavras, competindo *contra* o aluguel.

preparatório para a universidade de Oxford. E lá estudou especialmente os sonetos de Shakespeare, que influenciaram os seus. Os dois mais famosos, aliás, o “Soneto de fidelidade” e o “Soneto de separação”, foram escritos nesse período.

Por outro lado, tanto Tom quanto Vinicius tinham ampla proximidade com a música popular. Na infância e juventude de Tom, a casa da família era festeira. Segundo sua irmã e biógrafa Helena Jobim: “Eram noites fantásticas. Yolanda e Nilza (mãe e tia de Tom) cantavam, e cantavam bem. [O repertório era composto de] Pixinguinha, Bororó, Custódio Mesquita, Noel Rosa, Lupicínio Rodrigues, Ari Barroso, Dorival Caymmi, Ataulfo Alves”. Alguns desses ídolos de sua infância tornaram-se amigos muito próximos de Tom, como Ari Barroso e, sobretudo, Caymmi, a quem Tom costumava se referir como “Dorival Caymmi, o rei da Califórnia”.

Já o pai de Vinicius, Clodoaldo de Moraes, era seresteiro. E o poeta, já muito cedo, tornou-se parceiro dos irmãos Tapajós, na música “Loura ou morena”.

Contribuiu também para a formação musical de Tom o fato de ter-se tornado pianista de boate e, em seguida, arranjador. Daí veio seu intenso convívio com as estrelas da música da época, além do conhecimento dos standards da música internacional. Esse era o período que Tom chamava de “cubo de trevas”, em que ele tocava na atmosfera escura e enfumaçada das boates.

É célebre a descrição do encontro de Tom e Vinicius. O poeta havia escrito uma peça em versos chamada *Orfeu da Conceição*. Chegara há pouco da Europa determinado a encenar o espetáculo, com o dinheiro que poupara de seu salário de diplomata. Estava em busca de um parceiro que escrevesse as canções da peça. O destino reuniu Tom e Vinicius no bar Villarino, aqui em frente à Academia, do outro lado da calçada. O musicólogo Lúcio Rangel, padrinho do encontro, fez as apresentações. E propôs a Tom que fizesse as músicas da peça. Tom perguntou: “Tem um dinheirinho nisso?”. Lúcio Rangel ficou meio chocado e rebateu: “Mas Tom, é o poeta Vinicius de Moraes!...”. O próprio Tom adorava contar de novo a história desse encontro, explicando entre sorrisos que sua pergunta era inevitável, porque, à época, ele vivia, segundo suas palavras, competindo *contra* o aluguel.

Depois de algumas tentativas frustradas, a primeira canção finalizada pela dupla foi “Se todos fossem iguais a você”. Alguns críticos reclamaram da mistura de tratamentos na letra, que começa na segunda pessoa, e diz: “Vai tua vida/ teu caminho é de paz e amor/ A tua vida/ é uma linda canção de amor [...]”. Depois misturam-se o tu e o você, como no verso que dá título, que diz: “Se todos fossem iguais a você”.

Vinicius respondeu às críticas e declarou: “Ninguém, a não ser as múmias da ABL, diria à namorada: ‘Eu a amo’. [Se disser assim] O máximo que obterá da namorada é o comentário: ‘Ele fala difícil...’. O que se fala no Brasil é: ‘Eu te amo. E você é a coisa mais bonita do mundo’”. Pena que Tom e Vinicius não tenham vivido mais alguns anos para serem mumificados aqui. Tom até se candidatou, anos mais tarde, mas retirou sua candidatura em favor do amigo Antônio Callado.

* * *

O fato é que aconteceu no Villarino o encontro mítico que mudaria o panorama da música popular brasileira. Só faltava a batida de João Gilberto para compor a Santíssima Trindade.

No entanto, o marco zero para que Tom e Vinicius passassem a ocupar essa posição central na história de nossa moderna música é uma canção que começou de modo despretensioso. Dona Nilza, mãe de Tom, pediu-lhe que arranjasse um método de violão para uma menina que criava em sua casa. Tom comprou o método escrito pelo violonista Canhoto. E, inspirado nos exercícios que fazia para

ensinar violão para a menina, resolveu fazer um samba em três partes, com uma levada de chorinho.

Terminada a música, levou-a até a casa de Vinicius. Lá chegando tocou-a diversas vezes, para total encantamento do poeta. Vinicius, a propósito, escreveu para o jornal *Última Hora*: “Aquilo sim me parecia uma coisa realmente nova, original, diversa de tudo o que viera antes dela, mas tão brasileira quanto qualquer choro de Pixinguinha ou samba de Cartola.” Em suma, uma canção capaz de criar uma ponte entre o passado e o futuro, como disse Lévi-Strauss sobre os mitos. Vinicius relata que fez dez, vinte tentativas para escrever as palavras compatíveis com a melodia, mas que elas não vinham. Até que um dia, voltando da praia, baixou no poeta a letra da canção.

A reação do público foi contraditória. Os jovens interessados em música, como Chico Buarque, Francis Hime, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Edu Lobo, piraram. Tocaram “Chega de saudade” em suas vitrolas até furar o disco, como se dizia na época.

Já na casa de Vinicius, a reação foi outra. Sua esposa, Lila Bôscoli, achou esquisitíssimo esse negócio de rimar peixinhos com beijinhos. Ela deve ter esquecido que Vinicius era um dos maiores senão o maior usuário de diminutivos da língua portuguesa do Brasil, como sabem todos que o conheceram, inclusive o modesto locutor que vos fala.

E as críticas não foram apenas domésticas. Antes que “Chega de saudade” alcançasse as paradas de sucesso, João Gilberto tocou-a numa apresentação num teatro, em São Paulo. A música e seu intérprete foram tão vaiados que João viu-se obrigado a deixar o palco. Foi um episódio semelhante ao da estreia da “Sagração da primavera”, de Stravinski, em Paris. Por acaso ou não, Tom mantinha uma gravação da “Sagração” em destaque no seu estúdio na rua Codajás, no Leblon.

* * *

Como já mencionamos a propósito do “Desafinado”, Tom sempre foi exigente com as letras de suas músicas. Em “Garota de Ipanema”, por exemplo, tentou primeiro escrever sozinho a letra da canção. Não gostou do resultado. Resolveu recorrer a Vinicius. Também não gostou da primeira versão escrita pelo poeta, que dizia:

Vinha cansado de tudo
De tantos caminhos
Tão sem poesia
Tão sem passarinhos
Com medo da vida
Com medo de amar

Quando não gostava de uma letra, Tom tinha mil estratégias para expressar seu desagrado. Com sutileza, sem jamais hostilizar o parceiro. Fazia paródias, ou mudava de assunto. Em geral usava de ironia e de humor para demolir a letra em questão. No caso de “Garota de Ipanema”, por exemplo, alegava que a tarde não era a hora apropriada para a menina tomar seu banho de mar. Também cismou com os versos que diziam “tão sem poesia/ tão sem passarinho”, e passou a cantá-lo “Tom sem poesia/ Tom sem passarinho”. Fez de tudo para que Vinicius desistisse dessa primeira versão.

Reza a lenda que a letra só assumiu sua forma final quando os dois viram uma moça belíssima atravessando a avenida Prudente de Moraes a caminho da praia. Como em todo mito, há diversas versões a respeito da identidade da musa em questão.

No livro *História de canções: Tom Jobim*, de Wagner Homem e Luiz Roberto Oliveira, Tom fala sobre a moça, e diz: “Ela era normalista. Tinha aquela camisinha branca e aquela gravata azul. Ela vinha do colégio e a gente ficava olhando assim... Depois ela ia em casa, botava o maiô e a gente olhava mais e ela ia tomar banho de mar”. Em suma, a moça era como uma nova Afrodite que emergisse do mar e passasse em frente ao bar Veloso, depois de dançar sobre as águas, como ensinaria outro mitólogo, Robert Graves.

Não bastasse a Afrodite, Vinicius ainda evocou outro mito, no verso “tão cheia de graça”, que é extraído da oração à Virgem Maria. E a letra da canção ganhou enfim sua forma final.

* * *

No começo de sua parceria com Chico Buarque também houve uma disputa curiosa. A primeira canção composta pelos dois é “Retrato em branco e preto”. Ao conhecer a letra, no entanto, Tom cismou que o correto seria dizer “retrato em preto e branco”, e não “retrato em branco e preto”. Chico alegou que a inversão era fundamental para a rima: “Vou colecionar mais um soneto/ Outro retrato em branco e preto/ A maltratar meu coração”. Tom, com suas estratégias habituais, insistiu que a letra devia acompanhar a expressão consagrada pelo clichê. E Chico, craque de bate pronto, respondeu na lata ao parceiro como ficaria a nova versão. E disse: “Vou colecionar mais um tamanco/ outro retrato em preto e branco/ A maltratar meu coração”. Diz o dito popular que é melhor a emenda do que o soneto; Tom poderia reescrever o ditado: melhor o soneto do que o tamanco.

Encontro no bar

Só fui conhecer Tom Jobim de perto em 1969. Eu ia ao bar e restaurante Antonio’s duas ou três vezes por semana, para encontrar um de meus mentores, o cronista José Carlos Oliveira. Graças à generosidade do Manolo, o galego dono do bar, eu podia tomar três uísques e comer dois quindins por conta da casa. Mesmo porque meu orçamento de compositor adolescente não dava nem pra pagar a azeitona.

Seria uma tentação fazer aqui um parêntese para descrever o Antonio’s. Era uma mistura do charme literário do Café de Flore, em Paris, com o requinte de um restaurante burguês de Nova York e a informalidade de um botequim do subúrbio. Os frequentadores, em geral, eram artistas, jornalistas, socialites etc. Antônio Callado escreveu um romance chamado *Bar Don Juan*, vagamente inspirado no Antonio’s. A epígrafe do livro, extraída de um poema em prosa do poeta W. H. Auden, reverbera o clima da época, cheio de terror e êxtase, e diz: “Quando se rompe o processo histórico/ quando a necessidade se associa ao horror/ e a liberdade ao tédio/ então é um bom momento para se abrir um bar”.

A ditadura entrara em sua fase mais radical em dezembro de 1968. O futuro do Brasil tinha sido furtado, não sabíamos por quanto tempo. Em resposta, quase todos éramos também radicais. Além da militância contra a ditadura, só nos restava viver a vida com um mínimo de alegria e loucura. Nos bares do Leblon, como o Antonio’s, o bar dos chiques, o Luna, o bar dos militantes, ou o Diagonal, o bar dos jovens doidões. Fecha o parêntese.

O comportamento de Tom no Antonio’s era peculiar. Ele era certamente das figuras mais interessantes do bar, e era a nossa única celebridade internacional,

consagrado depois de estourar no mundo e de gravar dois discos com Frank Sinatra. Mas muitos, invejando seu charme e a suas músicas, faziam questão de agredi-lo, porque, como dizia o próprio Tom, o sucesso, no Brasil, é uma ofensa pessoal. O mais criativo dos agressores era o economista Ronald Chevalier, o popular Roniquito. Sempre que via o Tom, sabedor de sua paixão por Villa-Lobos, Roniquito perguntava: “Antônio Carlos Jobim, você conhece Villa-Lobos?”. E o Tom, amável como sempre, se dispunha a participar do diálogo, embora já conhecesse os passos dessa estrada, soubesse que não ia dar em nada. Respondia: “Conheço, sim, Roniquito...”. Ao que o Roniquito proclamava: “Então você é uma merda!”. O Tom, docemente constrangido, sorria amarelo, sabendo que a agressão de Roniquito era uma forma de demonstrar afeto. Era o estilo da época.

Aliás, ao contrário de tantos artistas que renegam ou ocultam suas influências, Tom jamais negou a importância de Villa-Lobos para a invenção de sua música. Entre outras homenagens, usou quase a mesma harmonia da Cantilena da “Bachiana número 5” do Villa para musicar o “Soneto de separação” de Vinicius. Mas volte-mos ao encontro no Antonio’s.

A despeito de ser um fedelho de dezessete anos, eu já era um projeto de intelectual. O problema é que o Tom olhou para as minhas mãos, cujos dedos são longos, e decretou que eu tinha que estudar piano. Para quê?, perguntei eu. Para tocar na futura banda dele, já que minhas mãos poderiam alcançar intervalos mais extensos do que as dele. Ainda argumentei que o único pianista compatível com suas músicas era ele próprio. Ele insistiu que eu levasse a ideia adiante. Fazer o quê? Obedeci. Passei mais de um ano batucando no instrumento, em busca do piano perdido nas aulas da infância. Tom chegou a botar meu nome nos créditos do filme *Arquitetura de morar*, como se eu fosse o pianista da trilha sonora, que na verdade foi tocada por ele.

Também por incitação dele, acabei formando uma banda com Paulo Jobim, seu primogênito, Danilo Caymmi e o compositor Piry Reis. A banda durou apenas um ano, mas fomos felizes para sempre.

Tom e os Festivais

Tom teve uma péssima experiência com festivais da canção, uma moda em vigor na segunda metade dos anos 1960. Coagido por amigos, aceitou participar do Festival Internacional da Canção de 1968. Para isso, tirou do baú uma música chamada “Gávea”, e a enviou para Chico Buarque letrar. Como quase todos sabem, a parceria resultou numa canção chamada “Sabiá”.

O problema é que, como já dissemos, o Brasil vivia um clima de radicalização política. A música popular era uma válvula de escape para que se protestasse contra a ditadura. E a canção de Tom e Chico, embora fosse uma obra-prima, parecia passar ao largo da atmosfera de politização. Ainda que sua letra permitisse até mesmo uma leitura política, sugerindo que, ao contrário do poema de Gonçalves Dias, não havia mais o paraíso perdido evocado pelo poeta em sua “Canção do exílio”.

Tom não deu sorte: sua canção venceu o Festival. A plateia, na qual figurava o modesto locutor que vos fala, vaiou a canção e o próprio Tom com feroz entusiasmo, como se estivéssemos malhando Judas em Sábado de Aleluia. Queríamos que o vencedor fosse Geraldo Vandré, que concorria com “Pra não dizer que não falei de flores”, canção que, como quase todos sabem, se tornaria uma espécie de hino contra a ditadura. Ditadura essa que, aliás, aproveitaria aquele e outros

episódios de protesto como pretextos para suspender os últimos direitos civis ainda em vigor, no triste dia 13 de dezembro de 1968.

Mais tarde, Tom revelou que chorou ao atravessar o túnel Rebouças naquela noite, a bordo de seu fusca azul. Aqui, como em todo mito, há mais de uma versão. Segundo uma delas, Tom teria ido para a casa de seu amigo Raimundo Dico Wanderley para tomar uísque e chorar as mágoas. Outra versão afirma que teria tomado o caminho do Antonio's, também para encher a cara — naquele tempo, qualquer pretexto, feliz ou triste, servia pra beber. Tom teria entrado no Antonio's com o ar trágico de um Édipo Rei. Quando lhe perguntaram como fora a noite, respondeu, citando fora de contexto os famosos versos de Orestes Barbosa: “Parecia um estranho festival”.

Entre as frases mais famosas do Tom, há uma que diz: “O Brasil não é um país para principiantes”. E outra, que afirma: “Lá em Nova York é bom, mas é uma merda. Aqui, é uma merda, mas é bom”. Supõe-se que uma pessoa que propõe tais afirmações sobre os abaxix de nossa antropologia tenha um vasto repertório de ceticismo quanto à nossa realidade.

Passaram-se três anos. Em 1971, no apogeu da ditadura, nós, os compositores convidados ou classificados para o Festival Internacional da Canção, resolvemos retirar as nossas músicas e fazer um manifesto para denunciar ao mundo a censura às artes no Brasil. Adivinhe quem foi o primeiro signatário do manifesto? Ele mesmo. E adivinhe quem foi o primeiro a ser preso? Antônio Carlos Jobim, que já era, segundo o historiador Eric Hobsbawn, um dos dois músicos mais importantes do século XX. Por acaso, eu estava escrevendo uma canção na casa de meu parceiro Egberto Gismonti, na rua Padre Leonel Franca, quando bateram à porta dois homens de ar sinistro, trajando

A última vez que vi o Tom foi na esquina da avenida Borges de Medeiros com a rua Saturnino de Brito. Eu vinha resfolegante, depois de uma caminhada às margens plácidas da lagoa Rodrigo de Freitas. Ao atravessar a rua, ouvi uma buzina de carro tocada de leve. Olhei para o lado e vi que era ele. O sinal demorou um pouco a abrir e, ao contrário dos dias de hoje, em que todo mundo troca falsas juras de amor, tive tempo de dizer, pela primeira vez, como ele me era caro. E eu disse: “Eu adoro você”. Ele sorriu e, talvez por delicadeza, não sei por que cargas d’água em francês, me respondeu: “*C’est réciproque*”.

ternos pretos, para levá-lo até a sede do DOPS, na rua da Relação. Ofereci-me para acompanhar Egberto. Ele respondeu que era melhor ir sozinho. E adivinhe quem estava a bordo do carro da polícia política? Ele mesmo, Antônio Carlos Jobim. Perigoso compositor, que saiu de casa armado com uma flauta em sol, com a qual brindou os meganhas do DOPS com um pequeno concerto solo. Perguntará você: como é que o Tom, depois de ser vaiado por quase todo o Maracanãzinho três anos antes, aceitou participar de novo do Festival? Confesso que não sei.

Segundo sua irmã Helena Jobim, naquela época o telefone de Tom foi grampeado e sua correspondência, sistematicamente violada. A respeito do episódio, Tom declarou a seu biógrafo Sérgio Cabral o seguinte:

Levaram-me num camburão. Detiveram-me durante algumas horas. [...] Depois fui várias vezes convidado — ou intimado — a prestar declarações. Sofri uma perseguição amena, bem diferente da que Chico, Caetano e Gil tiveram que aguentar. Mas acho muito incômodo ser preso, sobretudo num verão como o nosso. Resolvi parar de assinar qualquer papel.

A arte do encontro

Foram muitos os nossos encontros inesquecíveis. No início dos anos 1970, ainda no Antonio's, Tom me propôs uma competição. Como éramos ambos encantados por Guimarães Rosa, e eu estivesse em êxtase com a leitura do *Grande sertão*, declarei que provavelmente não haveria palavra mais cheia de sinônimos do que o diabo, sobretudo depois que Guimarães os tinha inventariado na fala do jagunço Riobaldo. Antes que o próprio Riobaldo chegasse à conclusão de que o diabo não existe: “existe é homem humano, travessia”.

O Tom concordou que os nomes do diabo eram muitos, mas defendeu a tese de que é insuperável a variedade de nomes com que é designado o órgão genital masculino. E me desafiou para fazer um campeonato, listando uns e outros. Quarenta minutos depois, eu tinha vinte e poucos nomes do Capiroto, Cujo, Cão, Coisa Ruim etc. E Tom havia chegado a 55. Vitória dele, por nocaute. Tom era tão amável que afirmou que só havia ganhado o duelo porque estava treinadíssimo.

Passei a vida acumulando palavras para uma nova rodada do concurso. Pena que o Tom não esteja mais por aqui para que eu lhe propusesse uma revanche.

Em 1977, nos encontramos na casa da cantora Miúcha, na rua Prudente de Moraes. Tom me comunicou, com a delicadeza de sempre, que pretendia gravar um chorinho que eu havia composto aos dezoito anos, em parceria com Eduardo Souto Neto. Claro que adorei a ideia. Só que me bateu um ataque de sincericídio. Declarei: “O Vinicius já gravou esse choro, num disco dele e do Toquinho”. Em resposta, o Tom suspirou, amparou teatralmente uma das mãos sobre a mesa, e simulando tristeza, disse: “Tudo que eu quero fazer o Vinicius já fez antes”. Depois sorriu. E gravou o chorinho assim mesmo.

Antes da gravação, com sua exigência de sempre, ele mudou um verso da letra, que era toda rimada em -ada e dizia:

No mesmo dia de sempre

À mesma hora marcada
Do mesmo lado da rua
O cheiro da madrugada

E terminava assim:

Os bares quietos da vida
Essa cidade cansada
Esse encontro perdido
Essa tristeza danada

Retomo o rumo de casa
Com um sorriso nos olhos
Você não sabe de tudo
Você não sabe de nada

Nem Tom nem Vinicius se conformaram com a ausência da rima no penúltimo verso. Primeiro Vinicius inseriu um novo verso na versão que gravou, que dizia: “retomo o rumo de casa/ com a alma reconfortada”. Depois Tom fez a versão dele: “retomo o rumo de casa/ na noite desconsolada”. Por fim Miúcha me confidenciou que seu irmão Chico sugeriu uma variante mais picante, porém impublicável. Qualquer dia eu volto a falar sobre isso.

Tom e a ecologia

Tom era ecologista, numa época em que nós nem sabíamos que diabo significava isso. Costumava falar das aventuras de sua juventude. Contava que Ipanema era um areal. Que costumava atravessar a nado a lagoa Rodrigo de Freiras. A descrição me parecia absurda, ou pelo menos exagerada. Hoje, observando as fotografias da cidade, vemos que a destruição foi rapidíssima. As gerações posteriores à dele viram, por exemplo, como a Barra da Tijuca se transformou em depósito de lixo.

Certa vez o entrevistamos para a tv Manchete, em 1984, no programa Bar Academia, e ele declarou:

Tenho pouca esperança de que o Brasil se recupere. A gente luta muito, mas parece que é uma batalha perdida. O que é que o homem quer? Cortar o mato. Escravizar a mulher. Matar o índio. Tacar fogo em tudo. A gente tem uma civilização do fogo. [...] Cozinha-se a terra toda, depois a chuva vem e não penetra.

Em uma entrevista concedida a Carlos Lacerda, quando este já havia deixado de lado seus sonhos de poder, Tom disse:

Eu acho que os homens querem destruir o mundo, e que vão [conseguir]... No dia em que chover enxofre, vai virar Bíblia, não é? Pode ser que a civilização seja muito avançada. Mas faz muita fumaça. É uma fumaceira subindo... No ABC paulista, no Rio, em Nova York, Los Angeles... Então, é a lenha, botar o mar para baixo, matar os pássaros, e depois, quando não houver mais árvores, é botar fogo no capim — se [é que ele vai] pegar fogo.

Infelizmente, as profecias de Tom se tornam cada dia mais temíveis.

Álbum de retratos

Orbitei em torno do Tom diversas vezes. Fui muito à casa dele, com ou sem pretexto. Quando nos encontrávamos por acaso no bar, festejávamos a vida e mudávamos de expediente. Embora ele fosse um homem de hábitos matutinos, me lembro de pelo menos duas noites em que fechamos o bar: uma no antigo Mario's da avenida Ataulfo de Paiva, outra no bar do Maksoud Plaza, em São Paulo, em 1988.

Certa vez, no fim dos anos 1980, marquei um jantar de trabalho com Carlos Augusto Calil, então presidente da Embrafilme, no restaurante Real Astória. O problema é que, quando lá cheguei, me deparei com o Tom. Não tenho a menor ideia do que ele tinha ido fazer lá, ainda mais sozinho. Ele me convidou para sentar e, quando o Calil chegou, sentou-se conosco. Animado com a companhia, Tom passou a noite inteira defendendo a tese de que a língua inglesa, ao contrário do que dizem os *scholars*, é uma neolatina recheada de monossílabos druidas. Segundo ele, mesmo quando parecem inventar palavras, como por exemplo, *for-give*, os anglo-saxões plagam as formas latinas ou neolatinas — no caso, teriam copiado a ideia do vocábulo *perdonar*. Imagino que os eruditos diriam que a tese é só uma excentricidade. Ou não, porque, com o prestígio recente de uma nova-velha língua chamada Brittonic, Tom ficaria ainda mais entusiasmado com sua teoria. Mas sei que ficamos horas, o Calil e eu, rindo do humorismo linguístico do Tom, e esquecemos de falar de trabalho.

* * *

A última vez que vi o Tom foi na esquina da avenida Borges de Medeiros com a rua Saturnino de Brito. Eu vinha resfolegante, depois de uma caminhada às margens plácidas da lagoa Rodrigo de Freitas. Ao atravessar a rua, ouvi uma buzina de carro tocada de leve. Olhei para o lado e vi que era ele. O sinal demorou um pouco a abrir e, ao contrário dos dias de hoje, em que todo mundo troca falsas juras de amor, tive tempo de dizer, pela primeira vez, como ele me era caro. E eu disse: “Eu adoro você”. Ele sorriu e, talvez por delicadeza, não sei por que cargas d’água em francês, me respondeu: “*C’est réciproque*”.

* * *

Tom morreu no fim de 1994. O caminhão do corpo de bombeiros foi buscar seu corpo no aeroporto do Galeão, aeroporto esse que passou a se chamar Tom Jobim, embora Tom não gostasse de aeroporto nem de avião. Não creio que seja exagero dizer que foi um dos dias mais tristes da história do Rio. O velório foi no Jardim Botânico, onde hoje há um recanto em homenagem a ele e um teatro com seu nome.

* * *

Guimarães Rosa diz que as pessoas não morrem, ficam encantadas. Mas Tom era tão presente, na farmácia Piauú, na Cobal do Leblon, na churrascaria Plataforma. Havia tantos lugares como que imantados pela sua presença física. Sem falar na presença poética: não há como viver uma grande paixão sem pensar em “Eu sei que vou te amar”. Não há como passear pela Floresta da Tijuca sem pensar na canção “Passarim”. A cidade está toda tatuada pela música e a poesia do Tom.

E, como acontece com os melhores mitos, ele continuará pairando sobre o Rio. E quando regressamos à cidade, ouvimos ao fundo o “Samba do avião”, e nos sentimos tão felizes quanto Ulisses regressando à sua ilha.

Celebração

Trechos do discurso de posse do Acadêmico Ailton Krenak em 5 de abril de 2024

Ailton Krenak

Ocupante da Cadeira 5 na Academia Brasileira de Letras.

O professor Darcy Ribeiro, que tinha muita coragem de contrariar o coro dos contentes, disse, “Eu não sei como aqueles indígenas tão saudáveis e fortes não viraram aquelas canoas que tinham uns trinta e poucos caras com escorbuto, fracos e doentes, e não afogaram eles logo na praia”. O Darcy, naquele jeito de criança dele, supunha que se a gente tivesse virado aquela canoa, nunca teria voltado a aparecer ninguém por aqui. É o pensamento mágico do Darcy. Eu imagino a sucessão de canoas que iam vir depois para cá, querendo saber quem é que afogou o meu parente, o meu primo? E essas abordagens de lá da Europa e daqui desse continente, trouxeram, ao longo dessa jornada, a língua portuguesa que aportou aqui, prosperou aqui e quase que tomou conta de tudo. De norte a sul, muitos estrangeiros ficam incomodados, ficam admirados que a gente tenha uma língua brasileira que deriva do português e que chegou no Amapá, que chegou nas aldeias wapishana, e chegou também ao povo yanomami, sim, em Roraima. Mas eu também mencionei o Amapá porque eu sei que o português chegou até aquelas beiradas, aquelas bordas do território brasileiro já com as Guianas, com aqueles nossos vizinhos do lado de lá. O português se espalhou por essa terra como uma planta, como esses bordados da nossa roupa, uma planta totalmente adaptada, e criou variedades também de português. Um gaúcho não fala português da terra do Fabiano Piúba, lá no Ceará. Fala um outro português.

Voltando ao rito

Segundo a tradição, é importante que o novo Acadêmico trace, ainda que brevemente, a história de sua cadeira. É o que farei, invocando um verso do talvez mais belo poema indigenista da literatura brasileira, *I Juca Pirama*, de Gonçalves Dias. No canto sétimo do poema, afirma um personagem: “em tudo o rito se cumpra”. Quem disse isso foi um velho ancião, tupi. A mim, portanto, cabe

seguir essa recomendação. Vocês podem imaginar de quem é a recomendação de voltar ao rito. Eu queria compartilhar com os nossos queridos, principalmente com os meus parentes, que estão alegrando essa audiência, que vieram de várias regiões do nosso país e que já foram saudados aqui. Eu não vou mencionar o nome de cada um, as suas etnias, mas eu posso dizer que nós temos aqui uma significativa presença de povos indígenas de quatro ou cinco regiões do nosso país, o que significa uma importante fricção linguística entre o português da Academia, o brasileiro português do nosso país todo, aquele que permite que uma novela como *A Escrava Isaura* seja adorada na China, seja repetida em Portugal, e faz com que, em Cuba, mais que em Portugal, crie uma espécie de recolonização ou contracolonização quando você vê um português tentando falar feito um personagem daquela novela, porque ele acha que é assim que se fala no Brasil. Da mesma maneira que nós somos suscetíveis a uma reeducação ou educação pela língua, os outros povos também se admiram e aprendem com as nossas práticas de linguagem, de idioma, de língua. Desde que me convidaram ou que me animaram a me mover até essa cadeira número 5, eu me perguntava, será que nessa cadeira cabe? Como dizia o poeta Mário de Andrade, “eu sou trezentos”. Eu já vi muita gente confundindo o Mário e o Oswald, então eu não fico assim muito envergonhado. Então o Mário teria dito, eu sou trezentos. Olha que pretensão.

Eu não sou mais do que um, mas eu posso invocar uns trezentos. Nesse caso, 305 povos que nos últimos trinta anos do nosso país passaram a ter a disposição de dizer, estou aqui! Sou guarani, sou xavante, sou caiapó, sou yanomami e sou terena.

E esse jogral, essa fala plural, ela só foi possível porque nós atravessamos uma linha vermelha que indicava, no final dos anos da ditadura, a disposição do Estado Brasileiro de emancipar os indígenas. E houve, inclusive, um projeto muito bem estruturado, que era o projeto de emancipação indígena. No final do governo Figueiredo, transitou ali, o Geisel e o Figueiredo, e o projeto tinha consistência porque ele vinha desde a Fundação da República. E aí eu já vou começar a entrar na matéria do querido antecessor na cadeira 5, que é o Acadêmico José Murilo de Carvalho, que ao virar a República, ao escanear a República, ele viu a vocação republicana de origem inspirada na ideia do positivismo, de que os indígenas iam evoluir para brasileiros. Um dia aquela gente ia evoluir e ia virar brasileiro! Quer dizer, é mais ou menos como você querer produzir coalhada em casa. Aí você arruma aqueles lactobacilos, põe numa tigela, põe leite, deixa dormir e aquilo vira coalhada. Os positivistas geniais achavam que a gente ia virar coalhada. A forte determinação daquela república atribuiu a um jovem oficial chamado Cândido Mariano Rondon, Marechal Rondon, porque ninguém fica cândido o tempo inteiro. E ele chegou a Marechal estendendo linhas de telégrafo pelo continente, pelas fronteiras todas, e também conquistando terras indígenas através do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Olha o título da coisa. Era um super ministério com o nome de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. O querido José Murilo, ele foi esmiuçar esse propósito republicano de deglutir os índios. Quer dizer, quem ia devorar os indígenas seria a república. Não aquela história do Sardinha, dos caetés e tudo. Eu soube que tem até algum dos meus caros confrades, o querido poeta Lêdo Ivo, que reivindica a genealogia de ter comido o Bispo Sardinha, os parentes dele, caetés.

O que é um *griot*?

Tudo isso, gente, vem de uma literatura riquíssima, que é a literatura brasileira, que tem as suas fases lá no romantismo e antes do romantismo, e chega no modernismo e chega até nós, onde a própria ideia da literatura se transfigura e admite a tradição que nós compartilhamos com os povos da diáspora, aqueles que vieram trazidos para cá para formar mão de obra aqui. Essa gente da diáspora, que são os povos de origem africana, que constituíram os afro-brasileiros são aqueles que têm na oralidade, uma tradição tão reverenciada que existe um status de alguém que conta história, que é o *griot*.

O que é um *griot*? Nós sabemos muito bem o que é um erudito. Nós sabemos muito bem o que é um Acadêmico, um historiador, como foi José Murilo de Carvalho.

Mas e um *griot*? O que é um *griot*? Em algumas sociedades muito anteriores a essa formação nossa, o *griot* é uma biblioteca de conhecimento que se move e que tem passagem livre de um território a outro, porque todos reconhecem nele uma qualidade de narrador de mundo. Talvez o Mia Couto ou o José Eduardo Agualusa uma hora contem uma história para a gente sobre o que eles aprendem com os *griots* para escrever livros tão incríveis.

Todo mundo que escreve livros incríveis escutou a história de alguém que não escreve livro. Então, a literatura que nós passamos a apreciar nos últimos três, quatro mil anos, deve ter pelo menos uns outros dez, vinte mil anos em que ninguém escrevia nada, só contava história. Me referir à oralidade como o oceano da oralidade é mais do que uma expressão poética, é reconhecer que nós somos herdeiros de tempos imemoriais, onde quase tudo o que a gente sabe sobre nós, os humanos, e a Terra, vem desses registros. Registro muito antigo, seis mil, oito mil anos.

E é tão bom a gente poder nos espriar no tempo dessa maneira, pensar em dois mil anos, seis mil anos, oito mil anos, que nós ficamos folgados, sem pressa.

Sem ansiedade. Evita que eu chegue aqui pra vocês e fale, ah, me desculpe porque eu estou tomando o tempo de vocês. Que seria uma pretensão. Incabível. É impossível tomar o tempo do outro. É impossível. Eu disse que eu ia seguir o rito. Antes, porém, de seguir esse roteiro, mesmo fugindo do protocolo de me limitar aos antecessores da cadeira que, ora, estou acessando, eu não posso deixar de registrar minha admiração por acadêmicos de outras cadeiras. Interessante. Vocês já perceberam que nesse universo a cadeira é uma entidade? Eu estou chamando a atenção porque vocês podem achar que uma cadeira é como uma canoa ou como um banco. Nesse caso aqui, não. A cadeira é uma entidade. Uma entidade que carrega histórias de décadas e de séculos, algumas das histórias que se referem a uma cadeira dessas, ela pode recuar ao século XVIII, XVII. No caso da cadeira número 5, nós vamos recuar ao século XIX, com alguns pequenos reflexos do século XVIII. Reflexos que incidiam sobre o comportamento, o modo de se organizar socialmente e uma terrível sociedade escravocrata, que achava que podia escravizar outros seres humanos. E no meio daquilo tinha literatura. O fundador da cadeira, Raimundo Correia. Os ocupantes da cadeira, Oswaldo Cruz, Aloysio de Castro, Cândido Mota Filho e lá ao longo do caminho, uma senhora, Rachel de Queiroz.

Entre os fundadores, das outras cadeiras, não desta, a cadeira 5. Um dos fundadores, e nesse caso aqui é o fundador desta casa, Machado de Assis, que como

poeta valorizou sob muitos ângulos, assim como seus contemporâneos, a diversidade das culturas dos povos indígenas. É bom a gente lembrar disso, porque fica parecendo que nós é que somos as pessoas modernas, que somos capazes de olhar ao nosso redor e dizer, olha, aqui tem gente indígena, e aqui também tem gente negra que veio da África, e aqui tem gente árabe, aqui tem gente de diferentes continentes formando esse Brasil. Não. No século XIX, quem nos antecedeu já tinha compreensão e uma visão muito mais sensível sobre essa nossa complexa formação. Eu já mencionei aqui o romance *A escrava Isaura*, e ele dá bem uma ideia do que era capaz de alguém projetar de lá do século XIX, numa sociedade ainda escravocrata. Antes da princesa Isabel ser convocada a assinar qualquer livro do tamanho daquele ali, ela deve ter assinado um livro grandão para configurar a situação que veio abolir a escravatura no nosso país.

Abolir a escravatura não é abolir a escravidão. Quem dera fosse. Se abolir a escravatura fosse abolir a escravidão, nós estaríamos vivendo numa sociedade com menos desigualdade e brutalidade no tratamento com as nossas diferenças do que nós vivemos hoje. E a gente não ia se impressionar tanto em celebrar uma sessão da Comissão da Verdade ou da Comissão da Anistia vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos, apreciando uma determinação da Comissão da Verdade, onde o Brasil é demandado a pedir perdão por ter tentado matar o povo indígena através dos seus instrumentos republicanos, suas milícias, suas polícias, seus exércitos, suas forças armadas, que não deixaram ninguém de fora. Todo mundo participou dessa espécie de pesadelo em que os indígenas eram considerados um risco e que tinham que passar por campos de reeducação.

A literatura que nós
passamos a apreciar
nos últimos três,
quatro mil anos,
deve ter pelo menos
uns outros dez,
vinte mil anos em
que ninguém
escrevia nada,
só contava história.
Me referir à oralidade
como o oceano da
oralidade é mais
do que uma
expressão poética,
é reconhecer que
nós somos herdeiros
de tempos imemoriais,
onde quase tudo
o que a gente
sabe sobre nós,
os humanos,
e a Terra, vem
desses registros.
Registro muito
antigo, seis mil,
oito mil anos.

A terra indígena krenak foi um reformatório nos moldes do que a gente imagina ter acontecido em países de governos totalitários, onde parte da comunidade que formava aquela nação era separada para ser reeducada, para poder voltar ao convívio.

Quer dizer, os totalitarismos em qualquer lugar do mundo têm um defeito grave: eles não conseguem expressar a intenção que dá origem a essas práticas. E pedir perdão depois significa muito pouco no sentido da reparação — a real reparação, a reparação verdadeira que se deve a povos que foram humilhados. O pedido de perdão é um gesto civil, é um gesto cordial, até o Papa Francisco ia dizer que é um gesto cristão, mas é o Papa Francisco. Agora, um Estado que é uma instituição total, eu não consigo imaginar um Estado pedindo perdão. Não dá. O Estado não tem como pedir perdão. O Estado é um ente que não pede perdão. É por isso que toda a teoria sobre política diz que o Estado é a única coisa que pode matar a hora que quiser, fazer guerra a hora que quiser.

Quer dizer, não adianta um dia um Estado europeu pedir desculpa para as Américas. É gentil, é simpático, mas não acrescenta nada. Então, pedidos de desculpas não vão fazer nascer de novo as palmeiras. “Minha terra tem palmeiras onde canto o sabiá”, Gonçalves Dias. Que herança maravilhosa alguém poder dizer “Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá”. É uma herança tão maravilhosa, é como evocar uma ideia de um jardim terreno, onde os humanos podiam viver numa boa, sem pânico. E eu recebi uma ajuda maravilhosa, indispensável, para celebrar aqui aquela literatura que já mencionei, que também foi feita por Machado de Assis, resgatando dignamente o sentido de ancestralidade dos nossos povos, do nosso território, como se território e povo se constituíssem numa mesma potência. O querido Eduardo Viveiros de Castro fez um prefácio para um livro onde ele diz que a principal infraestrutura de uma nação é o seu território. Eu achei isso maravilhoso, porque é como se eu tivesse encontrado uma expressão que cabia feito uma bandana na minha cabeça. A principal infraestrutura de um país, de uma nação, é o território. É isso que a gente chama de natureza. Se você preda a natureza, se você destrói o território, não tem sentido você ficar reclamando de infraestrutura. E como aqui tem economistas também, a gente pode, no futuro, conferir a ideia de que a primeira infraestrutura que uma nação, um povo precisa perseverar nela é a própria bacia dos rios, da floresta, das montanhas. Sem os rios, as florestas, as montanhas que produzem vida, não adianta você inventar infraestrutura. A menos que a gente acredite que é possível produzir tudo o que nós precisamos numa estufa. Estufa que pode se tornar, na verdade, toda a biosfera do planeta se a gente continuar aquecendo.

Se a gente continuar esquentando, como temos esquentado, a gente pode transformar toda a biosfera do planeta Terra numa imensa estufa.

* * *

Vamos ao meu querido José Murilo de Carvalho. Se eu tiver deixado a menção a alguns dos nossos ocupantes de outras cadeiras, que não esta cadeira 5, que eu herdo dessa constelação de grandes vultos que me antecederam, mencionei já o fundador Raimundo Correia, sucedido depois por Aloysio de Castro, Cândido Mota Filho, Rachel de Queiroz e José Murilo de Carvalho. Estava me lembrando que eu estava deixando de fora importantes contribuições dadas por ocupantes de outras cadeiras que não esta. E aqui é mencionada a presença luminosa de Afonso Arinos, Darcy Ribeiro, de Roquette-Pinto, e também são

mencionados aqui aqueles autores que sempre evocaram a presença indígena na formação do nosso pensamento, da nossa cultura e do nosso povo. Celebro também o cinema, lembrando Nelson Pereira dos Santos, cito a obra dele, em *Como era gostoso o meu francês*, lá dos anos 1970, mais precisamente de 1971. Lembro de Antônio Callado com *Quarup*, de 1967, e também o meu querido que está aqui bem pertinho de mim, que deixou já registrado mais uma apreciação desse universo ameríndio com o seu *Meu querido canibal*, já no século XXI, o Acadêmico Antônio Torres.

Vamos ao Bernardo Guimarães. Um nome de maior importância registrado no período que é estudado como aquele da *Formação da literatura brasileira*, identificado como Romantismo. Bernardo Guimarães nasceu em Ouro Preto. Eu sei que muita gente vai ficar com inveja por isso. Mas ele nasceu em Ouro Preto. E no ano próximo, iremos celebrar duzentos anos do nascimento desse contista, romancista, ensaísta, pensador de coragem para produzir um tipo de literatura que, à sua época, era muito avançada. Ele estava convivendo com donos de terra e donos de escravos, mas ele inventou uma personagem que eu já mencionei aqui, essa Isaura, que vai abalar a narrativa na virada do século XIX para o século XX e vai se constituir numa literatura que concorre com a ideia de literatura moderna. O pessoal da semana de 1922 deve ter falado, de onde esse sujeito tirou essas ideias? Ele não estava esperando o modernismo, ele já estava fazendo isso e tem alguns críticos que até consideram que, na verdade, ele já avançava no território do realismo fantástico. Acho que foi por isso que eu gostei dele.

E eu não vou citar as obras além dessa que até hoje é celebrada e circula em várias versões de *A escrava Isaura*. Mas ele tem uma produção extensa. Deixou novelas, deixou contos reunidos em histórias e tradições da província de Minas Gerais, onde você vai conhecer o dilema daquela gente que fugiu das senzalas e das fazendas e foi fundar Quilombos. Ele vai esmiuçar a vida dos Quilombos e mostrar a tragédia social, que foi para aqueles povos escravizados aqui, que conseguiram escapar da condição de escravos, criar uma situação de aldeamento e de liberdade, e que eram apesados a qualquer momento por qualquer sujeito que se achasse corajoso para isso. Então, são histórias bem cheias de aventura,

Eu busco refúgio no fato de esta Academia ter demorado bastante para admitir Rachel de Queiroz. E eu falei, ah, que coisa boa! Eu tenho a alegria de ter vivido até agora com uma ampla proteção dos seres femininos. Começando pelas minhas avós, minha mãe, minhas irmãs, minhas companheiras, mães dos meus filhos, minhas filhas, minhas netas. E essa proteção do mundo feminino na minha vida, eu acho que ela me tornou uma pessoa melhor. E aí, toda vez que eu encontro lugares onde as mulheres já colonizaram, eu me sinto muito mais à vontade. Gratidão a todas essas senhoras, mães, avós, irmãs, filhas, netas. É maravilhoso e que estejam em maioria, uma maioria gentil, que pode tornar o mundo muito mais interessante.

histórias boas para fazer filme. O fundador desta cadeira, Raimundo Correia, veja, onde, que época que ele circulou. Ele nasceu em 1859, no navio, andando, nas costas do Maranhão. Também feito cigano, andando de navio e foi falecer em Paris. E aqui eu fico sabendo que isso aconteceu nove anos depois. A Academia Brasileira de Letras fez o pedido de repatriação para o Brasil dos restos desse imortal. Olha, eu fiquei prestando atenção nisso e comecei a tomar conhecimento da condição que é você ser um imortal. Você pode ser eventualmente requerido de volta, mesmo que você esteja parado em algum outro campo sagrado, você vai ser requisitado.

É uma coisa séria. Eu já assinei o livro. A cadeira que assumo teve a presença, ela teve a assinatura desses que me antecederam de uma maneira tão brilhante que eu busco refúgio no fato de esta Academia ter demorado bastante para admitir Rachel de Queiroz. E eu falei, ah, que coisa boa! Eu tenho a alegria de ter vivido até agora com uma ampla proteção dos seres femininos. Começando pelas minhas avós, minha mãe, minhas irmãs, minhas companheiras, mães dos meus filhos, minhas filhas, minhas netas. E essa proteção do mundo feminino na minha vida, eu acho que ela me tornou uma pessoa melhor. E aí, toda vez que eu encontro lugares onde as mulheres já colonizaram, eu me sinto muito mais à vontade. Gratidão a todas essas senhoras, mães, avós, irmãs, filhas, netas. É maravilhoso e que estejam em maioria, uma maioria gentil, que pode tornar o mundo muito mais interessante.

* * *

Eu tinha pensado em estender um pouco mais aquelas relações da República com a obra de José Murilo de Carvalho, porque ele diz que o positivismo, aquele que proporcionou as condições para que o Rondon e os outros colegas militares dele formassem um verdadeiro exército de bravos brasileiros, positivistas, que queriam pacificar os povos indígenas e no caminho da pacificação dos indígenas ele teria forjado uma expressão que é assim de romance. Aquela frase que atribuem a Rondon, que ele disse para os trabalhadores quando estavam avançando para cima de Rondônia, entrando mesmo naquilo que a gente poderia considerar que era o Brasil selvagem, ele alertou os mateiros dele, dizendo: "Morrer se preciso for, matar nunca". Os indigenistas, nossos contemporâneos, trabalhadores lá da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, onde está a Joênia, eles têm esse lema do Rondon como uma espécie de insígnia: Morrer se preciso for, matar nunca. E é muito interessante porque o Rondon juntou aquela vocação militar dele a uma outra sensibilidade, que era a de entender que aqueles povos com quem ele estava confrontando, ele não podia tratar aquela gente no mesmo gradiente que ele tratava os seus compatriotas, que ele estava lidando com gente que era de outra cosmovisão, outra cultura, outra percepção de mundo. Então, eu não tenho nenhuma dificuldade de saudar o Rondon como um desses sujeitos que poderiam estar me antecedendo nessa cadeira número 5. E eu já estou inventando um tipo de homenagem extra, que é homenagear quem nem passou aqui. Mas é muito interessante porque faz justiça a alguns de nós que, ao longo da história, procuraram contribuir da melhor maneira possível para que a gente se tornasse uma nação gentil. Como diz a canção de Milton Nascimento, uma nação com uma poética de existir, onde, a despeito da nossa diferença, nós fôssemos capazes de construir relações de cooperação para além da tolerância.

E muitas vezes nós reclamamos que a tolerância é uma virtude que a gente deveria desenvolver. Mas a tolerância é o que o mundo faz, porque a tolerância nos permite virar o rosto enquanto Israel bombardeia a Palestina. A tolerância é isso. Pensando no Rondon, me vem a compreensão de que a tentativa de integrar os povos indígenas no período pré-constituente, ele era um projeto positivista. Então, você não mata essa gente, mas você mantém essa gente sob controle e, se possível, usa os recursos da aculturação, da domesticação, até que eles se tornem uma espécie de aculturados exóticos, como disse um militar constrangendo Mário Juruna no Congresso em Brasília. Juruna fez um discurso, fez referência a um Ministro. Um dos Ministros militares disse, “Juruna é um aculturado exótico”. Eu gostei da frase, mas ela não diz nada. O que é um aculturado exótico? Será que somos todos nós os brasileiros? Por que não? Quando você na botânica, você se refere a uma variedade, a uma espécie exótica, é porque ela é de outro lugar. E a pergunta é, quem não é de outro lugar aqui? A começar pelo modo de organização da nossa sociedade, que é europeia. A república, essa que o nosso querido José Murilo de Carvalho desnuda, ele mostra que as três primeiras décadas ela viveu executando um roteiro que Dom Pedro II e os seus conselheiros deixaram para aqueles generais e marechais que ficaram aqui, dando continuidade à administração dessa colônia. Então nós, como colônia europeia, fomos governados até Getúlio Vargas decidir dar um golpe. Sobrevivemos a trinta anos de Getúlio Vargas. Entramos pelo cano por mais 21 anos, atravessamos uma longa noite de horror e chegamos ao século XXI meio cansados de guerra. Os povos indígenas acompanharam toda essa história brasileira, mesmo para aqueles que pensam que nós nunca entendemos direito o que os brancos estão falando.

Eu espero ter honrado aqueles que me antecederam, aqueles que contribuíram para que esta Casa pudesse seguir honrando a sua fundação com Machado de Assis. Como o notável médico-sanitarista Oswaldo Cruz, que sucedeu Raimundo Correia, esse a quem atribuímos a fundação da cadeira. Nesta Academia, autores médicos não são novidade. E eles trouxeram uma contribuição desde aquela do cientista Oswaldo Cruz até a do nosso confrade, que nos anima com a sua presença entre nós aqui, o querido Paulo Niemeyer. Esta cadeira 5, em uma instituição que recebe uma pessoa indígena, que acessa esse lugar quando a casa completa 126 anos de existência, acolheu também, como já mencionei, a primeira mulher somente em 1977. Foi a primeira ocupante nascida no século XX, em 1910, tendo chegado ao século XXI, pois faleceu em 2003. Suas obras, sua obra, inaugurada com *O Quinze*, em 1930, é a obra pioneira do regionalismo nordestino. Ao lado de *A bagaceira*, de José Américo de Almeida. Ficcionista, cronista, dramaturga, foi a primeira escritora brasileira a ganhar o prêmio máximo de literatura em língua portuguesa, o Prêmio Camões, em 1993. E chego agora a esta celebração da presença de José Murilo de Carvalho nesta Academia a quem tenho a honra de suceder ocupando a cadeira número 5. Eu não quero contar mais história para vocês hoje à noite. Gratidão.

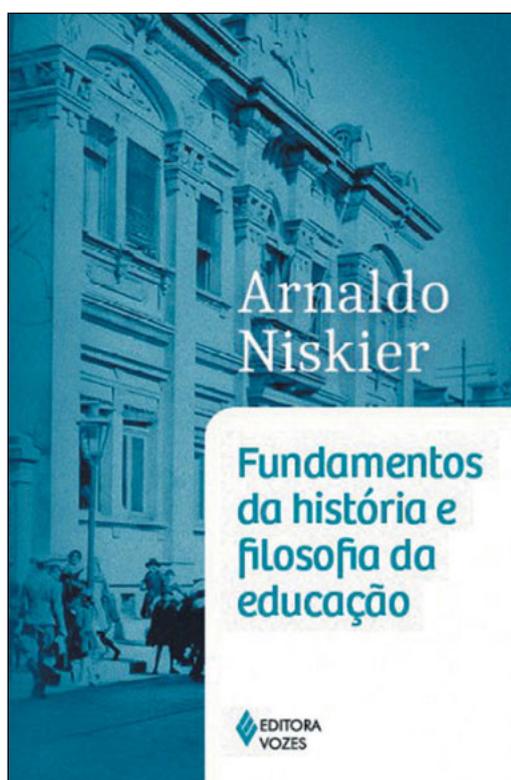


Fundamentos da História e Filosofia da Educação

Arnaldo Niskier

Ocupante da Cadeira 18 na Academia Brasileira de Letras.

Depois de lecionar por quase 20 anos na cadeira de História e Filosofia da educação, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da qual sou titular por concurso público de títulos e provas, entendi que era meu dever, com a experiência acumulada, escrever um livro sobre a matéria. Não podemos ser egoístas e guardar o nosso conhecimento como se fosse uma caixa de surpresas. É preciso dividir os conceitos acumulados e transmiti-los aos nossos alunos. E nada melhor do que o livro didático para a realização desse objetivo. Tive a parceria da Editora Vozes, por intermédio do seu presidente Gilberto Garcia, um educador da mais alta qualificação, como demonstrou nos seus tempos de membro do Conselho Nacional de Educação. Entrego o livro aos interessados, com um prazer imenso.



Arnaldo Niskier.
Editora Vozes.

Trechos do livro

Anísio Spínola Teixeira nasceu em 12 de julho de 1900, em Caetité, na Bahia. Filho de fazendeiro estudou em colégios de jesuítas e cursou Direito no Rio de Janeiro. Diplomou-se em 1922 e em 1924 já era inspetor-geral do Ensino na Bahia. Criou no Rio uma rede municipal de ensino que ia da escola primária à universidade. Atuou como membro do Conselho Federal de Educação. É considerado o principal idealizador das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira no século XX. Foi pioneiro na implantação de escolas públicas de todos os níveis, que refletiam seu objetivo de oferecer educação gratuita para todos. Muitas das suas ideias foram inspiradas na filosofia de John Dewey (1852-1952), de quem foi aluno nos Estados Unidos. Segundo ele, a verdade não é algo definitivo, mas que se busca continuamente. Foi acusado de esquerdista por alguns críticos da educação brasileira. Responsável pela criação da Universidade de Brasília e, antes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizou notável obra à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

* * *

A obra de Paulo Freire se iniciou com analfabetos pobres. Em 1961 tornou-se diretor de Extensões Culturais da Universidade do Recife e, no mesmo ano, realizou junto com sua equipe as primeiras experiências de alfabetização popular que levariam à constituição do Método Paulo Freire. Seu grupo foi responsável pela alfabetização de 300 cortadores de cana em apenas 45 dias. Na visão do educador, escritor e filósofo pernambucano, a leitura (e no mesmo sentido a escrita) somente faz sentido se for acompanhada da capacidade de perceber o mundo, de reconhecer os papéis desempenhados por cada um na estrutura social. Seu método de ensino agia com base nas palavras que faziam parte do cotidiano. O foco era o processo de aprendizagem. Foi injustamente acusado de esquerdista e acabou sofrendo num exílio de 15 anos.



Rebeldes e marginais

Heloisa Teixeira

Ocupante da Cadeira 30 na Academia Brasileira de Letras.

Rebeldes e marginais é um livro quase de memórias, e uma experiência editorial. O assunto é a potência da cultura em situação de crise como os anos de repressão durante a ditadura militar. Especificando melhor, entre 1964, quando o Gal. Castelo Branco declara estado de exceção no país, até as eleições de 1985. Entre 1964 e 1968, data do AI-5, ou o golpe dentro do golpe, conhecemos a “era de ouro” da cultura de classe média no país.

Surgem os rebeldes com o Cinema Novo, o Teatro de Arena, o Teatro Oficina, a MPB e a imensa mobilização de seus Festivais, a Nova Objetividade nas artes plásticas e muito mais. Tudo isso sendo ampliado em proporções geométricas, como comprova o advento rápido mas fortíssimo do Movimento Tropicalista de 1967 a 1968, mas vivo até hoje.

Com a radicalização política representada pelo AI-5, nossa arena cultural claramente se ressentiu com as subseqüentes prisões, exílios, forte censura. O país silencia.



Heloisa Teixeira.
Editora Bazar do Tempo.

Mas a cultura vai rapidamente encontrar suas brechas de expressão com base na contracultura internacional. Hélio Oiticica declara: *Seja marginal seja herói*, e por toda parte vemos explodirem os marginais com trabalhos envolvendo o corpo e o espaço, naquilo que Frederico de Moraes chamaria de “exercício experimental da liberdade”, a arte conceitual profundamente política de Cildo Meireles, Artur Barrio, Antonio Manuel, Carlos Zilio, o cinema de Júlio Bressane e Rogério Sganzerla, o teatro do Asdrúbal, a poesia marginal, a música de caráter tribal dos Novos Baianos.

É essa história que conto com o apoio de pesquisa, muita memória, muitas fontes primárias.

O desejo foi o de compartilhar algumas dessas fontes, que me pareciam preciosas. O resultado pode ser visto nos vídeos, áudios e imagens contidos nos QRcodes que encerram o livro.

Trechos do livro

NO MESMO ANO EM QUE CAETANO E GIL movimentavam a MPB com “Domingo no parque” e “Alegria, alegria”, o grupo Oficina, tendo à frente José Celso Martinez Corrêa, encenava, em São Paulo, *O rei da vela*, de Oswald de Andrade. Enfrentando os padrões do teatrão, como se dizia naquela época, o Oficina desenvolveu uma linha de “provocação cruel e total”, buscando a interlocução com o público por meio da interpelação direta e agressiva. Sintonizado com certas experiências do teatro de vanguarda na Europa, o grupo trazia para o teatro brasileiro a rebeldia e o gosto pela arte “suja”, interessada na investigação de novas formas e comportamentos teatrais. A técnica da agressão, seja por meio de personagens que representam o público – como em *Marat/Sade* (1964), de Peter Weiss –, seja de modo direto, como nos trabalhos do alemão Peter Handke, surgia no Oficina investida de um sentido político específico, ligado à situação geral do país e ao papel que a produção cultural considerava desempenhar. Segundo Zé Celso, no Brasil pós-1964, tanto o público conservador quanto aquele que seria mais progressista pareciam envolvidos em certas mistificações. O primeiro, a “burra e provinciana burguesia paulista”, desejava encontrar no teatro a imagem ilusória de uma grande burguesia.

Revolução individual

O termo “marginal” ganha cores múltiplas: marginal da vida social e pública em função da violência da censura e do estado de exceção na política, marginal do sistema como oposição contracultural ao milagre que se esboçava e ganhava cada vez mais adeptos, marginal na militância que adere à guerrilha (e não à guerra) seja ela política ou cultural, marginal na nova política comportamental que privilegia o corpo como expressão política, enfim, marginal também como bandido, fora da lei e da ordem estabelecida pela vigilância do Estado.

No cinema, Ivan Cardoso, Julio Bressane, Rogério Sganzerla e Neville D’Almeida se identificam nesse momento com um tipo de intervenção anárquica dentro das aspirações culturais do Brasil governado por Médici (1969-1974).

Um projeto cultural de desmontagem, mais “empenhado na campanha do que no resultado”, e que reflete o ânimo geral da juventude atuante cujo projeto global de revolução é agora sensibilizado pela atenção à noção de “revolução individual”.

Imagens da branquitude: A presença da ausência

Lilia Moritz Schwarcz

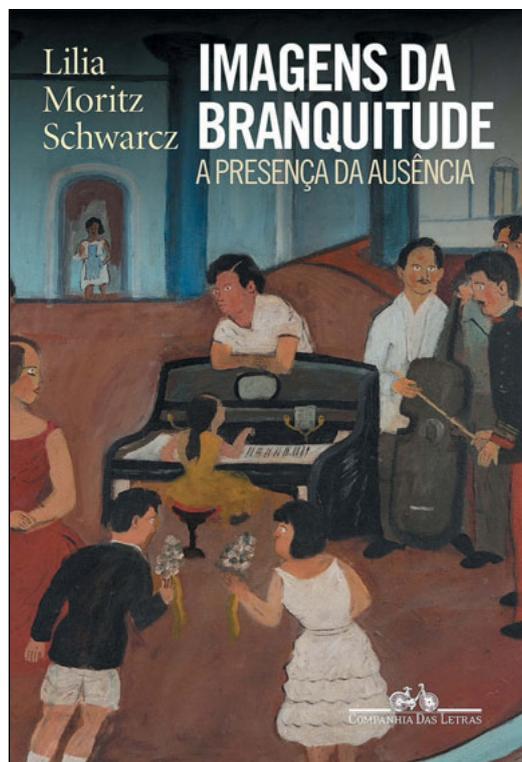
Ocupante da Cadeira 9 na Academia Brasileira de Letras.

Imagens da branquitude: *A presença da ausência* trata, sobretudo por meio das imagens, de como se naturalizou no Brasil esse fenômeno social que leva o nome de branquitude.

Branquitude não é uma categoria de autodefinição do grupo a que se refere. Até porque remete a um conceito e uma prática que se revelam no monopólio histórico do poder social e das instâncias de decisão.

O livro não apresenta uma história contínua da branquitude. Seleciona certos aspectos em que ela se revela de maneira mais evidente: nos sapatos, nos mapas, nas alegorias, nos sabonetes, nas fotos das amas de leite, nas teorias de branqueamento e no mito da democracia racial.

O racismo é a maior contradição da sociedade brasileira. E, como diz a filósofa Sueli Carneiro, diante dele, estamos todos convocados.



Lilia Moritz Schwarcz.
Companhia das Letras.

Trechos do livro

Sapatos

O certo é que a liberdade calçava sapatos e a ausência deles representava, até alegoricamente, o cativo. O costume de andarem descalços também era lido como sinal de respeito diante daqueles que eram considerados superiores, e virava ainda uma marcação externa acerca da condição escrava. Não por acaso, essa sorte de comparação foi muito frequente nas obras de artistas visuais como Debret, Rugendas, Chamberlain e tantos outros, que investiram pesado nesse tipo de representação.

A partir da década de 1850, com a entrada da técnica da fotografia, a exposição didática da desigualdade social entre brancos e negros seria também retratada por esses novos profissionais, igualmente provenientes, em sua maioria, do, assim chamado, Velho Mundo. E, se são inúmeros os exemplos nesse sentido, existe, porém, um documento, feito no estúdio paulista de Militão Augusto de Azevedo,¹ ainda nos tempos da escravidão, que parece servir de modelo sobre como se legitima a hierarquia a partir do registro visual.



Militão Augusto de Azevedo. *Senhor e seus escravos*, s.d. Albúmen, 6,3 × 8,3 cm.

Militão Augusto de Azevedo (Rio de Janeiro, 1837 – São Paulo, 1905) foi um dos mais importantes nomes da fotografia brasileira da segunda metade do século XIX. Retratista, pioneiro da fotografia urbana, foi um dos precursores da documentação da cidade de São Paulo. Ele é autor do *Álbum comparativo da cidade de São Paulo 1862-1887* (São Paulo: Photographia Americana, 1887), que registra as mudanças na paisagem da capital paulista, em decorrência da expansão urbana. (Fonte: <<https://ims.com.br/titular-colecao/militao-augusto-de-azevedo/>>.)

Perdemos no tempo o nome do proprietário, e tampouco sabemos o dos trabalhadores. Mas temos certeza de que se trata de uma foto encomendada pelo senhor, que nela incluiu seus cativos como prova de riqueza e privilégio. Em primeiro lugar, o patrão encontra-se um passo à frente dos demais — o que já denota anterioridade na hierarquia. Em segundo, ele traz o traje completo — calça, jaquetão, camisa branca e gravata-borboleta — que se destaca sobretudo em comparação com as roupas mais remediadas dos outros. A cor do proprietário que encomendou a foto é branca e seu cabelo e barba mais claros — numa espécie de reforço de quem exerce o mando e tem o domínio material e simbólico da situação. Mas o que distingue, para valer, o homem que está no centro da foto são seus sapatos, que aparecem com muita evidência e ganham ainda maior relevância ante a ausência de calçados nos pés dos demais — seus escravizados.

Era muito difícil controlar o resultado de uma foto no formato albúmen, e a abertura lenta das lentes fez com que as reações dos escravizados tomassem vulto. O homem na extremidade direita se mexeu e saiu borrado. Além disso, enquanto as duas outras pessoas da direita revelam passividade e resignação diante do lugar que devem ocupar na representação, a que está postada logo à esquerda do senhor mostra contrariedade, com os braços cruzados. O registro guardou, porém, a lógica simbólica dos sapatos. Mesmo sem nomes, é também por conta dos calçados que divisamos quem tem ou não tem liberdade.

Sabonetes

Há, portanto, dois tipos de teoria acerca da mestiçagem. Até o final do século XIX e começo do XX, tempos do predomínio dos modelos do darwinismo racial, ela levava sempre à degeneração racial e da nação. Apenas a literatura e a pintura de fundo romântico pensavam a mistura de maneira “otimista”, digamos assim.



Propaganda do sabonete Arêgos, 1917. Cartaz, 106 × 75 cm.

No entanto, a partir dos anos 1910 tais interpretações são substituídas por outras que apostavam numa mestiçagem benfazeja: aquela que levava ao embranquecimento. Eram as teorias do branqueamento.

E por aqui esse tipo de concepção entraria em cheio nas propagandas de sabonete, herdeiras de uma linguagem criada no exterior. Em 1917, o sabonete português Arêgos lançou uma campanha na base do “embranquece e cura a pele”. Não é possível esquecer que seis anos antes, e como já destacamos, o Brasil tomara parte num congresso em Londres sobre o tema das raças, e defendera a tese de que dali a três gerações o país seria branco.

Assim, se a noção de eugenia possuía vários opositores entre as autoridades do país, já o conceito de branqueamento andava na ordem do dia, e o título da propaganda não poderia ser mais direto. Nesse caso, o texto explica e a imagem completa. Uma menina branca e loura, de olhos claros, traz um sabonete em cada uma de suas mãos. Ela esfrega um deles no rosto de um homem negro, que esboça um sorriso. Ele está vestido como uma espécie de mestre de cerimônias de um show: quiçá o “espetáculo” de sua cor; de fraque e cartola, gravata-borboleta e flor na lapela. Seu rosto já está parcialmente branco, por isso na parte superior do desenho o texto arremata a intenção do anúncio, usando uma expressão sintética: “só falta metade”. Ou seja, com o processo de branqueamento fazendo seu curso.

A imagem entrega aquilo que pretende demonstrar: o paralelo da limpeza e da raça. Afinal, quanto melhor o produto, mais amplo é seu efeito. O sabonete também “cura”, o que faz com que a imagem veicule subliminarmente a ideia de que ser negro é uma doença, que pode ser abrandada ou mesmo extirpada.



PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

(Fundada em 20 de julho de 1897)

As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da *Revista Brasileira, fase III* (1895-1899), sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da *Revista*, na Travessa do Ouvidor 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.

Cadeira	Patronos	Fundadores	Membros Efetivos
1	Adelino Fontoura	Luís Murat	Ana Maria Machado
2	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Eduardo Giannetti
3	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Joaquim Falcão
4	Basílio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
5	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	Ailton Krenak
6	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Cicero Sandroni
7	Castro Alves	Valentim Magalhães	Carlos Diegues
8	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Ricardo Cavaliere
9	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Lilia Moritz Schwarcz
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Rosiska Darcy de Oliveira
11	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	Ignácio de Loyola Brandão
12	França Júnior	Urbano Duarte	Paulo Niemeyer Filho
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Ruy Castro
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Celso Lafer
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Marco Lucchesi
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	Jorge Caldeira
17	Hipólito da Costa	Sílvio Romero	Fernanda Montenegro
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Antonio Carlos Secchin
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Gilberto Gil
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Paulo Coelho
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	João Almino
23	José de Alencar	Machado de Assis	Antônio Torres
24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	Geraldo Carneiro
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	Marcos Vinícios Vilaça
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Antonio Cicero
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Domício Proença Filho
29	Martins Pena	Artur Azevedo	Geraldo Holanda Cavalcanti
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Heloísa Teixeira
31	Pedro Luís	Luís Guimarães Júnior	Merval Pereira
32	Araújo Porto-Alegre	Carlos de Laet	Zuenir Ventura
33	Raul Pompeia	Domício da Gama	Evanildo Cavalcante Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	Evaldo Cabral de Mello
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Godofredo de Oliveira Neto
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	Fernando Henrique Cardoso
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Arno Wehling
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	José Paulo Cavalcanti Filho
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Edmar Lisboa Bacha